

FREDERICO BERTOLOTTI

Os conteúdos sociais da crise ecológica: a reprodução do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga



GESP 2011

Frederico Bertolotti

**Os conteúdos sociais da crise ecológica: a
reprodução do espaço urbano e a ocupação da
Guarapiranga**

1ª Edição

São Paulo
2011

ISBN: 978-85-7506-194-7

Copyright © Frederico Bertolotti

Direitos desta edição reservados à Labur Edições

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 (Laboratório de Geografia Urbana)

Cidade Universitária – Butantã

05508-900 – São Paulo – Brasil

Tele fone: (11) 3091-3714

E-mail: gesp@usp.br

<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

Editado no Brasil

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº5988)

1ª edição – 2011

Projeto Editorial: Comissão Editorial Labur Edições

Diagramação: Dilson Nascimento da Silva

Capa: Dilson Nascimento da Silva

Fotos: Frederico Bertolotti

Logo Labur Edições: Caio Spósito

Logo GESP: Mayra Pereira Barbosa

Ficha Catalográfica

BERTOLOTTI, Frederico.. Os conteúdos sociais da crise ecológica: a reprodução do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga

São Paulo: Labur Edições, 2011, 273p.

Inclui bibliografia

1. Metrópole

2. Periferia Urbana

3. Área de Mananciais.

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.

A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme a ficha catalográfica.

Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

À minha esposa Cátia, com amor, não apenas pelo apoio durante todas as etapas dessa empreitada, mas, sobretudo pela presença motivadora e imprescindível.

Agradecimentos

A pesquisa de mestrado é um trabalho longo e penoso. Ela se inicia muito antes da inscrição no processo seletivo da pós-graduação, perdura por todos os dias da sua construção, se prolongando até o momento da sua defesa e consolida um dos principais marcos do processo de formação acadêmica e pessoal, influenciando por muitos anos na vida do mestrando. Nesse processo vivenciei “altos e baixos” e só consegui seguir em frente graças ao apoio recebido de colegas, amigos e parentes. Agradeço a todos aqueles que me incentivaram com palavras e atitudes e em diferentes momentos da minha pesquisa. Que esses agradecimentos sirvam para as pessoas não citadas no momento dessa redação.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora Ana Fani Alessandri Carlos, por ter contribuído de forma decisiva em minha formação acadêmica e pelos inumeráveis momentos de aprendizagem propiciados ao aceitar minha orientação de iniciação científica lá pelos idos de 2004. Nossa experiência no mestrado foi decorrência direta das atividades desenvolvidas durante a graduação. Ambos os momentos foram permeados por leituras e debates rigorosos e instigadores, realizados nos grupos de estudos do Laboratório de Geografia Urbana – LABUR e por ocasião das atividades do Grupo de Estudos Sobre São Paulo - GESP. Durante esse “longo período de 6 anos” acompanhou algumas transformações importantes pela qual passei. Agradeço não apenas pelas sugestões, críticas e pelo rigor acadêmico, mas também pela flexibilidade e apoio oferecidos ao longo desses anos, em que ocorreu uma verdadeira transição na minha vida.

À banca do exame de qualificação, formada pelas professoras Arlete Moyses Rodrigues e Amélia Luisa Damiani. Naquele momento tive a oportunidade de expor os resultados parciais, minhas dúvidas e os objetivos da pesquisa. Obtive sugestões e críticas importantes - algumas delas demorei meses para processá-las, que me auxiliaram no desenvolvimento posterior do trabalho.

Agradeço aos membros da banca examinadora dessa dissertação, primeiramente por aceitarem participar desse momento significativo da minha formação acadêmica e, sobretudo, pelo trabalho e esforço dedicado à leitura da

minha dissertação (que reconheço estar um pouco prolixa) e aos questionamentos que certamente surgirão.

Não posso deixar de agradecer aos colegas freqüentadores do LABUR, que ajudam a construir um ambiente de leituras e debates instigante e construtivo. O LABUR não possui uma infra-estrutura moderna e diversificada, mas conta com uma boa biblioteca, uma grande mesa retangular com muitas cadeiras, professores e estudantes dedicados, que fazem a diferença na Universidade.

Algumas pessoas me ajudaram muito no momento final da dissertação, nos “pequenos acertos” de formatação que parecem não ter fim. Agradeço à Lana Carneiro pela tradução do meu resumo para o inglês e à Fabiana Nogueira pela ajuda na impressão das páginas coloridas. Fico muito grato pelo apoio que recebi de muitos dos meus colegas de trabalho da EMEF Gianfrancesco Guarnieri, sobretudo às coordenadoras Ana e Rose, o diretor João Ananias e o professor Duarte, meu companheiro de corridas e conversas. Agradeço à Marilene Avelino e Wilson Senne pela receptividade desde o primeiro momento em que nos conhecemos. Aos meus amigos - especialmente o Ricardo Lemes, que me acompanharam durante essa trajetória importante da minha vida e muitas vezes não puderam contar com a minha presença, pois eu estava quase sempre comprometido com as tarefas do mestrado nos finais de semana e feriados.

Agradeço aos meus pais, que moram distante, em Minas Gerais, mas sempre me apoiaram nos estudos. Graças à formação e aos incentivos que recebi dos meus familiares consegui mudar minha trajetória de vida, deixando de trabalhar como ajudante da construção civil para ingressar numa das melhores Universidades Públicas do país – fato que mudou radicalmente minha forma de ver o mundo.

Agradeço especialmente à minha esposa Cátia, pela leitura atenta, sugestões, correção ortográfica e todo o auxílio extraordinário que não cabe em palavras. Mais do que qualquer pessoa foi ela quem vivenciou comigo todos os momentos de aflição e alegria decorrentes da minha pesquisa, e por mais que as dificuldades fossem grandes, sempre esteve disposta a me ajudar. Dedico a ela todos os acertos decorrentes dessa dissertação de mestrado.

O processo de libertação do homem é construído através das relações entre os seres humanos. O trabalho intelectual preocupado com a explicação e/ou interpretação do mundo não produz sua transformação, mas é um passo importante na desmistificação das representações que permeiam a vida cotidiana (CARLOS).

Resumo

O objetivo central do trabalho repousa na tese de que a crise ecológica tem um conteúdo eminentemente social. Para tanto, localizamos a problemática da ocupação das áreas de mananciais da represa Guarapiranga na história da produção do espaço urbano capitalista na metrópole de São Paulo. Realizamos um percurso teórico usando o método regressivo-progressivo como caminho necessário para localizar a problemática dos mananciais no seio dos conteúdos da produção do espaço urbano, possibilitando destacar os fundamentos, processos e contradições sociais obscurecidos pela ótica que representa e reduz a problemática dos mananciais a uma questão ecológica. Nos dedicamos a entender a natureza desse fenômeno social, tentando desvendar os processos, sujeitos e contradições que justificaram a formação e expansão da periferia urbana em todas as direções dos extremos da metrópole de São Paulo; nas últimas décadas essa expansão vem promovendo a ocupação das áreas do entorno da Guarapiranga. Também nos empenhamos criticamente sobre a representação da crise de abastecimento hídrico, na qual buscamos desmistificar a linha de pensamento que responsabiliza os moradores pobres das áreas de mananciais pela crise de abastecimento hídrico. A pesquisa demonstrou que a formação e expansão da periferia urbana de São Paulo foi um dos resultados da industrialização na primeira parte do século XX e manteve-se nas últimas décadas, quando a indústria foi perdendo hegemonia como principal pólo indutor da acumulação capitalista na capital paulistana, sendo substituída parcialmente pelo setor terciário moderno - capitaneado pelo capital financeiro. O processo de constituição da maior metrópole do país deu-se assentado em relações sociais contraditórias, resultando numa urbanização que não apenas reforçou as contradições sociais derivadas da introdução das relações capitalistas de produção, como elevou-as a patamares superiores, na condição de contradições do espaço. A ocupação das áreas de mananciais utilizadas no abastecimento público na região sul é resultado direto da lógica de acumulação que se consolidou em São Paulo, promotora da precarização do trabalho, por um lado, e da valorização do espaço por outro, resultando na deterioração das condições de vida da classe trabalhadora ao promover a segregação sócio-espacial e a deterioração das condições ambientais da cidade, ao forçar grande parte da população a habitar nas áreas menos valorizadas, em boa parte localizadas nas áreas de proteção ambiental. A representação hegemônica desse fenômeno reforça uma ideologia que responsabiliza o morador de periferia pela crise de água para o abastecimento público, obscurecendo todas as contradições e fundamentos que estão na base do processo de urbanização, os interesses do setor imobiliário num dos últimos “recantos de natureza” da metrópole e também joga uma “cortina de fumaça” sobre as diferentes estratégias envolvidas na utilização dos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê. A pesquisa revelou que a crise de abastecimento hídrico resulta, sobretudo, das estratégias do setor energético na bacia, da gestão dos serviços de saneamento básico na metrópole e do estabelecimento da água como mais uma mercadoria a serviço da diferenciação social através do consumo.

Palavras Chaves: Indústria. Produção. Reprodução. Periferia urbana. Mananciais. Abastecimento hídrico.

Abstract

The central objective of the study focuses on the theory that the ecological crisis has an eminently social content. To this end, we find problematic occupation of the watershed areas of Guarapiranga's reservoir in the history of capitalist production of urban space in the metropolis of Sao Paulo. We performed a theoretical route using the regressive-progressive method as necessary way to locate the problem of water sources within the content production of urban space, allowing to highlight the fundamentals, processes and social contradictions obscured by the perspective that represents and reduces the problem of the watershed to an ecological issue. We have dedicated to understanding the nature of this social phenomenon, trying to unravel the processes, subjects and contradictions that justified the creation and expansion of the urban periphery in all directions of the extremes of the metropolis of Sao Paulo; this expansion in recent decades has been promoting the occupation of Guarapiranga's surroundings. We also endeavored critically on the representation of the water supply crisis in which we seek to demystify the line of thought that blames the poor residents of the watershed areas by the water supply crisis. The research showed that the formation and expansion of the urban periphery of Sao Paulo was an outcome of industrialization in the first part of the twentieth century and remained in recent decades, when the industry was losing hegemony as the primary inductor pole of capitalist accumulation in the capital city, being partially replaced by modern tertiary sector - headed by finance capital. The process of constituting the largest metropolis in the country was based on the contradictory social relations, resulting in a development that not only strengthened the social contradictions arising from the introduction of capitalist relations of production, but also rose them to upper levels, on the condition of contradictions of space. The occupation of the watershed areas used for public supply in the southern region is a direct result of the logic of accumulation that was consolidated in Sao Paulo, the promoter of precarious employment on the one hand, and the valuation of space on the other, resulting in deterioration of life conditions of the working class by promoting the socio-spatial segregation and deterioration of environmental conditions in the city, forcing much of the population live in areas less valued, largely located in areas of environmental protection. The hegemonic representation of this phenomenon reinforces an ideology that blames the resident of the periphery by the crisis of water for public supply, obscuring all the contradictions and fundamentals that underlie the process of urbanization, the interests of real estate in one of the past "nooks of nature" of the metropolis and also throws a pall over the different strategies involved in the use of water resources in the basin of Alto Tietê. The survey has revealed that the water supply crisis results mainly from the energy sector strategies in the basin, from the management of basic sanitation services in the metropolis and from the establishment of water as another commodity in the service of social differentiation through consumption.

Keywords: Industry. Production. Reproduction. Urban periphery. Springs. Water supply.

Sumário

Introdução :	8
Esboçando o problema: a indústria como ponto de partida	8
1 Um desafio teórico: o movimento da produção e da reprodução	26
2 Os termos da produção capitalista	35
2.1 O urbano como produto da indústria na gênese da metrópole de São Paulo	35
2.2 As novas formas sociais como produtos da indústria moderna	57
3 A reprodução capitalista	101
3.1 Um período de grandes transformações, rupturas e permanências: a reprodução das relações de produção e a urbanização	101
3.2 A reprodução em São Paulo: transformações nas atividades produtivas e redefinição dos conteúdos do trabalho e da urbanização	148
3.3 Reprodução do espaço e mobilidade da periferia urbana: o embate com os mananciais	165
4 Desvendando a representação da crise da água: os mananciais, seus moradores pobres e os “outros sujeitos” do embate	212
4.1 Uma nova mercadoria a serviço da distinção social	212
4.2 Saneamento básico: o desperdício da água que vai pelos canos e que é tomada pelo esgoto	223
4.3 As estratégias do setor energético na bacia do Alto Tietê: gerar energia ou beber água?	233
5 Apontamentos finais	242
6 Anexos	246
6.1 Artigos em jornal impresso	246
6.2 Artigos em jornal digital	256
7 Bibliografia	262

Introdução

O saber crítico e a crítica do saber, que o situam e o relativizam em lugar de o erigirem em norma e critério salvam o conhecer (LEFEBVRE)

Esboçando o problema: a indústria como ponto de partida.

A reprodução da metrópole paulistana hoje é marcada pela transição da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro, num movimento sinalizado pela redução da participação das atividades industriais e pela ampliação das atividades ligadas ao terciário e ao terciário moderno. Mais do que uma simples reconfiguração das atividades econômicas, esse movimento de transição (que consolida o momento da reprodução) promove uma verdadeira transformação nos conteúdos da urbanização. Se por um lado sinaliza para a produção do espaço como um novo nicho de mercado que recebe uma parcela considerável dos investimentos do capital financeiro, promovendo a valorização do espaço, por outro, verifica-se um movimento em outra direção, de precarização do trabalho e de deterioração das condições da vida urbana - aumento do desemprego, diminuição dos salários, empobrecimento das relações sociais e de uso da cidade, deterioração dos espaços públicos, violência e criminalidade, degradação dos espaços naturais, etc..

A combinação entre especulação e valorização imobiliária, de um lado, e a precarização do trabalho e da vida urbana, do outro, vem resultando num processo amplo e complexo de continuidade e expansão da periferia urbana para áreas cada vez mais distantes, onde ainda existem “espaços vazios” e menos valorizados. Trata-se de uma das facetas do movimento de reprodução da metrópole que ao estabelecer a valorização do espaço e a precarização do trabalho como elementos contraditórios, reforça os processos de ocupação das áreas de mananciais, fazendo com que as contradições sociais se manifestem como contradições do espaço. O sentido do processo de urbanização decorrente das transformações articuladas sob o prisma da reestruturação produtiva é o aprofundamento da segregação, e esta é mais uma das questões que fica ofuscada pela problemática dos mananciais na representação que a reduz a uma crise ecológica.

Não são apenas as áreas centrais consolidadas que são afetadas pelos processos de valorização do espaço, pois estes se estendem por uma ampla área que compreende praticamente toda a região da antiga periferia que envolvia São Paulo durante as décadas iniciais do período da hegemonia do capital industrial (momento da produção), em bairros como Santo Amaro, Tatuapé, Aricanduva, Santana, Freguesia do Ó, Jaguaré, dentre outros. A valorização também avança pontualmente em várias frentes da periferia com formação mais recente, a exemplo da proliferação de condomínios fechados de alto padrão em regiões cada vez mais distantes ao centro - como ocorre, por exemplo, em alguns pontos específicos dentro das áreas de mananciais da Guarapiranga. A periferia urbana não deixa de existir ao serem valorizados os espaços que antigamente eram ocupados pelos trabalhadores empobrecidos. Pelo contrário, a periferia urbana adquire mobilidade e avança para áreas cada vez mais distantes aos espaços dominados pelos processos de valorização (ao mesmo tempo em que dialeticamente invade o centro), em direção aos extremos da mancha urbana metropolitana. Ao expandir para as regiões norte e sul de São Paulo defronta-se com as áreas de mananciais protegidas por lei.

Ao nosso ver a questão da urbanização (que tem implicado na mobilidade da periferia urbana para áreas cada vez mais distantes ao centro) é a chave para o entendimento da problemática dos mananciais e fica obscurecida por detrás da aparência de “crise ecológica” que predomina nas representações dominantes da problemática da água em São Paulo¹. A forma como a crise de abastecimento hídrico é representada tem induzido a um processo de criminalização do morador pobre de periferia em área de mananciais, responsabilizando-o pela “crise eminente de água que assola a metrópole”. Evidentemente que se trata de uma representação questionável, uma vez que a situação atual de estresse hídrico da metrópole é resultado histórico de uma série de fatores e de estratégias que envolvem um amplo embate de sujeitos com poderes e interesses diferenciados em relação aos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Alto Tietê (que corresponde à cerca de 75,4% da área da Região Metropolitana de São Paulo).

¹ Martins (1999), num estudo sobre a urbanização da represa Guarapiranga chama a atenção para a necessidade de não incorrer a abordagens ecologizadas da urbanização, pois esta tendência não permitiria apreender os elementos e contradições sociais que determinam os processos da urbanização.

Tentaremos demonstrar a validade dessa hipótese através da análise das estratégias do setor energético, do setor de saneamento básico e pela consolidação da água como nova mercadoria. O morador de periferia seria o pólo mais fraco do embate, sendo representado como o principal responsável pela crise de água ao habitar nas áreas de mananciais da metrópole (ele estaria gerando a crise). Ao ser representado como o foco de todos os problemas urbanos - além dos tradicionais problemas de violência, de marginalidade e de focos de doenças que afetam a saúde pública, agora lhe é atribuído a questão ecológica através da problemática dos mananciais, desvia a atenção sobre a atuação dos demais sujeitos e os isenta de responsabilidade na participação como geradores da crise. Nossa hipótese é a de que no plano das representações estaria se verificando a manifestação de uma estratégia de luta de classes, que deve ser entendida numa acepção ampla, para além da esfera do econômico, dos espaços restritos da empresa e de uma polarização restritiva entre burgueses de um lado e operários do outro. Trata-se de uma estratégia que produz uma representação ideológica, ao ofuscar não apenas a participação ativa dos sujeitos que produziram a crise, mas, sobretudo as contradições sociais e de classe que estão na base de todas as questões urbanas, envolvidas sob o manto de uma suposta igualdade estabelecida (no plano das representações) pela “bandeira ecológica”.

Inicialmente nos esforçaremos em localizar a problemática dos mananciais no processo de reprodução do espaço urbano. Para tanto, iremos lançar mão do método regressivo-progressivo (LEFEBVRE, 2001), cujo objetivo é o de demonstrar os conteúdos históricos e sociais da urbanização que permitiriam apreender o movimento e os conteúdos que explicam a produção e reprodução da periferia urbana em direção a todos os extremos da metrópole de São Paulo. Essa opção se impôs como forma de evitarmos a fragmentação da problemática dos mananciais, isolando-a como uma problemática à parte, e também como caminho necessário para revelar os fenômenos e processos sociais obscurecidos pela representação que reduz a problemática a uma crise ecológica causada pela ação inconseqüente de sujeitos que agiriam individualmente, por livre e espontânea vontade, quando na verdade a expansão da periferia urbana sobre as áreas de mananciais é resultado direto e incontrolável da reprodução capitalista do espaço urbano em São Paulo.

Através do método regressivo-progressivo tentamos resgatar os fundamentos da urbanização de São Paulo, sem os quais ficaria comprometida a compreensão atual da problemática da periferia urbana e a ocupação dos mananciais da Guarapiranga. Desse modo, dedicamos a maior parte dessa pesquisa a compreensão dos fundamentos, processos e conteúdos da urbanização de São Paulo, que se deu em meio da consolidação das relações capitalistas de produção, sobrepujadas pela indústria.

A metrópole de São Paulo possui uma longa e emblemática história com os processos da industrialização e modernização. Durante muito tempo São Paulo foi definida como a metrópole das indústrias. Mesmo hoje, essa forma de representação permanece fortemente arraigada no imaginário de muitas pessoas, devido à importância que teve a indústria na formação da maior e mais importante metrópole do país. Desde os primeiros momentos da industrialização nacional, quando essa passou a adotar a perspectiva de atender as finalidades de um mercado consumidor de produtos manufaturados menos sofisticados que se formava com a monetarização das relações de trabalho, no final do século XIX, São Paulo passou a receber a maior parte dos investimentos industriais, vindo a tornar-se o maior centro dinâmico da atividade industrial do país, ao redor do qual veio a se estabelecer (ao longo das décadas seguintes) uma verdadeira divisão regional do trabalho, através da unificação do mercado interno sob o comando da produção industrial paulistana.

A industrialização teve uma relação umbilical com os processos da urbanização que vieram a ocorrer. Com o desenvolvimento das atividades industriais, outros setores econômicos e sociais foram impulsionados, promovendo a cidade como o principal destino da força de trabalho que se formava no Brasil - antigos escravos, imigrantes estrangeiros e os migrantes de outras regiões do país. Isso vinha ocorrendo na medida em que os processos da acumulação vinham se instalando e criando as condições para uma verdadeira “revolução urbana” numa realidade nacional até então fortemente marcada pelas históricas estruturas agrárias. Em muito pouco tempo São Paulo passou da condição de um pequeno povoado provinciano, cuja principal função econômica era a de entreposto comercial, como pólo de ligação entre o litoral e o interior do país, entre meados e o

final do século XIX, para vir a tornar-se a maior metrópole nacional. Nas primeiras décadas do século XX ultrapassou a cidade do Rio de Janeiro, que até então na condição de capital nacional vinha recebendo a maior parte das atividades que introduziam a modernização no Brasil, advindas da expansão do capitalismo europeu. São Paulo viria a superar todas as demais cidades do país e tornar-se-ia grande em vários aspectos: viria a concentrar o maior parque industrial do país; concentraria o maior contingente populacional; colocar-se-ia como carro chefe da economia, centralizando as sedes dos principais Bancos e das grandes empresas nacionais e internacionais; colocar-se-ia com uma verdadeira primazia econômica sobre qualquer outro aglomerado urbano; e conseqüentemente, veio a tornar-se a maior metrópole do país, atualmente composta por 39 municípios fortemente integrados territorialmente e com uma população de aproximadamente 20 milhões de habitantes.

O grande elemento dinamizador de todas essas transformações foi a indústria, ao redor da qual se constituiu a maior mancha urbana e a maior concentração de trabalhadores, num contingente jamais visto antes no país. São Paulo viria a ser representada então não apenas como a metrópole da indústria (do capital), mas também como a metrópole do trabalho. Evidentemente que observando apenas por esta perspectiva, de certo modo ufanista e regionalista, todo o processo histórico aparece como sinônimo de evolução e progresso econômico e social, permitindo acreditar ingenuamente que São Paulo foi (e ainda seria) uma espécie de “primeiro mundo” dentro de um grande país subdesenvolvido. Os processos da acumulação capitalista que se introduziram gradativamente e vieram a privilegiar São Paulo como o *locus* do capital no Brasil introduziram como símbolos da modernidade não apenas a indústria e a presença das suas mercadorias coloridas e sedutoras, mas principalmente novas formas de relações sociais baseadas na exploração da força de trabalho, introduzindo dentro dos moldes capitalistas os processos derivados da contradição entre capital e trabalho, pautada na exploração da mais valia como condição para os processos de valorização. A acumulação possui na sua essência (em seu *modus operandi*) contradições estruturais sem as quais o movimento de reprodução do capital não se realiza. O processo da industrialização e urbanização foi o processo da constituição e consolidação dessas relações sociais contraditórias.

A própria urbanização veio a ser um produto dessa lógica contraditória. Nessa condição, como produto de relações humanas assentadas em formas sociais contraditórias, a urbanização e seus conteúdos permitem entender e ao mesmo tempo desvendar elementos reais dessa lógica abstrata-concreta e dialética, corroborando para desmistificar o entendimento ufanista que representa a história do crescimento de São Paulo como um processo de evolução linear e sem rupturas. Desde muito cedo a urbanização de São Paulo colocou-se como forma de segregação sócio-espacial, manifestando no espaço as diferenças de classe inerentes ao processo da acumulação capitalista baseada na industrialização. Na medida em que a industrialização e o crescimento demográfico se intensificaram, colocava-se como perspectiva da metrópole a produção da maior periferia urbana do país, formada majoritariamente por trabalhadores empobrecidos pelos processos modernizadores. A periferia urbana viria a surgir como um dos principais “produtos indesejáveis” da industrialização de São Paulo, denunciando pelas paisagens da metrópole mais rica do país que ela também concentrava (em consequência dos mesmos processos que geravam a riqueza mal distribuída) a maior quantidade de trabalhadores empobrecidos, vivenciando cotidianamente “o preço do progresso”. A indústria é o ponto de partida para se entender a constituição da metrópole e, sobretudo da sua periferia urbana.

O grande crescimento pelo qual passou a cidade de São Paulo ao longo de todo o século passado foi consequência direta da introdução das relações de acumulação no país, sobrepujadas pela posição que a capital paulista veio a adquirir como principal centro dinâmico das atividades industriais, incorporando elementos que a tornariam o principal pólo de atração dos capitais e da força de trabalho nacional. Tais processos foram mais intensos a partir da década de 1950, quando a industrialização entrou na sua fase mais pesada e internacionalizada, introduzindo a produção de bens de consumo duráveis e de bens de produção. Mais uma vez o destino dos capitais veio a concentrar seus investimentos na Região Metropolitana de São Paulo, que detinha naquele momento as melhores condições de economia de escala, inserindo-a como lugar em que os processos da acumulação poderiam se realizar com as maiores taxas de lucro. O crescimento sócio-espacial foi novamente intensificado, consolidando de vez a estruturação e articulação da região

metropolitana. O desenvolvimento da contradição sócio-espacial entre o centro e a periferia viria a definir os conteúdos de um dos processos de urbanização mais efêmeros e intensos de que se tem notícia.

O espaço geográfico em sua condição intrínseca de produto das relações sociais foi um elemento central e indispensável do processo de industrialização. Uma das hipóteses defendidas debruça-se sobre a assertiva de que a formação da metrópole paulistana ocorreu em meio da implantação das necessidades do desenvolvimento das atividades da indústria e da sua lógica. O espaço urbano, além da sua dimensão social como lugar de reprodução da vida humana, guardaria cada vez mais a dimensão da reprodução do capital como elemento constituinte das forças produtivas. Em grande medida o gigantismo da mancha urbana da metrópole decorreu das necessidades de reprodução ampliada do capital industrial², que pode ser exemplificada pelo ciclo de reprodução do capital.

Carlos (1986) analisa o ciclo de reprodução do capital resumindo-o no quadro que se segue. O ciclo do capital industrial envolveria três momentos principais, sendo que a realização da acumulação (e da viabilidade de todo o processo) depende da realização completa do ciclo, com suas três fases; ao final da última fase (terceira fase do quadro) o processo de acumulação estaria concluído e ao mesmo tempo permitiria restituir as condições para o reinício das atividades produtivas, que tem por tendência um movimento em espiral crescente, de acumulação ampliada. Depreende-se do quadro que o movimento do capital deve ser acumulativo, colocando-se de forma cada vez mais ampliada no tempo e no espaço - tendendo para o gigantismo sócio-espacial.

O montante de capital investido no início do processo (D) deve ser aplicado na produção de mercadorias (M). Estas serão vendidas no mercado por um preço maior do que os investimentos que foram utilizados no momento inicial da sua produção, com a finalidade de gerar um excedente que permita recolocar os termos

² Uma análise aprofundada sobre a produção e os usos do espaço urbano como elemento contraditório para a reprodução do capital (espaço como capital fixo) e para a reprodução da vida (como meio de consumo) pode ser encontrada na tese de doutorado de Carlos (1986). A mesma pesquisa também revela os liames entre a expansão das atividades industriais e o crescimento da urbanização como condição para a reprodução do capital, a partir do estudo de um município da periferia da metrópole.

da reprodução do capital (D'). Se o processo produtivo propriamente dito é realizado dentro das unidades produtivas, o ciclo é concluído fora do espaço restrito das fábricas, demandando a produção de outros espaços e a realização de um conjunto amplo de outras atividades relacionadas com a atividade industrial, como a construção de infra-estruturas de uso coletivo, a prestação de serviços, a comercialização e o consumo.

Quadro 1 – O ciclo do capital.

1º Fase	2º Fase	3º Fase
D ----- MP + FT -----	-----Processo Produtivo --	-----M ----- D'
Momento da troca no mercado de trabalho e de matéria prima.	Ocorre na unidade de produção.	Ocorre na circulação da mercadoria.

Fonte: Carlos, 1986, p. 147. Legenda: D – Dinheiro investido no início do processo; MP – Matéria-prima; FT – Força de trabalho; PP – Processo produtivo; M – Mercadoria; D' – Dinheiro acrescido.

A primeira fase (momento em que se compra matéria prima e a força de trabalho) e a terceira (momento em que a mercadoria é vendida no mercado) realizam-se antes e depois do processo de produção propriamente dito e em espaços exteriores ao ambiente reduzido da unidade produtiva. Para a realização desses dois momentos são fundamentais as presenças do mercado e do espaço urbano bem desenvolvidos e articulados numa divisão espacial do trabalho ampla e diversificada. A segunda fase compreende o processo de produção de mercadorias propriamente dito, realizando-se, portanto, no espaço interno da fábrica. Trata-se de um momento também importante, pois é por meio dele que ocorre a produção do valor através da exploração da mais valia. Contudo, o processo de valorização não será realizado/finalizado enquanto não ocorrer a conversão da mercadoria em dinheiro acrescido, através do consumo no mercado - envolvendo a utilização dos espaços da cidade como meios de circulação e consumo, em lugares exteriores ao espaço da unidade produtiva.

O tempo de realização do ciclo completo deve ser o mais breve possível e só se realiza no e pelo espaço. Evidencia-se que a realização do capital industrial necessita da produção de um espaço muito mais amplo do que aquele referente ao



espaço interno das unidades de produção, abarcando, em último caso, todo o espaço da sociedade. A indústria moderna precisa da concentração e aglomeração dos elementos que utiliza em seus processos produtivos - força de trabalho, consumidores, outras indústrias produtoras de insumos manufaturados, serviços complementares, gerência técnica e empresarial, matérias-primas, etc., possibilitando o surgimento dos maiores aglomerados urbanos da história da humanidade - mesmo que para isso tenha que gerar transformações no modo de vida e na produção do espaço como um todo, revertendo os conteúdos da cidade e realizando um movimento que tende para o espaço global.

A partir das unidades produtivas separadas pela divisão espacial do trabalho e articuladas por tecnologias de comunicação e de transporte cada vez mais avançadas, projeta-se uma lógica de reprodução ampliada que envolve a produção do espaço como um todo, abarcando o espaço da reprodução da sociedade e ao mesmo tempo entrando em contradição com ele. O espaço urbano entraria como parte do processo de reprodução no momento da circulação, como estágio no qual são fornecidos os materiais e a mão de obra para a produção e também como momento em que se realiza a mais valia (e a valorização) pela distribuição e consumo. O processo de reprodução precisa ser realizado no menor tempo possível, gerando a necessidade da concentração dos elementos envolvidos nos processos produtivos (e de consumo). Por sua vez essa necessidade de aceleração do tempo como condição para a reprodução ampliada vai gerar a necessidade da produção do espaço cada vez mais como meio de circulação, marcado pela presença de grandes obras viárias e pelo gigantismo das aglomerações urbanas privilegiadas pelos processos da acumulação industrial, mesmo que isso ocorra a custo da deterioração da vida urbana e das condições naturais que precediam o lugar (a primeira natureza).

Mas se durante décadas a indústria e a metrópole cresceram a ritmos intensos, a partir das últimas décadas do século XX elas têm passado por mudanças qualitativas em relação aos conteúdos da industrialização e da urbanização, como nos casos da desaceleração do crescimento industrial (em certos casos verificou-se o decréscimo), do surgimento de novas raridades e da dialetização da contradição entre centro e periferia. Grande parte dessas transformações são induzidas pela

redefinição qualitativa dos conteúdos da indústria e dos processos da acumulação. Tais transformações iluminam para uma tendência (de certa forma já consolidada) de desconcentração das atividades industriais de São Paulo com a respectiva centralização do capital. Esse processo parece desfechar um golpe muito forte em todas as representações que se formaram ao redor de São Paulo como a cidade do crescimento ininterrupto das atividades industriais e do trabalho a ela relacionado. Tentaremos demonstrar que esse novo movimento das atividades industriais e dos processos de acumulação se colocam como fomentadores de transformações muito mais amplas, repercutindo no plano da urbanização da metrópole como um todo. O nosso desafio maior, contudo, é entender em que medida os próprios conteúdos da periferia urbana são transformados, uma vez que defendemos nesta pesquisa a hipótese da indústria como ponto de partida para se entender a produção da periferia de São Paulo.

Existe hoje como tendência do desenvolvimento das relações político-econômicas modernas (impulsionadas por transformações nos padrões de acumulação, mudanças tecnológicas nas forças produtivas, nos meios de comunicação e transporte) um processo amplo e contraditório de reestruturação das atividades produtivas. No caso da metrópole paulistana o processo é acompanhado de uma tendência de reestruturação da economia, que se manifesta como transição de uma metrópole de hegemonia do capital industrial para uma metrópole de hegemonia do capital financeiro - representado pelo terciário moderno com suas diferentes formas de realização.

A reestruturação da economia paulistana possui reflexos diretos na produção do espaço, pois promove uma verdadeira redefinição da divisão espacial do trabalho e dos conteúdos sócio-espaciais em bairros e fragmentos de São Paulo - o caso emblemático ocorre no vetor sudoeste da cidade de São Paulo, em bairros como Vila Olímpia e Itaim Bibi em direção a região de Santo Amaro³. Esses bairros passam por transformações caracterizadas pela redefinição dos usos e ocupação do solo promovidos em consequência da valorização da região que guarda

³ A região sudoeste de São Paulo é onde se verifica um forte crescimento do número de lançamentos imobiliários não residenciais com a finalidade de atender a crescente demanda de escritórios para o setor de serviços do terciário moderno. Ver a respeito a pesquisa de Livre Docência de Carlos (2000).

características singulares na metrópole, como eixo de expansão para as atividades do terciário moderno, implicando na implosão-explosão de antigos bairros tradicionais, de uso residencial, pela produção de edifícios modernos e vias de circulação necessárias para as novas atividades econômicas ligadas ao capital financeiro, que adquirem preponderância frente a redução da participação da indústria. Nessas novas áreas centrais que passam pelos processos de valorização, a reestruturação se realiza instaurando novos símbolos da modernidade, com edifícios representativos da estética e tecnologia moderna e também com novos marcos da circulação rodoviária. A redefinição de usos e da reprodução do espaço urbano também é acentuada em antigos bairros industriais, que com a migração das indústrias para outras regiões “liberam espaço” para a especulação imobiliária, num momento caracterizado pela raridade do espaço em áreas específicas da cidade, como vem ocorrendo, por exemplo, na região de Santo Amaro.

Na sua pesquisa de Livre Docência, Carlos (2000) identifica que as transformações na reprodução do espaço urbano da metrópole, sinalizadas pela produção de novos espaços em lugares específicos da cidade decorrem das necessidades espaciais para a reprodução do ciclo do capital em seu novo estágio que vem se consolidando:

A reprodução do ciclo do capital exige em cada momento histórico, determinadas condições espaciais para sua realização; a dinâmica da economia metropolitana, antes baseada no setor produtivo industrial, vem se apoiando, agora, no amplo crescimento do setor terciário moderno – serviços, comércio, setor financeiro – como condição de desenvolvimento, numa economia globalizada. Tal transformação requer a produção de um outro espaço, como condição da acumulação, que se realiza a partir da expansão da área central da metrópole (até então lugar precípua de realização desta atividade) em direção a região sudoeste da metrópole (CARLOS, 2000, p.13).

A autora enfatiza que as transformações na reprodução do espaço urbano da metrópole ocorrem como condição para a redefinição dos conteúdos dos processos produtivos decorrentes do estágio atual da acumulação capitalista, que redefine estruturas produtivas, impõe um novo padrão de competitividade, flexibiliza processos produtivos, reestrutura espaços de produção, repercutindo seus impactos na criação de um novo padrão espacial, que por seu lado, impõe novos conteúdos para a realização da vida na metrópole. Para se compreender a produção desses

“novos espaços”, faz-se necessário, portanto, compreender a dinâmica recente das atividades produtivas da metrópole, fortemente marcada pela redução da participação das atividades industriais e pela respectiva ampliação da participação do setor terciário da economia. Entendemos que esse movimento sinaliza para a transição da hegemonia do capital industrial para a hegemonia do capital financeiro como pólo dinamizador das atividades econômicas da metrópole.

Nossa pesquisa busca averiguar em que medida **os impactos da reestruturação econômica e de transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro (também) se manifestam na reprodução da periferia urbana**. Entendemos que existe um movimento de reprodução da totalidade sócio-espacial que envolve e determina a reprodução dos diferentes espaços da metrópole, manifestando-se de forma diferenciada em cada lugar - a partir do embate entre as determinações gerais (externas) com as questões históricas inerentes ao lugar. Entendemos, portanto, que para se compreender os processos que ocorrem nas diferentes regiões da metrópole, faz-se necessário compreender o movimento geral da sua reprodução, articulando as transformações locais com as transformações amplas e gerais que determinam os processos da urbanização. Trata-se, fundamentalmente, de uma questão teórico-metodológica que se preocupa em não fragmentar e isolar fenômenos e processos que ocorrem de forma articulada⁴. Entendemos que esse procedimento de análise coloca-se como fundamental não apenas para se compreender as transformações mais pontuais que ocorrem em lugares específicos, mas também para se compreender a reprodução e os novos conteúdos da própria periferia urbana.

Conforme anunciamos, o movimento de transição do capital é acompanhado pela redefinição da divisão espacial do trabalho, gerando a produção de novos espaços para a realização das necessidades das novas atividades econômicas que se ampliam. Para além da redefinição dos usos da metrópole, sinaliza para a produção do espaço como um dos grandes negócios do atual estágio de reprodução

⁴ “O estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades históricas. Entretanto, na produção de uma pequena parcela de espaço encontramos as mesmas determinações, a mesma articulação. É possível detectar as leis gerais do processo de produção espacial a partir da análise de uma determinada parcela, desde que esta leve em conta a relação com a totalidade” (CARLOS, 1986, 43).

do capital. A reprodução do espaço nas áreas mais valorizadas envolve a articulação entre o capital financeiro e o setor imobiliário:

O deslocamento da indústria na metrópole e o crescimento do setor terciário revelam a primazia do capital financeiro que vai se realizar, no momento atual, como processo de produção de um espaço específico. Este fato pode ser percebido por meio da mobilidade do capital-dinheiro que deixa de direcionar-se preferencialmente, para a produção de mercadorias – na indústria, para voltar-se a produção do espaço, como mercadoria passível de geração de lucros maiores do que para o setor industrial, em crise (CARLOS, 2004, p.58).

O movimento de transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro e a reestruturação econômica como processo amplo não restringe seus impactos apenas ao campo das transformações econômicas, mas implica diretamente na produção de novos espaços necessários para as novas atividades que passam a determinar a dinâmica da metrópole, uma vez que o “espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda sua multiplicidade (CARLOS, 2000, p.02)”. As transformações, portanto, estendem-se ao plano da urbanização como um todo, envolvendo tanto os lugares centrais como os lugares periféricos. É certo, contudo, que as implicações sobre os espaços diretamente relacionados com o processo em curso são mais evidentes, como nas áreas em desindustrialização e áreas de forte centralidade em processo de valorização. Nos interessa saber em que medida se verificam transformações sobre os conteúdos da produção da periferia urbana da metrópole.

Como **hipótese** de pesquisa nos debruçaremos sobre a investigação da reestruturação econômica e do movimento de transição do capital em São Paulo como indutores de um padrão mais periférico e precário de urbanização, promovendo a continuidade da expansão horizontal da mancha urbana nas periferias da metrópole - num movimento que envolve e reforça a ocupação das áreas de mananciais. Esse processo contraditório seria alimentado, sobretudo, pelas transformações no mundo do trabalho decorrentes da transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro e pela reestruturação das relações de trabalho, que se manifestam em todos os setores da economia. Mas o movimento de continuidade da expansão da periferia não faz sentido sem a necessária complementação da questão da propriedade privada do solo urbano – base da

valorização do espaço e um dos principais elementos da urbanização como processo contraditório. Desse modo, também partiremos da hipótese de que a valorização do espaço nas áreas centrais dos diferentes bairros de São Paulo, sobretudo aqueles que são vizinhos ao centro expandido, promove a migração de antigos moradores empobrecidos para áreas menos valorizadas, geralmente localizadas na periferia. Em linhas gerais tratar-se-ia de um movimento que sinalizaria para a mobilidade da periferia urbana para regiões cada vez mais distantes aos centros estabelecidos.

Existe uma manifestação sócio-espacial do processo em curso, repercutindo diretamente na reprodução das periferias urbanas. Reforçamos a hipótese de que as implicações sócio-espaciais das transformações do capital em São Paulo realizam-se para além dos bairros que passam pelas transformações diretas da reestruturação produtiva e redefinição urbana (como nos casos de antigos fragmentos de áreas industriais desintegrados do processo produtivo industrial e reintegrados nos circuitos do terciário moderno e imobiliário). Verifica-se uma verdadeira redefinição da Geografia Urbana de São Paulo, implicando em transformações nos conteúdos da urbanização, tais como mudanças constantes nas paisagens, redefinição dos papéis e funções urbanas dos bairros tradicionais, mudanças nas relações sociais e com os espaços da metrópole, expansão das periferias urbanas (incluindo a ampliação da ocupação das áreas de mananciais), produção de novas raridades (espaços para expansão das atividades do terciário moderno em regiões específicas e de espaços naturais para o abastecimento hídrico da metrópole, por exemplo).

Nos bairros que passam pelo processo de reestruturação espacial (com a saída das indústrias e a inserção de novas atividades, principalmente nos vetores de expansão dos serviços modernos) os moradores antigos em boa parte são forçados a se mobilizar para outros bairros ou regiões mais periféricas, seja em decorrência da eliminação do emprego industrial (com a respectiva redução do poder aquisitivo ou necessidade de mudar para acompanhar o emprego), pela especulação e valorização imobiliária (que pode fazer aumentar os preços dos imóveis, dos aluguéis e posteriormente dos impostos urbanos) ou pela implosão das relações sócio-espaciais com o lugar. Colocado nesses termos, ao promover a valorização de

antigos bairros operários e residenciais, a mudança de usos e nas possibilidades de apropriação, as transformações no espaço urbano decorrentes da valorização imobiliária favorecem a mobilidade da população afetada para áreas periféricas da metrópole, mais compatíveis com o poder aquisitivo restrito e em declínio da classe trabalhadora.

Contrariamente aos discursos e ideologias sobre “democracia urbana”, “cidade inclusiva”, “ascensão da classe trabalhadora” ou “igualdade de direitos e condições”, a metrópole capitalista contemporânea revela cada vez mais a segregação como característica da sua urbanidade. Uma observação atenta da paisagem demonstra que a metrópole é quase inteiramente composta por “ilhas” de segregação e auto-segregação. Constata-se a presença na mancha urbana, de verdadeiros fragmentos de espaço justapostos uns aos outros, cada qual guardando características sociais e territoriais distintas em relação ao espaço vizinho, manifestando visualmente a segregação sócio-espacial e a separação das diferentes classes sociais como característica da vida urbana moderna.

Sabe-se, contudo, que a segregação sócio-espacial e que a extraordinária mancha urbana periférica que existe atualmente na metrópole paulistana não é um fenômeno recente, decorrente da eliminação de postos de trabalho na indústria e da precarização das relações de trabalho em curso. Mesmo durante os períodos de maior crescimento da atividade industrial, São Paulo não foi capaz de oferecer condições de trabalho e de vida satisfatórias para sua classe de trabalhadores. Muito menos pôde conter as tendências de expansão das periferias, favelas e cortiços, com deficiências generalizadas de serviços de consumo e uso coletivos como hospitais, saneamento, energia elétrica, transporte público, dentre outros. Ao contrário, o processo de industrialização brasileira - com seu caráter concentrado e propulsor das relações capitalistas de produção, foi um dos marcos na produção das periferias urbanas nas grandes cidades. Tal constatação ilumina o procedimento de análise muito mais sobre a natureza das relações sociais e das características do processo de industrialização e do urbano em São Paulo do que sobre os levantamentos quantitativos sobre o crescimento industrial e demográfico da metrópole, que muitas vezes reforça a concepção enganosa de que o fenômeno das

periferias urbanas decorre exclusivamente do crescimento demográfico rápido e elevado.

Oliveira (1972) num ensaio clássico esclarece de uma vez por todas a natureza dos processos da acumulação capitalista no seu ciclo industrial no Brasil. Consolida a superação da razão dualista no entendimento dos processos decorrentes da fase industrial-urbano, que tem por equívoco central o entendimento do desenvolvimento das relações capitalistas ao separar e opor as novas relações sociais com as velhas, o moderno com o arcaico, ou o desenvolvido com o subdesenvolvido, como se fossem elementos distintos e separados, sem nenhuma organicidade. O autor demonstra que a reprodução das relações capitalistas na indústria, propulsoras do moderno, induziu a manutenção e mesmo a expansão de relações arcaicas em outros setores e ramos, como na produção agrícola, nos diversos serviços urbanos, e mesmo em ramos específicos do setor secundário, ao incentivar relações tradicionais no atendimento da demanda de produtos industriais para a reprodução da classe trabalhadora, como o artesanato e outras “formas superadas” de produção industrial.

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 1972, p. 32).

Reconhece-se que a concentração das atividades industriais em São Paulo foi central no processo de mobilização da mão de obra (em escala nacional e mesmo internacional), induzindo processos migratórios que atuaram diretamente na formação da maior metrópole Sul-Americana, de forma muito rápida e intensa. Contudo, essa manifestação da modernização se realizou de forma contraditória, já que não permitiu uma integração plena da classe trabalhadora na metrópole nos moldes das relações capitalistas de produção e consumo verificados nos países industrializados. Muitas pesquisas indicam que a expansão da periferia urbana deu-se precisamente nesses momentos, induzida por fatores como as elevadas taxas de migração e crescimento demográfico, ampliação da população urbana com respectiva redução da população rural, taxas elevadas de exploração da força de

trabalho, processos de autoconstrução da casa própria em loteamentos clandestinos e irregulares, transformações nos sistemas de transportes que permitiram a expansão urbana horizontal e a presença marcante da especulação imobiliária com as terras. Rodrigues (1989), por exemplo, argumenta que:

O processo de autoconstrução, já existente nas primeiras décadas deste século, torna-se mais ativo na década de 50, intensificando-se ainda mais na década de 60. Está vinculado ao processo de industrialização e crescimento urbano e à transformação do sistema de transportes, substituindo-se os bondes puxados a burro, pelos bondes elétricos e estes por uma malha viária a ser percorrida pelos ônibus. Enquanto no início do século XX prevalecia um padrão adensado de cidade, desde 1950 prevalece um crescimento horizontal, com a predominância da autoconstrução (RODRIGUES, 1989, p. 32-33).

Obviamente que a produção do espaço urbano não se deu inerte às contradições inerentes ao processo de reprodução do capital industrial, mas ocorreu como “condição, meio e produto” das relações sociais estabelecidas no processo de industrialização da metrópole. Não apenas resultou das contradições inerentes à sociedade capitalista do mundo subdesenvolvido, como projetou novas contradições urbanas que vieram a fortalecer e mesmo se sobrepor as contradições inerentes aos processos do capital, como o da massificação da pobreza em meio a elevadas taxas de crescimento econômico, a produção desigual do espaço urbano, com pequenos “focos” de riqueza em meio a grandes “continentes” de pobreza, e também os problemas ambientais de saneamento e abastecimento hídrico.

Uma das características centrais da urbanização de São Paulo durante o período da hegemonia do capital industrial foi a formação e expansão da mancha periférica, fornecendo os contornos sócio-espaciais da metrópole moderna atual. Durante todo o processo, a produção do espaço urbano revelou que se acentuou a contradição entre segregação e auto-segregação de classes sociais diferentes, reforçando a separação como característica da urbanização capitalista.

Doravante, em meio a consolidação da reestruturação das atividades produtivas que marcam a transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, verifica-se a continuidade do acentuado crescimento das periferias da metrópole. Somos fortemente tentados a pensar que o que se verifica atualmente com os processos de urbanização são puramente a repetição das contradições

gestadas pela industrialização, e, portanto a continuidade dos conteúdos da urbanização induzidos pela indústria, como, por exemplo, o da expansão horizontal da mancha urbana metropolitana, iniciada durante a hegemonia do capital industrial. Trata-se, contudo, de um dos grandes desafios que nos instiga e que tentaremos desvendar ao longo da pesquisa; acreditamos que os conceitos de produção e reprodução podem ser fundamentais para a compreensão das mudanças que perigosamente podem passar despercebidas pelo rótulo de manutenção do mesmo.

1. Um desafio teórico: o movimento da produção e da reprodução.

As transformações empíricas desafiam a teoria a atualizar-se, a se renovar como condição de poder acompanhar o movimento da realidade, atualizando sua validade científica. Fato incontestável é o de que a realidade está em estado de mudança permanente e exige a todo o momento novas explicações capazes de gerar o entendimento dessas transformações. A tarefa não é simples, sobretudo se não for fundamentada num corpo teórico-metodológico consistente e coerente. A realidade industrial-urbana muda porque o capitalismo se coloca “*como totalidade nunca sistematizada, nunca acabada, nunca perfeita, mas que, contudo, se vai consumando, se vai realizando*” (LEFEBVRE, 1978, p.05).

Nesse sentido, merecem atenção especial os conceitos de **produção** e de **reprodução** re-elaborados por Henri Lefebvre, a partir da preocupação em atualizar o arcabouço teórico-metodológico do pensamento marxista, instrumentalizando-o para o entendimento da realidade transformada pelo movimento de reprodução do capitalismo e aprofundando a crítica radical iniciada por Karl Marx⁵. O instrumental teórico-metodológico herdado de Marx teria sido elaborado com o objetivo de entender o capitalismo concorrencial do século XIX, num momento em que muitas das questões mais recentes ainda não se colocavam como problemas empíricos, ou apenas se colocavam como tendências. Muitas das previsões apontadas por Marx não se realizaram. As transformações no capitalismo concorrencial resultaram na concentração e centralização do capital, conferindo enorme elasticidade ao capitalismo e inaugurando o capitalismo monopolista, mais dinâmico e complexo. Ao invés da conclamada transição para outro modo de produção, presenciou-se ao

⁵ A problemática urbana, derivada da produção do espaço, também seria outra questão importante a ser incorporada pelo debate marxista no bojo do seu movimento de renovação. Neil Smith reconhece a atuação de autores como David Harvey, Manuel Castells e Henri Lefebvre como precursores da incorporação do debate sobre produção do espaço dentro do arcabouço teórico-metodológico do marxismo. “Mas é Henri Lefebvre que tem sido o mais coerente, o mais criativo e o defensor mais explícito da *produção do espaço*. Ao que eu saiba, foi Lefebvre quem criou a frase *produção do espaço*. O enfoque de Lefebvre visa menos ao processo de produção, e mais à reprodução das relações sociais de produção que, diz ele, *constitui o processo central e oculto* da sociedade capitalista, e este processo é essencialmente espacial. A produção das relações sociais de produção não ocorre somente na fábrica, nem tampouco numa sociedade como um todo, de acordo com Lefebvre, *mas no espaço como um todo; o espaço como um todo tornou-se o lugar em que a reprodução das relações de produção se localiza*” (SMITH, 1988, p. 139).

aperfeiçoamento da capacidade de adaptação e manutenção das relações capitalistas durante todo o século XX⁶. Nesse intermédio, Lefebvre destaca o aparecimento de mudanças qualitativas na natureza das relações sociais. Avança-se do problema da **produção** e reprodução dos meios de produção (mais diretamente relacionado com os espaços e processos das unidades de produção) para a problemática da **reprodução** das relações de produção (que extrapola os espaços das unidades produtivas, abarcando todo o espaço de realização das atividades humanas, todas as relações sociais), configurando uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo.

O conceito de “reprodução das relações de produção” é dinâmico, complexo e se preocupa com o movimento da totalidade. Lefebvre alerta sobre os perigos decorrentes da fragmentação do conhecimento em saberes isolados, num momento em que o modo de produção se consolida como totalidade, abarcando todos os momentos e esferas da reprodução social. O conceito também enfatiza a capacidade de adaptação e movimento do capitalismo, que ao mesmo tempo em que se modifica, destruindo relações e contradições antigas e substituindo-as por novas relações e contradições, promove a perpetuação e repetição de determinadas relações e contradições herdadas de períodos anteriores, como no caso da propriedade privada da terra. O conceito de reprodução das relações de produção daria conta desse movimento, em que o capitalismo domina os resultados da história, e, sobretudo através do Estado, tenta estabelecer uma coerência e coesão, fazendo persistirem as suas relações de produção e reprodução, malgrado suas contradições imanentes.

A esfera do econômico, da reprodução dos meios de produção como condição da continuidade do modo de produção nos espaços da produção fabril

⁶ “O conceito de produção e da reprodução das relações de produção (das relações sociais) resolve uma contradição no pensamento de Marx, contradição essa que de resto, não poderia aparecer-lhe como tal. Marx pensava que as forças produtivas estão constantemente em choque com os estreitos limites das **relações de produção** existentes e do modo de produção capitalista; para ele, a revolução iria fazer explodir esses limites; as crises parciais transformam-se em crise geral; a classe operária, impaciente, espera a sua hora iminente e vai-se entrar no período de transição (entre o capitalismo e o comunismo) após a revolução política” (...) “Acontece que o capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital. Qual o preço disso? Não há números que o expressem. Por que meios? Isso, sabemos-lo nós; ocupando o espaço, produzindo um espaço” (LEFEBVRE, 1978, p. 21).

perdem o referencial como principais indutores da acumulação. O neo-capitalismo avança sobre toda a sociedade e espaço, apropriando-se de todas as esferas da realização da vida como elementos para reprodução das condições de continuidade da acumulação. Nada escaparia ao movimento de reprodução das relações de produção:

Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não apenas dos meios de produção): é todo o espaço. Ocupado pelo neo-capitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e contudo fragmentado, reduzido a pedaços (só se vendem pedaços de espaço às clientelas), o espaço transforma-se nos paços do poder (LEFEBVRE, 1978, p.95).

Na sua pesquisa de doutorado, Carlos (1986) considera que ao entender-se o espaço como produto das relações humanas faz-se necessário articular os processos de **produção** e **reprodução**:

Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano, entretanto a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca e consumo e seu movimento de retorno à produção de modo internalizado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz) (CARLOS, 1986, p. 35).

Reforça-se a ideia da articulação existente entre produção e reprodução, que pode ser entendida como relação entre os movimentos do particular articulado com o movimento da totalidade. A concepção de reprodução, se por um lado refere-se ao processo de realização da acumulação do capital, por outro se refere ao desenvolvimento das atividades humanas de uma forma mais ampla.

Percebe-se uma evolução na elaboração do conceito de reprodução na pesquisa de livre docência da autora. Ana Fani Alessandri Carlos defende que o conceito de reprodução abre-se para uma perspectiva de entendimento da totalidade. Não se restringe ao plano do econômico, mas abre perspectiva para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo. Envolve, portanto, o conceito de produção ao mesmo tempo em que lhe complementa e lhe restitui

sentido. Abrange um contexto que extrapola a esfera específica da produção de mercadorias e do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que os incorpora,

para estender-se ao plano do habitar, ao lazer, à vida privada, guardando o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da vida. Nessa direção a noção de reprodução abre como perspectiva analítica o desvendamento da realidade urbana, a análise da vida cotidiana enquanto lugar da reprodução no seu sentido amplo. É nesse plano que pode ser detectado uma tendência; aquela da instauração do cotidiano como elemento constitutivo da reprodução no mundo moderno da metrópole (CARLOS, 2000, p. 04).

A autora identifica a produção do cotidiano como tendência ao estabelecimento de uma sociedade padronizada pelo consumo - com valores, comportamentos e modelos culturais, identificada com a gestação da sociedade urbana⁷ que se generaliza com a mundialização. A reprodução guarda o sentido da constante produção de relações sociais. A noção de cotidiano liga-se a de reprodução. Cotidiano como um produto histórico. Espaço sendo produzido de forma a reproduzir tais tendências de reprodução das relações sociais, uma vez que as relações sociais são também práticas espaciais (Ibdem, 2000).

O desenvolvimento teórico do conceito de reprodução não passou inerte a críticas. Smith (1988), por exemplo, reconhece a coerência e originalidade dos estudos de Lefebvre, sobretudo em relação a ideia de *produção do espaço*. Mas questiona ferrenhamente a noção de reprodução das relações de produção. Vejamos mais de perto:

Lefebvre compreende a importância do espaço geográfico no capitalismo atual, mas é incapaz de atingir o âmago profundo desta questão. Além da **indeterminação conceitual** a respeito do espaço, a razão para isto parece ser a tentativa de ligar a importância do espaço ao projeto político mais amplo segundo o qual a **problemática da reprodução desloca a da produção**. A tese reproducionista origina-se da experiência do capitalismo do pós-guerra quando, de fato, a sociedade capitalista atingiu um padrão considerável de consumo de mercadorias e conseguiu integrar mais completamente o processo de reprodução na estrutura econômica. E

⁷ “Denominaremos *sociedade urbana* a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (LEFEBVRE, 1999, p. 15). “Através e no seio da *sociedade burocrática de consumo dirigido a sociedade urbana* está em gestação” (LEFEBVRE, op. cit., p. 18). “Utilizando-se as palavras *revolução urbana*, designaremos o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias a *sociedade urbana* passará ao primeiro plano” (LEFEBVRE, op. cit., p. 19).

os conflitos da década de 60 foram, em grande parte, sobre questões comunitárias e sociais, mais do que greves em fábricas. Mas se isto significa, como sugere Lefebvre, que a reprodução das relações de produção torna-se a função mais determinada, e que a luta de classes é agora essencialmente sobre questões de reprodução mais que sobre questões de trabalho, é algo que deve ser analisado. Superficialmente, as mudanças que Lefebvre identifica podem ser bastante reais, **mas não está claro que elas representam tal reversão estrutural profunda como ele propõe**. A década de 80 poderia claramente servir de teste histórico preciso que confina a teoria reproducionista pura aos arquivos da história (SMITH, 1988, p. 141, grifos nossos).

Primeiramente gostaríamos de comentar a afirmação de Smith de que existiria uma *indeterminação conceitual a respeito do espaço* no pensamento de Lefebvre. Evidentemente que o pensamento de Lefebvre é muito complexo e amplo, resultado de muitas décadas de estudos. Lefebvre entende que o conceito não deve de forma alguma congelar-se, estagnar-se ou fechar-se, sob o risco de perder sua validade científica. O conceito deve ser aberto e dinâmico, com fluidez o suficiente para permitir que a teoria acompanhe o movimento das transformações da realidade; para tanto, deve ter uma sólida fundamentação teórico-metodológica. O conceito fechado, sem movimento, congela o pensamento, e, por conseguinte, a compreensão da realidade, que tem por características fundamentais o movimento e a complexidade. Se Lefebvre não se preocupa em definir seus conceitos segundo os princípios de uma lógica formal, talvez seja porque tenha plena consciência do que faz e esteja exatamente questionando os rumos que o saber científico tomou durante todo o século XX, fragmentando-se e colocando-se como ferramenta facilmente manipulável e reproduzível, a serviço da reprodução das relações de produção, na fábrica e fora dela.

Também é evidente que nenhuma sociedade pode abrir mão da sua base produtiva. Lefebvre enfatiza freqüentemente que produção e reprodução se complementam, sendo que a reprodução envolve e restitui o sentido da noção de produção. Pode ser que não tenha ficado muito claro para Smith que a questão da reprodução das relações de produção não abre mão da produção, uma vez que só existe reprodução, quando ocorre primeiramente a produção. A questão fundamental é que durante o século XX as questões urbanas deixam de ser induzidas e passam a induzir os processos industriais. Os processos produtivos hoje dependem da reprodução das relações de produção, por exemplo, da produção de um espaço e cotidiano fragmentados, padronizados e orientados para o consumo, como condição

para realização dos processos produtivos na indústria. As tendências recentes de redefinição das atividades econômicas na metrópole de São Paulo (tendências estas que se verificam em todas as grandes metrópoles do mundo), de deslocamento da hegemonia do capital industrial pelo capital financeiro, a nosso ver, sinalizam para o movimento de reprodução das relações de produção, sem eliminar, é evidente, a necessidade de uma base produtiva para a realização das relações sociais.

Entendemos que o movimento de transição do capital industrial para o capital financeiro sinaliza para o movimento de transição da produção para a reprodução das relações de produção. Incorpora novos conteúdos no movimento de transição dos processos de produção e reprodução, haja vistas que a reprodução da metrópole fundamenta-se cada vez menos nos processos hegemônicos decorrentes da esfera do capital industrial, colocando-se cada vez mais como decorrente de processos induzidos pelo urbano e outras esferas da reprodução. É evidente que a hegemonia dos processos de acumulação que se colocam através do capital financeiro não assumem para si toda a exclusividade da tarefa da reprodução das relações de produção, e, portanto, da manutenção do sistema capitalista. Representaria apenas um dos elementos da reprodução na esfera do econômico. A reprodução realiza-se num movimento muito mais amplo e complexo, envolvendo para além da esfera do econômico, o político e o social, materializando-se através da apropriação de elementos como o Estado, o cotidiano, as ideologias, o conhecimento, o espaço urbano, a cultura, a natureza, enfim, uma trama grande e variada de elementos, que na aparência manifestam-se separadamente, como fatores distintos e estranhos um em relação ao outro. Contudo, na essência e na prática, realizam-se de forma articulada e conjunta, sobre-determinados pela lógica da reprodução das relações de produção.

Adotamos a hipótese lefebvriana de que o modo de produção se modifica sem resolver suas contradições fundamentais, mas se transforma para poder continuar se reproduzindo e se manter como sistema hegemônico. Nesse movimento, não apenas arrasta as contradições antigas, reforçando-as, como também recria novas contradições. A metrópole de São Paulo passa por um processo amplo e complexo de reestruturação produtiva, que tem dentre seus resultados a reestruturação do seu parque industrial, substituído parcialmente por

atividades e espaços induzidos pelo crescimento do terciário moderno. **Transformam-se** as relações de produção na metrópole, implicando em profundas transformações na reprodução do espaço urbano, na vida cotidiana, nos bairros eclipsados pelo processo, no mundo do trabalho; ainda implicaria na produção de novas relações sociais? **Permanecem** as relações sociais e contradições gestadas durante a hegemonia do capital industrial, por exemplo, entre centro e periferia, na relação capital-trabalho; conserva-se o modo de produção, porém a sua reprodução dá-se cada vez mais em outros patamares. Também se verifica uma **regressão**, degradação ou transgressão na realização de segmentos específicos, ou destruição de relações anteriores? A problemática dos mananciais revelaria alguma característica desse movimento, como degradação da natureza, ou como degradação das condições de vida na metrópole, como problemática da periferia urbana? As duas constatações, a degradação das condições sociais e a degradação dos espaços naturais não se complementariam sob o prisma da reprodução entendida como totalidade?⁸.

O sentido do processo nos instiga a refletir sobre as relações que se estabelecem entre as atividades sociais e econômicas e a reprodução do espaço urbano; a entender as novas características e contradições sócio-espaciais da metrópole a partir da redefinição das atividades produtivas. Partimos da premissa de que o espaço geográfico é produto das relações humanas, e que espaço e sociedade são redefinidos a todo o momento. O espaço urbano é, portanto, produto do trabalho humano socialmente determinado. Espaço e sociedade implicam-se umbilicalmente, na medida em que as atividades humanas realizam-se e produzem um espaço, e que o espaço coloca-se como condição para as relações humanas. Na medida em que o mundo do trabalho é redefinido, entendemos que o espaço geográfico, na condição de produto do trabalho humano, também passa por mudanças. Tomamos emprestada a tese de que,

Ao produzir sua vida (sua história, a realidade) a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Tais condições são produzidas pelo trabalho enquanto atividade humana, logo o desvendamento deste enquanto processo produtor do espaço geográfico é o nosso ponto de partida e implica em

⁸ As palavras destacadas em negrito reproduzem a tríade entre o que é mantido, o que é degradado e o que é produzido como novo, no processo da reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, op. cit., p. 14).

discutir, de um lado a articulação entre as atividades produtivas no conjunto da sociedade, e de outro, a materialização espacial desse processo, cujo movimento fundamenta-se na luta de classes, na contradição entre a produção espacial coletiva e a apropriação privada (CARLOS, 1986, p. 19-20).

Contudo, se aceitamos que o espaço urbano é produzido pelo trabalho historicamente e socialmente determinado, devemos considerar que a precarização das relações de produção e trabalho implicam na deterioração dos termos da produção do espaço e, portanto da vida na metrópole.

A pesquisa nos indaga a refletir sobre a natureza das relações capitalistas de produção na metrópole e a explorar os liames entre a produção da periferia urbana e a industrialização, mas, sobretudo a questionar quais seriam os novos conteúdos da urbanização no processo de reprodução da periferia da metrópole em meio a redefinição das atividades produtivas, que apontam para a hegemonia do capital financeiro como novo momento da reprodução do capital.

Existiriam novos conteúdos e contradições específicas da reprodução da periferia de São Paulo, decorrentes das transformações verificadas no movimento de transformação da acumulação do capital, ou estamos apenas diante da repetição e continuidade de contradições herdadas do período da hegemonia do capital industrial? Para além dos “novos bairros” redefinidos em função dos processos de valorização (decorrentes das novas atividades hegemônicas da metrópole), também haveria implicações na reprodução da periferia urbana?

Entendemos que os diferentes lugares da metrópole estão articulados e redefinem-se em função do movimento da totalidade, do universal que se realiza de forma diferenciada em cada lugar, como salientamos no início do capítulo. Não existe, portanto, autonomia ou isolamento dos bairros e espaços da metrópole frente aos processos hegemônicos que caracterizam o movimento da totalidade, o que por outro lado, também não implica em afirmar que os diferentes lugares apenas se comportam como espelhos, refletindo sem protagonismo as determinações da totalidade, que emanam da ordem distante. A compreensão dos fenômenos e processos dos diferentes bairros da metrópole certamente possuem especificidades e características endógenas, mas são apreendidos corretamente pelo pensamento



na medida em que são inseridos no movimento da reprodução da totalidade, apenas quando articulados aos processos universais que determinam a reprodução da metrópole e da sociedade capitalista.

Ao partirmos da premissa do movimento articulado entre a totalidade e suas partes, tentaremos desenvolver a **hipótese** de que existe uma mudança nos conteúdos da urbanização na periferia da metrópole em decorrência da redefinição dos padrões de acumulação, com a definição de dois momentos: o da hegemonia do capital industrial – **momento da produção**, e o da hegemonia do capital financeiro – **momento da reprodução**. O desafio seria o de definir os momentos, demonstrar sua validade teórica e prática e o seu respectivo movimento, localizando suas rupturas, continuidades e descontinuidades.

2– Os termos da produção capitalista.

2.1 – O urbano como produto da indústria na gênese da metrópole de São Paulo.

A indústria moderna redefiniu as relações humanas, tanto nas esferas da produção material como na produção das relações sociais. Não apenas alterou a relação do homem com a natureza, como produziu uma nova sociedade, redefinindo as relações de propriedade, de trabalho, as relações políticas, as instituições, o espaço geográfico mundial, os costumes, tradições e valores. Seu movimento de crescimento e consolidação decorreu da expansão e consolidação do modo de produção capitalista, que se expandiu gradualmente, com os processos derivados da indústria, abarcando todas as regiões do mundo numa verdadeira divisão internacional do trabalho. Ao mesmo tempo, induziu o crescimento das cidades e redefiniu o sentido da urbanização, projetando, segundo Lefebvre, a problemática do espaço e a problemática urbana⁹ acima das questões e problemas derivados da indústria, fornecendo os conteúdos para aquilo que o autor define como o momento da “reprodução das relações de produção”.

Nos atentaremos por um momento no conceito de **produção** para a partir dele avançar sobre as questões da indústria, e respeitadas as nossas limitações, avançar para as questões da produção do espaço decorrente da industrialização de São Paulo, esboçando o movimento que sinaliza para a problemática da reprodução, que será abordada mais detalhadamente no capítulo subsequente. Tentaremos perfazer um percurso anunciado por Lefebvre em muitos dos seus trabalhos¹⁰.

Temos como foco a preocupação com as transformações na urbanização de São Paulo. Acreditamos que o caminho teórico-metodológico pelo qual enveredamos deve contribuir para o entendimento da realidade paulistana, malgrado boa parte das questões que alimentaram a formulação das teorias lefebvrianas ou

⁹ Teria criado as condições para inaugurar a sociedade urbana, ao mesmo tempo como tendência e realidade concreta, qualitativamente diferente da sociedade industrial.

¹⁰ Consultar por exemplo, obras de Lefebvre como “A Produção do Espaço” (mimeo), “O Fim da História” (1971), “A Revolução Urbana” (1975) e “A Reprodução das relações de Produção” (1978).

elaboradas por Marx terem sido observadas na realidade européia. Temos plena consciência de que a realidade da urbanização brasileira guarda traços diferentes da que se verificou na França, por exemplo, visto que são países inseridos em contextos histórico e geográfico singulares, ocupando cada qual uma posição diferente no seio da divisão internacional do trabalho. Todavia, o fenômeno da urbanização, em meio a uma realidade cada vez mais mundializada e homogeneizante, tende a reproduzir processos e tendências universais, derivados da reprodução das relações sociais capitalistas. Evidentemente que cada país, cada região ou mesmo cada lugar possui especificidades históricas que modificam a forma como esses processos ditos universais se realizam. Cabe aos intelectuais desvendarem as especificidades de como o modo de produção mundializado se apropria dos diferentes contextos histórico-geográficos, utilizando seus resultados como elementos da reprodução dos processos da acumulação capitalista.

O conceito de **produção** seria central na análise do mundo moderno, não apenas porque os processos produtivos assumem uma importância e dimensões incomensuráveis no chamado “mundo das mercadorias”, mas, sobretudo por se tratar de um conceito dotado de uma “universalidade concreta” (LEFEBVRE, mimeo, p.37)¹¹. Trata-se de uma universalidade que se relaciona diretamente com o conceito de **trabalho**, tomado na sua condição de abstração concreta. Esses seriam dois conceitos privilegiados, que “permitem analisar as relações de produção” (LEFEBVRE, op. cit., p. 37). O conceito de produção passou por um processo de reelaboração com Marx, que o teria tomado de Hegel, sem fechá-lo numa definição rígida. Da sua suposta ambigüidade emanaria a sua riqueza. Marx ao mesmo tempo o utiliza em duas acepções distintas, que não se excluem, mas se complementam.

Na **acepção ampla**, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja produzido. **A natureza**, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos do sentido, foi modificada, **portanto produzida**¹². Os seres humanos

¹¹ Trata-se da obra “A produção do espaço”. Estamos utilizando uma tradução em vias de realização, feita pelo grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. A tradução ainda não foi publicada.

¹² Apenas a título de observação (pois iremos abordar a questão com maior ênfase em capítulo posterior) destacamos outra consideração ao mesmo tempo polêmica e relevante da citação de Lefebvre que se refere a ideia de produção da natureza. A mesma colocação será realizada posteriormente por Neil Smith. O desenvolvimento das relações de produção, e, portanto das forças produtivas, avançam em patamares que reforçam mais do que nunca a unidade sociedade-natureza,

produziram formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas. A produção no sentido amplo abrange então obras múltiplas, formas diversas, mesmo se essas formas não trazem a marca dos produtores e da produção (como a forma lógica, aquela da abstração que passa facilmente por intemporal e não produzida, ou seja, metafísica) (Ibdem, p. 01, grifos nossos).

A outra acepção é a mais corriqueira, com um sentido bem mais restrito e próximo da linguagem econômica. No sentido restrito a produção se refere ao ato de produzir coisas, produtos, mercadorias. Lefebvre destaca que em Marx e Engels, o conceito nunca se forma, no sentido de se fechar, e que apenas mais tarde a ciência econômica tentará restringi-lo na sua acepção estreita.

Da relação entre as duas acepções depreende-se que a atividade de produção não se resume apenas ao ato da produção de coisas, produtos e objetos materiais com a simples finalidade de atender as necessidades humanas. Ela envolve construções e mediações muito mais amplas e complexas, como a produção de relações sociais, das representações, da história e do próprio espaço geográfico, da humanização e do seu oposto. O desenvolvimento das atividades produtivas, entendidas em seu sentido restrito como produção de mercadorias, caminhou passo a passo com a produção de relações e instituições sociais, com a produção no seu sentido amplo.

Qual seria então a importância em abordar o conceito de produção, ao invés de partir-se diretamente para os fatos da industrialização e urbanização de São Paulo como a maior parte dos pesquisadores o fazem? Primeiramente argumentamos sobre a necessidade da fundamentação teórica como condição necessária para qualquer trabalho científico minimamente comprometido. O mais relevante, contudo, é considerar que a teoria e a realidade dialogam e caminham juntas, cabendo ao pensamento abstrato o desafio de revelar o que a simples observação dos fatos empíricos não permite apreender. A teoria crítica tem como desafio produzir a compreensão dos fatos em profundidade e amplitude, desvendando sua dinâmica contraditória. Na sua aparência, as questões derivadas

a ponto de inserir a questão da produção da natureza como realidade concreta e mesmo condição da reprodução social. No seio das relações capitalistas verifica-se contraditoriamente a aprofundamento da unidade e das contradições sociedade-natureza, ao mesmo tempo colocando-a cada vez mais como raridade, perfilando o seu uso como privilégio de poucos.

da industrialização e urbanização apresentam-se como fenômenos isolados e “caóticos”, ofuscando a compreensão de que na verdade estão articulados e sobredeterminados por uma ordem maior que os engloba e os reproduz através da sua lógica abstrata. Somente o pensamento teórico é capaz de trazer a compreensão dessa lógica abstrata universal que se apodera da urbanização, restituindo o sentido dos fatos e das contradições que se manifestam como fenômenos isolados (e tratados a parte, por cada setor de planejamento ou ramo científico especializado).

Conforme anunciamos, a industrialização de São Paulo realizou-se produzindo novas relações sociais como condição para a sua reprodução ampliada. O ato da produção de mercadorias (sentido restrito) implicou necessariamente no ato da produção das condições sócio-espaciais (sentido amplo). A industrialização paulistana teria surgido lentamente em meio aos interstícios da economia cafeeira, se aproveitando das infra-estruturas (sobretudo de transportes), instituições, dos capitais e também do incipiente crescimento e dinamismo urbano do período de virada dos séculos XIX ao XX. Para desenvolver-se plenamente teria de alterar as condições hegemônicas dos processos de acumulação. Colocava-se, portanto, numa posição subordinada¹³, haja vistas que o que determinava o dinamismo econômico da época eram os processos da acumulação na economia cafeeira.

Durante o século XIX, principalmente na sua primeira metade, o país possuía um significativo parque manufatureiro destinado a atender as necessidades de subsistência da produção agrário-exportadora, que era realizada conjuntamente com a agricultura de subsistência. O objetivo dessas atividades de subsistência não era o comércio, mas simplesmente subsidiar a produção agrário-exportadora. Paul Singer (1977) entende que seria um engano supor que a necessidade de produtos manufaturados para subsistência era atendida inteiramente pelas importações do

¹³ Barjas Negri (1996) identifica diferentes mecanismos de subordinação da indústria pelo café. “A primeira subordinação dessa indústria nascente manifesta-se pela procedência do seu capital, no que se denominou capital cafeeiro. (...) A segunda subordinação está na incipiente produção de bens de capital e intermediários, fato que implica a necessidade de importá-los e são as exportações de café que fornecem as divisas suficientes para financiar suas importações. A terceira subordinação refere-se a insipiência do mercado urbano: na verdade é a expansão cafeeira que gera direta ou indiretamente os mercados da indústria. Em menor escala, a quarta subordinação refere-se ao mercado de mão de obra para a indústria nascente, que também se formou com a imigração em massa proporcionada pela economia cafeeira” (NEGRI, 1996, p. 28).

exterior. A maior parte dos manufaturados importados eram artefatos de luxo para as demandas das elites, e destinavam-se aos grandes centros comerciais e capitais de província. Havia uma necessidade de produtos manufaturados para atendimento das necessidades elementares da população e que eram produzidos no próprio país. As empresas eram pequenas e dedicadas à produção de artefatos e acessórios simples, como roupas, alimentos, mobiliário, etc., que muitas vezes eram utilizados na subsistência das próprias fazendas. Envolviam a combinação do emprego de técnicas de produção rudimentares, com baixa produtividade e sem o desenvolvimento de uma divisão social do trabalho complexa. A produção não tinha grandes dimensões, pois se destinava a atender as demandas locais (no máximo regionais) e quase sempre não envolviam relações monetárias, predominando o escambo e outras formas de trocas em espécie. De certa forma, essa estrutura produtiva refletia a falta de integração territorial do espaço brasileiro, marcado pela existência de complexos regionais agrário-exportadores articulados mais com o exterior do que com as outras regiões do país (SINGER, 1977).

As mudanças econômicas e sociais ocorridas no final do século XIX em São Paulo viriam a favorecer a ampliação das suas atividades manufatureiras. A cidade passava por um período de sensível dinamismo urbano, que em associação com outros fatores viriam a criar um ambiente promissor ao desenvolvimento das atividades industriais. Muitas dessas mudanças decorreram do crescimento da economia cafeeira e da função econômica da cidade como principal entreposto comercial regional (além de capital da província), o que lhe permitiu absorver grande parte das riquezas geradas em outras partes do estado e do centro sul do país. Praticamente toda a produção agrícola do estado destinada à exportação no porto de Santos tinha que passar pela capital, pois o traçado de todas as linhas férreas do interior convergiam para São Paulo, que se colocava como “porta” de entrada e saída para o interior. Com o desenvolvimento da economia cafeeira no centro e oeste do estado a sua função como entreposto comercial fortaleceu-se, intensificando as transformações decorrentes do desenvolvimento das atividades monetárias.

A pequena cidade passava por um verdadeiro *boom* de crescimento populacional. De apenas 27.900 habitantes no ano de 1860, passou

respectivamente para 64.934 habitantes em 1890 e 239.820 habitantes em 1900. Em apenas quarenta anos aumentou sua população em cerca de 859%. O crescimento demográfico foi acompanhado por transformações fundamentais para o desenvolvimento da indústria. A cidade recebeu uma série de investimentos públicos e privados que elevaram sua condição de pólo de atração dos excedentes produzidos nas outras regiões do estado. Desses investimentos destacam-se aqueles feitos como a inauguração da iluminação pública a gás em 1872, que substituiu a iluminação a querosene, o serviço telefônico em 1884, os serviços de abastecimento hídrico e de coleta de esgotos iniciados com a criação da Companhia Cantareira em 1887, o serviço de bondes com tração animal em 1872 e o calçamento e alargamento de ruas.

A modernização da cidade deveu-se em parte ao aumento da arrecadação pública com a expansão das exportações do café, permitindo ao poder público a intensificação dos investimentos. As transformações tiveram efeitos sinérgicos indutores de mais mudanças, como a concentração da rede bancária na capital. Muitos fazendeiros e seus familiares optaram por morar na cidade, inaugurando bairros residenciais de alto padrão, como os Campos Elíseos e Higienópolis. Com o fim do trabalho escravo (abolição da escravidão em 1888) e as políticas de atração da mão de obra estrangeira para o Brasil, muitos imigrantes optaram por ficar em São Paulo. Aumentou-se consideravelmente o montante de rendimentos disponíveis ao consumo de produtos manufaturados e serviços urbanos, pois a cidade contava com uma quantidade significativa de trabalhadores assalariados, profissionais liberais e representantes da elite cafeeira (Ibdem, 1977).

A pequena indústria de subsistência que praticamente não envolvia relações monetárias (o predomínio do trabalho escravo era um dos principais fatores de estagnação da manufatura) e via de regra destinava-se ao atendimento das necessidades das fazendas veio cedendo lugar à indústria de bens de consumo, que em certa medida vinha substituindo boa parte dos manufaturados menos complexos que antes eram importados. Mas as condições para o pleno desenvolvimento da atividade industrial - pautada no desenvolvimento das relações capitalistas e com a ocupação da hegemonia econômica, ainda não estavam dadas, uma vez que as regras do mercado e da política-econômica ainda eram estabelecidas pela elite

agrário-exportadora e visavam a fortalecer o papel do país na divisão internacional do trabalho como exportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados. Por mais que a indústria estivesse em franco crescimento ainda colocava-se numa posição secundária perante à economia cafeeira.

A Revolução de 1930 veio marcar o fim do ciclo agrário exportador e o início da predominância da economia urbano-industrial no Brasil¹⁴ (OLIVEIRA, 1972). Trata-se de um marco simbólico, uma vez que a transição realizou-se aos poucos, configurando-se em meio a um conjunto de transformações destinadas a introduzir “um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinta” (OLIVEIRA, 1972). Parafrazeando Francisco de Oliveira, foi necessário destruir as regras do jogo da economia agrário-exportadora para introduzir as novas regras favoráveis a acumulação industrial, introduzindo como fator preponderante, dentre outros, a regulamentação das leis trabalhistas e a definição do salário mínimo como condição para criação de um *exército de reserva* disponível para as atividades da indústria, que envolviam a introdução da mão de obra assalariada. Coube ao Estado a função primordial de destruição das condições do modo de acumulação antigo, como condição de criação das bases para a acumulação capitalista industrial.

Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos de Kubitschek. Regulamentando o preço do trabalho, já discutido anteriormente, investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para

¹⁴ Além de Oliveira, outros pesquisadores da industrialização brasileira identificam o mesmo período como sendo o que marcou a transição da hegemonia de uma economia agrária exportadora para a economia industrial-urbana. Na visão de Wilson Cano, por exemplo, “A crise de 29 e a sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação, do setor agro-exportador para o industrial” (CANO, 2007, p. 61). Cano também destaca que antes desse momento simbólico uma série de transformações vinha criando as bases para que São Paulo despontasse como pólo dinâmico da economia industrial brasileira, concentrando a maior parte dos investimentos do setor. A sua história econômica pautada no dinamismo da economia cafeeira e a transição para a mão de obra livre e assalariada foram fatores fundamentais. Em consequência da agricultura e indústria paulista serem as mais desenvolvidas no contexto do capitalismo nacional, aos poucos a região tomou uma posição privilegiada na divisão espacial do trabalho, consolidando sua polarização frente as demais regiões que passavam cada vez mais a ocupar uma posição periférica e de complementação da economia paulista, numa verdadeira redefinição da divisão do trabalho que se deu com a integração da economia nacional sob a liderança de São Paulo. Todo o processo teria sido favorecido por um momentâneo afrouxamento da dominação imposta pela divisão internacional do trabalho, como nos episódios da Crise de 1929 e das duas Guerras mundiais (Ibdem, 2007).

exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (Ibdem, 1972, p.14).

A **construção das represas Guarapiranga e Billings** insere-se nesse movimento de produção das condições necessárias para a reprodução da capital industrial em expansão. O período foi marcado pelo crescimento demográfico acelerado, diversificação das atividades econômicas e pela modernização da vida cotidiana que cada vez mais era perpassada pelo consumo da energia elétrica. Não é inútil lembrar que a Represa Guarapiranga, hoje utilizada exclusivamente para ao abastecimento humano, foi criada com o objetivo de regularizar a vazão do rio Tietê na geração de energia elétrica em Santana de Parnaíba durante os períodos de estiagem. A Represa Billings, hoje utilizada parcialmente no abastecimento hídrico, também foi criada décadas mais tarde para ampliar a produção hidro-energética, como condição da consolidação e ampliação do parque industrial e da mancha urbana que veio a configurar a maior metrópole do país. Singer (1977) chama atenção para o fato de que a expansão da produção energética paulistana ocorreu muito mais como resultado do que como causa da industrialização. O autor entende que o período decisivo para o surgimento e consolidação da indústria em São Paulo verificou-se na parte final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, ao passo que a grande expansão da produção energética deu-se após 1920, já como uma demanda induzida pelas necessidades da indústria e da urbanização.

O processo da industrialização brasileira, especialmente em São Paulo, ao longo dos três primeiros quartos do século passado, foi marcado por dois momentos qualitativamente distintos. No primeiro momento prevaleceu a produção de bens de consumo não duráveis, predominando as atividades da chamada **indústria leve**, com uma produção prioritária destinada ao consumo imediato, com artefatos como tecidos, calçados, alimentos, mobiliário e farmacêuticos. De certa maneira, predominavam as indústrias de capital nacional e com dimensões modestas. Os bens de capital como maquinários, tecnologias e algumas matérias primas, eram predominantemente importados. A segunda etapa da industrialização baseou-se na produção de bens de consumo duráveis e bens de capital, iniciando seu crescimento exponencial por volta dos anos 50 - a chamada **indústria pesada**. A literatura guarda papel de destaque ao governo de Juscelino Kubitschek e o seu “Plano de

Metas”, cujo *slogan* era o de fazer com que o país crescesse “cinquenta anos em cinco”. Para tanto, teve de lançar mão de uma política de atração do capital industrial internacional, além da realização de vultosos investimentos em infra-estruturas. O movimento sinalizava a passagem do capitalismo industrial concorrencial ao capitalismo industrial monopolista, aprofundando os processos iniciados no país no começo do século, de industrialização, urbanização e integração do mercado nacional, centralizando a função de comando em São Paulo e ampliando e consolidando as relações capitalistas.

Oliveira (1972) entende esse processo como um momento de aceleração da acumulação capitalista em que a produção industrial de bens de consumo duráveis foi colocada como “unidade chave” do sistema capitalista no Brasil. Essa produção refletia a forte concentração de renda do país, e, portanto adaptava-se perfeitamente às especificidades do desenvolvimento das relações capitalistas do Brasil. Era destinada ao público das classes de renda elevada e também servia como indústria de base para os demais setores manufatureiros (indústria leve). Destacam-se como produtos representantes dessa nova etapa da industrialização os eletrodomésticos (televisão, máquina de lavar, refrigeradores, etc) e o automóvel, que foi o maior dos seus símbolos. Desde então verifica-se cada vez mais um processo de redefinição das relações cotidianas, em que os eletrodomésticos, como no exemplo da televisão, alterariam de forma radical os hábitos e comportamentos familiares e sociais. A difusão do automóvel vai além e passa a redefinir pouco a pouco os usos das ruas, a relação com os espaços da cidade e mesmo o padrão de urbanização e de produção do espaço geográfico, alterando a relação espaço/tempo. Com a difusão do transporte coletivo de ônibus potencializou-se a ampliação do crescimento horizontal da mancha urbana em direção aos subúrbios, dando prosseguimento e mesmo ampliando o que já fora iniciado com as ferrovias e bondes elétricos. Gradativamente a indústria e seus produtos redefiniam os conteúdos da urbanização.

É importante frisar que São Paulo nem sempre esteve numa posição de vanguarda das transformações da economia industrial no Brasil. Passou a ocupar essa posição a partir do começo do século XX. A partir daí as mudanças e transformações foram mais rápidas e intensas, contribuindo para a concentração

das atividades urbano-industriais e a respectiva formação da maior metrópole do país. Inicialmente (final do século XIX e começo do século XX) as atividades industriais e urbanas, de comércio e serviços, eram mais intensas e desenvolvidas no Rio de Janeiro, que ainda por cima ocupava a condição de capital do país. Esse fato induziu a realização dos principais investimentos modernizadores do país no Rio de Janeiro, como, por exemplo, a localização das principais instituições políticas e econômicas, como a sede do Banco do Brasil e outros investimentos em modernização urbana. Soma-se a isso o fato do Rio ser uma cidade portuária. Em 1890, a cidade do Rio de Janeiro já possuía 522.651 habitantes enquanto a cidade de São Paulo ainda contava com 64.934 habitantes. O primeiro censo industrial realizado em 1907 indicava o Rio como principal produtor industrial (33%), seguido dos estados de São Paulo (16,5%) e Rio Grande do Sul (14,9%). Em 1920 a situação se inverte e pela primeira vez a produção industrial paulista supera a carioca: São Paulo (31,5%), Rio de Janeiro (20,8%) e Rio Grande do Sul (11%) (SINGER, 1977).

A produção industrial paulista passa a ocupar o papel de principal pólo produtor nacional por volta da terceira década do século passado. Dentre os fatores que explicam essa transição do Rio de Janeiro para São Paulo destacam-se alguns elementos importantes: primeiramente deve considerar-se que a *situação geográfica* de São Paulo era mais favorável e lhe assegurava um maior acesso a áreas em que se concentravam o mercado interno do país; a *hinterland* de São Paulo era mais desenvolvida que a do Rio de Janeiro, e isso deveu-se em grande medida ao fato da economia cafeeira estar localizada naquele momento principalmente no estado de São Paulo, que como vimos, escoava suas riquezas através da capital. Em segundo lugar, a população do estado de São Paulo também era maior e representava um mercado consumidor mais amplo; resta lembrar que o trabalho assalariado e as relações monetarizadas estavam em franco desenvolvimento e o estado de São Paulo concentrava na época a maior parte da produção para exportação. Outros elementos não menos importantes referem-se a descentralização política do país com a Proclamação da República e todo o aparato de infra-estruturas e relações sociais que a economia cafeeira trazia para a cidade de São Paulo (Ibdem, 1977).

A partir de um determinado momento a economia industrial paulista passa a desenvolver-se de forma a concentrar a maior parte da produção e dos investimentos, reforçando a nova função econômica da cidade de São Paulo como pólo dinâmico da produção industrial. Vale frisar que a capital do estado concentrava a maior parte dos investimentos e da produção. No ano de 1937, 64,1% dos trabalhadores da indústria do estado estavam localizados na Grande São Paulo, enquanto o interior do estado representava 35,9% da força de trabalho; esses valores saltariam para 66,6% na Grande São Paulo contra 33,4% no interior em 1956 (NEGRI, 1996).

Singer (1977) questiona o fato do desenvolvimento industrial paulista como simples consequência da economia cafeeira, salientando que a concentração de capitais industriais ocorreu porque São Paulo era o lugar em que as relações capitalistas estavam mais desenvolvidas (relações derivadas da contradição fundamental entre capital e trabalho) e nessa condição permitiam maior lucratividade do que os investimentos realizados em outros setores ou regiões do país. O capital “não tem pátria” e busca realizar-se onde as condições para a sua reprodução são mais favoráveis, mesmo que isso se realize a custo da produção de desigualdades regionais. No Brasil o processo de constituição das relações capitalistas urbano-industriais não poderia ser diferente.

Tabela 2.1 - Participação da produção industrial do Estado de São Paulo no total nacional

Ano	Produção industrial (%)
1907	16,5
1914	30,7
1920	33,5
1925	35,7
1930	38,2
1938	43,2

Fonte: Adaptado de Singer (1977).

Durante o primeiro momento da industrialização brasileira, marcado pela presença da indústria leve, São Paulo beneficiou-se ao receber a maior parte dos investimentos. O crescimento industrial elevado foi acompanhado pelo crescimento demográfico, que se realizou ainda de forma mais intensa. Os fluxos populacionais com destino a São Paulo deixariam de ser predominantemente de imigrantes



estrangeiros, passando a ser compostos principalmente por migrantes nacionais do nordeste do país, do estado de Minas Gerais e mesmo do interior do estado. A sociedade passava por mudanças qualitativas decorrentes da urbanização e ampliação das relações capitalistas no campo, sem a realização da tão necessária reforma agrária. Todo o período foi fortemente marcado pelo êxodo rural, pois ao mesmo tempo em que o país apresentava um sensível crescimento industrial, as transformações sociais no campo empurravam para as cidades grandes volumes de trabalhadores, que forneceriam a força de trabalho para as atividades industriais e o crescimento urbano. Tais processos foram mais intensos no estado de São Paulo e na Capital.

Tabela 2.2 - Evolução da população paulistana

Ano	População absoluta (hab.)
1860	27.900
1872	31.385
1886	47.697
1890	64.934
1900	239.820
1920	579.033
1934	1.060.120
1940	1.337.644
1950	2.198.096
1960	3.825.351

Fonte: Adaptado de Singer (1977).

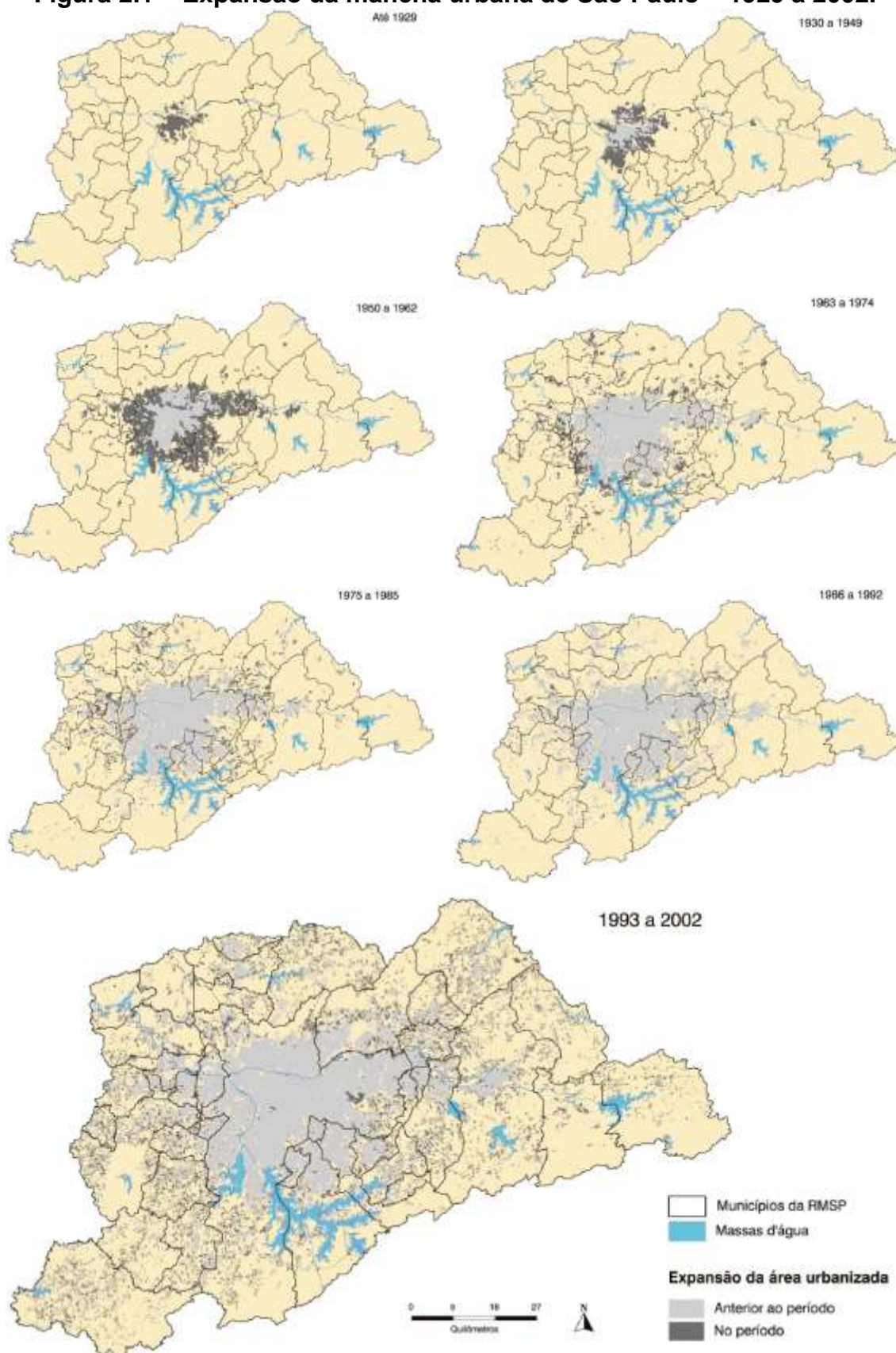
Com a fase da industrialização pesada, dos anos 50 em diante, o crescimento industrial e demográfico e o desenvolvimento das relações capitalistas de produção foram intensificados, coroando de vez a posição de São Paulo como grande centro econômico-industrial do país. Até mesmo o crescimento e o desenvolvimento industrial de outras regiões viriam a alimentar a pujança do crescimento industrial de São Paulo, pois consolidava-se uma divisão espacial do trabalho sob a liderança paulista, que concentrava os setores mais dinâmicos e que necessitava de setores complementares, como fornecedores de matéria-prima e consumidores de manufaturados de ponta. Entre os anos de 1939 a 1956, a metrópole passou de 29,3% do valor da produção industrial do estado a 34,8%, aumentando a concentração dos investimentos dentro do estado. Já o estado como um todo (capital e interior), no mesmo período, saltou de 45,4% para 52,2% em 1956, concentrando mais da metade do valor da produção industrial do Brasil.

Grande parte das indústrias que se formaram no interior e em outros estados tinham um papel complementar com a indústria pesada que se instalava preferencialmente na então consolidada Região Metropolitana de São Paulo. Juntamente com as mudanças que culminaram na transição da indústria de bens de consumo para a de bens de produção, verificava-se com maior nitidez e materialidade a metropolização de São Paulo. Se num primeiro momento da industrialização, entre o final do século XIX e início do século XX, as indústrias buscaram instalar-se nos bairros cortados pela linha férrea (Brás, Mooca, Ipiranga, Bom Retiro, Lapa, Barra Funda e Água Branca) e muito próximos ao centro da cidade, num segundo momento, em meados do século XX, a urbanização traria elementos que iriam redefinir a localização das novas plantas industriais. Todo o entorno da região central vinha passando por um processo intenso de expansão da mancha urbana com finalidades de usos diversos, como construções residenciais, de comércio e serviços. Conjuntamente ao crescimento urbano e como conseqüência da especulação imobiliária, verificava-se o exacerbado encarecimento do preço do solo nas proximidades da mancha urbana consolidada, bem como a escassez de grandes lotes vazios, inviabilizando grandes investimentos em plantas industriais nessa região¹⁵.

Vale a pena frisar que o processo de implantação de plantas industriais se fez acompanhar pelo crescimento do uso residencial ao seu redor, pois toda atividade produtiva necessita de trabalhadores. Por sua vez, a presença de extensas áreas residenciais gerou a necessidade de serviços urbanos bem diversificados (desde alimentação à escolas), concorrendo para a ocupação e valorização do solo. A escassez e o encarecimento do solo urbano acabou por se tornar um dos fatores que viriam a impedir a instalação de novas plantas industriais nas proximidades da região central.

¹⁵ Contraditoriamente, os mesmos processos de valorização e de consolidação da propriedade privada do solo urbano que vinham se colocando como barreiras para a localização das novas plantas industriais, favoreceram muitos representantes do setor industrial que recorreram aos negócios com a terra urbana no momento de expansão da metrópole.

Figura 2.1 – Expansão da mancha urbana de São Paulo – 1929 a 2002.



Fonte: Adaptado de Emplasa, 2003.

A localização dos novos investimentos industriais continuaria a privilegiar a Grande São Paulo, pois ela ainda oferecia as melhores *economias de aglomeração*, como indústrias e serviços auxiliares, vias de circulação rápidas e importantes, mão de obra qualificada e extensa, maior mercado consumidor do país, centros de pesquisa e universidades renomadas, dentre outros fatores. Porém, o processo adquire dimensões espaciais maiores e passa a envolver os municípios vizinhos da capital, uma vez que estes ofereciam vantagens locacionais parecidas com as da Capital e com preços de terrenos mais baratos. As grandes vias de circulação rodoviárias que partiam de São Paulo - que de forma semelhante a antiga linha férrea ligava todas as regiões do estado a capital, em direção ao interior e litoral passaram a receber as novas plantas industriais num ritmo tão intenso quanto o que se verificava na capital. Mesmo os investimentos realizados no município tinham como direção bairros mais periféricos e distantes ao centro, como os distritos de Jaguaré, São Miguel e Santo Amaro, este último localizado na região sul de São Paulo. Os investimentos industriais realizados na periferia do município obedeciam à lógica de localização próxima a grandes vias de circulação - recentemente a região de Santo Amaro tinha sido incrementada com a obras de retificação e construção da avenida marginal ao rio Pinheiros, além da presença da linha férrea com a inauguração da estação Jurubatuba. As obras de retificação e construção das avenidas marginais aos rios Tietê e Pinheiros beneficiavam esse processo ao permitir a ligação rápida e eficiente com as principais rodovias que partiam da Capital, e também por permitir acesso a algumas regiões mais periféricas. Desde então os processos da industrialização referem-se ao que se passou a chamar de “Grande São Paulo”:

A indústria muito cedo ultrapassava as fronteiras do município, espalhando-se pelos municípios vizinhos, em solução de continuidade. Pode-se falar, com propriedade, numa ‘Grande São Paulo’, que abrangeria uma dúzia ou mais de municípios da área de influência da Capital. Do ponto de vista industrial, pode-se dizer que este conceito inclui pelo menos os seguintes municípios: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Guarulhos, Caieiras, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Franco da Rocha, Osasco, Mauá, Poá, Suzano, Barueri e Taboão da Serra, além naturalmente, o da Capital (SINGER, 1977, p. 60).

Note-se que como decorrência do desenvolvimento das atividades industriais induzidas por processos e fenômenos da urbanização, verificou-se um movimento de expansão que partiu do centro em direção às periferias e subúrbios, valorizando-

as como lugar para localização das novas plantas industriais. As grandes vias de circulação que partiam da Capital em direção ao interior (Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Anhanguera, Bandeirantes, Fernão Dias, Presidente Dutra e Aírton Senna) e ao litoral (Anchieta e Imigrantes) converteram-se em vetores de expansão não apenas das atividades produtivas, mas também de crescimento da mancha urbana. Todo o processo de industrialização fez-se acompanhar pelo crescimento populacional como força de trabalho. A questão da ocupação das áreas de mananciais, localizadas na periferia da metrópole, devem ser entendidas como parte desse movimento de expansão da mancha urbana do centro em direção às periferias. As grandes obras viárias nas proximidades dos mananciais, ao mesmo tempo em que incitaram o crescimento da indústria (e, portanto do progresso), também induziram a ocupação de áreas que mais tarde viriam a se tornar estratégicas para o abastecimento hídrico. A questão dos mananciais de abastecimento hídrico coloca-se mais como problemática industrial-urbana do que como problema da natureza.

A tendência de crescimento e concentração industrial associado ao forte crescimento urbano manteve-se na metrópole durante as décadas posteriores aos anos 50, aprofundando as contradições advindas da ampliação da periferia urbana sobre antigas áreas rurais e naturais. Até por volta dos anos 70 a industrialização seguiu com sinais de forte crescimento, mas começava a dar sinais de mudanças. Ficava cada vez mais evidente a modificação na estrutura setorial da indústria, num movimento que sinalizava para o enfraquecimento da indústria leve e maior importância da indústria pesada, que conforme salientamos, localizava-se preferencialmente na metrópole de São Paulo. Em São Paulo o processo realizou-se de maneira ainda mais intensa, como pode ser visto na tabela adiante.

Tabela 2.3 – Modificação na estrutura setorial da indústria de transformação brasileira e paulista: 1949 - 1970

Grupos e ramos de indústria	1949		1959		1970	
	BR	SP	BR	SP	BR	SP
Grupo I – Bens de consumo não duráveis	60,7	55,5	45,2	39,6	40,4	36,8
Grupo II -Bens intermediários	31,7	33,7	38,0	35,6	37,1	33,9
Grupo III - Bens de capital e de consumo duráveis	7,6	10,8	16,8	24,8	22,5	29,3

Fonte: Adaptado de Negri (1996, pp. 104 e 111).

Outro importante sinal de mudança apareceu em relação a histórica tendência de ampliação da concentração industrial. Ela foi mantida até por volta dos anos 60, saltando de 52,2% em 1956 para 55,7% em 1959. Mas o censo de 1970 indicou uma pequena redução para 54,4%, que possivelmente sinalizava para a desconcentração industrial que viria a ocorrer nas décadas posteriores. Faz-se necessário ressaltar, contudo, que essa redução relativa na participação no quadro nacional não representou uma redução da atividade industrial, pois houve crescimento absoluto na referida década. A mudança decorreu do maior crescimento de outros estados (pela primeira vez).

Entre as décadas de 70 e 80, contudo, a dinâmica da acumulação industrial passaria novamente por redefinições qualitativas, criando as condições para o que viria a ser um terceiro momento da industrialização de São Paulo, fortemente marcado pela reestruturação das relações produtivas e desconcentração das atividades industriais da metrópole. O processo seria acompanhado pelo crescimento das atividades ligadas ao setor de serviços, redefinindo São Paulo como capital financeira do país. Soma-se a isso o fato de que a partir da década de 70 verificou-se a redução absoluta das atividades industriais no país, que viu o produto industrial cair de 58,2% em 1970 para 49,2% em 1990.

Da mesma forma que nos períodos anteriores marcados pelo grande dinamismo econômico, o processo também se refletiria na produção industrial de São Paulo, que viu sua participação no valor da transformação industrial cair de 58,1% do total nacional em 1970, para 49,2% em 1990. A metrópole reduziu sua participação de 43,4% do total do estado para 26,2%, enquanto o interior do estado aumentaria sua participação de 14,7% para 23% entre 1970 e 1990 (NEGRI, 1996, pp. 137-143). O rumo das mudanças sinalizava numa direção oposta ao que havia sido consolidado até os anos 70. Pela primeira vez São Paulo (principalmente a metrópole) via sua participação na produção industrial reduzir em relação ao restante do país. Ressalta-se, contudo, que o próprio interior do estado foi a região mais beneficiada com a desconcentração industrial da metrópole, conforme mostram os dados acima.

Nos anos 70 verificou-se o princípio de uma tendência que viria a se confirmar nos anos seguintes. Naquela década ocorreu pela primeira vez um declínio da participação industrial da metrópole e no estado como um todo (o processo foi mais intenso na metrópole), mas não houve retrocesso da sua produção industrial, uma vez que as mudanças foram conseqüência do maior crescimento de outros estados. Os anos 80, marcados por seguidas crises, afetaram de tal forma a indústria paulista que a “sua produção industrial chega no final da década num patamar inferior ao do início, enquanto a indústria do restante do país crescia, mesmo a ritmo lento” (NEGRI, op. Cit., p. 155). Essa tendência manteve-se pelo final do século e será abordada no próximo capítulo.

Ao longo do século XX São Paulo foi a cidade que mais cresceu em termos econômicos e populacionais, como conseqüência direta do crescimento e concentração industrial. Os processos de industrialização e urbanização intensos permitiram a elaboração de formas de representação dominantes da cidade como sinônimo de progresso e modernidade, lugar do trabalho e das oportunidades, como a *cidade que mais cresce no mundo* (MATOS, 2004). Em exatos cem anos saltou da condição de pequena cidade provinciana habitada por 27.900 moradores em 1860 para 3.825.351 habitantes em 1960. Ainda continuaria seu crescimento vertiginoso chegando a nada menos que 5.924.615 habitantes em 1970 e 9.864.706 habitantes em 1985 (dados referentes apenas ao município de São Paulo; a metrópole tinha em 1985 nada menos que 15.087.712 habitantes) formando a maior metrópole industrial do país. Pochmann afirma que ao longo do século XX São Paulo

Concentrou a maior aglomeração de trabalhadores industriais de que se tem registro, mesmo considerando-se a experiência de cidades industriais inglesas do século XIX, como Manchester e Londres, e de centros industriais norte-americanos do século XX, como Detroit e Nova York (POCHMANN, 2001, p. 24).

Além da maior aglomeração de operários de toda a história da indústria, ainda teria concentrado a maior quantidade de indústrias de que se tem registro no mundo (Ibdem, 2001, p.46). Uma pessoa mediana qualquer de outra região ou país, sem conhecimento crítico do desenvolvimento das relações capitalistas nos antigos países coloniais, que tivesse acesso apenas aos dados sobre o crescimento industrial e urbano, certamente formaria uma imagem de São Paulo associada à

riqueza e desenvolvimento. A ideologia do produtivismo econômico encontra elementos sólidos na história da indústria paulistana. Mas a problemática da periferia urbana, por exemplo, tem suas origens na industrialização, contrariando as formas de representação que exaltam a pujança e grandiosidade econômica da indústria, fazendo o processo aparecer como sinônimo de desenvolvimento social. É muito comum nesse tipo de literatura a referência exacerbada de São Paulo como maior economia do país, principal centro financeiro, maior mercado de capitais e carro chefe da economia nacional. Evidentemente que são fatos verdadeiros quando não são tomados de forma isolada, quando são dialetizados. O equívoco ocorre porque a representação hegemônica não relaciona essa perspectiva “positiva” com as questões “negativas”, articulando-as como consequência do desenvolvimento dos mesmos processos que geram a riqueza e a pobreza, como a produção da periferia urbana, a produção de problemas ecológicos, a produção das maiores desigualdades sociais do mundo e o empobrecimento absoluto dos trabalhadores urbanos. Em certas versões truncadas, as chamadas “mazelas ou chagas” sociais até são consideradas, mas como fenômenos apartados da industrialização e que serão eliminados através de mais crescimento econômico e modernização das relações sociais, como o outro lado da história a ser solucionada através da manutenção e expansão das próprias relações que as criaram. Mais uma vez destacamos tratar-se de uma ideologia muito forte e arraigada ao imaginário social brasileiro, que estaria fortemente ligada a uma compreensão limitada da realidade e suas contradições, entendendo-as muito mais no seio de um pensamento que reproduz uma “razão dualista”, e nessa visão a pobreza seria representada como sendo resultante da incompetência dos “excluídos” e da sua falta de preparação e inteligência para alcançar o tão aclamado “sucesso na vida financeira e pessoal”, do que como produto imperfeito de uma sociedade capitalista que busca estabelecer sua coerência como norma.

Para entender a relação dialética que se estabeleceu entre o crescimento econômico-industrial e a produção e reprodução de contradições sociais que resultaram na degradação das condições de vida da classe trabalhadora, chamada a participar desse fabuloso processo de “crescimento do bolo” (para depois dividi-lo), é necessário entender um pouco melhor a natureza das relações sociais que coordenaram o processo, bem como alguns dos mecanismos que comandaram a

produção do espaço urbano na sua expansão metropolitana. Tentaremos revelar algumas das contradições fundamentais e específicas do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Acreditamos que essas contradições permitem entender melhor o porquê do crescimento econômico não ter sido convertido em desenvolvimento social e compreender também a gênese da periferia urbana e de diversas questões da chamada problemática urbana contemporânea, como a degradação das relações sociais e cotidianas e os tão aclamados (para o bem e para o mal) problemas ecológicos. Para tanto, iremos retomar alguns dos processos históricos descritos anteriormente sob a perspectiva da produção das novas relações sociais criadas como condição e produto da reprodução das relações urbano-industriais. Tentaremos entender melhor quais foram as características do desenvolvimento da contradição entre capital e trabalho, tomando como pano de fundo o caso da industrialização e urbanização da cidade de São Paulo.

O que caracterizaria “o novo” da modernização da sociedade brasileira em relação ao arcaico não seria apenas a introdução de novos objetos e formas materiais (inclusive formas arquitetônicas e um novo urbanismo), de novas mercadorias ou de novas tecnologias e possibilidades de consumo mais civilizadas, avançadas e mais coloridas. Pensamos que o que definiria melhor “o novo” ou o moderno seriam as novas “formas sociais” criadas como condição para a acumulação. Trata-se em última instância da produção de novas relações sociais, concretizadas através de novos valores, hábitos, estruturas sociais, formas de relacionamentos, que introduzem não apenas as relações capitalistas de produção nas unidades produtivas e a divisão social do trabalho assentada na contradição entre o capital e o trabalho, mas, sobretudo, as mediações do mercado como condição para a realização das atividades humanas. Giddens (1991) anuncia uma série de características e conseqüências que permitiriam diferenciar a modernidade do “tradicional”, anunciando uma gama de discontinuidades entre as instituições modernas e as ordens sociais tradicionais. Enfatiza a produção de um novo modo de vida que se desvincularia de muitos dos atributos das antigas ordens sociais, que se daria, por exemplo, através de características da sociedade atual, como o ritmo de mudança acelerado, a interconexão de todas as áreas do globo sob o comando de relações sociais expandidas (“interconexões sociais que cobrem o globo”) e a

natureza distinta das novas instituições modernas (como nos casos do Estado-Nação e da cidade¹⁶), dentre outros.

A modernidade e suas conseqüências devem ser pensadas em termos das novas relações e formas sociais que se estabeleceram criando novos referenciais para a sociedade e sua relação com a natureza¹⁷. Entendemos o momento da industrialização como um período privilegiado para a construção e consolidação da modernidade no Brasil. Evidentemente que a modernização brasileira teve suas especificidades, pois apresentou um modo peculiar de se realizar na articulação entre a produção de novas relações sociais e a manutenção e mesmo indução de relações tradicionais, numa espécie de modernização incompleta, mas também porque o país foi inserido tardiamente no processo de modernização e teve de recebê-la quando existia um verdadeiro fosso de desenvolvimento entre a realidade nativa e a modernidade dos países pioneiros do centro do capitalismo. A modernidade que se realizou no Brasil deu-se como conseqüência do estabelecimento de novos laços de dominação internacional.

Durante os processos da industrialização brasileira, pouco a pouco se estabelecem mecanismos sutis de apropriação das atividades humanas como elementos para a reprodução das relações de produção capitalistas. Para tanto, como temos visto, foi necessária a produção de novas relações, pois a reprodução baseia-se antes de qualquer coisa na produção. Os produtos materiais - as novas mercadorias da indústria, serviram muito mais para veicular e difundir as novas relações sociais capitalistas do que como finalidades em si. A produção do espaço

¹⁶ “Os modernos assentamentos urbanos freqüentemente incorporam os locais das cidades tradicionais, e isto faz parecer que meramente expandiram-se a partir delas. Na verdade, o urbanismo moderno é ordenado segundo princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna em relação ao campo em períodos anteriores” (GIDDENS, 1991, p. 16).

¹⁷ Giddens entende que a análise da sociedade moderna feita por Marx ressaltou apenas uma das suas dimensões, a saber, como resultado do desenvolvimento do capitalismo. O autor questiona o pensamento de Marx, considerando-o deficiente e unilateral, pois considera que a modernidade é multidimensional. Salienta, por exemplo, que Marx teria perdido o foco de dimensões fundamentais como o industrialismo (Durkheim) e a burocratização (Weber). Também acusa os três fundadores do pensamento sociológico de confiança exacerbada no lado positivo da modernidade, a ponto subestimar o “lado sombrio da modernidade” (Ibdem, 1991, p.17), como por exemplo, as preocupações ecológicas e o totalitarismo. Não concordamos plenamente com Giddens, na medida em que entendemos que o marxismo permite a compreensão das demais dimensões da reprodução social moderna a partir do desenvolvimento das relações capitalistas, que as incorpora e as utiliza na sua própria reprodução. O industrialismo e a burocratização seriam formas ampliadas e consolidadas como conseqüência do desenvolvimento do capitalismo, e não dimensões distintas.

urbano não passou inerte às mudanças que introduziam novas formas de relacionamento e de apropriação da natureza. O espaço urbano seria capturado como um dos elementos a serviço da reprodução das relações capitalistas ao ser convertido em propriedade privada e mercadoria (e não apenas como capital fixo para as atividades produtivas). Desde então, consolida-se a tendência do acesso ao espaço pela mediação do mercado imobiliário, submetendo-se aos processos de especulação e valorização. A segregação espacial aparece como manifestação da contradição que se estabeleceria entre os processos de valorização do espaço urbano e a sua apropriação, frente a uma sociedade que se formaria apoiada numa estrutura de classes muito desigual no seio da própria modernidade e também como reprodução de uma modernização incompleta, que se apoiaria na manutenção de muitas relações tradicionais.

2.2 - As novas formas sociais como produtos da indústria moderna.

Dentre as transformações promovidas pelo modo capitalista de produção em sociedades caracterizadas como “arcaicas”, “tradicionais” ou “pré-capitalistas” (entenda-se como sociedades em que as relações capitalistas não existiam ou não estavam plenamente desenvolvidas) têm lugar especial os processos que a análise marxista definiu como “acumulação primitiva”. Ela pode ser definida resumidamente como um conjunto de transformações nas forças produtivas e nas relações sociais tradicionais com o propósito de “preparar o terreno” para as relações capitalistas de produção¹⁸. As mudanças introduzidas teriam como características predominantes a transformação da terra em propriedade privada e mercadoria, a privação da maior parte dos trabalhadores da propriedade da terra, sobretudo de glebas extensas em que a família poderia continuar suas atividades de subsistência de forma independente, mantendo-se fora das relações de produção – alheias ao processo de contradição entre capital e trabalho, e do consumo no mercado, a privação da propriedade dos meios de produção, desde a propriedade da terra e de equipamentos, a destruição de sistemas de produção artesanais para subsistência e dos conhecimentos e práticas de subsistência tradicionais, fazendo com que esses elementos se concentrem cada vez mais nas mãos da classe dos capitalistas e dos proprietários de terras.

Tanto os produtos manufaturados como os primários, como por exemplo, alimentos, vestimentas, medicamentos caseiros, ferramentas e muitos outros serviços de manutenção (na própria residência, propriedade ou nas posses) que em grande medida eram realizados pelos próprios indivíduos sem envolver as relações

¹⁸ A acumulação primitiva não deve ser entendida como um processo que se realizou de maneira homogênea, linear e contínua. Cada país ou região desenvolveu a acumulação primitiva em tempos e sob condições específicas, muitas vezes promovendo uma verdadeira cooperação entre as novas relações capitalistas que eram criadas e as velhas relações arcaicas, utilizadas e mesmo reforçadas em praticamente todos os setores que passavam por transformações, como no caso do Brasil. Não se deve apreender da leitura do presente texto que de um momento para o outro as relações capitalistas de produção e de trabalho tomaram o mundo de assalto. Trata-se de um processo complexo, que se realiza de forma desigual no tempo e espaço e em pleno dinamismo, haja vistas que ainda hoje coexistem formas tradicionais com as formas especificamente capitalistas de produção, a exemplo do que ocorre nas explorações agrícolas, que combinam a produção mecanizada em alta escala com a agricultura camponesa, ou mesmo a coexistência na indústria da produção fortemente mecanizada em setores de ponta com a produção manufatureira artesanal, de fundo de quintal.

especificamente capitalistas de produção e consumo - sem promover a valorização do capital através da exploração da mais valia alheia em empresas e pelo consumo de mercadorias, são gradativamente apropriados pelo mercado e produzidos como mercadorias a serem consumidas de modo a realizar a valorização do capital. Essas relações “tradicionais pré-capitalistas” seriam mais freqüentes em sociedades agrícolas e no meio rural. Com a intensificação da urbanização, decorrida da industrialização e da ampliação das relações capitalistas no campo, promoveu-se gradativamente a concentração dos capitais e dos trabalhadores nas cidades, facilitando a consolidação das relações capitalistas de produção. Outro sentido atribuído ao conceito de “acumulação primitiva” e que complementaria o que foi anunciado antes refere-se a formação de capitais iniciais, que são apropriados pelos capitalistas já estabelecidos (numa espécie de centralização do capital) ou apropriados por novos capitalistas e proprietários que surgem localmente.

Tomando pela perspectiva da propriedade fundiária e dos meios de produção, verificou-se a tendência de instauração da propriedade privada, da mercantilização e respectivamente sua concentração nas mãos de uma parcela cada vez mais restrita da sociedade. Nessa perspectiva da privatização e concentração dos bens essenciais para a reprodução humana, verificou-se a ampliação do mercado através da apropriação dos elementos e produtos necessários para a reprodução da vida, convertendo-os em produtos a serem adquiridos pelo mercado. Mas o processo todo não se completa e não faz sentido se não forem consideradas as transformações no mundo do trabalho e na vida cotidiana. Para os trabalhadores as transformações derivadas das separações entre capital, terra e trabalho, contrapostos de forma dialética pelo modo de produção capitalista implicaram, gradativamente, no estabelecimento das relações capitalistas de trabalho, assentadas no aprofundamento e ampliação da divisão do trabalho, do trabalho assalariado e na produção destinada a atender as necessidades do mercado, estabelecendo o valor de troca como característica principal nas mercadorias, que viria a eclipsar o valor de uso. Implicou, portanto, na ampliação generalizada da figura do trabalhador livre (expropriado de terras e capital) como relação de trabalho hegemônica¹⁹. Nessas

¹⁹ Braverman (1977) explica que sob o capitalismo o trabalho assume a característica específica da compra e venda da força de trabalho, de trabalho assalariado. Não que essa forma nunca tenha existido antes, mas ela tornou-se a forma dominante do trabalho. Também deixou de ter sua

condições a classe dos trabalhadores livres em formação estaria propensa a vender sua força de trabalho aos detentores de capital e de propriedades e a consumir mercadorias²⁰, para ao mesmo tempo alimentar a reprodução ampliada do capital através da produção e consumo no mercado formal (o consumo finaliza o ciclo de reprodução da mercadoria) e se reproduzir como força de trabalho.

Com a ampliação das relações capitalistas de trabalho promoveu-se gradativamente a separação entre a pessoa do trabalhador e a sua força de trabalho, colocando-os como elementos distintos no corpo de um mesmo indivíduo (uma cisão). O processo de divisão da unidade humana entre força de trabalho de um lado e a pessoa do trabalhador do outro foi interessante para a classe dos capitalistas, por ter externalizado os custos internos de produção²¹. Ao mesmo tempo em que se produzia a figura do trabalhador livre²² (com “liberdades totais” e ao mesmo tempo restritas), libertava-se o empregador de responsabilidades extras com a manutenção da pessoa do trabalhador, pois a partir de então sua relação era estabelecida como relação de troca, de compra e venda da mercadoria trabalho; sua relação passa a ser com o trabalhador na condição de mera força de trabalho, adquirida como uma mercadoria, que se compra e se consome, usufruindo das suas propriedades sem ter de se responsabilizar com a sua reprodução, uma vez que o trabalhador passa a ser livre para retornar a sua casa, repor suas energias por conta própria e retornar no próximo dia para vender-se novamente ao capitalista. Aos poucos o empregador deixa de lado o fardo das obrigações paternalistas que tinha no passado, com as chamadas relações tradicionais, como o colonato, a servidão e a escravidão.

finalidade atrelada a criação de “valores úteis” passando a ter como grande finalidade a criação do lucro (produção do valor que vai alimentar a exploração da mais valia), inserindo-se no processo de acumulação.

²⁰ O trabalhador passa a ter que realizar a venda da sua força de trabalho a um capitalista ou proprietário de terras, uma vez que não tem condições de produzir os artefatos para a sua própria subsistência (não possui terras e nem equipamentos para tal), restando-lhe a sua capacidade de realizar trabalho para outra pessoa, através da venda do seu trabalho por um salário como único meio de obtenção de rendimentos para sanar as suas necessidades básicas.

²¹ Com a criação do trabalho livre assalariado, os custos da reprodução do trabalhador como pessoa serão, dentro de limites determinados, externalizados dos custos internos de produção. Os gastos destinados a manutenção da vida do trabalhador, como alimentação, vestimentas, habitação, saúde e higiene deixam de ser uma obrigação direta do empregador e passam a ser atribuídos ao trabalhador livre, reduzindo os gastos dos capitalistas com trabalho humano nos processos produtivos. Esse foi um dos fatores que pressionou na abolição das relações escravistas de trabalho no Brasil.

²² “O trabalhador, em relação ao patrão, não se encontra de modo nenhum na situação de vendedor livre... o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho e o operário vê-se obrigado a vendê-lo” (BURET, apud MARX, 2005, p. 78).

Deve ser ressaltado que a mercadoria trabalho é diferente das demais, pois se trata da única mercadoria que possui a propriedade de gerar valor, de permitir a valorização dentro dos processos produtivos e, portanto, a produção das riquezas - tanto na acepção concreta, como valores de uso, como na acepção abstrata, como valores de troca. Trata-se de uma mercadoria chave em todo o processo de valorização capitalista, pois está na base de todo o processo produtivo e da produção de riquezas. É central para a manutenção das condições necessárias para produção, como a manutenção dos maquinários e de todas as infra-estruturas necessárias, incluindo o próprio espaço geográfico e também como mercadoria que permite a figura do trabalhador como consumidor subalterno, pois apesar do poder aquisitivo de cada trabalhador tomado individualmente ser baixo, o equivalente total que circula através da classe trabalhadora como um todo é elevado e gera a oportunidade do nicho de mercado das classes populares.

Como numa relação qualquer de compra de mercadorias, se paga um preço para poder usufruir as qualidades do produto adquirido. O salário coloca-se como forma de pagamento e mediação pela utilização da força de trabalho do homem, não importando a sua condição humana, com todas as suas necessidades complexas, pois ele apenas interessa ao capitalista na condição de força de trabalho abstrato. O ser humano se divide em duas partes distintas dentro das relações capitalistas: de um lado pessoa do trabalhador, com suas necessidades complexas e humanas e do outro a sua qualidade de força de trabalho abstrato, com sua capacidade de produzir trabalho e gerar o valor. É a sua segunda qualidade que interessa para a economia política, como mercadoria privilegiada. Nesta condição, a força de trabalho sujeita-se à regras parecidas com as que determinam as condições de produção e de preço das demais mercadorias inanimadas. O que determinaria o preço de um objeto qualquer seriam os custos da sua produção, como os gastos com matéria-prima, equipamentos e infra-estruturas, salários dos trabalhadores e impostos e o lucro do capitalista, levando-se também em consideração fatores externos, como a sua demanda no mercado, que inclusive determinaria a quantidade a ser produzida. Com a mercadoria força de trabalho a determinação dos salários, que estabelece o seu preço, e da sua quantidade, dar-se-iam de uma forma parecida, conforme Marx, da seguinte maneira:

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador (MARX, 2005, p. 66).

Torna-se evidente que a economia política considera o proletário, ou seja, aquele que vive sem capital ou renda (da terra), apenas do trabalho e de um trabalho unilateral, abstrato, como simples trabalhador. Por conseqüência, pode sugerir a tese de que ele, assim como um cavalo, deve receber somente o que precisa para ser capaz de trabalhar. A economia política não se ocupa dele no seu tempo livre como homem, mas deixa este aspecto para o direito penal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o funcionário de manicômio (MARX, op. cit., p. 72)

Apreende-se das citações que o preço da força de trabalho estabelecido pelo salário tende a ser o menor possível, dentro de certos limites mínimos, estabelecendo-se um montante necessário apenas para cobrir os gastos mais elementares do trabalhador (e mesmo de maneira incompleta), sem que ele possa usufruir qualquer conforto, que passa conseqüentemente a ser representado como luxúria. O valor do salário apenas não pode ser tão pequeno a ponto de comprometer a própria reprodução do trabalhador como força de trabalho, pois isso colocaria em crise a própria reprodução do capital. Produtos que servem à classe trabalhadora através do atendimento das suas necessidades básicas, como alimentação e vestimentas, assumem um papel importante para a reprodução das relações capitalistas, e dessa forma uma parte deles tende a se manter com preços baixos, como os alimentos básicos da dieta popular, pois é o seu preço que regularia o preço da mercadoria força de trabalho, baseando-se nos gastos mínimos que um trabalhador necessita para reproduzir-se. Portanto, não interessa ao capitalista as condições em que o seu empregado vive, se ele alimenta-se de forma nutritiva e balanceada, se tem condições de manter um acompanhamento médico freqüente, se tem acesso ao consumo do lazer e da cultura, se habita em bairros bem urbanizados e próximos ao local de trabalho, se dorme em residências adequadas ou se tem condições de manter sua família de forma digna, oferecendo um lar confortável aos seus familiares com uma vida feliz e cheia de possibilidades positivas. Nada disso lhe importa, pois o seu empregado lhe interessa apenas em sua condição abstrata, como elemento a ser utilizado no processo de produção do valor. Pouco importa se o seu subordinado “se vê diminuído espiritual e fisicamente

à condição de uma máquina e se transforma de ser humano em simples atividade abstrata e em abdômen” (Ibdem, 2005, p. 68).

As externalidades do processo de mercantilização do trabalho, aqui entendidas na acepção do lado humano do trabalhador, em última instância, colocam-se cada vez mais como problema do e para o Estado. Como tendência, também têm se colocado ultimamente como oportunidade de marketing empresarial para melhorar a imagem da empresa, agradar aos consumidores mais conscientes e exigentes, e trazer a sensação de alívio espiritual ao “capitalista cidadão”, através do apoio e financiamento a atividades e instituições sem fins lucrativos ou de relevante significância social - como por exemplo, o caso de uma grande rede hospitalar que oferece alguns serviços restritos e reduzidos a “preços populares”, ou uma grande rede de mercados que se preocupa com o “meio ambiente” e incentiva práticas e hábitos saudáveis para o bem estar de todos através de campanhas de educação ambiental.

A fonte de rendimentos para o trabalhador “livre”, numa situação de economia de mercado plenamente desenvolvida, passa a ser, a partir de então, a venda da sua força de trabalho no mercado, através da permuta da sua capacidade de produzir trabalho e valor por um salário; o assalariamento coloca-se como uma das condições centrais para a realização da economia capitalista, pois é através dele que se realizaria a atividade de produção da valorização e da exploração da mais valia alheia. Na perspectiva da classe proletarizada, seria através do trabalho que o cidadão comum teria o ponto de apoio para participar da sociedade através do consumo. O trabalho é, portanto, uma das pedras angulares, a partir da qual o indivíduo se relaciona com o mundo. O salário percebido pelo trabalhador proletarizado define seu lugar de moradia, seu círculo social de convivência, seu acesso aos meios de transporte e de sobrevivência, como alimentação, saúde, lazer, vestuário, etc., e mesmo a forma como representa as relações sociais e o mundo.

Todo esse processo de transformações nas relações de trabalho tradicionais, convertendo-as em relações capitalistas de produção baseadas em fatores como a propriedade privada da terra e dos meios de produção, a concentração dos capitais nas mãos de uma classe específica, a proletarização da maior parte da população

trabalhadora, o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação e o aprofundamento da divisão social do trabalho, a mercantilização das necessidades humanas com o respectivo açambarcamento de todas as esferas da reprodução da vida pelo mercado, não ocorreram de forma linear e num curto período de tempo. A formação da modernidade ocorreu em meio ao enfrentamento e resolução de contradições. Teve de revolucionar as relações sociais precedentes e ao mesmo tempo promover a manutenção de algumas das características que de certa maneira não destoavam com as novas relações que foram implantadas. Também não ocorreu de forma idêntica nos diferentes espaços de formação econômico social capitalista, tanto nos países centrais e pioneiros (como Inglaterra e França), como nas antigas colônias, como o Brasil e demais países sul americanos.

Mesmo antes desses processos modernizadores serem introduzidos em países como o Brasil, que na condição de colônia inseriam-se na divisão internacional do trabalho como fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados, numa condição em que as relações tradicionais e arcaicas superadas na Europa, como por exemplo, o escravismo eram reforçadas, os países pioneiros do antigo continente já possuíam uma longa história de transformações e de avanços nos processos do capital. Entre o desenvolvimento do comércio regional e o moderno comércio mundial, entre o desenvolvimento das antigas manufaturas e a grande indústria e entre o fim da propriedade feudal da terra e a consolidação da propriedade privada, por exemplo, verificaram-se grandes transformações que foram introduzindo lentamente - sobretudo quando comparadas com a velocidade em que as relações capitalistas se processaram nos países de capitalismo atrasado, as novas relações que promoveram a submissão dos processos de trabalho ao capital.

Em um dos momentos da “Ideologia Alemã”, Marx e Engels delineiam brevemente o movimento e as transformações verificadas no contexto Europeu e da Inglaterra, que teria emergido gradualmente como país pioneiro do desenvolvimento das relações capitalistas na indústria. O caso inglês pode ser tomado como referência ao “modo clássico” de realização dos processos do capital. Teve por características o fato de ter se realizado seguindo a uma ordem seqüencial na qual todo o processo foi realizado envolvendo a superação de diferentes fases. O desenvolvimento de cada fase precedente culminou na criação das condições para o

surgimento e desenvolvimento da fase posterior. No final das contas, tem-se uma seqüência coerente e contraditória (na medida em que o desenvolvimento de cada etapa implicou na criação das condições para o surgimento da etapa posterior, que viria a destruir as condições dadas anteriormente) de fases que o capitalismo inglês teria seguido (de forma pioneira e específica para as suas condições histórico-geográficas) até alcançar a condição de grande potência industrial. Evidentemente que o desenvolvimento dessa seqüência de etapas, num movimento que partiria na Idade Média da produção artesanal controlada pelas corporações de ofício, passando pela manufatura e culminando na indústria moderna, realizou-se em meio a fortes contradições e disputas de poder.

Marx e Engels partem de alguns pressupostos básicos que irão conduzir o movimento do raciocínio sobre as transformações na Inglaterra (e que também são utilizados para outras formações econômico sociais), como a da articulação entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas, a divisão do trabalho e as diferentes formas de propriedade da terra e de relações sociais. Esses elementos desenvolvem-se de forma articulada, de modo que as transformações na divisão do trabalho implicam em transformações nos demais, implicando inclusive em transformações nas relações espaciais:

O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado da maneira mais clara pelo grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho. Na medida em que não se trata de simples extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas (arroteamento de terras, por exemplo), cada nova força produtiva tem como conseqüência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, a separação da cidade e do campo e a oposição de seus interesses. Seu desenvolvimento ulterior leva à separação entre o trabalho comercial e o trabalho industrial. Ao mesmo tempo, através da divisão do trabalho dentro destes diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos (...).

As diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes da propriedade: ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (MARX e ENGELS, 1979, pp. 28-29).

Com base na articulação dos elementos acima, estabelece-se uma seqüência de formas de propriedade da terra concernentes com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho (sem necessariamente estarem implicadas apenas em relações capitalistas): “propriedade tribal”; “propriedade comunal e estatal”; “propriedade feudal”; e por fim a “propriedade privada moderna”²³ (Ibdem, 1979). Também se apreende que existe uma ordem ascendente de complexidade e desenvolvimento das condições sociais, econômicas e políticas das diferentes sociedades caracterizadas pela forma de propriedade predominante. Alertamos, contudo, que a seqüência de formas de propriedade anunciadas acima não deve ser tomada como um padrão que se verificou na Inglaterra ou outros países da Europa, mas baseia-se em observações que os autores fizeram sobre realidades distintas no espaço e no tempo, organizando a seqüência de forma a demonstrar a relação existente entre as diferentes formas de sociedades com as respectivas formas de propriedade. Muitas vezes, porém, ocorreram de forma simultânea em diferentes regiões do mundo, iluminando sobre a perspectiva da existência de um desenvolvimento desigual das forças produtivas.

Iremos prosseguir a análise das transformações que caracterizariam o modo clássico da criação das condições para o desenvolvimento do capital na Inglaterra a partir do período em que predominava a propriedade e as relações feudais naquele país, podendo tomar como referência temporal o longo período que vai do século XII ao XVIII. O período conhecido como de transição para o capitalismo foi marcado por rupturas com as relações feudais, apoiadas na servidão e no predomínio do campo sobre a cidade, restabelecendo a ordem sobre uma nova estrutura de poder em que predominaria os interesses da cidade e da indústria sobre o campo, instaurando conseqüentemente o predomínio da propriedade privada da terra. O movimento deve sinalizar para a realização do desenvolvimento das forças produtivas em diferentes etapas, partindo da atividade manufatureira artesanal das corporações de ofício, passando pelo desenvolvimento do comércio e da manufatura, para finalmente chegar na etapa de consolidação das relações capitalistas, pautadas na

²³ O nosso objetivo não é o de discutir as características específicas de cada uma das diferentes formas de propriedade e sua inserção histórica e geográfica. Apenas estamos sinalizando para o movimento das transformações nas relações sociais e na propriedade como conseqüência do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho. A apreciação detalhada das diferentes formas de propriedade pode ser verificada na “Ideologia Alemã”.

articulação entre as grandes navegações, a consolidação do comércio, da divisão internacional do trabalho e a indústria moderna.

Nas pequenas cidades existentes durante a Idade Média inglesa, a produção de bens manufaturados foi controlada pelas corporações de ofício, que eram associações criadas para defender os interesses dos artesãos associados frente os demais ofícios, da organização feudal e das levas de servos que abandonavam os feudos em direção das cidades. As relações que se estabeleciam nas corporações eram assentadas numa divisão do trabalho simples, entre mestres, oficiais e aprendizes, unidos por uma relação patriarcal com o mestre. Cada trabalhador “devia estar apto a executar todo um ciclo de trabalhos e preparado para fazer tudo o que pudesse produzir com suas ferramentas” (Ibdem, 1979, p. 81). Para se tornar mestre o trabalhador deveria dominar inteiramente o seu ofício. Devido a fatores como a escassez de população urbana e as trocas comerciais restritas e frágeis entre as cidades, a divisão do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas eram também reduzidos; tratava-se de um ramo que necessitava de pouco capital, surgido naturalmente como um “capital corporativo”. Outro fator relevante é o de que o comércio ainda estava fortemente vinculado com os próprios produtores.

O passo seguinte no desenvolvimento da divisão do trabalho foi a separação entre a produção e o comércio, a formação de uma classe especial de comerciantes, uma separação que já era tradicional nas cidades transmitidas por um período anterior (com os judeus, entre outras coisas) e que logo surgiu nas cidades de formação recente. Com isto estava dada a possibilidade de um vínculo comercial que ultrapassava os círculos mais próximos, uma possibilidade cuja realização dependia dos meios de comunicação existentes, do estado da segurança pública atingido no país e condicionado por circunstâncias políticas (...). (Ibdem, 1979, p. 82).

Com a ampliação das atividades comerciais entre as diferentes cidades e regiões, exigia-se cada vez mais a necessidade de mudanças nos processos produtivos como condição para poder acompanhar a evolução das atividades comerciais. Além do crescimento da demanda sobre produtos manufaturados, outros impactos vieram a ocorrer, como, por exemplo, o fortalecimento das relações entre diferentes cidades, suscitando uma nova divisão do trabalho entre elas e também promovendo a possibilidade do encontro e da formação da classe burguesa, a partir da união dos interesses das diferentes e numerosas burguesias locais. As diferentes burguesias locais tiveram que se unir para enfrentar as oposições impostas pela

ordem das corporações e pela ordem feudal. Gradativamente a burguesia como classe “acaba por absorver em si todas as classes possuidoras preexistentes (ao mesmo tempo em que transforma numa nova classe – o proletariado – a maioria da classe não possuidora que existia anteriormente e uma parte das classes até então possuidoras)” (MARX,op. cit., p. 84).

Os estreitos limites impostos pelas corporações de ofício, com sua baixa produtividade, forte arraigamento a tradição e com poderes herdados de momentos anteriores, viriam a se apresentar como empecilhos ao crescimento da atividade comercial, que teve de superar esse obstáculo através do apoio a atividades manufatureiras localizadas fora das cidades. A manufatura incentivada pelos incipientes burgueses implicaria na utilização de máquinas (inicialmente simples e rudimentares), no aprofundamento da divisão social do trabalho, avanço nas forças produtivas e na substituição gradativa das relações patriarcais por relações monetárias. Iniciam-se processos que viriam gradativamente, com o aprofundamento da manufatura (para a maquinofatura), promover a destruição dos ofícios ao realizar a separação das diversas etapas do trabalho entre trabalhadores diferentes, através do aprofundamento da divisão do trabalho (início da especialização). Com a manufatura e a conseqüente divisão e especialização do trabalho também se vislumbrava a possibilidade de submissão do trabalho ao capital. A tecelagem foi o ramo pioneiro para as novas experiências que se abriam com a manufatura. A produção desenvolveu-se em aldeias e povoados sem organização corporativa, que viriam a se transformar futuramente em grandes cidades.

Braverman (1977) entende que o período de transição da produção artesanal para a manufatura, e o posterior desenvolvimento deste setor trariam mudanças qualitativas distintas nos processos produtivos e nas relações de trabalho. O autor localiza um ponto de ruptura nos processos do trabalho derivados da manufatura que viriam a caracterizar dois estágios do capitalismo (e da submissão do trabalho ao capital):

No **primeiro estágio** do capitalismo (**a manufatura**) o trabalho tradicional do artesão é subdividido em suas tarefas constituintes e executado em série por uma cadeia de



trabalhadores parcelados, de modo que o processo muda pouco; o que mudou foi a *organização do trabalho*. Mas no **estágio seguinte**, o da **maquinofatura**, o instrumento de trabalho é transferido para um mecanismo acionado por energia da natureza captada para esse fim que, transmitida à ferramenta, atua sobre o material para produzir o resultado desejado; assim a mudança no modo de produção neste caso advém de uma mudança nos *instrumentos de trabalho* (BRAVERMAN, op. cit., p.148, grifos nossos).

No estágio da manufatura, o controle do processo de trabalho é parcialmente retirado das mãos do trabalhador através do desmonte do ofício com a restituição do trabalho parcelado, fazendo com que o processo todo não dependa de um único trabalhador. Com a maquinofatura as gerências apoderam-se do controle de todo o processo, sem exceção. Nesse movimento de desenvolvimento das forças produtivas o trabalho define-se cada vez mais, como trabalho abstrato, independente da espécie particular de trabalho, definindo-se cada vez mais como gasto de trabalho humano em geral.

O desenvolvimento posterior da manufatura corroborou com uma série de transformações que se realizaram de forma articulada, envolvendo a decadência das corporações e do seu domínio sobre a produção nas cidades, a decadência das relações feudais no campo e respectivo crescimento das cidades (com a chegada de antigos servos em grandes quantidades, que viriam a formar a “plebe”, a ser utilizadas posteriormente como força de trabalho assalariado), mudanças nas relações de propriedade (fim das propriedades feudais e crescimento da propriedade privada), formação e crescimento do capital comercial e do capital da manufatura, além de mudanças na estrutura de classes e no jogo de poder, com a burguesia adquirindo vantagens frente ao poder instituído da nobreza e da aristocracia dos proprietários de terras, bem como o crescimento da classe trabalhadora proletarizada.

A manufatura e as atividades comerciais viriam a receber novo impulso com a descoberta das Américas e da rota marítima das Índias Orientais, desfechando de vez o golpe na ordem feudal e nas corporações. As colônias do novo mundo viriam a se transformar em consumidoras de produtos manufaturados, e a Inglaterra já consolidada como potência marítima e também com certa preponderância manufatureira e comercial seria a nação que mais se beneficiaria com a nova divisão

do trabalho que agora se ampliava em escala mundial. “A nação predominante no comércio marítimo e como potência colonial assegurou-se também da maior expansão quantitativa e qualitativa da manufatura” (MARX e ENGELS, 1979, p. 91). Todo o crescimento da produção manufatureira inglesa amparou-se numa forte estrutura protecionista, com tarifas alfandegárias que praticamente impediam o acesso de produtos estrangeiros no mercado interno inglês e também através do monopólio nos mercados coloniais. As demais nações europeias também lançariam mão de políticas protecionistas e monopolistas sobre suas colônias na tentativa de favorecer o crescimento das atividades comerciais e manufatureiras. Mas até então, por volta do século XVIII, eram as atividades comerciais que detinham a hegemonia sobre a manufatura; os grandes comerciantes detinham a condição de burgueses influentes e concentravam a maior parte do capital, enquanto a manufatura era controlada pela pequena burguesia, menos influente, subordinada a burguesia comercial e possuidora de menos capital.

Toda a estrutura protecionista e de monopólios que foi criada para proteger e favorecer as manufaturas regionais colocar-se-ia, a partir de um determinado momento do processo como barreira ao livre desenvolvimento do capital, pois a segmentação do comércio em diferentes mercados obstruía a livre circulação dos capitais, impedindo o seu desenvolvimento ampliado. Em conseqüência do próprio desenvolvimento de um sistema monetário mundializado, o período imediatamente posterior viria a ser caracterizado pela abolição dos protecionismos e monopólios comerciais. Uma das nações europeias viria novamente a se sobressair sobre as demais:

A concentração do comércio e da manufatura em um só país, a Inglaterra - concentração que se desenvolveu ininterruptamente no século XVII - criou progressivamente para este país um relativo mercado mundial e, com isso, uma procura dos produtos ingleses manufaturados, procura esta que as forças produtivas industriais anteriores não podiam mais satisfazer. Tal procura, que ultrapassava as forças de produção, foi a força motriz que, criando a grande indústria e com ela a utilização de forças elementares para fins industriais, a maquinaria e a mais extensa divisão do trabalho, nascimento ao terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média. As outras condições desta nova fase, tais como a liberdade de concorrência no interior da nação e o desenvolvimento da mecânica teórica (a mecânica aperfeiçoada por Newton foi a ciência mais popular na França e na Inglaterra, etc.), já existiam na Inglaterra (Ibdem, 1979, p. 93).

Com o grande surto do desenvolvimento do comércio mundial estariam lançadas as bases para o surgimento da grande indústria moderna, que veio gradativamente tomar o lugar dos antigos sistemas manufatureiros, que então não mais podiam satisfazer as necessidades crescentes de um mercado mundializado que passava a incorporar todos os continentes e regiões como consumidores de produtos manufaturados. Seriam necessários o desenvolvimento e ampliação das forças produtivas, aprofundando ainda mais a divisão do trabalho herdada da manufatura. A grande indústria ainda permitiria um salto qualitativo sem precedentes, ao iniciar uma verdadeira revolução social não apenas no seu país de origem, onde as transformações foram mais intensas, mas inclusive em regiões distantes e “atrasadas”, que sequer tinham avançado suas forças produtivas para o estágio da manufatura comercial local, como no caso do Brasil, que ainda amargurava a condição de colônia portuguesa. Ao avançar sobre o mercado mundial que então era formado predominantemente por nações e colônias em estágio de desenvolvimento das forças produtivas ainda incipientes, condenou a maior parte dos países e futuras nações ao “subdesenvolvimento”, pois consolidava-se a formação de um mercado mundial concorrencial muito desigual e desleal, contra o qual nem mesmo as novas tarifas protecionistas dariam conta para suscitar uma concorrência menos injusta entre países com níveis de desenvolvimento muito diferentes.

A grande indústria levou adiante as transformações iniciadas pela manufatura, mas não apenas aprofundou muitos dos seus processos e contradições, como por exemplo, a divisão social do trabalho²⁴ e a submissão e controle da força de trabalho humana ao capital, destituindo cada vez mais o trabalho como atividade criativa e que foge aos domínios do produtor direto, convertendo-o em trabalho abstrato com uma função simplesmente acessória para o funcionamento da grande maquinaria,

²⁴ A **divisão social do trabalho** pode ser entendida como um atributo inerente ao processo de trabalho em sociedade. Contudo, se a “divisão do trabalho na sociedade é característica de todas as sociedades conhecidas; a **divisão do trabalho na oficina** é produto peculiar da sociedade capitalista. A divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo da produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas nesse sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. (...) Enquanto a **divisão social do trabalho** subdivide a sociedade, a **divisão parcelada do trabalho** subdivide o homem ...”. Neste caso, ocorre a criação do trabalho parcelado, em que mesmo dentro de um determinado ramo de atividade, o trabalho é subdividido em pequenas parcelas atribuídas a diferentes trabalhadores. Por esse meio, o ofício é destruído e o controle do processo de trabalho passa para a gerência, para as mãos do capitalista (BRAVERMAN, 1977, pp. 72-76).

como incorporou novos elementos no processo de ampliação das relações do capital, alterando qualitativamente o sentido da industrialização e da urbanização. A grande indústria

Estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, submeteu a si o comércio, transformou todo capital em capital industrial e engendrou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais. Através da concorrência universal, obrigou todos os indivíduos ao mais intenso emprego das suas energias (...) Foi ela quem engendrou a história mundial, na medida em que tornou cada nação civilizada e cada indivíduo membro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação das suas necessidades, e que destruiu o anterior caráter exclusivista e natural das diferentes nações. Subsumiu a ciência da natureza ao capital e retirou à divisão do trabalho sua última aparência de naturalidade. Destruiu em geral a naturalidade, tanto quanto isto é possível no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias. **No lugar das cidades surgidas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas que nasceram da noite para o dia. Onde quer que penetrou destruiu o artesanato e, em geral, todas as fases anteriores da indústria.** Completou a vitória da cidade comercial sobre o campo (...) Em geral a grande indústria engendrou em todas as partes as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo com isso a peculiaridade das diferentes nacionalidades. Finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais particulares, a grande indústria criou uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e em que toda nacionalidade está já destruída; uma classe que, realmente, se desembaraçou do mundo antigo e que, ao mesmo tempo, com ele se defronta. Não é apenas a relação com o capitalista, mas é o próprio trabalho, que a grande indústria torna insuportável para o trabalhador (MARX E ENGELS, 1979, pp. 94-95, grifos nossos).

O desenvolvimento das forças produtivas teria engendrado processos sociais que não apenas promoveriam a submissão do trabalho ao capital, como veio a incorporar a ciência²⁵ e a tecnologia avançada como elementos submissos e potencializadores da nova fase de reprodução do capital. Ainda engendrou o processo de submissão da natureza aos mecanismos de reprodução do capital, que se deu pelo intermédio da ciência, que produziu conhecimentos e práticas que permitiriam o controle industrial de muitas das leis e fenômenos da natureza²⁶ e a utilização de muitos recursos que antes do desenvolvimento científico-tecnológico não tinham valor como insumos para novos processos industriais, como no exemplo do petróleo.

²⁵ A ciência pode ser entendida “como a última – e depois do trabalho a mais importante – propriedade social a converter-se num auxiliar do capital” (BRAVERMAN, 1977, p. 138).

²⁶ Processo que continuou sendo desenvolvido e que hoje encontra-se num estágio muito avançado, como por exemplo com os avanços na área da genética, que tem permitido a elaboração, na agricultura moderna, de organismos geneticamente modificados que atendem melhor as necessidades de controle e segurança para a reprodução do capital.

Podem ser feitas afirmações parecidas com respeito a cidade e ao sentido moderno da urbanização. A indústria promoveu o que Henri Lefebvre viria a entender como a “implosão-explosão” da cidade antiga, permitindo que o crescimento das cidades se realiza-se de uma forma jamais vista em nenhum outro momento da história da humanidade, revertendo todos os valores da cidade antiga, que teria sido criada na condição de espaços que permitiam a apropriação e a realização da vida em tempos lentos e dotados de significação, cidades que produzidas de forma criativa e única (como arte) e que representavam os estágios mais avançados da cultura, da civilização e da urbanidade. A cidade moderna viria a ser caracterizada pela sua grandiosidade desproporcional, pelo crescimento efêmero e a degradação das condições da urbanização nos bairros operários e no que viria a ser a periferia urbana. Diferentemente da arquitetura antiga, viria a caracterizar-se pela instauração de uma arquitetura ao mesmo tempo homogeneizante e muitas vezes como simulacro da cidade antiga. Em contraposição aos espaços dotados de significação da cidade antiga, viria a instaurar o urbanismo como tentativa de imposição de uma lógica cartesiana pensada em função da circulação e do controle social. Finalmente, engendraria uma nova problemática (a problemática urbana), que viria a se sobrepor a própria questão industrial passando a induzi-la (LEFEBVRE, 1999).

Marx finaliza suas considerações sobre as transformações promovidas pela indústria considerando o estágio do capitalismo concorrencial do século XIX como pano de fundo em que se consolidaria a grande indústria moderna. Apesar de não ter vivenciado o desenvolvimento posterior do capitalismo, que viria a atingir a sua fase monopolista, desvendou processos estruturais do desenvolvimento capitalista que iluminam nessa direção. É o que percebe-se, quando esclarece a forte característica de concentração e centralização²⁷ de capitais da indústria inglesa e a

²⁷ Concentração: “tendência do capital de se aglomerar em imensas unidades” (...) “resultado natural do processo acumulativo: cada capital aumenta, e com ele aumenta a escala de produção que ele realiza”. Centralização: “altera a distribuição dos capitais existentes, reunindo capitais já constituídos, por meio da destruição de sua independência individual, expropriação do capitalista pelo capitalista, transformação dos muitos capitais pequenos em uns poucos grandes (...) o capital aumenta em um lugar para uma enorme massa em uma só mão, porque em outro lugar foi perdido por muitas” (...). “A empresa como uma forma desfaz o vínculo direto entre o capital e seu proprietário individual, e o capitalismo monopolista ergue-se sobre sua forma. Imensos agregados de capital podem ser

forma agressiva como destrói tanto a concorrência da produção manufatureira superada pelas novas forças produtivas, como pela concorrência desigual que vai impor frente a produção industrial de outros países concorrentes, criando uma verdadeira hegemonia perante o mercado de produtos industriais.

Mas essa hegemonia da indústria inglesa lentamente viria a ser abalada pela ampliação da revolução industrial em outras potências coloniais da Europa e nos Estados Unidos. Com esse novo pano de fundo que se criava, novos conteúdos viriam a entrar em cena com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, intensificando ainda mais os processos de concentração e centralização do capital “sob a forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação”, também implicando na moderna era imperialista, promovendo “o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal” (BRAVERMAN, 1977, p.216). Ressalte-se que a industrialização que ocorreria no Brasil dar-se-ia em meio desse contexto de desenvolvimento industrial já muito avançado e caracterizado pela existência de estruturas de poder muito poderosas.

Se a indústria e a expansão das relações capitalistas haviam iniciado uma verdadeira revolução social durante o século XIX, em pleno capitalismo concorrencial, o processo das transformações qualitativas viriam a ser levadas às suas últimas conseqüências durante o século XX, caracterizado pelo capitalismo monopolista. Os processos cada vez mais deixam de referir-se aos espaços e momentos da produção industrial para açambarcar a sociedade como um todo. Ao mesmo tempo em que o capital promove a reorganização do mundo do trabalho de forma a estabelecer um controle total sobre os processos produtivos, uma vez que retirou praticamente todo o controle das mãos dos trabalhadores e repassou para as mãos dos capitalistas, ele partiria a partir de então para a reorganização de toda a sociedade, pois precisava arrumar mecanismos que permitissem a reprodução ampliada do capital. **O controle sobre a produção já estava consolidado,**

reunidos, que ultrapassam de longe a soma de riqueza daqueles diretamente associados com a empresa” (BRAVERMAN, 1977, pp. 220-221).

restando a partir de então o controle dos fatores externos aos processos produtivos, que também precisariam ser cooptados e reproduzidos de modo a incorporar a reprodução do capital como condição da própria reprodução social em todas as suas esferas. Nesse contexto o capitalismo partiria para o controle da reprodução das relações de produção, através, por exemplo, da incorporação de todas as atividades que antes eram realizadas socialmente fora do âmbito das relações capitalistas como partes dos processos de acumulação, transformando relações que antes eram baseadas na vida em comunidade e na família em relações monetarizadas e institucionalizadas, ou, em outras palavras, partiu-se para a produção do cotidiano.

Apesar de não compartilhar do mesmo entendimento sobre o novo estágio do capitalismo monopolista e de optar por uma linha teórico metodológica distinta da criada e utilizada pelo filósofo francês Henri Lefebvre (mas igualmente fundamentada em base marxiana) Braverman (1977) faz algumas considerações sobre o desenvolvimento do capitalismo monopolista que indicam na direção da reprodução da relações de produção (que colocaria como novos paradigmas a produção do cotidiano e a problemática urbana, por exemplo). O autor defende que após os avanços dos processos produtivos, o enfoque mercadológico (na tradução do livro aparece a palavra mercadejamento, ao invés de mercadológico) passou a servir de base para a empresa monopolista. Esse mercadejamento envolveria a dominação das “vendas, distribuição e intensa promoção ao consumo e publicidade”; teria sido desenvolvido inicialmente mais amplamente em setores específicos da indústria, como o de alimentação (alimentos industrializados). Estaria vinculando a produção de um novo padrão de vida urbana. “Além da indústria alimentícia, várias outras basearam-se no esquema de vida que começava a existir” (Ibdem, 1977, p.224). O autor ainda acrescenta uma outra informação relevante, de que a urbanização (através da construção civil) teria substituído a ferrovia como principal mercado para a produção do aço. Entendemos que nesse ponto existe a possibilidade de um elo de aproximação com a concepção lefebvriana, de que a partir de um dado momento a indústria, que engendrava o urbano, passa a ser induzida pelo urbano. Indica na direção do modo de vida urbano como indutor de novas práticas industriais.

O capitalismo monopolista receberia a “totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-los ao mercado, também os remodela para servirem às necessidades do capital” (BRAVERMAN, op.cit., p.231). Transformou a sociedade em um imenso mercado. Foi o momento em que o capitalismo promoveu a destruição da família e da comunidade como unidades promotoras da subsistência e repositório de vida social, quando prevalecia grande parte das atividades fora do âmbito das relações de produção capitalistas, como por exemplo, a produção de parte dos alimentos, de vestuário, de muitos serviços e até mesmo algumas formas de artesanato. Aos poucos, com a veiculação pela publicidade culminando na consolidação de um estilo de vida urbano massificado e com as mudanças nas relações de produção, todas as atividades necessárias para a reprodução das relações sociais começam a ser convertidas em atividades capturadas pelo mercado. Concomitantemente os valores e as formas de relacionamento social são drasticamente modificados, causando mesmo o seu empobrecimento. Dentre os vários fatores envolvidos no processo Braverman destaca que “o condicionamento da vida nas cidades, em espaços de habitação mais restritos, corroboraria ao destruir as condições sob as quais é possível levar uma vida parecida com a de algumas décadas atrás, assentada na relativa auto suficiência em relação ao mercado, não apenas para a aquisição de certos artefatos, como também de serviços; a vida urbana implicaria cada vez mais em elementos como a renda proporcionada pelo trabalho, tornando disponível o dinheiro necessário para adquirir os meios de subsistência fabricados pela indústria; o barateamento dos artigos manufaturados; pressão social sobre a família que impele a mulher do lar para o trabalho assalariado fora de casa; “pressão do costume social sobre a geração mais jovem, consolidando os novos valores mercadológicos; “necessidade de cada membro da família de uma renda independente”; “a fonte de status já não é mais a capacidade de fazer coisas mas simplesmente a capacidade de comprá-las” (Ibdem, 1977, pp. 234-235).

Tomando pela perspectiva das relações de trabalho Braverman entende que o sentido tomado pelas transformações impostas pelo processo de industrialização, desde as transformações nos antigos sistemas de produção manufatureira artesanal, passando pela manufatura, maquinofatura e pela grande indústria moderna, deu-se em direção do aprofundamento cada vez mais intenso da

alienação do trabalho, entendida como o processo de transmissão das responsabilidades e do controle do trabalho das mãos do trabalhador para as mãos do capitalista, retirando cada vez mais a autonomia do trabalhador frente aos processos produtivos. A gerência moderna²⁸ teria surgido como “ciência” coroadora desse processo progressivo de alienação do trabalho. Fora do âmbito da produção capitalista generalizada, o modo de trabalho permanecia sob controle dos trabalhadores; estes detinham o conhecimento generalizado e global do processo produtivo, controlavam o tempo e a forma de realização das atividades. Com a gerência do trabalho, que urge com o advento da produção em escala e em grandes unidades produtivas (fábricas) o controle do trabalho é cada vez mais destituído do trabalhador e passa a ser um atributo da gerência capitalista.

A modernização que se desenvolveu no Brasil realizou-se de uma maneira bastante diferente do modo clássico, como no caso da Inglaterra, em que as novas relações sociais foram sendo criadas em “parceria” com o desenvolvimento das forças produtivas, num movimento pelo qual as novas estruturas sociais evoluíram conjuntamente com o desenvolvimento das forças produtivas, como decorrência de processos endógenos. Não queremos com isso amenizar ou mesmo corroborar com a ideia de que no modelo clássico de desenvolvimento das relações capitalistas não ocorreram contradições e conflitos. Queremos destacar que o processo de reprodução do capital no Brasil realizou-se de fora para dentro, num movimento de transformações talvez mais intensas e queimando etapas. As transformações foram muito rápidas, acentuando as contradições verificadas nos países pioneiros. Se o processo histórico de submissão do trabalho ao capital, ao produzir uma série de contradições que viriam a degradar o trabalho e as condições de vida da classe trabalhadora já é por si um fato muito relevante e estarrecedor, pois coloca como

²⁸ Para o autor a **gerência científica** é entendida como nível mais desenvolvido dos processos de gerência do trabalho, cujo grande precursor e ícone foi **Taylor**, com o seu sistema que ficou conhecido por taylorismo. O seu diferencial em relação as formas de gerências anteriores não foi apenas o de propor o controle e padronização das ações e movimentos do trabalhador, mas sobretudo em retirar deste a capacidade de decisão e controle sobre o processo de trabalho. Taylor defendia e implantou a efetiva divisão entre a concepção e a execução, de modo com que o trabalhador apenas executasse ordens preestabelecidas pela gerência empresarial. Dentre as consequências da gerência científica, destaca-se a **separação inextricável entre concepção e execução** em lugares distintos e por grupos de trabalhadores distintos. A separação entre a mão e o cérebro, separação da unidade humana, que caracteriza o diferencial do trabalho humano frente as demais espécies. Também resulta na destruição do ofício e no distanciamento entre o trabalhador e a ciência. É evidente que o autor está se referindo ao estágio da grande indústria moderna.

tendência a produção de grilhões que aprisionam as relações sociais e obstruem o processo de humanização do homem, no caso brasileiro, a intensificação das contradições culminou na exploração ainda mais intensiva dos trabalhadores, produzindo uma modernização ainda mais contraditória.

Muitos dos processos que haviam evoluído dentro das condições e características da sociedade europeia ao longo de séculos de transformações foram simplesmente transpostos para a realidade brasileira sem respeitar as suas especificidades históricas, como no caso do grande descompasso entre o desenvolvimento das tecnologias de produção industrial poupadoras de mão de obra e a realidade brasileira (durante a sua industrialização), caracterizada pelo excesso de força de trabalho e com preços baixos (OLIVEIRA, 1972). Em pouco menos que um século o processo da industrialização brasileira passou do predomínio da produção artesanal de subsistência para a hegemonia da produção industrial moderna de bens de consumo duráveis, com a utilização das tecnologias mais avançadas existentes nos países desenvolvidos; vale lembrar que o mesmo movimento na evolução das forças produtivas inglesas ocorreu entre os séculos XIII e XIX, e levou, portanto, por volta de quinhentos a seiscentos anos. Os séculos que antecederam os processos da industrialização e urbanização brasileira foram marcados pela presença do desenvolvimento de diferentes ciclos econômicos de produtos agrário-exportadores e minerais, explorados de forma intensiva, paralelamente a algumas poucas atividades de subsistência para manutenção das atividades voltadas a exportação. Durante séculos as principais cidades (localizadas principalmente na faixa costeira) não tiveram articulação interna, pois foram estruturadas como verdadeiras “portas” de saída para os produtos de exportação e de entrada de manufaturados mais elaborados. De certa maneira os processos de urbanização derivados da indústria também ocorreram de uma maneira muito rápida e intensa, induzindo a formas de estruturação de uma rede urbana pouco desenvolvida, e de bairros e formas de habitação com pouca ou nenhuma urbanidade.

Alguns episódios são marcos importantes no processo da formação das relações de trabalho modernas no Brasil e ajudam a entender parte da especificidade de como elas se realizaram no país. O ano de 1850 entrou para a

história como o ano em que foram promulgadas a Lei Eusébio de Queiros, em 4 de setembro, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil (mas ainda permanecia a legalidade da escravidão e mesmo o comércio interno de escravos; a escravidão seria abolida apenas em 1888) e a Lei de Terras, lei número 601 de 18 de setembro, que estabelecia a terra como mercadoria e propriedade privada, definindo o acesso a terra apenas pelo intermédio da sua compra e venda. Essas leis devem ser entendidas dentro do contexto histórico pelo qual o país passava. Estavam em curso mudanças que iriam permitir o surgimento do trabalhador livre, e para que este se submetesse aos processos do trabalho assalariado foi necessário impedir o seu livre acesso a terra (um dos principais meios de produção). O país recebia levas consideráveis de trabalhadores de origem imigrante com destino as plantações de café do interior do estado de São Paulo. Gradativamente vinha-se introduzindo a mão de obra livre como forma de substituição da mão de obra escrava, pois várias forças de ordem política e econômica corroboravam para isso. Como vimos em momento anterior, o trabalho escravo deixava de ser lucrativo. Além do encarecimento do preço do escravo com as sucessivas leis que vinham estreitando o uso da escravidão, o proprietário de escravos ainda tinha que arcar com todos os gastos para a manutenção da vida do escravo em “boas condições”, pois ele representava uma reserva de capital e a depredação da sua saúde e capacidade de trabalhar implicava em prejuízos diretos ao seu dono. Dessa forma, o proprietário internalizava os custos da reprodução da força de trabalho nos processos produtivos, fazendo com que o seu negócio fosse menos competitivo. Passava a ser mais barato e rentável a contratação do trabalhador livre, pois ele permitia externalizar os custos da reprodução da força de trabalho para fora dos processos produtivos, como problema do próprio trabalhador. Se as suas condições de saúde não estivessem boas ou a sua produtividade com baixo desempenho, bastaria contratar outra pessoa para trabalhar em seu lugar.

Outros fatores não menos relevantes também influenciaram na opção pela mão de obra livre. O contexto internacional de expansão da produção manufatureira fez com que a Inglaterra se tornasse uma das grandes defensoras da abolição da escravidão, já que o escravo não recebia salário e em consequência não poderia consumir como um trabalhador livre. O trabalho assalariado também viria a favorecer o próprio surgimento de empreendimentos comerciais nacionais, chamando a

atenção de uma parcela da elite empreendedora. Mas não podem passar despercebidos fatores como a própria luta política dos escravos contra seus opressores e a atuação de outros segmentos políticos que pressionavam pelo fim da escravidão por motivos humanitários ou religiosos.

São Paulo favoreceu-se mais do que qualquer outra região no momento da abolição da escravidão e durante o processo de introdução da mão de obra assalariada, pois concentrava a atividade econômica hegemônica (produção do café), aglomerando, portanto, a maior parte dos trabalhadores que viriam a formar o maior mercado consumidor do país. Esse fator seria preponderante para a posterior concentração de investimentos na atividade industrial e de serviços, conforme vimos anteriormente.

A situação de escassez de mão de obra que havia marcado todos os ciclos econômicos anteriores da história do país (inclusive o próprio ciclo do café em São Paulo) começava a mudar em fins do século XIX. Juntou-se ao contingente considerável de escravos²⁹, uma grande quantidade de trabalhadores imigrantes. Entre 1880 a 1930 entrariam no país 3.993.766 imigrantes (LEVY, apud SALES & BAENINGER, 2000, p. 34). O trabalho escravo negro conviveu durante algumas décadas com o trabalho do imigrante europeu e mesmo após a abolição da escravidão o Estado e as elites nacionais continuaram por optar pela mão de obra imigrante, marginalizando o trabalhador nacional. Pode-se mesmo afirmar que os maus tratos com que as elites estavam acostumadas em relação ao trabalho manual do escravo, estabelecendo uma cultura de desprestígio pelo trabalho braçal, seriam em parte mantidos e transmitidos para o trabalhador assalariado que viria a se estabelecer. Desde cedo se criou uma cultura de menosprezo pelo trabalho manual e para com o trabalhador nativo, que ficou relegado como herança ao trabalho assalariado difundido mais amplamente com a indústria. Os antigos escravos viriam a constituir parte do excedente de trabalhadores que estariam disponíveis para o

²⁹ Segundo Bosi (apud MARICATO, 1996, p. 33) entraram cerca de 700 mil escravos africanos no país entre os anos de 1830 e 1850. O destino principal era São Paulo, que concentrava o pólo dinâmico da economia agrário-exportadora. É importante ressaltar que com a lei que proibia o tráfico de escravos em 1850, São Paulo passou a receber os escravos de outras regiões do país, como Minas Gerais e o Nordeste, corroborando para promover a concentração da força de trabalho (alguns futuros consumidores) e a estagnação de outras regiões. Estima-se que desde o início da utilização do trabalho escravo até o ano de 1850, foram trazidos para o Brasil cerca de 4 milhões de escravos (SALES & BAENINGER, 2000, p. 33).

crescimento urbano e industrial de São Paulo. Esse excedente tornar-se-ia ainda maior nas décadas posteriores, quando São Paulo começa também a ser o destino principal das migrações internas.

Conforme vimos anteriormente, a quantidade de trabalhadores disponíveis aos processos produtivos é um dos principais fatores na determinação do preço dos salários. Segundo Pochmann (2001), a partir de fins do século XIX São Paulo passou a contar com um grande excedente de mão-de-obra, sempre superior ao montante requisitado pelos processos da acumulação. Isso ter-se-ia iniciado com a transição do trabalho escravo ao trabalho livre, quando optou-se pela imigração e o não aproveitamento do ex-escravo nas atividades que até então ele desenvolvia. Posteriormente o processo foi mantido com as taxas elevadas de migração nacional com destino a capital. Os efeitos desse excedente de trabalhadores disponíveis ao capital nunca foi favorável à classe trabalhadora, sendo mais um dos fatores que contribuíam para a degradação das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores de São Paulo. Para as elites empreendedoras e para a pequena burguesia industrial que se formava criava um panorama bastante favorável, sobretudo porque antes da década de 1930 praticamente inexistiam leis trabalhistas que garantissem direitos efetivos aos trabalhadores, como quantidade máxima de horas de trabalho semanal, direito a férias remuneradas e segurança contra demissões abusivas.

Os trabalhadores de origem estrangeira caracterizaram de modo expressivo a composição da mão de obra das indústrias, que se utilizavam intensivamente do trabalho de mulheres e menores. A miséria a que estava submetido o operariado criava a necessidade da entrada no mercado de trabalho das mulheres e crianças, que enfrentavam jornadas de trabalho de dez ou onze horas. Oficialmente, essa jornada iniciava-se por volta das cinco e meia da manhã e terminava ao redor das seis horas da tarde, mas a determinação do tempo de trabalho era resolução exclusiva dos patrões, que poderiam, por uma simples comunicação, alterar para mais ou para menos a jornada, de acordo com as necessidades de produção. As jornadas extensas, os baixos salários e o ambiente insalubre marcavam o cotidiano do trabalho no início da industrialização da cidade (MATOS, 2004, p. 67).

As condições não eram favoráveis aos operários das indústrias e não foi diferente com a população que não se inseria nas atividades do setor secundário. A população excedente aos processos da industrialização “teria que se virar” para poder se manter, arrumando ocupações fora da chamada “economia moderna”. O

crescimento urbano acelerado criava a possibilidade de uma série de trabalhos informais, temporários, de subempregos e muitos “bicos” tanto para o atendimento de demandas das classes populares como para as elites. A cidade era construída e reconstruída num ritmo intenso, envolvendo a modernização do espaço através da construção de avenidas, pontes, viadutos e muitos edifícios, gerando uma demanda considerável por trabalhadores da construção civil. Dentre os empregos relacionados com a construção civil destacou-se a presença significativa de pedreiros, pintores, carpinteiros, serralheiros, marceneiros e marmoristas. Alguns dos setores paralelos ao setor industrial tiveram um papel muito importante na geração de ocupações para os trabalhadores de São Paulo, via de regra relacionados com prestação de serviços urbanos variados (limpeza, jardinagem, transportes, preparação de alimentos, segurança, etc.), pequenas unidades produtivas artesanais e realização de atividades no comércio.

A modernização da cidade também permitiria a criação de empregos nos serviços públicos, exigindo a contratação de trabalhadores como vigilantes, guardas, coletores, varredores e acendedores de lampião, além dos serviços de transporte público monopolizados pela Light e Power, que necessitava de motoneiros, cobradores e condutores. Havia os serviços de transporte e circulação de mercadorias e objetos realizados por pessoas individuais, como circulação de alimentos, realização de mudanças, venda de lenha, forragens para os animais, carregamento de água, de lixo e mesmo o transporte individual de pessoas. O setor de gêneros alimentícios foi um dos que mais se destacou. Muitas famílias se dedicavam a produção de alimentos e utilizavam as estruturas da própria casa, através da criação de armazéns de secos e molhados, quitandas, pequenas lojas, açougues e botequins. A cidade também contava com a presença considerável de vendedores ambulantes que comercializavam frutas, legumes, doces, ovos, carnes, leite, etc., utilizando os espaços da rua e de habilidades variadas para cativar sua clientela, como por exemplo, ao estabelecer o hábito de passar nos mesmos dias e horários em lugares específicos. Destacaram-se ainda atividades como costureiras e alfaiates, sapateiros, oficinas de reparos gerais, jardineiros, domésticas, arrumadeiras, roupeiras, babás, amas-de-leite e lavadeiras de roupas, que se utilizavam na região central das águas da Várzea do Carmo - que era um dos braços do rio Tamanduateí na região do atual Parque Dom Pedro II. As mulheres tinham

presença predominante em muitas das profissões anunciadas acima (Ibdem, 2004). O “trabalho informal” foi muito utilizado durante essas décadas iniciais do século XX, quando a cidade de São Paulo já começava a despontar como a futura metrópole nacional.

Não pode deixar de ser destacado que o entorno da cidade e mesmo muitos municípios vizinhos adquiriram grande importância na produção de alimentos para abastecimento de São Paulo, especializando-se na produção de gêneros alimentícios como hortaliças, frutas e carnes (artefatos que compõem o chamado setor hortifrutigranjeiro). Ao redor da cidade de São Paulo viria a se formar o que ficou conhecido pela literatura como o “cinturão verde”, formado por parte do território de municípios vizinhos e pelo então subúrbio da cidade, que viriam a ser um dos principais responsáveis pelo abastecimento de produtos agrícolas para o consumo urbano. Muitos dos atuais bairros das regiões que envolvem o centro, atualmente engolidos pela mancha urbana cumpriram a função de produtores de gêneros agrícolas variados para o abastecimento da cidade. A mancha urbana concentrava-se então principalmente ao redor da região central e muito dificilmente avançava os limites estabelecidos pelos rios Tietê (em direção a região norte) e Pinheiros (em direção a região sul).

Muitos desses lugares ainda tinham a função de abastecer a cidade de materiais como areia, tijolos, pisos e telhas, fartamente utilizados no crescimento da urbanização. Essas atividades ocupariam uma boa parcela da classe trabalhadora que se formava em São Paulo e não se inseria diretamente na produção industrial. A pesquisa de doutorado de Seabra (1987) destaca, por exemplo, a utilização dos rios Tietê e Pinheiros em atividades como a extração de areia e argila, a concentração de pequenas olarias em suas várzeas e também a presença de pequenos pescadores e donos de pequenas embarcações que trabalhavam com o transporte de mercadorias e pessoas, realizando também serviços de travessia dos rios. O crescimento da mancha urbana, aliado as atividades de retificação e construção das avenidas marginais iria alterar completamente os usos desses grandes rios e suas várzeas.

A urbanização da cidade, a partir de então, pode ser entendida como uma das formas de manifestação das contradições advindas da sociedade urbana industrial que se produzia em São Paulo. Ainda no começo do século os trabalhadores da indústria e das demais atividades acessórias da urbanização **vivenciaram formas específicas da segregação espacial**, habitando em cortiços e vilas operárias nos lugares menos valorizados da cidade e apartados das elites que habitavam nos bairros mais altos, nobres e auto-segregados. As regiões baixas da cidade, próximas às várzeas foram inicialmente as que passaram a concentrar os trabalhadores de baixa renda. Estes espaços desvalorizados não agradavam as elites, pois representavam riscos de contaminação por doenças de veiculação hídrica e pelo incômodo causado pelos insetos, além da inconveniência das enchentes. O período também foi marcado pela ocorrência de epidemias (como cólera, febre amarela, varíola, etc.) relacionadas com a falta de condições sanitárias adequadas e a aglomeração irregular de habitações, fornecendo elementos para a criação de um discurso higienista-sanitarista que estigmatizava a concentração de habitações populares como foco de doenças, incutindo nas elites o preconceito da proximidade de bairros operários como fator de risco de contaminação. As elites muitas vezes se utilizaram desse discurso higienista-sanitarista para justificar suas estratégias de segregação através do distanciamento entre os locais de moradia dos bairros operários, freqüentemente vistos como lugares de promiscuidade, de proliferação de doenças e da delinqüência (de chagas e epidemias naturais e sociais). Por detrás do discurso higienista-sanitarista reforçava-se uma série de preconceitos contra a classe trabalhadora e também se justificava a segregação espacial. As finalidades inspiradas pela ideologia do higienismo-sanitarismo (as primeiras práticas de urbanismo embasaram-se cientificamente nesse discurso) iriam além do controle de epidemias, se estendendo como uma forma de controle social e mesmo como estratégia de valorização do espaço urbano (MARTINS, 1999).

Entre o final do século XIX até por volta da década de 1940, a mancha urbana de São Paulo tinha como características o que Caldeira (2000) definiu como “cidade concentrada”, em que prevalecia um padrão de segregação também concentrado. Esse padrão de urbanização deveu-se tanto a fatores de ordem técnica, como a



inexistência de meios de transporte eficientes³⁰ que pudessem promover a distribuição da mancha urbana de forma mais espraiada, além da própria existência dos rios que envolviam a região do centro expandido da cidade e se colocavam como uma verdadeira barreira natural, que apenas viria a ser transposta décadas depois através das obras viárias de retificação, canalização e construção de avenidas marginais e pontes, que permitiram a anexação de novos espaços para a urbanização incluindo os próprios espaços da extensa região de várzea e dos bairros localizados ao lado oposto do rio. A noção de cidade concentrada elaborada pela autora não deve ser confundida com a ideia de que coexistia a habitação compartilhada de todos os bairros da cidade por todos os extratos sociais. Conforme foi salientado, apesar da mancha urbana ter uma localização restrita e concentrada na região circundada pelos rios Tietê, Pinheiros e um pouco além do rio Tamanduateí (uma área pequena quando se compara com as dimensões que a metrópole viria a ter nas décadas posteriores) a segregação existia. Os extratos populares habitavam as partes baixas e desvalorizadas da cidade ao passo que os seguimentos aburguesados habitavam bairros distintos, localizados nas regiões mais altas.

Boa parte dessa região baixa já havia sido ocupada pela linha férrea e posteriormente pelas indústrias da “primeira fase” da industrialização de São Paulo. Muitas vilas operárias foram criadas nessas regiões baixas pelas próprias indústrias, contiguamente ao espaço da planta industrial. Tratava-se de uma estratégia que algumas empresas adotavam para resolver o problema de alocação da sua mão-de-obra, alugando ou mesmo vendendo essas residências a parte dos trabalhadores mais qualificados. Era uma estratégia viável, na medida em que não existia uma quantidade significativa de trabalhadores com um determinado nível de qualificação e os terrenos vizinhos ainda possuíam um preço baixo, tornando compensador a fixação do operário nas imediações da indústria. “O fornecimento de moradias pela própria empresa diminuía as despesas dos operários com sua própria sobrevivência,

³⁰ O transporte público na época era realizado inicialmente através da utilização de bondes de tração animal. Posteriormente, com a ampliação da capacidade de geração de energia hidrelétrica em Santana de Parnaíba os bondes passaram a utilizar a energia elétrica como fonte de energia. O transporte sobre trilhos possui o inconveniente de permitir a comunicação apenas das áreas cruzadas pela linha férrea. Sabe-se que a ampliação dos trilhos de forma a envolver uma área maior (como no formato de um tabuleiro de xadrez, por exemplo), nunca foi uma prioridade para a gestão dos serviços públicos em São Paulo. Ainda hoje, existe praticamente apenas uma linha para cada grande região da cidade (norte, sul, leste e oeste).

permitindo que os salários fossem rebaixados. Descontava-se assim o investimento feito pelas empresas com a aquisição dos terrenos e com a construção das casas” (KOWARICK, 1993, p. 34). Bairros como o Brás, Mooca e Belém teriam se formado nessa condição como vilas operárias.

Essa estratégia deixaria de ser viável com a intensificação do crescimento industrial e do número de trabalhadores que aumentava consideravelmente ao longo dos anos com a consolidação da migração rural-urbana e inter-regional em direção a São Paulo, que gerou uma grande demanda por novos espaços, pressionou a ocupação dos “espaços vazios” (localizados nas imediações da região central e guardados na condição de reservas de valor numa estratégia de especulação imobiliária) da cidade e fez o preço do solo urbano subir rapidamente. As empresas passariam a contar com uma força de trabalho cada vez mais abundante e barata, com um grande excedente de força de trabalho que tornaria desnecessário a fixação do trabalhador nas proximidades da indústria.

O processo de crescimento urbano e demográfico acelerado dava-se conjuntamente com a valorização e especulação imobiliária, demonstrando que os processos da acumulação e da especulação andaram juntos. O encarecimento dos terrenos vizinhos das indústrias viria a ser outro elemento que inviabilizava a continuidade da construção de vilas operárias nas imediações das fábricas. Ao mesmo tempo permitia que muitos industriais auferissem rendas elevadas com os negócios da terra, já que muitos desses grandes empresários haviam adquirido glebas consideráveis de terras durante os momentos iniciais da industrialização, seja como reserva de terrenos para posterior crescimento da planta industrial ou inclusive como estratégia de especulação. Ao mesmo tempo se apropriavam duplamente das riquezas produzidas através da exploração da mais valia, já que lançavam mão da exploração da força de trabalho de onde obtinham lucro e também dos negócios imobiliários, de onde obtinham uma renda suplementar. Os empresários ganhavam duplamente com os processos da industrialização-urbanização, por um lado pela intensificação da exploração dos trabalhadores e por outro através da especulação e negócios imobiliários (MARTINS, 1999).

Por outro lado, os trabalhadores perdiam duplamente: pela exploração intensa nos processos produtivos e pela “espoliação urbana” (KOWARICK, 1993), que se estabelecia também através de mecanismos de especulação com a terra que empurrava as habitações dos operários para lugares cada vez mais distantes dos locais de trabalho, com características ambientais dos espaços construídos muito piores. Os custos de moradia e de transporte passariam para o próprio trabalhador. Os custos e responsabilidades sobre os serviços urbanos necessários para a reprodução e mobilidade dos trabalhadores passariam para o âmbito do Estado. A chamada era moderna colocaria os problemas da crise de habitação e do transporte público caro e ineficiente como mais um dos produtos indesejáveis promovidos pela implantação da lógica da acumulação capitalista com taxas elevadas de exploração do trabalho.

Deste momento em diante, as vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário. Surge no cenário urbano o que será designado como ‘periferia’: aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção (Ibdem, 1993, p. 35).

Caldeira (2000) destaca algumas medidas tomadas pelo Estado e alguns processos que ajudariam a redefinir o que chama de mudanças no padrão da urbanização de São Paulo, através da passagem de uma “cidade concentrada” e ao mesmo tempo segregada, para uma “cidade dispersa”, marcada pelo padrão de urbanização com grande expansão horizontal e fundamentado na forma centro-periferia³¹. A autora faz um recorte que representaria esse novo padrão de urbanização como sendo predominante entre os anos 40 até os anos 80, em que prevaleceria a separação entre as diferentes classes sociais pela distância dos locais de habitação, sendo o centro dominado pelas classes médias e altas e as periferias distantes e precárias habitadas pelos pobres. Destaca duas medidas tomadas pelo Estado e que teriam induzido a esse novo padrão de urbanização: o

³¹ O padrão centro-periferia é também designado como de cidade dispersa. Possui 4 características principais: é disperso ao invés de concentrado; as classes sociais habitam distantes umas das outras; a aquisição de imóveis torna-se opção tanto para os ricos como para os pobres; o sistema de transportes baseado no automóvel para os ricos e ônibus para os trabalhadores. Momento consolidado com a industrialização pesada em São Paulo (Ibdem, 2000, p. 218).

Plano de Avenidas de Prestes Maia, executadas nas décadas de 40 e 50, optando por restringir os bondes e expandir as ruas (e os ônibus como meios de transporte coletivo predominante), contribuindo para que a urbanização se tornasse dispersa e menos concentrada ao redor das linhas de trem e bondes, e mesmo sobre os fortes impactos do ônibus na difusão da periferia. A *Lei do Inquilinato*, lançada em 1942 foi outro fator que corroborou para a ampliação da urbanização dispersa. Congelou os alugueis em valores de dezembro de 1941 e foi sucessivamente renovada até 1964. Provocou a diminuição do mercado de aluguéis e “acelerou a partida de trabalhadores para a periferia, onde podiam encontrar terrenos baratos (e irregulares) para construir suas casas” (Ibdem, 2000, p.218).

A expansão da mancha urbana da cidade em direção das periferias que se formavam passaria a ser um dos negócios mais rentáveis da história de São Paulo. Conforme foi anunciado em momento anterior, os avanços nas tecnologias de transporte, como a utilização de bondes movidos a energia elétrica e das primeiras linhas de ônibus para transporte coletivo na década de quarenta, associados a realização de grandes obras viárias e outras medidas políticas, viriam a permitir que a cidade deixasse de ter uma urbanização concentrada e passasse a incorporar novos espaços, numa “urbanização dispersa” em que viria a prevalecer o elevado crescimento horizontal. O setor imobiliário pautado na iniciativa privada praticamente orientaria os vetores de crescimento da cidade, definindo o local de moradia da população empobrecida em lugares cada vez mais distantes da região central, onde o preço do solo urbano seria mais baixo e compatível com a renda dessa população. O setor imobiliário não apenas promoveu a expansão horizontal da mancha urbana para áreas cada vez mais distantes do centro, onde localizavam-se a maior parte dos postos de trabalho, como guardou para si espaços vazios entre a região central e as áreas de expansão da urbanização, aguardando com que esses terrenos se valorizassem com o tempo, após os investimentos públicos em infra-estrutura urbana para atender os bairros de periferia³². O Estado viria a agir sempre a reboque do setor imobiliário, tendo que assumir o fardo de construir as infra-estruturas urbanas (serviços de água, esgoto e coleta de lixo) e os serviços de uso coletivo

³² A periferia foi uma grande fonte de rendas aos especuladores, que tiveram muita liberdade para realização de negócios ilegais; a legislação urbana praticamente não incidia sobre as áreas suburbanas e rurais que eram objeto de especulação, restringindo-se ao núcleo urbano central (Ibdem, 2000, p. 220).

(escolas, hospitais, áreas de lazer) nos vetores em que a especulação imobiliária estrategicamente definia.

Os investimentos públicos foram fartamente utilizados pela especulação imobiliária como mecanismo de valorização do solo urbano dos terrenos vazios que aguardavam o momento certo de serem parcelados para venda. Contudo, a especulação imobiliária não se verificaria apenas pela retenção de terrenos com localização intermediária entre o centro e as regiões periféricas da cidade. “Ela se apresenta também com imenso vigor dentro das próprias áreas centrais, quando zonas estagnadas ou decadentes recebiam investimentos em serviços ou infra-estruturas básicas” (KOWARICK, 1993, p. 40). Ao mesmo tempo em que esses investimentos viriam a promover melhorias nas áreas centrais, promoveriam a sua valorização e a conseqüente “limpeza” da região, ao promover a incompatibilidade do local como lugar de habitação popular, devido aos preços elevados do solo urbano e dos imóveis. Os moradores não habilitados a moradia dos bairros que passavam pelos processos de valorização seriam induzidos a endossar o contingente de trabalhadores que tinham como destino a periferia da metrópole.

A presença do mercado imobiliário não apenas existia como praticamente determinava quais seriam as frentes de ocupação. Alguns setores empresariais relacionados com a prestação de serviços também determinariam essas frentes de ocupação, muitas vezes em parceria com o setor imobiliário, ambos se beneficiando de mecanismos de especulação imobiliária. Alguns empresários de transportes coletivos (linhas de bondes e linhas de ônibus) se utilizaram fartamente dessas estratégias, pois conjuntamente com a prestação de serviços, percebiam que poderiam auferir rendas suplementares com os negócios da terra urbana. O empresariado relacionado com o setor de transportes teria informações privilegiadas sobre a localização de futuros loteamentos, o que lhes permitia adquirir terras (muitas vezes em áreas rurais, com o preço do solo bem mais barato e calculado em alqueires) em caráter pioneiro e com exclusividade, antes que a valorização promovida pelos loteamentos e pelos investimentos públicos em infra-estruturas fossem realizados.

A maior parte dos loteamentos populares ocorreriam de forma clandestina (sem o conhecimento e mediação do poder público) e irregular (sem respeitar regras e posturas de construção e urbanização estabelecidas em lei, como largura de ruas, tamanho de lotes, que na maior parte dos casos apenas vigoraria com um pouco mais de rigor nas áreas mais valorizadas das região central). Se num primeiro momento do crescimento industrial e urbano, marcado pela concentração na região entre os rios, a classe trabalhadora empobrecida habitava em vilas operárias próximas as indústrias, em lugares desvalorizados como vertentes inclinadas, em terrenos alagadiços e em cortiços na região central (a presença das favelas ainda não era significativa), num segundo momento a segregação urbana viria incorporar novos elementos. Os processos de autoconstrução sem o apoio de políticas públicas viriam a ser uma das características marcantes da produção da periferia urbana pelos próprios trabalhadores. As construções seriam realizadas sem o acompanhamento de profissionais da indústria da construção civil consolidada, envolvendo a utilização de materiais de segunda linha (e mesmo restos e sobras de materiais de outras construções), a utilização predominante da mão de obra familiar e a realização da construção por etapas (em boa parte dos casos se construía um cômodo ou dois, mudava-se para a construção e continuava-se o trabalho de construção do restante da casa por meses ou anos), sempre nos horários livres do expediente de trabalho. A autoconstrução envolvia, portanto, uma dupla jornada de trabalho: durante a semana no horário comercial trabalhava-se para o patrão; fora do horário comercial e em finais de semana e feriados construía-se a casa.

A produção residencial acabaria por reproduzir a mesma lógica do desenvolvimento desigual das forças produtivas (em dois setores aparentemente distintos da economia), na qual coexistiriam de forma articulada empresas com alta densidade de capital constante e unidades produtivas familiares, dificilmente caracterizadas como sendo plenamente capitalistas. Ao lado do desenvolvimento de um setor de construção civil altamente capitalizado e voltado para as necessidades dos grandes empreendimentos públicos e para as classes de renda elevada, também prevaleceriam formas de construção de moradias em moldes arcaicos, destinados, sobretudo a atender a demanda popular por moradias. Deve-se ter muito cuidado na interpretação desses fatos para não cair no equívoco de reforçar um entendimento dualista do processo, pois tanto a produção capitalizada como a

produção autônoma e arcaica se encaixavam perfeitamente na lógica da acumulação implantada no país, assentada em taxas elevadas de exploração da força de trabalho e numa cidade também produzida de forma a reproduzir a lógica da acumulação (a preocupação maior seria com a busca de lucros elevados, e não com o bem estar dos moradores, que poderia ser pautado, por exemplo, na localização das moradias populares em áreas mais próximas aos locais de trabalho e em bairros com maior quantidade e qualidade de infra-estruturas e serviços). A autoconstrução se colocaria como uma solução de subsistência utilizada para compensar o excesso de exploração da força de trabalho e ao mesmo tempo permitir o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho para a classe dos empresários. Foi uma “magnífica fórmula que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados” (KOWARICK, 1993, p. 64).

Os impactos na vida cotidiana dos moradores da periferia urbana e mesmo sobre a formação do espaço da urbanização sob os auspícios da valorização imobiliária e da super exploração do trabalho seriam intensos e conflituosos, originando a criação de uma série de contradições que ainda hoje assolam *sobretudo os moradores de periferia* (se bem que muitos dos conteúdos da periferia precisam ser revistos e dialetizados, como será feito mais adiante), como os problemas de carência de infra-estruturas e serviços urbanos, deterioração das condições ambientais da cidade e dos elementos naturais (inserindo, por exemplo, a questão da ocupação das áreas de mananciais e a crise de abastecimento hídrico), problemática dos transportes públicos e da falta de mobilidade urbana associada aos grandes congestionamentos promovidos pelo uso indiscriminado do transporte privado, problemática da habitação, dentre outros da imensa lista dos chamados “problemas urbanos da modernidade³³”. Tanto é que um estudioso renomado dos

³³ Acreditamos ser muito importante a consideração da questão de classes quando se analisam os conteúdos do que a literatura hegemônica definiu como sendo um conjunto de problemas e impactos urbanos que afetam a todos os moradores da metrópole. Desde sempre, esses impactos resultantes da urbanização penalizou a população trabalhadora com muito mais intensidade do que outros segmentos sociais aburguesados. O caso da utilização dos transportes públicos, por exemplo, é emblemático, e afeta muito mais os segmentos sociais que dependem exclusivamente desse meio de transporte do que os demais. Ainda há que se considerar que os meios de transporte considerados mais eficientes, como o metrô, ainda estão concentrados majoritariamente na região do centro

processos da urbanização de São Paulo concluiu que o vertiginoso crescimento industrial e econômico da mais “rica” e importante metrópole de país apoiaram-se de um lado, na super exploração da força de trabalho promovendo a sua pauperização absoluta e relativa e do outro na “espoliação urbana”, que seria uma forma suplementar de dilapidação da força de trabalho realizada fora do ambiente de trabalho e derivada dos processos da urbanização, que colocaria a questão da periferia como condição para a reprodução dos trabalhadores. Trata-se, resumidamente, de um conjunto de privações e formas de espoliações decorrentes da super exploração do trabalhador que se revelaria pelo somatório das extorsões que se dão pela inexistência e precariedade dos serviços de consumo coletivo, pelos processos de especulação imobiliária que empurra os trabalhadores para lugares cada vez mais distantes do local de trabalho e pela atuação propositada do Estado³⁴. Tais processos derivados da urbanização atuariam agudizando ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho (Ibdem, 1993).

Os novos fluxos de investimentos na indústria e demais atividades econômicas não seriam capazes de frear a produção da periferia urbana de São Paulo. Muito pelo contrario, vieram a fortalecer ainda mais esse processo que ocorreu de forma inerente à própria constituição da metrópole. Apesar da grande concentração e do crescimento elevado da indústria paulistana, sobretudo a partir da segunda metade do século (com um ciclo de industrialização mais pesada), a indústria nunca foi capaz de promover a “integração fordista³⁵” da classe trabalhadora de uma forma generalizada. O forte crescimento econômico verificado em São Paulo (sobrepujado pela industrialização) não repercutia em desenvolvimento social, pois, como temos visto até então, além de ter induzido a criação de uma gama muito variada de atividades precárias que não faziam parte

expandido. Quem é morador de periferia sabe exatamente a quantidade de percalços que tem de enfrentar para utilizar o transporte público, sobretudo em direção da região central da capital.

³⁴ Que não bastando promover e mesmo acentuar os processos de intensificação da exploração da força de trabalho através da viabilização dessas relações sociais, foi também um agente central na promoção da espoliação urbana ao orientar de forma muito desigual seus investimentos urbanos e também por se colocar como um verdadeiro “rolo compressor” onde quer que houve qualquer tipo de ação questionadora através de manifestações da sociedade organizada.

³⁵ O economista Marcio Pochmann argumenta em seu livro (2001) que o trabalho assalariado regulado por leis trabalhistas e sob os moldes fordistas (com a participação efetiva da força de trabalho no consumo) nunca foi plenamente realizado no Brasil, mas foi restrita a uma pequena parcela de trabalhadores da classe média. Também argumenta que as relações de trabalho assalariado sob regulação sempre conviveram com formas precárias de trabalho.

dos chamados novos empregos da era moderna (que não gozariam de benefícios como a proteção das leis trabalhistas, por exemplo), mesmo no interior das indústrias as taxas de exploração dos trabalhadores foram tão intensas quanto a que se verificaria com o chamado “setor informal”. Ainda seria somado ao processo de dilapidação da força de trabalho os fenômenos derivados da urbanização, sabiamente definidos por Kowarick como “espoliação urbana”.

Tomando pela ótica da classe trabalhadora, o sentido de todo o processo da industrialização e do rápido crescimento da urbanização seria o da precarização intensa das condições de vida e das relações de trabalho. A pobreza urbana alimentada por uma estrutura de distribuição de renda muito desigual não seriam fenômenos alienígenas ao processo de acumulação e da produção de riquezas (do crescimento econômico), mas uma parte integrante do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil que desde sempre foram assentadas em mecanismos de exploração intensa dos trabalhadores. Elementos tradicionais da paisagem urbana paulista como favelas, cortiços, moradores de rua e a extraordinária mancha urbana periférica devem ser entendidos como produtos da lógica de acumulação que se desenvolveu no país de modo a possibilitar altas taxas de exploração do trabalho e beneficiar um grupo restrito de empresários, grandes proprietários de terras e os investimentos do capital internacional monopolizado. Evidencia-se cabalmente a presença da contradição entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social (geralmente um é tomado como sinônimo do outro; a Geografia de São Paulo revela elementos que permitem desmistificar essa ideologia do produtivismo). Contraditoriamente os níveis de remuneração e as condições de vida da maior parte dos trabalhadores seriam deterioradas, em meio, por exemplo, do período designado como “Milagre Econômico Brasileiro” (de 1968 a 1973), quando a economia teria crescido há uma taxa de cerca de 10% ao ano (Ibdem, 1993).

Oliveira (1972) juntamente com outros cientistas sociais constatou que o forte crescimento econômico verificado em decorrência da industrialização pesada teria reforçado a estrutura de concentração de renda, criando mais desigualdades sociais e acentuando processos de pauperização dos trabalhadores ao invés de promover o desenvolvimento e progresso social, como seria de se esperar. A exploração do

trabalho veio a ser ainda mais intensificada nesses momentos de forte crescimento da produção industrial e econômica, mas passava de certo modo despercebida devido a outras transformações pelas quais o país como um todo (e com mais intensidade São Paulo) vinha passando, como no caso da acentuada mobilidade social da população promovida pelas migrações do meio rural para a cidade, “identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando” (Ibdem, 1972, p. 46).

Tabela 2.4 – Estimativas do movimento rural-urbano no Brasil – 1940-80.

Período	Volume rural-urbano (milhões de pessoas)
1940-50	3,0
1950-60	7,0
1960-70	12,8
1970-80	15,6

Fonte: Adaptado de Sales e Baeninger, 2000.

Na verdade o que vinha se verificando na relação entre capital e trabalho, quando tomadas historicamente, era a submissão cada vez mais intensa de todos os processos do trabalho pelo capital, acompanhado de intensificação das taxas de exploração. Oliveira havia constatado que “25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração real dos trabalhadores urbanos, sendo que no Estado mais industrializado, o nível do salário mínimo real em 1968 era ainda mais baixo que em 1964!” (Ibdem, 1972, p. 47-48). Contraditoriamente o período tinha sido marcado pelo crescimento acentuado do setor industrial, passando de um crescimento médio de 8,1% entre 1953-57 para 11,2% até o ano de 1964. Mesmo antes do chamado milagre econômico, como decorrência das políticas adotadas no governo de Juscelino Kubtschek a indústria vinha passando por uma fase de crescimento extraordinária.

A maior urbanização da população traria consigo mudanças não apenas quantitativas, mas, sobretudo transformações qualitativas verificáveis em vários âmbitos. A literatura hegemônica representa o processo de urbanização da população como resultando em melhorias generalizadas das condições de vida, identificadas como sinônimos de maior “qualidade de vida”, como por exemplo o

acesso a infra-estruturas urbanas de saneamento básico, a serviços de consumo coletivos como hospitais, escolas, comércio, energia elétrica e aos meios de comunicação e transporte modernos. Defendia-se que na medida em que o capitalismo promovia transformações na estrutura da população do país ao longo do século XX, estava promovendo avanços significativos ao melhorar a qualidade de vida da população, que seria melhor na cidade do que no campo. Regionalmente, essas mudanças identificadas como “transição demográfica” ocorreram também de forma desigual, sendo mais intensas nas regiões onde as atividades capitalistas foram mais desenvolvidas, como nos casos da região Sudeste e do Estado de São Paulo. Foi em meio a esse turbilhão de transformações identificadas como sinônimos de forte progresso social (afinal de contas os países mais avançados do mundo possuíam população urbana e taxas de urbanização mais elevadas do que a população rural) que se promovia a intensificação dos processos de exploração da força de trabalho na metrópole de São Paulo, que vinha sendo considerada até então como o maior triunfo (a cereja do “bolo que deveria crescer para depois ser distribuído”).

Tabela 2.5 – Taxa de urbanização do Brasil e da região Sudeste – 1950-80.

Período	Brasil	Sudeste
1950	36,2	47,5
1960	44,9	57,0
1970	55,9	72,7
1980	67,6	82,8

Fonte: FIBGE, Censos demográficos de 1940 a 1991.

Se por um lado tem-se o crescimento da produção industrial paulistana e a sua população urbana aumentando a taxas surpreendentes, colocando a disposição dos processos produtivos contingentes cada vez maiores de trabalhadores, por outro lado, verificava-se a deterioração (também conhecida como “arrocho salarial”) dos salários da classe trabalhadora, chegando a níveis tão baixos que não chegariam sequer a cobrir o custo de reprodução da força de trabalho:

Simplesmente pelo fato de que, não somente a medida em que o tempo passa, mas a medida em que a urbanização avança, a medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo da reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa. Em termos concretos, o transporte

por exemplo, não pode ser resolvido pelo trabalhador senão pelos meios institucionalizados e mercantilizados que a sociedade oferece, a energia elétrica que ele e sua família utilizam também não comporta soluções primitivas, a educação, a saúde, enfim, todos os componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se transformam em mercadorias (OLIVEIRA, 1972, p. 52).

Se a urbanização da sociedade brasileira pôde ser representada durante muito tempo como sinônimo de progresso social, uma vez que a aparência das transformações era de que as suas novas características estavam caminhando para uma aproximação das condições da realidade dos países capitalistas avançados (pelo menos estatisticamente seria possível essa comparação³⁶), por seu lado, promoveu a total institucionalização e mercantilização³⁷ dos elementos utilizados na reprodução da força de trabalho, mesmo a preço de custos sociais elevados, devido às condições catastróficas de consolidação dos processos de acumulação no país.

Dessa forma promovia-se a deterioração do *salário real* sem a necessidade de rebaixamento dos *salários nominais*. Dentre as várias conseqüências na vida cotidiana da classe trabalhadora gostaríamos de destacar inicialmente apenas duas implicações. É evidente que a **produção da habitação** se colocaria como problemática central, criando-se condições ideais para a proliferação de formas muito precárias de habitações para a classe trabalhadora (e para aqueles que vinham em direção da metrópole e tentavam se inserir como operariado, mas que em muitos casos foram abduzidos pela mendicância). A literatura sobre a cidade e a habitação popular identificou esse período como o de massificação das favelas, para citar apenas um exemplo. Outra implicação direta ocorreria em relação ao **número de pessoas que teriam de trabalhar** para poder manter a reprodução da força de trabalho no ambiente familiar. Nesse contexto começa a tomar dimensões cada vez

³⁶ Braverman (1977) ironiza a crença cega que se tem nas estatísticas, segundo ele facilmente manipuláveis, argumentando que se um estatístico estivesse ao mesmo tempo, com a perna direita em água fria e a esquerda em água fervente, diria que não está sentindo nem frio ou calor.

³⁷ Paul Singer (1977, p. 63) realizou uma estimativa de que no ano de 1966, um trabalhador que utilizava o ônibus 4 vezes ao dia, gastaria em condução o equivalente a 18% do salário mínimo em vigor. Uma atualização dos cálculos revela que hoje em São Paulo, tomando-se como referência o salário mínimo em vigor (R\$ 510,00) e o preço do transporte público de ônibus em vigor (R\$ 2,70), essa porcentagem saltaria para 42,3%, caso sejam realizadas 4 viagens ao dia, 20 dias ao mês. Contudo o transporte público do município de São Paulo conta hoje com o aclamado “bilhete único”, que permite a utilização de até 4 embarques num período de 3 horas, e também a integração com outros ramais a preços menores, como o trem e o metrô. Um percurso da região do Capão Redondo para a região do centro geralmente utiliza um embarque de ônibus com uma integração no metrô e no trem, representando um gasto de R\$ 4,07 por viagem, que alteraria a porcentagem para 31,92% do salário mínimo!

mais elevadas a participação da mulher no mercado de trabalho. Mais uma vez a aparência do processo seria representada como sinônimo de progresso, como sendo o resultado da almejada conquista da igualdade de direitos entre gêneros, quando na verdade, o principal elemento que sobrepujou a participação da mulher no mercado de trabalho (no contexto da classe trabalhadora) foi a deterioração salarial, que passava a exigir que mais membros da família estivessem trabalhando para conseguir se reproduzir na metrópole de forma “menos dolorosa”³⁸.

Se por um dos ângulos do processo da acumulação capitalista (pela ótica do trabalho) verificava-se a deterioração das condições de reprodução da classe trabalhadora, do outro ângulo (pela ótica do capital) revelava-se que a produção industrial e a economia cresciam a taxas elevadas, demonstrando que a situação encontrava-se crítica para a classe trabalhadora, mas foi muito favorável ao desenvolvimento do capital. Ao invés da crise de reprodução do capital, vinha ocorrendo um processo espetacular de produção de riquezas através da exploração da mais valia. A questão é que os frutos do trabalho foram apropriados de forma muito desigual, promovendo uma das maiores taxas de concentração de renda do mundo. Ocorreu produção de riquezas, mas estas vinham sendo apropriadas apenas por uma fração privilegiada da sociedade. Ao longo das décadas essa tendência de concentração só se agravou (Ibdem, 1972).

Nesse momento “inicial”³⁹ de construção e consolidação da metrópole a periferia guardaria o sentido de lugar distante do centro e habitado majoritariamente por uma população formada de trabalhadores empobrecidos, ocupados tanto na atividade industrial como nas demais atividades induzidas pelos processos da urbanização e industrialização, via de regra reproduzindo relações de trabalho precarizadas, como o trabalho informal e autônomo, submetidos a taxas elevadas de exploração do trabalho. Os bairros periféricos seriam formados basicamente de

³⁸ Entre 1958 e 1969 ocorreu uma redução no salário real do chefe de família de 39%, enquanto a renda total da família caiu de 10% no mesmo período. O número de membros da família que trabalham passaria de 1 em 1958 para 2 membros em 1969, segundo dados do DIEESE (OLIVEIRA, 1972, p. 56). Além do aumento na quantidade de pessoas que passariam a ter que trabalhar para reproduzir a família como força de trabalho também se constatou o aumento no número de horas trabalhadas como forma de compensação da deterioração salarial.

³⁹ Na verdade foi um longo período entre as décadas de 1930 a 1980. Definimos essa periodização segundo a hipótese de que a partir desse período a questão da periferia urbana incorporaria algumas mudanças qualitativamente diferentes, que iremos abordar adiante.

forma irregular e clandestina (não significa que as terras não foram comercializadas), e as residências produzidas através da auto-construção pelos próprios trabalhadores, sem o intermédio de financiamentos do setor público ou privado, sem o amparo de projetos de habitação popular e sem a participação da indústria de construção capitalizada (grande empresa capitalista) na produção das residências populares. Mesmo fatores referentes ao espaço físico, como a carência generalizada de infra-estruturas urbanas e de serviços de consumo coletivo também eram parâmetros utilizados para definir a **periferia urbana do momento da produção industrial**. Foi um período marcado pela periferia urbana caracterizada em forte contraposição em relação ao centro, representado como o oposto, como o lugar de concentração do trabalho, dos investimentos públicos em infra-estruturas, serviços de consumo coletivos e lugar dos bairros valorizados aburguesados.

Prevaleceria uma forte contradição centro-periferia, reproduzindo um movimento dialético de atração e expulsão. Ao mesmo tempo em que o centro (entenda-se como uma região central expandida) polarizava as atividades mais dinâmicas e os maiores investimentos, concentrando a grande parte dos postos de trabalho, as principais instituições públicas e as principais praças de comercialização/distribuição, que por sua vez promoveriam uma forte atração de trabalhadores num movimento cotidiano de locomoção até o centro para o local de trabalho ou para se resolver questões mais específicas, com o posterior retorno para a periferia, nos “bairros” e “cidades dormitórios”, também promoveria a expulsão desses trabalhadores incapazes de pagar os altos preços do solo urbano nas proximidades da região central super valorizada pela especulação imobiliária. A propriedade privada da terra, articulada com os processos de valorização imobiliária e da super exploração da classe trabalhadora colocar-se-iam como pilares da segregação centro-periferia.

Em inúmeras passagens de diferentes obras, Henri Lefebvre faz referências ao fenômeno de implosão-explosão da cidade histórica, que diz respeito ao deterioramento da cidade historicamente constituída - com sua região central e seus bairros de influência, ao mesmo tempo em que a cidade cresce e se concentra dispersando suas periferias para lugares cada vez mais afastados, com a urbanização se difundindo por todos os lugares do mundo, o envolvendo num “tecido

urbano”. Não apenas o centro histórico tem sua lógica implodida, mas também os antigos bairros, que, como salientou Seabra (2004), tornam-se em redutos de outra temporalidade e espacialidade. Nas palavras de Henri Lefebvre, argumentando sobre o processo de implosão-explosão da cidade e a expansão do fenômeno urbano para todas as partes:

“neste tecido (tecido urbano) e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos” (LEFEBVRE, 2004, p. 10).

A própria produção da periferia urbana no processo de constituição da maior e mais importante metrópole do país, fundamentada na contradição entre centro (valorizado, elitizado e concentrador do trabalho, comércio e dos serviços públicos) e a periferia (lugar “distante do progresso” e polarizado pelo centro, precariamente servido de infra-estruturas e serviços de consumo coletivo e habitado por trabalhadores empobrecidos) colocaria a possibilidade de surgimento de novos elementos e processos que viriam a alterar esse “esquema” contraditório dialético, que pouco a pouco atuariam no sentido de reverter as tendências de polarização de toda a periferia urbana ao redor de um centro único expandido, ao promover a produção de novas centralidades fora da região central e de processos característicos da periferia urbana dentro da região central. Essa tendência já se esboçaria, por exemplo, no segundo momento da industrialização de São Paulo nas décadas de 1950 e 60, quando os novos investimentos viriam a localizar-se em grande parte nos municípios vizinhos da capital, ou em bairros mais periféricos, nas proximidades das grandes vias de circulação. A região do ABCD paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema) é o exemplo mais emblemático desse processo de produção de novas centralidades na própria periferia da metrópole, dialetizando a tendência de concentração dos investimentos e do trabalho na capital. A partir dessas novas centralidades, colocar-se-ia também a tendência de polarização de novas periferias, criadas e articuladas em função desses novos centros localizados nos municípios vizinhos a São Paulo e em alguns bairros mais distantes do centro, como Santo Amaro e São Miguel.

A aparência do processo da urbanização de São Paulo geralmente é representada como sendo caótica, sem nenhuma lógica, sem planejamento urbano, quando na verdade essas formas “aparentemente caóticas” reproduzem fielmente a lógica da acumulação que se instaurou no país, assentada na dilapidação da força de trabalho, na forte concentração de renda nas mãos de uma parcela muito restrita da sociedade e na produção da cidade como negócio. Muitos dos discursos sobre a suposta anarquia das formas e contradições urbanas, entendidas como manifestação do caótico, do irracional, julgam-se críticos e questionadores do *status quo* estabelecido, quando na verdade reforçam uma interpretação dualista do processo, enviesando o entendimento da realidade que supostamente gostariam de desvelar (pretendemos demonstrar a reprodução dessa ótica enviesada nos discursos hegemônicos sobre a questão da ocupação dos mananciais da represa Guarapiranga, mais adiante). Existe, portanto, uma lógica que permite entender a coerência contraditória do processo representado como sendo caótico. É o entendimento dessa lógica abstrata do capital que permite entender, por exemplo que “a periferia como forma de reproduzir na cidade a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas”, apoiado na “dilapidação da força de trabalho” (KOWARICK, 1993, p. 45).

É muito comum na literatura sobre a cidade de São Paulo a afirmação de que a urbanização e a industrialização ocorreram de forma muito rápida e intensa, daí decorrendo a maior parte dos problemas urbanos. Reforça-se a concepção de que o Estado, frente a um fenômeno tão frenético, não teve condições de acompanhar o rápido crescimento, seja por falta de competência e empenho em planejar, fiscalizar e coordenar todo o processo, seja ainda pela impossibilidade de qualquer ação efetiva de controle frente a um movimento tão complexo, intenso e rápido. De uma forma ou de outra, atribui-se ao Estado todo o ônus do processo de modernização decorrente da industrialização. Evidentemente que o Estado não desempenhou de forma satisfatória a sua “missão de representante dos interesses gerais e das classes menos favorecidas”, principalmente se comparado com o empenho que teve ao favorecer a criação das condições necessárias para implantação da nova fase de acumulação do capital. Não cabe a nós o papel de defesa de uma instituição que desde a sua fundação esteve vinculada com os interesses das elites. Ingenuidade

muito grande seria a de acreditar que o Estado foi, ou continua sendo uma instituição neutra, criada para corrigir os excessos de poder de algumas parcelas sociais em detrimento das outras e promover a igualdade de condições. Não faltam exemplos históricos sobre o papel do Estado na manutenção da ordem vigente, com todas as suas contradições e injustiças.

Queremos destacar o papel da acumulação capitalista na criação, consolidação e ampliação das contradições advindas da modernização. Evidentemente que a urbanização brasileira, e em especial em São Paulo, ocorreu de forma muito rápida quando comparada com a que se verificou nos países do centro do capitalismo europeu. Não queremos reproduzir a ideologia neoliberal que atribui os avanços e o desenvolvimento ao empresariado e ao capitalismo, atribuindo todos os efeitos negativos ao Estado e a sociedade. Mesmo porque, como salientamos, o Estado não se coloca de fora do jogo de forças políticas em ação, mas atua como uma das principais ferramentas para a viabilização dos processos de acumulação. Contudo, ofuscar o entendimento das contradições, ou mesmo aliviar o papel dos sujeitos atuantes e responsáveis pelo processo contraditório não seria um objetivo que pode ser qualificado de científico. Uma das atribuições da ciência seria exatamente a de desvendar as contradições e seus mecanismos, buscando o entendimento global das questões abordadas, articulando seus elementos parciais e restituindo o peso de cada um dentro do movimento da totalidade.

3 – A reprodução capitalista.

3.1 – Um período de grandes transformações, rupturas e permanências: a reprodução das relações de produção e a urbanização.

As últimas décadas do século XX foram marcadas pela redefinição de muitos processos e atividades modernas e por transformações profundas e radicais nas diferentes esferas da realidade: economia, política, relações sociais, tecnologia, cultura e urbanização. Tais transformações alavancaram o surgimento e consolidação de uma ampla vertente do pensamento nas ciências sociais sob o rótulo de pós-modernismo. Esse novo enfoque teórico-metodológico foi verificado com bastante ênfase nas esferas da cultura e da arquitetura, mas também foi difundido e influenciou as diferentes áreas da ciência como um todo.

Em traços gerais, seria a anunciação de um novo período da história mundial, baseada na superação e mesmo no rompimento das questões e dos processos criados e consolidados pela modernização. Muitas das questões e contradições da modernização/modernidade/modernismo, como, por exemplos, a imposição e reprodução de uma lógica racional e iluminista com a crença embutida no conceito

de progresso, manifestada tanto pela questão da produção industrial como pelo urbanismo moderno, bem como todo o arcabouço teórico desenvolvido pelas ciências sociais fundamentadas nesses processos perdeu sua base de sustentação real e agora estariam sucumbindo frente às transformações profundas e radicais na forma de organização e funcionamento da sociedade, cada vez mais regidas por valores e processos reais novos e que reproduziriam lógicas distintas daquelas que foram hegemônicas durante o período da modernidade. Tratar-se-iam de mudanças qualitativas significativas, tão profundas a ponto de redefinir os rumos e o sentido de toda a história humana, tendo por implicações a necessidade de rever e mesmo superar as “grandes narrativas” da modernização, como Karl Marx e todo o seu trabalho sobre os fundamentos e a lógica de reprodução da sociedade capitalista e também de rever os objetivos do projeto de uma sociedade moderna, cada vez mais identificada com o protótipo do fracasso social e ecológico.

Por dentro desta ótica pós-moderna⁴⁰ até mesmo a questão da indústria e do seu desenvolvimento recente estaria apontando na direção de uma nova sociedade pós-industrial, mais diretamente vinculada ao mundo virtual e às atividades desvinculadas da grande produção industrial fordista. Contraditoriamente a globalização tecnológica e a mundialização do modo de produção capitalista teriam possibilitado a emergência de novos fenômenos e processos de fortalecimento das especificidades e questões locais (e individuais), ao invés da completa homogeneização e padronização do espaço e da sociedade. Práticas, valores e grupos sociais circunscritos a escalas espaciais reduzidas, que deveriam desaparecer como consequência da consolidação da mundialização massificadora não só se mantiveram, como em muitos casos teriam se fortalecido através da emergência de uma nova racionalidade e sensibilidades pós-modernas que valoriza as diferenças, a diversidade e a individualidade, promovendo, por exemplo, a emergência do discurso ecológico como uma das bandeiras dessa nova sociedade,

⁴⁰ “Ao que se refere a pós-modernidade? Afora o sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado, o termo com frequência tem um ou mais dos seguintes significados: descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os fundamentos preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a história é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de progresso pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral. Dificilmente hoje em dia parece identificar a pós-modernidade com o que ela tão amplamente já chegou a significar – a substituição do capitalismo pelo socialismo” (GIDDENS, 1991, p. 52).

que seria mais próxima da natureza e das minorias étnicas e mais distante da sociedade industrial, marcada pela padronização produtiva e consumista (e pela destruição da natureza). Os processos de reestruturação das atividades produtivas que vêm repercutindo na redução da participação das atividades industriais em todas as principais cidades do mundo seria uma potente prova material de que estaríamos adentrando num novo período marcado pelo rompimento da lógica industrial e dos processos e valores a ela vinculados.

Evidentemente que as últimas décadas foram intensas em transformações derivadas dos processos de mundialização do capitalismo, do aprofundamento das suas relações constitutivas em praticamente todos os recantos do planeta (com sua lógica ao mesmo tempo abstrata e concreta, manifestada emblematicamente na forma mercadoria, que carrega em si o desenvolvimento de contradições fundamentais, como entre o valor de uso e o valor de troca e que tende a se incorporar nas mais diversas esferas e elementos da reprodução social) e de transformações nos processos de acumulação hegemônicos. Obviamente que essas transformações decorrentes da mundialização (que ao mesmo tempo permitiu expandir a modernização e suas instituições ao mundo inteiro) apoiaram-se numa base material concreta, com forte destaque para as transformações nas bases tecnológicas dos meios de comunicação e transporte advindos com a aclamada “Terceira Revolução Industrial”, marcada pela presença da micro-eletrônica e informática.

Negar que o mundo tem se colocado de uma forma cada vez mais dinâmica em nome da defesa de antigos dogmas e certezas constituídas no campo do conhecimento seria não apenas absurdo, como o próprio suicídio do pensamento teórico. Contudo deve-se ter muita cautela frente a essas transformações cada vez mais efêmeras e radicais, buscando cuidadosamente discernir sua aparência inovadora e revolucionária dos processos abstratos e da lógica que reproduz como condição da sua própria existência enquanto realidade ao mesmo tempo virtual e material. É preciso saber entender e discernir com clareza o que muda e o que permanece em meio ao turbilhão das transformações do século XXI, sabendo também discernir o movimento abstrato em meio da dinâmica das transformações materiais, pois “nem tudo o que se vê é”.

Para a Geografia esse debate entorno de categorias dialetizadas como forma-conteúdo e abstração-concretude é de fundamental interesse, já que o espaço geográfico com as suas paisagens diversificadas e atrativas muitas vezes é apreendido com uma ênfase predominante sobre seus aspectos materiais observáveis a olho nu (ou com a utilização de equipamentos modernos que auxiliam na visualização do espaço, como mapas, fotos aéreas e as novas tecnologias da informática, que trazem a sensação confortável para muitos, de que tudo foi mapeado e pode ser apreendido por essa ampliação da capacidade da visão). Assim como se coloca com o debate sobre as fortes e rápidas transformações das últimas décadas, que têm suscitado a consolidação de discursos pós-modernos, nos estudos do espaço geográfico é preciso estar atento sobre os aspectos não visíveis de imediato, a olho nu, mas que se colocam como determinações abstratas, escondidas por detrás de formas sociais e paisagens geográficas sedutoras.

Dentre os grandes pensadores das transformações da modernidade (pesquisadores com grande envergadura teórico-metodológica e que influenciam toda a produção literária mundial), existem alguns que apesar de se entusiasmarem e de certa forma produzirem um pensamento que se aproxima dos paradigmas da chamada pós-modernidade, reconhecem que em última instância ainda seria cedo para se falar em pós-modernidade como algo já consolidado ou a meio caminho de viabilizar-se, bem como fazer tábua rasa dos fundamentos da epistemologia moderna⁴¹. Anthony Giddens faz muitas ponderações e críticas severas aos grandes pensadores da sociologia moderna (Marx, Durkheim e Max Weber), sobretudo aos dois primeiros, que teriam superdimensionado as positivities e esquecido o “lado mais sombrio da modernidade”. Mas adverte que:

A desorientação que se expressa na sensação de que não se pode obter conhecimento sistemático sobre a organização social, devo argumentar, resulta em primeiro lugar, da sensação de que muitos de nós temos sido apanhados num universo de eventos que não compreendemos plenamente, e que parecem em

⁴¹ Um procedimento mais profícuo e menos trabalhoso (seria uma tremenda futilidade querer reinventar a roda) talvez deva convergir no sentido de se buscar uma avaliação crítica de todo o pensamento teórico metodológico produzido sobre o mundo moderno, buscando resgatar e atualizar os fundamentos que permanecem e inseri-los (ou mesmo transformá-los para que isso seja possível) no movimento apresentado pela dinâmica atual, renovando-os sob a perspectiva de uma complexidade cada vez mais crescente.

grande parte estar fora de nosso controle. Ao invés disso, temos que olhar novamente para a natureza da própria modernidade a qual, por certas razões bem específicas, tem sido insuficientemente abrangida, até agora, pelas ciências sociais. Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Além da modernidade, devo argumentar, podemos perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é 'pós-moderna'; mas isto é bem diferente do que é atualmente chamado por muitos de "pós-modernidade" (GIDDENS, 1991, pp. 12-13).

Ao invés da superação da modernidade pelo estabelecimento de uma outra lógica diferente, pós-industrial e pós-capitalista, o período recente poderia ser caracterizado, na acepção formulada por Giddens, como sendo de uma extrema acentuação e radicalização dos conteúdos da modernidade. Grande parte das transformações profundas que se verificaram e alteraram a relação espaço-tempo e muitos dos "paradigmas modernos" assentados nos ideais de progresso, casualidade histórica, cognoscibilidade de todos os fenômenos, alteração dos sujeitos políticos e da estrutura de poder mundial (que durante muitos séculos esteve assentada no Ocidente desenvolvido como pólo de poder, sem dar sinais de mudanças), bem como a emergência de novos paradigmas derivados da modernidade, como a questão ecológica e das individualidades e direitos, a diversidade identitária e cultural, **decorrem da disseminação global das instituições modernas**, como o próprio Estado Nação e seus valores e instituições "democráticas". Entendemos, contudo, que essa expansão deu-se em conseqüência direta da mundialização do capitalismo.

David Harvey traz considerações importantes ao debate. O autor reconhece a presença de mudanças intensas na realidade do mundo capitalista (sobretudo nos países centrais, os quais enfatizou com mais detalhes na obra aqui utilizada) no final do século XX. Tais mudanças abarcariam praticamente todas as esferas e âmbitos da reprodução social, como os processos de trabalho, os hábitos de consumo, as configurações geográficas e geopolíticas e o jogo de poderes e práticas do Estado, além das manifestações culturais, na arquitetura e urbanismo. Salienta, contudo que em meio ao turbilhão de mudanças ainda se vive no Ocidente, "uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica" e que não poderíamos perder de vista que "as regras básicas do modo capitalista de produção" continuam a "operar como forças

plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico” (HARVEY, 1992, p. 117). Para entender grande parte das mudanças verificadas no decorrer das últimas décadas do século XX (e que se manteriam no início do século XXI) o autor defende a hipótese de uma “transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado” (HARVEY, op.cit., p. 117), identificado como de transição do regime *fordista-keynesiano*, para um regime de *acumulação flexível*.

Esse movimento de transição seria, na acepção de Harvey, o principal elemento responsável pelas transformações verificadas na economia política do capitalismo, extrapolando suas influências para além das esferas produtivas ao promover alterações nas formas das relações sociais, políticas e culturais. Acreditamos que a hipótese de transição de um *regime de acumulação fordista-keynesiano* para um *regime de acumulação flexível* tem grande importância para se compreender grande parte das transformações verificadas recentemente na metrópole de São Paulo, onde defendemos existir elementos que iluminam para a hipótese de transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro. Para tanto, nos aprofundaremos um pouco mais nesse movimento de transição identificado por Harvey, tomando alguns cuidados para não recorrer simplesmente a uma transposição teórica formulada para outro contexto histórico-geográfico, mas levando em conta algumas considerações que acreditamos diferenciar o processo de acumulação em muitos dos países periféricos e em São Paulo especificamente. Enfatizamos novamente que entendemos que esse movimento de transição tem acentuado algumas contradições e processos elementares do funcionamento do capitalismo como modo de produção, e que possuem, portanto, uma relação direta com a questão da periferia urbana, que como demonstramos anteriormente, deve ser entendida como produto da industrialização e dos processos de acumulação capitalistas.

Seguindo pelos passos de Harvey, a manutenção do modo capitalista de produção depende da existência de um “regime de acumulação” e um “modo de regulamentação social e político” a ele associado, com o objetivo de manter a regularidade das condições necessárias para a realização das atividades produtivas centradas na exploração da mais valia. Esses mecanismos tentam estabelecer uma

coerência em meio a um jogo de poderes diferenciados e contraditórios, objetivando não apenas a realização dos processos produtivos, mas, sobretudo a sua continuidade ampliada. A grande questão seria a de “fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos (...) assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando” (Ibdem, 1992, p. 117). A reprodução do capitalismo envolve o desenvolvimento de relações muito amplas (que envolvem todas as esferas de atuação política, econômica e social), complexas e profundas, que devem promover uma verdadeira revolução e apropriação dos elementos necessários para a sua própria manutenção e continuidade.

Harvey destaca a existência de duas amplas áreas de dificuldades que podem colocar em xeque a reprodução dos elementos que permitem a viabilidade do capitalismo como modo de acumulação hegemônico: de um lado as “qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços” e do outro a necessidade de exercer o “controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção” (Ibdem, 1992, p.118). Durante o período de expansão do pós-guerra (1945-1973), teria co-existido um conjunto amplo e variado de condições, conteúdos e formas sociais, políticas e econômicas que o autor define como a fase de expansão do sistema “fordista-keynesiano”, que veio dando sinais de crise a partir de 1973 e que caminharia, ao que tudo indicava, na direção do estabelecimento de um outro regime de acumulação mais flexível. Como anunciado, o estabelecimento de um regime de acumulação e seu modo de regulamentação social se verifica em articulação direta com um conjunto de normas, regras, hábitos e condutas que abarcam a reprodução de todas as esferas da realidade. Logo, a transformação de um regime de acumulação em outro (as mudanças nas regras do jogo), implica necessariamente em transformações que extrapolam de longe a esfera do econômico e abarcam praticamente todas as esferas de reprodução social, de modo a estabelecê-las como novos parâmetros necessários para a realização dos processos de acumulação em outros moldes.

O *sistema fordista* veio se estabelecendo nos países centrais já nas primeiras décadas do século XX, inicialmente em algumas indústrias automotivas. Baseava-se no princípio (já desenvolvido na época por outras técnicas de gerência científica do trabalho) de que seria possível aumentar a produtividade do trabalho através da

racionalização de todas as etapas do processo produtivo. As atividades deveriam ser realizadas sob o domínio de uma extensa e rigorosa divisão do trabalho, promovendo a separação das diferentes etapas envolvidas (gerência, concepção, controle e execução), e também com a utilização de inovações tecnológicas, como no caso da esteira móvel, que viria cada vez mais a estabelecer o ritmo da produção (e não mais o trabalhador), aprofundando aquilo que Braverman (1977) definiu como processo de submissão do trabalho ao capital. Partia-se do princípio que quanto mais a atividade fosse dividida e simplificada através da racionalização e padronização de cada movimento do trabalhador dentro dos processos produtivos, em associação com a utilização de inovações tecnológicas, aumentar-se-ia a produtividade do trabalho, promovendo o seu uso racional.

Pouco importou se esse processo de racionalização veio acompanhado da (continuidade) destruição de ofícios e profissões, do controle total de cada movimento do trabalhador (que deve trabalhar no ritmo da máquina/esteira), da submissão total do trabalho aos domínios do capital e do estabelecimento das atividades do trabalho como repetição de movimentos simplificados e padronizados que exigem muito pouco da capacidade humana. Na verdade todos esses elementos foram buscados, pois além de permitirem aumento na produtividade e maior controle dos processos produtivos e do trabalho, também promoviam a desvalorização do trabalho humano que se viu cada vez mais reduzido à condição de “trabalho abstrato”. Com a destruição dos ofícios através da sua subdivisão em atividades parceladas e simplificadas, qualquer ser humano (independentemente de gênero, idade ou capacidade) poderia se inserir facilmente nos processos de trabalho industriais sem a necessidade de muito tempo de qualificação⁴². O conjunto das transformações possibilitaria a produção em quantidades cada vez maiores (produção em massa), a ponto de ultrapassar a demanda natural existente e inserir a necessidade da indução de um consumo de massa como condição para a continuidade dos processos de acumulação.

⁴² Contrariamente a presença consolidada de um discurso que enaltece a necessidade cada vez maior da qualificação para o trabalho decorrente das inovações nos processos produtivos, o que se verificou de fato foi a destruição das atividades complexas das antigas profissões e ofícios (que exigiam uma verdadeira qualificação para o trabalho) através do parcelamento e simplificação das atividades do trabalho.

O fordismo, no entanto, não deve ser compreendido apenas como uma forma de gerência dos processos de trabalho dentro das unidades produtivas, mas deve ser apreendido na sua dimensão mais ampla e complexa. Nessa acepção, envolve a criação de hábitos, valores e padrões de comportamento e consumo massificados, que se colocam como contrapontos necessários para a possibilidade de existência e manutenção de um sistema de produção industrial massificado. Em suma, o regime fordista implica não apenas no estabelecimento da gerência científica dos processos de trabalho como condição para a elevação da produtividade, mas, sobretudo na criação de uma nova sociedade, que viria a reproduzir grande parte das características do fordismo como modo de gerência científica do trabalho: uma sociedade de consumo de massas, com hábitos e costumes padronizados e também massificados (a publicidade e os meios de comunicação de massa assumem uma função de grande importância na indução de hábitos e comportamentos, ganhando cada vez mais espaço e investimentos ao longo de todo o século XX e XXI) e fortemente diferenciada em função da divisão do trabalho.

Harvey ainda destaca que o forte crescimento e desenvolvimento do regime fordista ocorreu em meio a condições histórico-geográficas específicas, que mais tarde ao serem alteradas entrariam em contradição com o próprio regime de acumulação vigente. O período foi marcado pela existência de um certo equilíbrio de forças, de ajustamentos e acordos freqüentes entre o Estado, o capital financeiro e industrial e a presença de uma forte organização sindical (a existência de grandes unidades produtivas que concentravam quantidades elevadas de trabalhadores da mesma categoria favorecia a organização sindical dos trabalhadores) capaz de impor resistência e de certa maneira (através de trocas com o setor empresarial) conseguir melhorias nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Deve ficar subentendido que as relações de trabalho assalariado (com níveis salariais não muito defasados, pois deveriam permitir o consumo de massas) e regulamentadas por leis trabalhistas foram difundidos e de certo modo também massificados, permitindo o desenvolvimento de um certo padrão de vida que permitia o acesso a bens de consumo mais elaborados, como o próprio automóvel. A atuação do Estado era de certa forma “mediadora”, pois ao mesmo tempo em que atuava na criação das condições para o regime de acumulação (investindo em infra-estruturas, regulamentando os processos produtivos de trabalho, desenvolvendo políticas

monetárias e fiscais e intervindo em momentos críticos, como no caso da reconstrução dos países europeus abalados pela Segunda Guerra) também se preocupava em se colocar como “estado de bem estar social”, investindo em políticas sociais compensatórias, como os gastos com seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. O autor ainda destaca a existência de uma divisão internacional do trabalho favorável ao desenvolvimento da produção fordista nos países centrais, assentada no predomínio da produção industrial (sobretudo a tecnologicamente mais avançada), que polarizavam uma extensa periferia formada por países exportadores de produtos primários e dependentes dos produtos e investimentos estrangeiros.

Harvey salienta que o regime de acumulação fordista vinha apresentando problemas de ordens variadas (mas, sobretudo econômicos e geopolíticos) que viriam a se intensificar após 1973, destacando-se: o enfraquecimento da demanda interna nos países centrais; a competição com os novos países industrializados do Terceiro Mundo; a crise do sistema Bretton Woods; o fortalecimento exacerbado das corporações, do capital financeiro e suas novas estratégias; a ocorrência cada vez mais intensa e freqüente de crises financeiras e econômicas e a forte rigidez do fordismo numa economia que tendia para a flexibilidade da produção e consumo.

Evidentemente que esse “modelo” de sociedade não se difundiu para o mundo da forma como se colocou nos países centrais. O “fordismo periférico” que se implantou no Brasil, por exemplo, trouxe uma série de elementos contraditórios que não foram preponderantes nos países de capitalismo avançado. Mesmo nesses “países avançados” o processo não se realizou sem contradições e sem a necessidade de superação de problemas⁴³. Evidência maior da existência desses grandes percalços foi o próprio processo de crise do modelo fordista, que a partir de um dado momento das relações capitalistas passou a ser considerado como muito rígido e fechado, necessitando de ser transformado para permitir a superação das inúmeras crises de superprodução (e outras contradições, como a tendência de

⁴³ Verificou-se o desenvolvimento desigual do fordismo mesmo nos países centrais, em decorrência do surgimento de dois setores produtivos com comportamento distintos, um deles desenvolvido, monopolista e com remuneração mais elevada aos trabalhadores e o outro menos desenvolvido, concorrencial e com baixa remuneração (Ibdem, 1992, p. 132).

queda na taxa de lucro) que vieram a se aprofundar ao longo dos anos 70 e 80, para então permitir a continuidade do modo de produção capitalista (a sua reprodução).

O conjunto das transformações e processos verificados com maior intensidade dos anos 70 em diante viriam a solapar os compromissos fordistas-keynesianos, estabelecendo um período conturbado marcado por reestruturações econômicas e reajustamentos sociais e políticos. Novas experiências de organização empresarial e da vida social e política vinham definindo seus contornos. Harvey entende que essas experiências representaram os primeiros ímpetus para a passagem para um regime de acumulação novo associado a um sistema de regulamentação social e política também distintos. O regime de *acumulação flexível* (que viria a se colocar em substituição ao regime fordista como padrão hegemônico)

é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ele se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um **vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços'**, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitam cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (Ibdem, 1992, p. 140, grifos nossos).

A tendência de mudança para o sistema de acumulação flexível tem implicado num conjunto amplo de transformações qualitativas (mais do que quantitativas), alterando drasticamente os rumos do desenvolvimento das relações fordistas. Tais impactos negativos são constatados inclusive nos países capitalistas avançados, introduzindo contradições e processos de precarização que aparentemente já estariam bem mais desenvolvidos e consolidados nos países periféricos, como no caso brasileiro. De certo modo (para o bem ou para o mal), ajuda a romper uma ideologia muito incrustada no imaginário social de que os países desenvolvidos da Europa e América do Norte não possuem problemas como pobreza e desemprego e que o subdesenvolvimento dos países periféricos é conseqüência da falta de

competência dos seus representantes políticos⁴⁴. Harvey destaca uma série de novas tendências sobre o mundo do trabalho e processos produtivos, na política, nas relações sociais e na espacialização desses novos fenômenos verificados nos países centrais. Muitas dessas novas transformações nos padrões de acumulação nos trazem uma leve impressão de *déjà vu*, de que já são processos que teriam se consolidado no capitalismo brasileiro muito antes, ainda em meados do século passado, conforme veremos adiante.

A tendência no mundo do trabalho é a de estabelecimento de relações cada vez mais flexíveis, que venham a permitir a execução de um maior controle sobre o trabalho e ao mesmo tempo o enfraquecimento (e mesmo o rompimento) de relações que estabeleçam ou reforcem as velhas obrigações do empresariado para com os trabalhadores (os direitos trabalhistas conquistados através de lutas independentes e do movimento sindical nas décadas anteriores). O padrão de emprego formal protegido por leis e garantias trabalhistas vem sendo substituído por uma série de novas formas de contratos e de relações de trabalho mais precárias, que reduzem os gastos das empresas com a mão de obra, permitem a intensificação da exploração da força de trabalho (intensificando processos de extração da mais valia absoluta e relativa) e jogam as responsabilidades sociais dos processos de trabalho (previdência social, amparo médico, capacitação profissional, direitos trabalhistas como férias e décimo terceiro salário, etc) sobre os próprios trabalhadores - ao mesmo tempo em que também representam novos percalços para o Estado, na medida em que a maior parte da sociedade e do empresariado ainda entende que a função do Estado é resolver os problemas e contradições sociais geradas pelo desenvolvimento dos processos de acumulação e que todos os problemas generalizados ocorrem por culpa da ação ineficaz do Estado; os processos de acumulação, ao contrário, sempre são representados ideologicamente

⁴⁴ É impressionante a forma como os alunos do ensino regular reproduzem esse tipo de ideologia. A maioria absoluta acredita que países como os EUA e a Alemanha, por exemplo, não possuem desemprego e pobreza, que todos são países neutros e bons (do lado do bem e aliados contra o mal, representado pelo Oriente e por governos de esquerda) e que a pobreza e miséria que se encontra nos demais países do mundo é por pura incompetência e irresponsabilidade dos políticos desses países. A presença de grandes empresas e monopólios é representada como algo positivo, como sinônimo de avanços tecnológicos, perfeição, eficiência, geração de empregos e oportunidades (Constatações apreendidas em experiências vividas em salas de aula da rede pública do ensino municipal de São Paulo entre os anos de 2006 e 2010).

como sinônimos de progresso, geração de riquezas e empregos e passam como se não tivessem relação direta como agentes produtores das modernas chagas sociais.

Em substituição ao emprego regular, começam a ser cada vez mais freqüente a presença de formas e relações de emprego mais flexíveis e precárias, tais como o trabalho em tempo parcial, temporários, subcontratados, contratos temporários, trabalhadores autônomos, terceirizações através de agências de empregos, trabalho informal, etc. Essa tendência de flexibilização é acompanhada pela maior rotatividade de empregos, pelo rebaixamento salarial, pela perda de benefícios (planos de saúde e clubes de recreação, por exemplo) e pelo enfraquecimento da organização dos trabalhadores, que se verifica, por exemplo, através do esvaziamento dos sindicatos⁴⁵. Outra característica que nos faz lembrar da industrialização paulistana ao longo do século passado refere-se ao surgimento de

oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que **sistemas mais antigos de trabalho** doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista ('padrinhos', 'patronos', e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. (...) O rápido crescimento de economias negras, informais ou subterrâneas também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho 'terceiromundistas' e capitalistas avançados (Ibdem, 1992, p. 145, grifos nossos).

Mesmo a organização dos sistemas produtivos formais, onde prevalecem concentrados de forma cada vez mais reduzida os postos de trabalho ainda valorizados, também ocorrem fortes modificações em consequência da reestruturação econômica. As unidades produtivas tendem a ser cada vez menores e distribuídas em diferentes regiões e países, subdividindo cada vez mais a produção dos diferentes componentes de um mesmo produto (por exemplo o automóvel), buscando-se aproveitar o que cada lugar pode oferecer de melhor para os processos do capital (onde os investimentos permitem uma relação de custo-benefício mais vantajosa). Assim, por exemplo, os processos que ainda necessitam de quantidades consideráveis de mão de obra barata e sem muita qualificação

⁴⁵ Com a proliferação de sistemas de produção menores, domésticos e familiares, pulverizados por todas as regiões, dificultou-se a capacidade de acesso e reunião através dos sindicatos, além de também produzir o solapamento da consciência de classes ao substituir as relações de classe por relações familiares e comunitárias. A grande unidade fabril permitia a concentração de uma parcela de trabalhadores em condições sociais relativamente homogêneas, facilitando a capacidade de organização, formação de consciência de classe e de atuação sindical (HARVEY, 1992).

tendem a se localizar em países e regiões onde existe a abundância da força de trabalho, o custo da mão de obra é muito baixo e as leis trabalhistas são mais brandas; já os processos produtivos que exigem a aplicação de tecnologias intensivas e a utilização de mão de obra especializada continuam concentrados em alguns pontos privilegiados do mundo. A divisão internacional do trabalho se diversifica e torna-se mais complexa, não apenas por permitir a existência de pólos industriais nos antigos países coloniais, mas sobretudo porque permite a proliferação de unidades produtivas pequenas, flexíveis e competitivas, ao mesmo tempo coexistindo sistemas produtivos com utilização intensiva de capital e sistemas “arcaicos” baseados em relações familiares e comunitárias.

O novo padrão organizacional das empresas baseado em unidades produtivas pequenas, mais ágeis e flexíveis só foi possível em decorrência dos fortes avanços tecnológicos verificados nos meios de comunicação e transporte. Essas mudanças baratearam significativamente os custos de transporte (viabilizando a separação espacial da produção dos diferentes componentes de um mesmo produto entre países diferentes) e ao mesmo tempo permitiram a “contração do espaço-tempo” promovendo a circulação de informações em tempo real e o aumento de velocidade de circulação dos bens materiais. Essa “nova coesão” do espaço mundial fornecida por bases tecnológicas supereficientes tem sido uma peça chave para o desenvolvimento das atividades financeiras e as mais variadas formas de relações virtuais, conectando em tempo real todas as principais cidades e centros de decisões do mundo. As grandes corporações financeiras e produtivas são as grandes beneficiárias desses avanços tecnológicos dos meios de comunicação e transportes, pois estes permitem o estabelecimento de uma grande rede formada por centros de decisão e de produção distribuídos mundialmente, hierarquizados e articulados sob o controle dos principais centros de decisão, via de regra localizados nos países do centro do capitalismo. Harvey fala da existência atual de um sistema financeiro global altamente integrado, criando “um único mercado mundial de dinheiro e de crédito” (Ibdem, 1992, p. 152). Essa grande mobilidade de informações permite ao capital financeiro a tomada de decisões em tempo real (as informações e a velocidade da sua circulação são fundamentais para o desempenho articulado das bolsas de valores, por exemplo). Já o forte crescimento das atividades financeiras veio acarretando num desequilíbrio de forças entre um setor corporativo-financeiro

cada vez mais potente e um Estado cada vez mais subjugado aos interesses das grandes corporações.

Ainda gostaríamos de destacar um outro tipo de transformação (nas esferas produtivas) que ganha um forte impulso com os processos derivados da acumulação flexível e nos interessa grandemente devido a proximidade que apresenta com os processos que constatamos na metrópole paulistana – onde defendemos a hipótese da transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro. Harvey destaca que os processos de reestruturação econômica da produção industrial intensificaram a tendência de redução da participação da indústria na ocupação dos postos de trabalho e na geração de riquezas em detrimento do aumento verificado no conjunto amplo de atividades agrupadas pelo setor de serviços, sobretudo nas atividades relacionadas com assistências e consultorias modernas, finanças, seguros, setor de imóveis, marketing e propaganda, serviços de saúde e educação especializados dentre outros.

Esse movimento de desenvolvimento desigual entre os diferentes setores econômicos, que agora veio a privilegiar o crescimento mais intenso e diversificado do setor de serviços, decorre de uma série de mudanças relacionadas não apenas com a utilização de novas tecnologias de produção e a criação de novas atividades/necessidades a serem vendidas como serviços urbanos modernos, mas também decorrem dos novos padrões de acumulação flexível, que coloca a necessidade de aceleração do tempo de giro do capital como uma das premissas fundamentais para a sobrevivência do modo capitalista de produção em meio da sua tendência em se reproduzir contraditoriamente.

Uma parte da ampliação da participação do setor de serviços na economia decorre da própria dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas na indústria, mesmo antes do estabelecimento da acumulação flexível. Com a intensificação da utilização de tecnologias e maquinários mais sofisticados e com a utilização de técnicas de racionalização da organização dos processos de trabalho (como no exemplo do próprio fordismo como modo de racionalização do trabalho) o capital conseguiu aumentar consideravelmente a produtividade de cada trabalhador. A intensificação da produção industrial associada com a utilização de processos

produtivos com uso intensificado de capital constante promove ao mesmo tempo a eliminação de postos de trabalho na linha de produção (desemprego estrutural) e a necessidade de se aumentar o montante de trabalhadores ocupados nos serviços de gestão, administração e contabilidade da unidade produtiva. A própria divisão do trabalho no interior de cada unidade produtiva é alterada em favor da utilização de um número maior de funcionários de “colarinho branco” que não são empregados diretamente na linha de produção na medida em que passam a ser utilizados maquinários tecnologicamente mais desenvolvidos que eliminam postos de trabalho na linha produtiva e aumentam a demanda por serviços de controle burocrático dos processos (necessidade de aumentar o número de funcionários nos serviços de escritório das empresas industriais); a própria dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas tem uma tendência de por si mesma promover a ampliação das atividades ligadas ao setor de serviços na medida em que os processos produtivos caminham para a automação e exigem muitas mediações para que o processo produtivo realize seu ciclo através do consumo.

O mesmo pode ser indicado com respeito ao próprio desenvolvimento da produção industrial em grandes volumes (produção de massa), que exige a necessidade do desenvolvimento de uma grande variedade de serviços a serem prestados como condição para o seu próprio desenvolvimento, como nos casos das atividades de transporte e comercialização dos produtos industriais, ou mesmo das atividades bancárias e financeiras.

A eliminação de postos de trabalho nas atividades produtivas industriais coloca a disposição do mercado de trabalho uma grande quantidade de trabalhadores que podem ser utilizados nas atividades de prestação de serviços, que tendem a aumentar como consequência do próprio processo de industrialização. A intensificação da urbanização também reforça esse movimento de desenvolvimento desigual e articulado dos diferentes setores produtivos, pois o crescimento da cidade coloca a necessidade da oferta de serviços cada vez mais ampliados e complexos, ligados a diferentes ramos de atividades que envolvem desde a limpeza a serviços de alimentação, lazer e entretenimento. Mesmo a precarização das relações de trabalho na indústria pode fortalecer os quadros de profissionais empregados no setor terciário, quando, por exemplo, substitui-se parte

da mão de obra antigamente ligada diretamente a empresa em relações de trabalho formais, pela contratação de serviços terceirizados nas agências de trabalho para a realização das mesmas atividades.

Mas existem elementos novos que estariam ganhando preponderância na indução das atividades do setor terciário, referentes sobretudo à necessidade que a economia capitalista no sistema de acumulação flexível têm de acelerar o tempo de giro do capital. Um dos fatores que contribuíram para a crise do regime fordista foi a sua rigidez na realização do tempo de giro do capital. A produção em massa exigia a necessidade de investimentos vultosos, com tempo de retorno muito elevado. Na acumulação flexível os fluxos de capital devem buscar formas mais rápidas de obtenção do retorno dos investimentos; daí a preferência de grande parte dos capitais em apenas especular no mercado financeiro, por exemplo. A própria transformação na organização da atividade produtiva industrial deve ser entendida em função da necessidade de aceleração do tempo de giro do capital, quando, por exemplo, utilizam-se novas tecnologias e formas organizacionais, como o sistema *just in time*, baseados na produção em escalas menores e em ritmos mais eficientes, com uma oferta voltada para atender as demandas de curto prazo e ao mesmo tempo com agilidade para eventualmente atender demandas suplementares (tenta-se eliminar o estoque de matérias-primas e de produtos finalizados na empresa, pois representam custos suplementares desnecessários). Outra estratégia largamente utilizada refere-se a aceleração do tempo de giro no consumo, através de mecanismos como a obsolescência programada dos produtos (mercadorias com vida útil menor) e pela inovação constante dos produtos, realizada concomitantemente aos fortes investimentos em propagandas e publicidade com vistas a criar modismos e padrões de comportamentos que estabeleçam a necessidade de consumo das inovações.

Muitas atividades do setor de serviços também se colocam como possibilidades de investimentos capazes de acelerar o tempo de giro do capital e auferir lucros consideráveis. Harvey compara o tempo de giro da produção e consumo de bens como garfos e facas (cada utensílio tem um tempo de vida de anos ou mesmo décadas) relacionados com o setor industrial, com a produção de eventos, no setor de serviços, “como espetáculos, que tem um tempo de giro quase

instantâneo” (Ibdem,1992, p. 149). Para o capital pouco importa o tipo de atividade que reproduz como condição da produção da mais valia; as mercadorias não lhe interessam na sua dimensão material como valores de uso, mas pura e simplesmente na sua condição abstrata, como valores de troca. Todo investimento de capital tem por objetivo a sua própria valorização, buscando condições que lhe permitam auferir as taxas de lucro mais rentáveis e num tempo de retorno que seja o menor possível, pouco importando se para isso o capital tenha que deixar de ser investido na produção de valores de uso utilizados na alimentação humana (em meio a uma situação de crise alimentar, por exemplo), para investir em empresas de armamentos, desde que estas ofereçam maior remuneração ao capital aplicado.

No plano da política e das relações sociais também se verificaram transformações significativas, corroborando com a assertiva presente nos fundamentos da teoria marxista de que existe uma forte implicação e desenvolvimento articulado das diferentes esferas da realidade. As transformações verificadas nos processos de acumulação fizeram-se acompanhar por transformações não menos importantes e necessárias para a manutenção das condições de reprodução dos processos nas demais esferas sociais. No plano da política, por exemplo, o jogo de poderes alterou-se drasticamente em favor das grandes corporações e do capital financeiro; mas, mesmo com o fortalecimento do mercado, este não pode jamais abrir mão da necessidade da atuação do Estado na resolução de impasses, contradições e na regulamentação dos processos de acumulação. As formas de atuação das políticas sociais do Estado vêm sendo substancialmente modificadas, distanciando-se cada vez mais das aspirações do período fordista-keynesiano de uma sociedade de direitos amparada pelo Estado através de grandes investimentos e gastos em políticas sociais compensatórias.

Ao longo das décadas dos anos 70 em diante, Harvey identificou a ascensão de um agressivo neoconservadorismo nos governos e na sociedade da América do Norte e Europa - que de certa forma foi difundido para o restante do mundo. A versão política dos processos de acumulação flexível veio através do neoliberalismo como forma de organização do próprio Estado e das suas políticas. O processo de desmonte do Estado de bem estar social foi acompanhado, contudo, pela disseminação de uma ideologia que representava os processos das políticas

neoliberais como virtudes e como remédios para “restaurar a saúde de economias moribundas”. Os componentes desses novos “medicamentos políticos” foram representados por medidas como redução de gastos em áreas sociais, privatizações de empresas públicas, desregulamentação das leis e direitos sociais e trabalhistas, sucateamento de serviços públicos fundamentais (como a saúde e a educação) como forma de favorecimento das empresas que atuam no setor, abertura fiscal ao capital financeiro, terceirizações do serviço público, etc. De uma forma geral, apregoa-se que o serviço público é burocrático e ineficiente, tendo que ceder espaço para que o mercado tome o seu lugar. O mercado, ao contrário do setor público, é representado como maior símbolo da eficiência no atendimento das demandas sociais, sendo necessário deixar que ele atue sem as ingerências do Estado, que deve colocar-se cada vez mais como potencializador das relações fundadas no mercado, lançando mão de medidas de transferência de recursos e funções públicas para a esfera privada.

Os valores e a ética também não passariam inertes em meio a tantas transformações, como se fossem objetos abstratos que pairam numa outra dimensão e desvinculados dos problemas mundanos. Verifica-se cada vez mais o aprofundamento de hábitos e valores individualistas e competitivos como condição para se manter numa vida econômica e social embrenhada em relações sociais e de trabalho cada vez mais desumanizadas e instáveis, aprofundadas pela elevação do desemprego estrutural e de todo um aparato ideológico (que envolve cursos profissionalizantes, novas seitas, religiões, livros, revistas, lideranças, programas de rádio e televisão, etc.) com fortes matizes de auto-ajuda que apregoam a competitividade, o individualismo, o consumismo e o hedonismo como virtudes e objetivos maiores a serem perseguidos.

Esse tipo de ideologia barata não apenas tem se incrustado fortemente no imaginário social, como em muitos casos toma o lugar do pensamento crítico mais elaborado como forma de conhecimento legítimo e necessário para a compreensão do mundo. É instituída como sentença final que o sentido do conhecimento/saber é servir a promoção do benefício financeiro individual (qualquer forma de humanização das relações sociais deve ser buscada nas religiões, seitas e “filosofias” alternativas), e não o de promover a emancipação intelectual e indicar os rumos

para a humanização do mundo, através de uma verdadeira formação que envolva não apenas o aprendizado de uma profissão, mas que implique na apropriação de fundamentos teóricos e humanizados que permitam o estabelecimento de uma visão crítica e ampla do mundo.

Em grande parte o fortalecimento dos valores e da ética da competitividade e do individualismo decorrem da implosão das relações sociais tradicionais, fortemente vinculadas com as relações comunitárias entre os indivíduos e seus espaços de habitação. Nas últimas décadas acentuou-se (em decorrência de vários fatores que não serão aprofundados aqui) uma tendência de esvaziamento dos conteúdos das relações sociais nos espaços públicos da cidade, como a rua e a praça, cada vez mais eclipsados pelo estigma da violência e pelo uso irrestrito do automóvel. Em seu lugar surge uma grande variedade de relações sociais empobrecidas que se realizam fundamentalmente em espaços privados, envolvendo a intermediação do consumo como condição para sua realização. As relações diretas entre as pessoas cedem lugar às relações sociais indiretas (mediatizadas por mercadorias), fortalecidas também pelas novas tecnologias que permitem vários tipos de relações virtuais, muitas delas unilaterais, como no caso da televisão. A percepção desse processo é que as novas tecnologias de comunicação permitem que os indivíduos ampliem a sua rede de amigos e de relacionamentos, de que elas aproximam as pessoas, quando na verdade, verificam-se tendências de isolamento das pessoas dentro do seu pequeno mundo privado de relações virtuais, substituindo o contato direto com o outro pelo contato indireto, virtual.

Evidentemente que o espaço geográfico, e em especial o espaço urbano, tomam parte nos processos derivados da acumulação flexível, que como temos visto até o presente momento, estão muito longe de circunscreverem seus impactos apenas sobre a organização da atividade produtiva industrial. O espaço atua nos processos não apenas como lugar de realização das atividades, mas participa ativamente, uma vez que ele é “condição, meio e produto” (CARLOS, 2000) das atividades humanas em todas as suas dimensões. A dificuldade maior reside em sair do plano das afirmações e demonstrar de que maneira, efetivamente o espaço atua não apenas como coadjuvante, mas também se apresenta como protagonista nos processos do capital.

Smith (1988) identificou um grande avanço no debate conceitual sobre o espaço geográfico com a incorporação de elementos da teoria marxista, que teriam permitido avançar um passo adiante ao permitir afirmar a **unidade do espaço e da sociedade** (até então existia na Geografia positivista o predomínio de uma concepção dualista do espaço, que separava sociedade e espaço como elementos distintos). A dificuldade maior e necessária reside em dar o próximo passo, e passar da afirmação para a demonstração sem alterar a concepção complexa de espaço. “A noção de que o espaço e a sociedade interagem ou que os padrões espaciais refletem a estrutura social não somente é grosseira e mecânica na sua elaboração, mas também impede mais discernimento com relação ao espaço geográfico” (SMITH, 1988, p.122). Para o autor a concepção de **produção do espaço** apresenta o meio de dar o próximo passo e demonstrar, mais do que afirmar, a unidade do espaço e da sociedade. Dentro dessa concepção, o espaço geográfico é entendido como um produto social e a sua unidade é entendida como um atributo social mais do que filosófico.

Acreditamos que alguns elementos já analisados anteriormente permitem uma primeira aproximação sobre a problemática de como se verifica a relação dialética entre sociedade e espaço, ou colocando em outros termos, entre as relações sociais estabelecidas no seio do capitalismo na sua fase recente e a produção do espaço⁴⁶ - com a preocupação em desvendar de que maneira este se comporta de forma ativa nos processos e não se põe apenas como reflexo (de modo semelhante a uma massa de argila que se deixa moldar “sem oferecer resistência”), como “palco” das atividades que se realizam em sua superfície.

De início destacamos que as estratégias de reestruturação econômica implicaram na redefinição dos arranjos espaciais das unidades produtivas, que passariam a ter dimensões menores e a localizar-se muito dispersamente ao longo de todo o espaço mundial, ampliando e tornando a divisão internacional do trabalho

⁴⁶ “Quanto ao próprio espaço, simultaneamente produto do modo de produção capitalista, instrumento econômico-político da burguesia, ele revela contradições. A dialética sai do tempo e se realiza; ela age, de uma maneira imprevista, no espaço. As contradições do espaço, sem eliminar as que provêm do tempo histórico, saem da histórica e na simultaneidade mundial colocam num outro nível as contradições antigas, umas se enfraquecendo, outras se agravando, o conjunto contraditório tomando um novo sentido e designando ‘outra coisa’: um outro modo de produção” (LEFEBVRE, 2006, p. 83).

ainda mais complexa. Busca-se extrair o que cada lugar pode oferecer de melhor, explorando as especificidades geográficas das diferentes regiões do mundo. Contrariamente ao discurso que representa a existência de uma perda de importância do espaço em consequência dos fortes avanços nas tecnologias de comunicação e transporte, que permitem o “encurtamento das distâncias” e a “aceleração dos tempos”, entendemos que esses novos meios tecnológicos vieram a fortalecer ainda mais a relevância da dimensão espacial. Isso porque hoje mais do que nunca, é possível explorar as especificidades e vantagens que as diferentes condições geográficas podem oferecer aos processos do capital. Ainda dentro do foco de análise pautado sobre uma escala espacial ampla (que envolve processos globais), destacamos a emergência dos “problemas ecológicos” como outro grande paradigma do modo de produção capitalista, que também contribui para o fortalecimento da dimensão espacial dos processos do capital. Entendemos que questões como a possibilidade de escassez de recursos naturais e o estabelecimento da própria natureza como nova raridade restituem elementos que corroboram com a existência da função ativa do espaço nos processos sociais, exigindo a tomada de decisões políticas e mesmo a adoção de novas estratégias por parte dos processos de acumulação - as novas ideologias que procuram estabelecer discursivamente as bases para a transição para um “capitalismo verde” colocam-se como ilustrativas dessas tendências derivadas das questões espaciais. Evidentemente que esses novos problemas ecológicos não são uma imposição da natureza (sagrada e vingativa) para a humanidade, mas colocam-se como construções sociais que derivam da unidade contraditória estabelecida historicamente entre sociedade e natureza no seio das relações sociais capitalistas.

Na escala das transformações urbanas a espacialidade ativa pode ser constata com mais evidências. Já são de conhecimento generalizado que se estabelece o domínio, o controle e o exercício do poder através do espaço. Desse modo, por exemplo, as classes dominantes juntamente com o setor imobiliário determinam os espaços de auto-segregação da cidade, habitando nas melhores regiões e estabelecendo seus espaços de habitação (não apenas de moradia) como extensão do seu poder econômico, político e social, ao definir através da propriedade privada do solo o perfil social autorizado a conviver e a usufruir as virtudes daquele lugar. A separação dos lugares de habitação das diferentes classes

sociais na cidade é definida mais do que tudo pela utilização do espaço (na condição de propriedade privada privilegiada) como meio de exercer o poder e a segregação. O Estado e o capital também manifestam espacialmente seus poderes através da construção de monumentos e mesmo da redefinição dos usos e formas de ocupação dos lugares da cidade em função dos seus interesses políticos e econômicos.

O momento da *reprodução das relações de produção* (que ao nosso ver envolve um período de transformações e de estratégias mais amplas do que aquelas anunciadas por Harvey, como derivadas da *acumulação flexível*, como veremos adiante) traz novos elementos que redefinem cada vez mais o papel da produção do espaço como condição para a reprodução do capitalismo. Recentemente não são apenas os investimentos no setor financeiro e nas atividades do setor de serviços (dentre muitas outras possibilidades) que aparecem como opção atraente de investimento dos excedentes de capital em busca de negócios mais rentáveis do que os da atividade produtiva industrial – ou mesmo como estratégia de fuga para a sua reprodução (crítica) que pressupõe sempre o crescimento ampliado e necessita da renovação constante de novos nichos de investimento para o capital excedente, sob o risco de aparecimento (como freqüentemente ocorre) de crises financeiras e econômicas também cada vez mais ampliadas.

A produção do espaço aparece como um dos grandes negócios da atualidade, que vêm captando recursos significativos através dos investimentos do capital financeiro na produção de edifícios modernos em lugares específicos da metrópole para o desenvolvimento das atividades do terciário moderno, e mesmo a produção residencial de alto padrão para as classes sociais de elevado poder aquisitivo. A cidade passa cada vez mais a ser entendida e gerida como um grande negócio (uma gestão urbana empresarial) que a produz como uma espécie de mercadoria privilegiada para o consumo de segmentos específicos e restritos. A emergência de um novo planejamento estratégico e empresarial (que redefine a forma como os burocratas e os empreendedores do setor imobiliário pensam e fazem a gestão da cidade) consolida uma forma de pensamento único e de práticas urbanísticas que entendem

que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (sempre na língua geral dos prospectos), e isto a cada oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada (ARANTES, 2000, p. 13).

Para tanto se lança mão de “operações urbanas” cada vez mais pontuais, focadas em espaços específicos e bem delimitados da cidade, fragmentando-a sob a ótica da especialização urbana para a atração de investimentos (entendidos, obviamente, como corolários do progresso social). Perde-se a dimensão da totalidade sócio-espacial da cidade, que passa a reproduzir cada vez mais a lógica da mercadoria. Dessa forma, por exemplo, acentuam-se os processos de segregação espacial, pois a cidade é pensada como sendo composta por vários “pedaços” especializados e funcionalmente articulados, agrupados sob o grande “guarda chuva” abstrato da lógica de reprodução do capital e sob os “tentáculos” concretos do “Estado democrático”.

A reprodução da Metrópole de São Paulo ainda permite a emergência de várias outras questões espaciais. A industrialização e urbanização de São Paulo apontam para a existência de um movimento que parte das contradições no espaço (as contradições sociais iniciais que embasaram a produção e reprodução da metrópole) em direção as contradições do espaço, que vêm potencializar os processos da reprodução crítica da sociedade, ao introduzir novas contradições entre “o espaço público e o privado, espaço do consumo - consumo do espaço, abundância relativa da produção - novas raridades, fragmentação – globalização do espaço” (CARLOS, 1999, p. 64). Ainda destacamos a presença da “contradição centro-periferia” (LEFEBVRE, 1978) e entre a “funcionalidade – produção espontânea do espaço”. Esta última se desenvolve paralelamente com a contradição entre a abundancia relativa da produção – novas raridades. Ela compromete a reprodução da cidade entendida e planejada (numa tentativa de imposição de uma lógica abstrata e externa) como junção de fragmentos dotados de funcionalidades orgânicas dentro do tecido urbano, como o plano geral estabelecido pelo zoneamento urbano. A contradição “funcionalidade – produção espontânea do espaço” se verifica, por exemplo, com a questão das áreas de mananciais protegidas por lei na metrópole de São Paulo. Definiram-se zonas espaciais

estratégicas para o abastecimento hídrico, dotando esses espaços com uma funcionalidade específica (a de oferecer as condições ideais para a produção de água) que, no entanto, entram em contradição com os usos e formas de produção do espaço urbano decorrente da reprodução da metrópole nessas regiões. Manifesta-se uma contradição entre os espaços de habitação popular e a própria mancha urbana diversificada produzidos espontaneamente, definidos em função das condições estabelecidas pelo próprio processo de urbanização e os espaços dos mananciais para abastecimento hídrico, inseridos dentro de uma lógica de espaços fragmentados e funcionalmente articulados.

Conforme a orientação geral oferecida por Harvey, verificamos que o movimento de transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível tem implicado em transformações que extrapolam de longe o ambiente restrito das unidades de produção industrial, envolvendo praticamente todas as esferas de reprodução social. Consideramos brevemente algumas transformações e contradições que emanaram desse movimento de transição: flexibilização dos processos produtivos; flexibilização (precarização) das relações de trabalho; reestruturação espacial das unidades produtivas reconfigurando a divisão internacional do trabalho; desequilíbrio no jogo de poderes entre Estado, capital monopolista e organização dos trabalhadores; recuperação e fortalecimento de relações e formas de produção “arcaicas”; contração do espaço-tempo; aceleração do tempo de giro do capital; desemprego estrutural e deterioração salarial; transformações nos valores e na ética; mudanças nos conteúdos das relações sociais; consolidação de políticas conservadoras e neoliberais; diminuição da participação do setor industrial na geração de empregos e da riqueza acompanhado pelo aumento da participação do setor de serviços; transformações nos conteúdos da produção do espaço geográfico.

Já havíamos anunciado e agora iremos desenvolver um pouco mais a hipótese de que as transformações apresentadas por Harvey como decorrentes do novo regime de acumulação flexível, podem fazer parte de um movimento mais amplo e complexo, anunciado por Henri Lefebvre como movimento da *reprodução das relações de produção*. Entendemos que a transição para o regime de acumulação flexível não é contraditório com o movimento da reprodução das

relações de produção, mas corrobora com as premissas da teoria marxista-lefebvriana de que a partir de um dado momento as relações sociais capitalistas passam por mudanças qualitativas, incorporando cada vez mais as esferas e dimensões da realidade exteriores aos espaços produtivos como elementos da reprodução do modo capitalista de produção, num movimento que se coloca como condição para a sua própria manutenção enquanto sistema predominante que se reproduz de forma contraditória. Temos consciência que Harvey não se refere ou busca desenvolver os pensamentos de Lefebvre, mas também entendemos que o pensamento de Lefebvre é mais amplo, complexo e aberto a possibilidades diversas.

A construção teórica de Henri Lefebvre anuncia um movimento de mudanças qualitativas na forma de reprodução do modo de produção capitalista ao longo do século XX, fundamentadas na transição da sua fase concorrencial (destrinchada por Marx no século XIX) para a sua fase monopolista, produzindo novas contradições (sem resolver as antigas) e incorporando uma série de novos elementos que necessitam de ser apropriados pela teoria marxista (como condição para a renovação e manutenção da capacidade explicativa dessa linha de pensamento).

A contradição estrutural anunciada por Marx na análise do capitalismo concorrencial do século XIX, de que o *desenvolvimento das forças produtivas* esbarraria nos limites estreitos das *relações de produção* capitalistas⁴⁷ fundamentadas na exploração da mais valia e na propriedade privada coloca-se como uma das premissas centrais para se compreender a construção teórica anunciada por Lefebvre. Segundo os apontamentos da interpretação lefebvriana de Marx, o desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio da classe burguesa criou uma base material avançada que colocava a perspectiva de uma nova sociedade qualitativamente superior e livre do império das necessidades imediatas

⁴⁷ “O conceito da produção e da reprodução das relações de produção (das relações sociais) resolve uma contradição no pensamento de Marx, contradição essa que, de resto, não poderia aparecer-lhe como tal. Marx pensava que as forças produtivas estão constantemente em choque com os estreitos limites das relações de produção existentes e do modo de produção capitalista; para ele a revolução iria fazer explodir esses limites; as crises parciais transformam-se em crise geral; a classe operária, impaciente, espera a sua hora iminente e vai-se entrar no período de transição (entre o capitalismo e o comunismo) após a revolução política. Por outro lado, ele pensava que também a burguesia tem um papel histórico a cumprir: o crescimento das forças produtivas; que os limites do capitalismo lhe são internos; que um modo de produção só desaparece depois de ter desenvolvido todas as forças produtivas que contém” (LEFEBVRE, 1978, p. 21).

(bens necessários para a simples manutenção e reprodução social, como alimentos e vestimentas) que até então consumiam grande parte das energias e do tempo humano, criando uma situação que se colocava em contradição com a situação de penúria e miséria da classe trabalhadora, em meio da possibilidade (viabilizada pelo desenvolvimento das forças produtivas) de uma vida melhor, estabelecida em consequência das relações sociais de produção do capitalismo. O desenvolvimento das forças produtivas colocava no horizonte histórico a possibilidade da emancipação das relações sociais baseadas na exploração. O aumento radical da produtividade do trabalho decorrente das tendências de incorporação da ciência e da técnica, levando a automação dos processos produtivos, deveria permitir a libertação do homem frente às relações sociais de dominação, permitindo a evolução para relações sociais baseadas na liberdade e na cooperação mútua e espontânea⁴⁸.

Colocava-se a possibilidade da redução do tempo de trabalho necessário para a produção voltada para o atendimento das necessidades primárias, podendo aumentar o tempo livre de cada indivíduo da sociedade, a ser apropriado da forma que ele decidisse usar o seu tempo. A propriedade privada dos meios de produção deixaria de ter sentido e validade histórica frente ao desenvolvimento das forças produtivas e à criação de um sujeito coletivo também produzido como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, ao estabelecer a existência de processos de trabalho subdivididos e complexos que se realizam apenas socialmente, não mais fazendo sentido a presença individual de cada trabalhador, mas apenas enquanto parte de um corpo coletivo complexo assentado na divisão social do trabalho. Esse sujeito coletivo formado pela classe dos trabalhadores seria constituído de um grande potencial negativo (revolucionário), cabendo a ele a missão histórica da revolução política, que ocorreria pela apropriação dos meios de produção abolindo a propriedade privada das forças produtivas. Dessa forma o desenvolvimento das forças produtivas poderia continuar se desenvolvendo em bases superiores, sendo libertado das amarras estreitas das relações sociais

⁴⁸ Note-se que no pensamento de Marx existe uma forte vinculação entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as formas de relações sociais predominantes nas diferentes sociedades. Ele anuncia (na Ideologia Alemã, por exemplo), que sociedades assentadas em forças produtivas pouco desenvolvidas foram caracterizadas por relações sociais também muito limitadas, como as sociedades tribais e escravocratas.

capitalistas e acompanhado pelo surgimento de relações sociais mais evoluídas, baseadas na liberdade e não na opressão. Marx entendia que existia uma direção no desenvolvimento da história da indústria, que apontava para o surgimento de uma sociedade qualitativamente superior.

Marx constatou esta contradição como sendo inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo. A sua elucidação teórica e prática pela classe operária colocava no horizonte a possibilidade da criação de uma nova sociedade, de um novo período da história da humanidade em que pela primeira vez as relações sociais não estariam submetidas às relações de dominação de uma classe pela outra - mesmo porque com o fim da propriedade privada projetava-se o fim das classes sociais, dentre outros fins⁴⁹. Para tanto, os operários deveriam assumir a sua “missão histórica” de sujeito revolucionário, ao realizar a “luta de morte” pelo objetivo de acabar com a dominação burguesa, promover a apropriação coletiva e a respectiva destruição da propriedade privada dos meios de produção. A realização desse ato revolucionário colocava-se como base a partir de onde se iniciaria a construção de uma outra sociedade assentada em novas relações sociais.

A perplexidade, no entanto, decorreu que ao longo do final do século XIX e praticamente todo o século XX, as *forças produtivas* continuaram se desenvolvendo sem levar ao tão esperado rompimento das *relações de produção* capitalistas, como muitos teóricos do marxismo esperavam. Entendia-se que o próprio desenvolvimento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista o levariam ao seu termo, bastando aguardar por esse momento histórico. Alguns episódios históricos do começo do século XX fortaleciam a crença de que o sistema capitalista estava passando por uma grande crise e dava sinais de que iria sucumbir a qualquer momento, como nos casos da Primeira Guerra Mundial, a Revolução de Outubro na Rússia, a crise econômica de 1929 e posteriormente a Segunda Guerra Mundial. “Mas o capitalismo conseguiu atenuar as suas contradições internas e realizou o seu crescimento durante todo o século XX, produzindo e ocupando o espaço” (LEFEBVRE, 1978, p. 21). Lefebvre entende que essa interpretação

⁴⁹ Num dos capítulos denominado “O reino dos fins segundo Marx”, da obra “O fim da história” Lefebvre salienta sobre os vários fins que estariam implicados na realização da história vislumbrada por Marx, como por exemplo, o fim do Estado, do dinheiro, da filosofia, da religião, etc.

equivocada do pensamento de Marx (que veio a dar origem ao marxismo institucionalizado do Regime Soviético e a outras versões denominadas marxista-estruturalistas) desviou durante décadas o olhar sobre a questão que se colocava de forma central e que explicaria os modos pelos quais o capitalismo superou suas crises (sem as resolver) e conseguiu se manter como sistema hegemônico, através da *reprodução das relações de produção*.

A passagem do século XIX ao XX foi um momento muito específico da história do capitalismo, não apenas porque ele teria se modificado e se transformado no que Lefebvre entende como neocapitalismo, capitalismo de Estado ou capitalismo monopolista, mas, sobretudo porque é

nesse momento que o modo de produção domina os resultados da história, deles se apodera, integra em si próprio os sub-sistemas estabelecidos antes do capitalismo (...) sem por isso conseguir constituir-se em sistema coerente, purificado de contradições (LEFEBVRE, 1978, p. 9).

Em vários momentos e em obras diferentes Lefebvre ressalta que a análise de Marx sobre o capitalismo, desde as suas obras de juventude até os seus trabalhos mais complexos do final da sua vida, debruçaram-se sobre o entendimento dos fundamentos e da dinâmica do capitalismo na sua fase concorrencial, que foi marcada por problemáticas e questões derivadas e induzidas pela indústria e pela *reprodução dos meios de produção*, em que predominavam os processos da própria indústria como indutores das relações capitalistas. Os processos produtivos da indústria⁵⁰ (entenda-se o conceito na sua acepção ampla) por si só vinham dando conta da expansão das relações capitalistas. Com o desenvolvimento das relações baseadas na produção industrial novos processos foram impulsionados (sobretudo a urbanização com o respectivo esvaziamento do campo); a partir de um determinado momento os processos que eram induzidos (o urbano e o cotidiano, por exemplos) passaram a ser fundamentais para o crescimento e desenvolvimento da própria indústria e reprodução do capitalismo. Lefebvre entende que apenas no fim da sua pesquisa Marx compreendeu a existência do “problema da reprodução das relações

⁵⁰ A acepção ampla dos processos produtivos permite compreender que “em Marx, a indústria surge como uma prática histórica e social. Está práxis nova, global, difere radicalmente da práxis agrária. Ela introduz não apenas novos produtos, mas também maneiras de produzir: novas relações de produção. E isto à escala de toda a sociedade. Transforma pois, simultaneamente o mundo (a natureza) e os homens (a sociedade) (LEFEBVRE, 1981, p. 140).

(capitalistas) da produção, que não coincide com os problemas da sua gênese e da sua exposição” (LEFEBVRE, 1978, p. 47).

Suas obras esclarecem detalhadamente a gênese, os fundamentos e a dinâmica das relações capitalistas. “A formação do capitalismo, ou, por outras palavras a sua gênese e a sua história, pressupõem apenas a análise crítica da produção e *reprodução dos meios de produção*” (LEFEBVRE, op. cit., p. 49). Os meios de produção seriam formados por elementos relacionados com as forças produtivas e os seus processos, como os “próprios trabalhadores”, seus “instrumentos de trabalho”, as “técnicas e a maquinaria” e a “divisão do trabalho”. O crescimento econômico pressupunha “a reprodução alargada da força de trabalho e da maquinaria, por outras palavras, do capital constante (fixo, investido) e do capital variável (salários), segundo proporções que Marx analisa” (Ibdem, 1978, p. 49). A dinâmica de funcionamento das relações produtivas envolviam os processos relacionados com a reprodução dos meios de produção, e ao que tudo indicava a, a realização de cada ciclo produtivo (ciclo D – M – D’) restituía as condições para o início de outro ciclo. Analisando dessa forma (de certo modo simplificada), “parece que a reprodução (a continuação) das relações sociais constitutivas desta sociedade lhe é inerente, salvo no caso de uma crise final e de uma revolução (proletária) total!” (LEFEBVRE, op. cit., p. 50).

As atividades produtivas tinham uma dinâmica de crescimento que dependia da reprodução ampliada dos *meios de produção*; continuaria em seu movimento de crescimento ampliado até o momento em que se esbarraria nas relações sociais de produção, que lhe seriam estreitas, exigindo a interferência política da classe operária como condição para a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas em outras bases, assentadas em relações sociais que estabeleceriam as prioridades sociais sobre as individuais, já esboçando os patamares para uma sociedade renovada.

Ao longo das décadas seguintes ao Capital de Marx as *forças produtivas* continuaram seu processo de crescimento e desenvolvimento sem que os limites estreitos das *relações de produção* baseadas na exploração (e criação de penúrias cada vez mais ampliadas) se impusessem (pelo intermédio da classe proletária)

como limite intransponível. Ao que tudo indicava, haveria alguma nova questão a ser incorporada como condição para compreensão do processo, que se tornava mais complexo. Mesmo Marx, no fim da sua vida, teria percebido que o movimento do capital envolvia a sua “reprodução total”, que explicaria porque o processo não se interrompe em meio das crises e contradições que ele cria e reproduz. “O fim do processo (ciclo) teórico, a saber, a repartição da mais-valia, restabelece o começo, na seqüência de um conjunto complexo de movimentos: perequações, permutas, médias, etc. Já não se trata, portanto da reprodução dos meios de produção, mas da *reprodução das relações sociais*” (Ibdem, 1978, p. 52).

A reprodução (continuidade) dos processos produtivos implicava não apenas no crescimento das forças produtivas, mas na própria produção e reprodução de novas relações sociais, que cada vez mais se estabeleciam nos ambientes exteriores aos processos produtivos. A continuidade envolvia muito mais do que a reprodução dos meios de produção, representados pelos trabalhadores, maquinários, técnicas e pela divisão social do trabalho promovendo o alargamento das relações sociais de produção. Ao longo de todo o século XX essa tendência veio a se manter; juntamente ao crescimento das forças produtivas ocorreu um alargamento das relações sociais capitalistas. A partir de um dado momento as próprias relações sociais colocam-se como centrais nos processos produtivos, inserindo-se como peça chave para a continuidade do capitalismo.

Apreende-se do movimento anunciado por Lefebvre que até por volta do final do século XIX a reprodução do capitalismo dependia preponderantemente dos processos produtivos da indústria, baseados em relações sociais contraditórias realizadas no interior dos processos de produção (contradição capital-trabalho), basicamente restritos ao espaço interno da indústria. A partir de um dado momento (na verdade envolve um período que não tem uma data inicial exata e nem uma data final de consolidação) as relações de produção dos processos produtivos deixam de ter a sua dinâmica de funcionamento vinculada apenas aos mecanismos de *reprodução dos meios de produção* e **passam a depender do desenvolvimento e expansão de novas relações e formas sociais**, que então vão assumir uma posição preponderante como elementos utilizados na indução dos processos produtivos da indústria e da própria manutenção do modo de produção capitalista. **A**

reprodução recria relações sociais que restituem a produção. Essa constatação muito importante para a compreensão do capitalismo no século XX teria sido vislumbrada a partir de elementos extraídos da obra de Marx, incluindo o próprio conceito de reprodução das relações de produção:

Mesmo se hoje mantivermos no centro da teoria os conceitos e categorias de Marx, (a produção entre outros), é preciso introduzir categorias só vislumbradas por Marx no final de sua vida; como a reprodução das relações de produção, que se superpõe à reprodução dos meios de produção e à reprodução ampliada (quantitativamente) dos produtos, e delas se distingue. Logo, a reprodução considerada como conceito acarreta outros conceitos: o repetitivo, o reprodutível, etc. Eles não tiveram lugar na obra de Marx, não mais que o urbano, o cotidiano, o espaço (LEFEBVRE, 2006, p.47).

A ideia de que nesse momento (virada do século XIX ao XX) o modo de produção domina os resultados da história e se apodera deles como subsistemas utilizados para a sua própria reprodução é muito importante para a compreensão do salto qualitativo das relações sociais capitalistas, permitindo entender a continuidade contraditória do sistema capitalista, bem como a inversão de prioridades que permite a afirmação lefebvriana de que as questões da reprodução (referentes ao urbano, ao espaço e ao cotidiano) colocam-se a partir de um dado momento como indutoras das questões da produção (referentes à indústria). Quando se afirma que o capitalismo dominou os resultados da história⁵¹ deve-se ter em mente que ele se apropriou de praticamente todas as construções sociais produzidas pela humanidade (aquelas que se mantiveram, mesmo que modificadas, durante o período industrial), como a cidade, o Estado, a cultura, o conhecimento científico, a filosofia, a história e outras instituições, e as utiliza como eficientes elementos indutores das relações de produção e da própria manutenção do capitalismo como sistema (que jamais alcança a coerência e a coesão, pois reproduz-se com base na acumulação e desenvolvimento de contradições que precisam ser controladas). Significa que todos os elementos e esferas da realidade social passam a corroborar

⁵¹ Seria o momento “áureo” da revolução iniciada pela classe burguesa, que surgiu pequena e frágil nos interstícios da sociedade feudal e pouco a pouco foi transformando suas bases, estabelecendo-se em meio de um movimento acumulativo que lhe conferiu poderes extraordinários. A sua revolução iniciou-se nos processos e relações produtivas (contra a ordem feudal e das corporações) e aos poucos avançou para todas as esferas da sociedade (política, crenças, valores, instituições, etc.). A partir do momento em que o modo de produção domina os resultados da história ele ganha uma elasticidade e poderes muito grandes. O sentido do movimento esboçado permite compreender que o desenvolvimento da indústria fez desembocar num período que se tornou mais importante do que os processos e questões que a própria indústria criou.

com a manutenção das relações capitalistas - e não apenas a produção da indústria como mantenedora do modo de produção. Daí a potência da hipótese do movimento da produção (ou reprodução dos meios de produção) para a reprodução das relações sociais, que abre a perspectiva sobre a totalidade de todas as esferas sociais.

A chave para o entendimento do período da reprodução das relações de produção encontra-se no próprio pensamento esboçado por Marx. Seu método dialético, muitos dos processos e contradições desvendados do capitalismo do século XIX, bem como grande parte dos conceitos elaborados para entendê-lo são fundamentais para a compreensão das transformações que se instauraram ao longo dos séculos XX e XXI. Por mais que a sociedade tenha passado por transformações substanciais, ela ainda permanece sendo uma sociedade capitalista assentada em grande parte nas contradições e processos desvendados por Marx no século XIX (contradição capital-trabalho; entre classes sociais polarizadas ao redor da velha oposição entre burguesia e proletariado; valor de uso–valor de troca; produção social–apropriação privada; imposição de ideologias dominantes como representativas dos interesses gerais; repressão aos movimentos “minoritários” etc.). Inclusive muitas das transformações que aparentemente (ou ideologicamente) são representadas como inovadoras, em muitas das vezes são apenas formas materiais distintas (novas tecnologias, novas mercadorias, novas relações sociais) que reproduzem (ou mesmo intensificam) as formas sociais e os mesmos conteúdos e contradições esboçados por Marx (forma mercadoria, contradição entre valor de uso e valor de troca, exploração da mais valia, etc.). O modo de produção conseguiu a proeza de se manter como sistema hegemônico sem resolver as suas contradições elementares, ao mesmo tempo em que veio a estabelecer e aprofundar novas contradições, se reproduzindo criticamente. O seu movimento sempre foi no sentido de se tornar cada vez mais amplo e complexo, culminando na mundialidade do século XXI.

Lefebvre argumenta que o conceito de reprodução foi descoberto muito tardiamente pela teoria marxista (e mesmo recentemente ainda enfrenta fortes resistências), apesar dele estar anunciado nos trabalhos finais de Marx. As conseqüências para o pensamento crítico não foram brandas. Durante muito tempo

perdeu-se de vista (pela inexistência de um conceito que permitisse tal amplitude e pela força da imposição de um pensamento marxista dogmatizado e congelado pelo pensamento socialista oficial) o movimento articulado e contraditório da totalidade, tomando-se hora isso, hora aquilo, como aspectos mais relevantes do modo de produção. Algumas abordagens marxistas que se diziam preocupadas com a totalidade, por exemplo, através do conceito de modo de produção, incorreram no equívoco de um entendimento da totalidade como um sistema fechado, usando abusivamente o conceito para explicação de todos os fenômenos (tudo se atribui ao modo de produção), imobilizando o pensamento marxista e corroborando com a reprodução. Ao invés de priorizar a análise sobre as contradições e o seu movimento, priorizava-se a continuidade e a coerência do modo de produção, entendido equivocadamente como um sistema fechado e redutor.

Muitos dos estudos marxistas tomaram fenômenos parciais da reprodução das relações de produção entendendo-os de forma autônoma, logo fragmentada e redutora. A sociedade capitalista foi definida por cada um desses teóricos críticos a partir de uma das suas características mais repugnantes, que teriam tentado promover a sua sistematização (muitas vezes cometendo o equívoco ao deixar de considerar que não existe sistema acabado e congelado, “mas esforço no sentido da sistematização – no sentido da coerência e da coesão – a partir das relações de produção e suas contradições” (Ibdem, 1978, p. 75)): sociedade unidimensional; mundo da mercadoria; sociedade da técnica e da tecnicidade; mundo dos signos; sociedade do espetáculo; sociedade da opressão das mulheres (movimento feminista), etc. são alguns dos exemplos anunciados. O conceito de reprodução das relações de produção abre-se sobre a perspectiva de apreensão da totalidade das relações sociais capitalistas em seu movimento contraditório e permite apreender a sociedade em seu movimento amplo e diferenciado.

O momento da reprodução é marcado pela presença de novas questões e problemas⁵² e de um conjunto muito variado de elementos que atuam de forma

⁵² “Trata-se principalmente do espaço. A problemática do espaço envolvendo as do urbano (a cidade, sua extensão) e do cotidiano (o consumo programado), desloca a problemática da industrialização. Sem por isso, a abolir, pois as relações sociais preexistentes subsistem e o problema novo é precisamente o de sua reprodução” (LEFEBVRE, 2006, p. 29).

articulada como indutores das relações capitalistas (de produção, de poder, de sociabilidade, de consumo, etc.). Lefebvre desvenda com o conceito de reprodução a presença de um repertório muito amplo de relações, instituições e fenômenos sociais dominados como resultados da história ou mesmo produzidos como novas relações e contradições utilizados ativamente para a reprodução das relações de produção: ideologias diversas; as escolas, universidades e o pensamento pedagógico; ciência parcelar fragmentada e especializada; epistemologia; “filosofia”; “história”; as instituições (família, igreja, etc.); o Estado e suas instituições repressoras e persuasivas; os tempos livres; o **cotidiano**; o pensamento de esquerda enviesado; a “arte” e a “cultura”; os processos de acumulação e sua dinâmica de transformação permanente; a **produção do espaço**; as cidades; a natureza. Cada um ao seu modo contribui para a continuidade do sistema capitalista (nunca acabado, mas em movimento permanente), seja como relações sociais que induzem os processos produtivos da indústria (a indústria hoje depende grandemente do comportamento que a moda e a publicidade estabelece como modelos para a vida cotidiana, por exemplo), sejam como agentes e instituições que atuam através da repressão que tenta superar ou controlar as contradições pela força, seja ainda pela persuasão ou alienação, que simplesmente faz com que o processo não apareça como contraditório, mas pelo contrário, como sinônimo de progresso e evolução social.

Percebe-se que a reprodução coloca-se em praticamente todas as esferas (político, econômico, social, espaço, cultura). Esse movimento amplo e complexo contribui sobremaneira quando se indaga (perplexo) sobre como e porque se verifica (ou quais os mecanismos que permitem) a continuidade e a reprodução de um sistema tão contraditório e sujeito a crises freqüentes (e ampliadas). É o **movimento da totalidade das relações sociais**, e não o mercado financeiro ou a indústria de produção flexível (na esfera do econômico), que se coloca no horizonte quando se busca compreender os movimentos de transformação do capitalismo nos últimos séculos como condição para a sua continuidade prolongada. E nesse sentido o pensamento de Harvey (1992) se aproximou do esboçado por Lefebvre, ao chamar a atenção para o conjunto amplo e articulado de transformações que se verificaram conjuntamente em decorrência da passagem para o regime de acumulação flexível. Mas diferencia-se de Lefebvre ao considerar que as transformações nas esferas

política e social são induzidas pelos processos de acumulação, enquanto este entende que hoje os processos produtivos são induzidos pela reprodução das relações de produção⁵³.

Dentre esses elementos variados e complexamente articulados Lefebvre destaca o cotidiano⁵⁴ e a produção do espaço⁵⁵ como sendo de fundamental importância. Com isso, não quer dizer que eles atuem separadamente ou que os demais são de importância menor. O papel do Estado, por exemplo, não deve ser menosprezado, mesmo porque, como o próprio autor desenvolve fartamente em suas obras, a produção do cotidiano e do espaço não ocorre sem o intermédio e a atuação ativa do Estado - que detém o monopólio de regulamentação sobre a vida e o espaço. A pesquisa de Carlos (2000), por exemplo, desvendou a presença da propriedade privada do solo urbano como barreira ao processo de produção do espaço; pelo intermédio do Estado a barreira da propriedade privada do solo foi rompida em favor da reprodução do espaço como condição da expansão das atividades do terciário moderno, pela ampliação da extensão da Avenida Faria Lima sobre áreas residenciais que se colocavam no caminho dos processos de valorização do espaço em São Paulo.

⁵³ Entendemos tratar-se de um equívoco teórico muito grave interpretar que para Lefebvre os processos produtivos perderam sua importância e não atuam como elementos da reprodução do modo de produção capitalista, como o fez Neil Smith (1988). Não localizamos nenhum momento em que Lefebvre faz tal afirmação.

⁵⁴ Lefebvre trabalha com a hipótese de que o cotidiano é uma produção do século XX dotada de grande poder como elemento que atua na reprodução das relações sociais capitalistas. Trata-se de uma forma empobrecida e reduzida da vida cotidiana, que é estabelecida por diversas maneiras como padrão de comportamento que captura e destrói os desejos humanos e em seu lugar insere uma espécie de reino das necessidades criadas, ao estabelecer modelos e valores padronizados que se colocam como necessidade na vida das pessoas. Levando-se às últimas conseqüências, é como se tratasse de um controle total (em todos os momentos) do comportamento dos indivíduos através da criação de modelos a serem vividos. “As formas de vestuário, de alimentação, de mobiliário, e de alojamento são datadas, tanto quanto outros aspectos da vida social. A cozinha, o mobiliário e o vestuário provinham em linha direta das tradições locais e nacionais” (LEFEBVRE, 1978, 94).

⁵⁵ “A problemática do espaço nasce de um crescimento das forças produtivas (termo mais exato que o ‘crescimento’ em geral, abstração cheia de ideologias). Forças produtivas e técnicas que permitem intervir a todos os níveis do espaço: local, regional, nacional, planetário (...) do espaço produto, do espaço da produção (das coisas no espaço), o pensamento reflexionante [que reflete] passa assim à produção do espaço como tal, devido ao crescimento contínuo (relativamente) das forças produtivas, mas nos quadros descontínuos (relativamente) das relações e dos modos de produção” (Ibidem, 2006, p. 31). O desenvolvimento atual das forças produtivas permitem a produção do espaço como indutoras de relações sociais.

O lugar da reprodução das relações de produção não se resume mais ao local de trabalho, nas empresas, e nem se restringe ao plano do econômico, mais amplia-se por todo o espaço, por toda a sociedade, pelo cotidiano:

Por que recordar estas banalidades? Para reconstituir, coisa que será menos banal, o processo seguido pelo capitalismo no decurso da sua transformação. Bastará recordar a concentração de capital, o surto do capital financeiro, o surto e os fracassos do imperialismo? Não. Bastará dizer que o grande capital se integrou, ou então que sobredeterminou certos elementos formais e certos conteúdos da prática social que o antecedeu? Não. O grande capitalismo transformou esses elementos da sociedade, apropriando-os para o seu uso. Os prolongamentos da era agrária em plena era industrial, esses restos, o capitalismo destruiu-os enquanto tais (não sem conservar uma condição essencial da era passada, a saber, a propriedade privada do solo). O capitalismo não subordinou apenas a si próprio setores exteriores e anteriores: produziu setores novos transformando o que pré-existia, revolvendo de cabo a rabo as organizações e as instituições correspondentes. É o que se passa com a arte, com o saber, com os lazeres, com a realidade urbana e a realidade cotidiana (Ibdem, 1978, p. 95).

O lugar da reprodução, onde ocorrem os processos que induzem a produção industrial e se reproduzem as relações sociais capitalistas (de consumo, de poder, de produção, etc) passa a ser “toda a sociedade” e “todo o espaço” (a produção do espaço), que contraditoriamente também se tornam o lugar da contestação “não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutra” (Ibdem, 1978, p. 97). O cotidiano se coloca numa condição central, pois ele “possui o privilégio de arcar com o fardo mais pesado. Se o poder ocupa o espaço que gera, o cotidiano é o solo sobre o qual se erigem as grandes arquiteturas da política e da sociedade” (LEFEBVRE, op. cit., p. 101). Juntamente dessas transformações que elevam para novas bases a questão da capacidade de manutenção do sistema capitalista, dotando-o de muito mais consistência e elasticidade, emergem uma grande variedade de novas questões e problemáticas que elucidam a lógica contraditória da reprodução. As transformações que ampliaram as bases de reprodução do capitalismo sobre o cotidiano, o espaço e toda as dimensões sociais não eliminaram as contradições que atormentavam o modo de produção em seu momento anterior (momento da produção, predominante no capitalismo industrial concorrencial do século XIX), mas as reforçam ao mesmo tempo em que introduzem **novas contradições e problemáticas que se realizam no e pelo espaço**, apontando para a eminência da “sociedade urbana” como finalidade da sociedade industrial. Entendemos, por exemplo, a problemática da ocupação dos mananciais

de abastecimento hídrico de São Paulo como uma dessas problemáticas que se realizam como contradição do espaço, gestada a partir da reprodução das contradições sociais na base do processo de urbanização.

A **sociedade urbana** se coloca dialeticamente, ao mesmo tempo como **possibilidade** (esse seria o seu lado negativo) de uma sociedade qualitativamente melhor e mais avançada não apenas em termos materiais (possibilitados pelo desenvolvimento extraordinário das forças produtivas), mas, sobretudo pela humanização das relações sociais através do vislumbamento de novos direitos mais elevados, amplos e complexos, como o direito à diferença e o direito a cidade que permitem estabelecer, por exemplo, as prioridades sociais da cidade sobre as prioridades individuais, resgatando o sentido do espaço público. Nesse viés a sociedade urbana revela o seu potencial transformador e trans-histórico que permite atualizar a utopia herdada de Marx⁵⁶. Se o período industrial foi marcado pela tendência de homogeneização e destruição das particularidades sociais e naturais, a sociedade urbana (como uma nova fase inaugurada pelo industrialismo) coloca-se como “resistência ao processo de homogeneização, dos resíduos, das originalidades irreduzíveis”, apontando em “direção às divergências e às diferenças” (Ibdem, 1981, p. 265). A capacidade revolucionária solapada do período industrial, reside hoje na sociedade urbana, que traz questões mais amplas do que aquelas restritas à contradição entre capital e trabalho do período industrial que via de regra referiam-se ao espaço restrito do ambiente de trabalho e dos sujeitos envolvidos. As questões da sociedade urbana referem-se a vida cotidiana e ao espaço urbano, envolvendo a possibilidade de engajamento de toda a classe trabalhadora, atualmente fragmentada em diversos individualismos e identidades, ocupada em diversos ramos e setores de produção e sob condições e relações de trabalho muito diferentes, bastante diferenciada em vários níveis sócio-econômicos decorrentes da proletarianização generalizada que joga na condição de precarização e deterioração

⁵⁶ O projeto global de uma nova sociedade coloca no horizonte a oposição entre duas categorias: o possível-impossível. “Para alargar o possível é preciso pensar, proclamar e querer o impossível. A ação e a estratégia consistem em tornar possível amanhã o impossível de hoje” (LEFEBVRE, 1978, p. 39).

das condições de vida (e não apenas de trabalho) desde trabalhadores informais até vários segmentos da classe média⁵⁷.

Mas ela também se coloca na **dimensão oposta** (positiva), como momento de reprodução das relações sociais de produção que permitem a maior elasticidade do sistema capitalista, ampliando extraordinariamente a sua capacidade de adaptação frente as suas contradições e crises. Por esse viés a sociedade urbana se coloca como o momento em que a vida cotidiana é capturada e reproduzida numa versão empobrecida, através de um cotidiano produzido como modelo indutor de comportamentos, necessidades e formas de relacionamentos sociais que permitem o estabelecimento da “sociedade burocrática de consumo dirigido”, atacada por todos os lados pelo Estado e pelo mercado. A sua dimensão positiva (de continuidade dos processos e contradições do capital) promove a emergência da produção do espaço como forma privilegiada de controle social (ampliada com as práticas do urbanismo e planejamento urbano) e como nova mercadoria que permite a aplicação de grande parte dos investimentos do capital financeiro na produção do espaço, promovendo processos de valorização e de especulação imobiliária que aprofundam a diferenciação sócio-espacial da cidade (ao mesmo tempo em que se promove a homogeneização de certos modelos de arquitetura e urbanismos pelo mundo) e acentuam a segregação social corroborando com a deterioração da vida urbana, realizada numa cidade em que o espaço urbano é produzido cada vez mais de forma fragmentada, homogeneizada e hierarquizada.

O pensamento de Henri Lefebvre sobre a urbanização e o urbano, se por um lado permite atualizar a utopia de Marx ao iluminar para a sociedade urbana como possibilidade de manifestação do negativo, também anuncia uma série de questões que permitem elucidar os novos conteúdos da urbanização que a colocam em outros termos. Para a Geografia o seu pensamento tem uma importância inquestionável, pois revela a questão da produção do espaço como momento privilegiado da reprodução do capital, desmistificando aquela “velha” visão dualista muito presente nos discursos geográficos que separa de um lado a sociedade e os processos

⁵⁷ Lefebvre não desiste da classe operária, que ainda possuiria uma negatividade muito forte a ser realizada, mas acredita que hoje novos sujeitos sociais são incorporados nesse grande bloco negativo como decorrência das novas questões e processos da sociedade urbana. Ver por exemplo a obra “A reprodução das relações de produção”.

sociais, e do outro o espaço entendido como palco das relações humanas e dotado de processos naturais independentes da sociedade (em muitos casos essas características naturais são tomadas como sendo determinantes dos padrões e comportamentos sociais (determinismo geográfico)). O conceito de reprodução permite vislumbrar o movimento da sociedade numa dimensão que extrapola o plano do econômico e que coloca como perspectiva a dimensão da totalidade das relações sociais, permitindo vislumbrar em outras perspectivas (menos especializadas e mais preocupadas com a dimensão global que envolve cada problema particular) muitas questões que são abordadas de forma fragmentada como consequência do aprofundamento da divisão intelectual do trabalho nas ciências sociais. A sua concepção ampla e desenvolvida de espaço e produção do espaço permite desvendar, por exemplo, **as questões e problemas ecológicos como problemas e questões do espaço**, e dessa forma articulá-los com o movimento contraditório de reprodução da sociedade (ao invés de inseri-los como questões apartadas, a serem debatidas pelos especialistas da área).

Outra referência importante (em especial para a nossa pesquisa) do pensamento de Lefebvre, refere-se a concepção de “**produção de novas raridades**” (como fazendo parte do repertório das novas contradições do espaço) anunciada em várias obras como característica da urbanização e sociedade urbana⁵⁸. Essas novas raridades do momento da reprodução revelariam parte dos novos conteúdos e questões que a era urbana traz e que acreditamos que se colocam emblematicamente nos conteúdos da urbanização de São Paulo.

O desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação do capitalismo sobre todo o espaço mundial permitiram a superação de algumas contradições e projetaram outras, realizando um movimento contraditório e articulado. O período anterior ao capitalismo como modo de produção hegemônico (a situação permaneceu de certa forma até o século XIX, e ainda coloca-se de forma desigual pelo mundo) foi marcado pela presença de determinadas raridades, como no caso dos alimentos, existindo uma relação de dependência muito grande da agricultura (praticada em técnicas rudimentares e sujeita a crises de escassez produtiva). O

⁵⁸ A concepção é mais desenvolvida na obra “A Produção do Espaço”.

mesmo pode ser salientado em relação a outros fatores relacionados com a reprodução imediata da vida, como a qualidade e quantidade do vestuário, a qualidade das habitações, a escassez generalizada das condições de salubridade nas pequenas cidades e vilas e também em relação aos tratamentos e conhecimentos médicos. O período moderno promoveu a possibilidade de produção em abundância desses bens que outrora eram raridade⁵⁹. Contraditoriamente elevou a condição de novas raridades bens que outrora eram abundantes e não tinham valor, como a natureza (ar, água, solo, luz, petróleo e outros recursos minerais) e o próprio espaço (esse tipo de raridade ocorre dentro de condições específicas, realizando-se em áreas determinadas do tecido urbano, como a região central e sua vizinhança).

O movimento que torna um bem raro é acompanhado pela sua valorização. A raridade é estabelecida como uma das condições iniciais para a mercantilização da natureza, por exemplo, ou para a exploração de taxas de lucro suplementares, como se verifica com os serviços e produtos sociais que enquadrados nessa condição, como o espaço urbano em determinadas regiões da metrópole ou os tratamentos médicos avançados. No caso dos elementos extraídos diretamente do meio natural, como a água, o ar e o solo, Lefebvre salienta:

Bens outrora abundantes porque naturais, que não tinham valor porque não eram produtos, tornam-se raros. Eles se valorizam. É necessário os produzir; eles adquirem então, com o valor de uso, um valor de troca (...) Nos projetos urbanísticos os mais modernos, utilizando técnicas muito perfeccionadas, tudo é produto: o ar, a luz, a água, o solo ele mesmo. Tudo é artificial e sofisticado; a natureza aí desaparece, salvo alguns sinais e símbolos; através desses símbolos ela não é senão reproduzida (...) Os elementos perdem suas determinações naturais, incluindo o sítio e a situação, no seio dos espaços envelopes que se tornam os elementos sociais do espaço. Eles adquirem valor (de uso e de troca), pois não é mais possível os extrair diretamente numa reserva inesgotável, a natureza (LEFEBVRE, 2006, mimeo).

A produção do espaço urbano reproduz a contradição entre antigas e novas raridades da modernidade de uma forma bastante emblemática. Ao mesmo tempo

⁵⁹ O que não quer dizer que não existe mais a fome e a morte por doenças dos séculos anteriores, para as quais atualmente existem medicamentos e procedimentos simples, “baratos” e eficazes; hoje o problema não é a escassez da capacidade produtiva, mas sim a presença de relações sociais limitadas e limitantes.

em que existe a possibilidade de produção da cidade em patamares elevados, como jamais foi possível em nenhum outro momento do desenvolvimento das forças produtivas, o espaço urbano e a própria cidade são colocados (pelos próprios mecanismos de reprodução do espaço urbano) como novas raridades. Se por um lado essa contradição bloqueia o desenvolvimento das relações que necessitam desse espaço raro, por outro lado, a condição de raridade permite que o mercado imobiliário e os demais agentes envolvidos na produção e consumo do espaço urbano consigam auferir rendas suplementares elevadas, em níveis que seriam impossíveis de se apropriar caso não houvesse a situação de escassez.

A condição de raridade do espaço pode ser entendida num sentido mais amplo e complexo, dialetizando-a frente a realidade diferenciada decorrente da existência da divisão da sociedade em classes sociais que almejam seu lugar de moradia e habitação na metrópole. As estratégias de especulação com o solo urbano associadas com a escassez real de lotes e terrenos disponíveis faz com que os preços abusivos cobrados pelo solo urbano nas áreas mais valorizadas, via de regra localizados ao redor do centro expandido da metrópole, promovam uma verdadeira raridade de espaços para a habitação das classes de renda baixa nessa extensão região, que concentra a maior quantidade de infra-estruturas. O segmento social que não pode pagar pelos preços abusivos de um imóvel localizado dentro ou nas imediações dos bairros tradicionais consolidados da região central é afetado mais do que todos pela questão da raridade do espaço, que nesse caso se coloca como segregação sócio-espacial.

A questão da **natureza como nova raridade** na cidade se coloca em relação direta com a forma de reprodução do espaço urbano, que na condição de metrópole tendeu para o gigantismo da mancha urbana. A ocupação pela urbanização ocorre pela destruição das condições da primeira natureza, alterando drasticamente as suas características iniciais. A partir da destruição da natureza coloca-se a necessidade da sua reprodução como condição para a reprodução do próprio espaço urbano. A reprodução da natureza a eleva a condição de mercadoria, inserindo seus elementos como produtos ou apenas signos que serão utilizados como estratégia de marketing para a produção da cidade a ser vendida como mercadoria, ou como mercadorias que reproduzem a lógica da reprodução social,

através da produção da natureza. Assim se faz com a questão da água e das áreas de mananciais. A condição de escassez de recursos hídricos (sobretudo em qualidade) permitiu a emergência de uma grande indústria da água (produzida e distribuída industrialmente) que envolve a presença de grandes corporações mundiais.



Figuras 1 e 2. “Não é só periferia que existe na beira da represa”. Imagens do Clube dos Funcionários Públicos de São Paulo, nas margens da Guarapiranga, no Jardim Horizonte Azul. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.





Figuras 3, 4 e 5. De um lado e do outro da pequena ilha (foto do meio), quem não pode pagar um clube improvisa na beira da represa mesmo. Crianças e moradores se divertindo nas águas da represa num dia de calor de final de semana. Jardim Horizonte Azul. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.

Já as áreas de mananciais muitas vezes escondem ou camuflam as relações sociais envolvidas na **produção da água** (é, portanto uma modalidade de produção da natureza) sob a capa de relações naturais, em que a água ainda é representada como um bem oferecido por uma natureza sagrada e intocada, que não contém elementos da reprodução social na sua lógica. A água utilizada no abastecimento urbano é produzida envolvendo o trabalho humano como elemento da sua valorização para o mercado. Todas as suas etapas (coleta, armazenamento, tratamento e distribuição) envolvem a construção de grandes obras de infraestrutura, a produção de um espaço e a aplicação de grandes investimentos de capital e trabalho. A quantidade e a qualidade da água está diretamente vinculada com a capacidade dos sistemas produtores de água, e não o contrário, como a própria história do abastecimento hídrico de São Paulo revela. A água que é vendida pelos sistemas de abastecimento público é o resultado da realização de várias etapas de trabalho humano intensivo. Em meio desse processo a lógica da mercadoria se insere e passa a fazer parte desse “bem natural” restrito, fazendo com que ele incorpore e reproduza as contradições inerentes da forma mercadoria

(entre valor de uso e valor de troca) e também as contradições dos processos de acumulação (entre os estoques limitados da natureza e a necessidade de reprodução ampliada do capital), trazendo conseqüências sociais e ecológicas perniciosas.

Conforme esboçamos brevemente, o pensamento desenvolvido por Henri Lefebvre a partir das obras de Marx, traz uma série de contribuições teóricas muito relevantes para se compreender a produção do espaço em pleno século XXI. O movimento apreendido pelo autor, que sinaliza a passagem da sociedade industrial (período da produção) para a sociedade urbana (período da reprodução) permite localizar e articular as novas questões urbanas dentro de um quadro conceitual e teórico potente. Desse modo entendemos que o seu pensamento é fundamental para a compreensão dos processos recentes que envolvem a reprodução da metrópole de São Paulo, que apresenta vários elementos que corroboram com todo o arcabouço teórico-metodológico marxista-lefebvriano.

A partir das questões anunciadas neste capítulo sobre a reprodução das relações de produção como novo momento que se coloca para as relações capitalistas, iremos aprofundar a análise sobre o desenvolvimento urbano e industrial recente de São Paulo, dando continuidade ao que vínhamos fazendo no capítulo anterior, em que tentamos esboçar a formação da metrópole e da sua imensa periferia urbana como produtos da industrialização. Nosso objetivo agora é o de verificar de que modo o momento da reprodução, que estaria assentado em novas questões e problemas (espaciais e urbanos) que “suplantam” os problemas da indústria sem os abolir, estaria contribuindo com novos elementos e conteúdos para a urbanização de São Paulo, em específico com a questão da periferia urbana.

Temos consciência das nossas limitações e não temos a pretensão de esgotar o assunto ou de apenas abordá-lo em todas as suas dimensões. Estamos tentando construir um caminho teórico metodológico crítico sobre a questão dos mananciais de São Paulo, a partir de uma forma de pensamento assentada numa linha de pesquisa incipiente da Geografia Urbana brasileira, denominada marxista-lefebvriana. Muitas questões envolvidas nos processos são apenas sinalizadas, sendo que certamente existem aquelas que sequer foram anunciadas. Sabemos, por

exemplo, que estamos nos atendo sobre alguns dos aspectos da reprodução das relações de produção (que como foi anunciado previamente envolve praticamente todas as esferas da reprodução social) que corroboram com a transição da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro em São Paulo e influenciando sobre os conteúdos da periferia urbana. O próprio enunciado da hipótese sinaliza na existência de uma redução do conceito complexo de reprodução, pois estaríamos privilegiando as transformações relativas aos processos produtivos. Contudo temos a preocupação em não restringir a análise apenas ao plano do econômico, e demonstrar dentro das nossas limitações, as articulações possíveis que se verificam no plano das relações sociais, na produção do espaço, nas relações de trabalho e algumas das novas contradições.

3.2 – A reprodução em São Paulo: transformações nas atividades produtivas e redefinição dos conteúdos do trabalho e da urbanização.

Verificamos anteriormente que a industrialização de São Paulo, sobretudo a partir dos anos 50 (quando foi introduzido no país o ciclo de industrialização pesada, composto por indústrias de bens de consumo duráveis e bens de produção), ocorreu de forma intensa e com taxas de crescimento elevadas. Em contraposição com as altas taxas de crescimento da produção industrial e do valor da produção industrial, fortemente concentrado na capital paulista, o período foi marcado pela presença de relações de trabalho assentadas em formas de exploração intensas, promovendo o arrocho salarial e mesmo a proliferação de formas precárias de relações de trabalho. Culminou na implantação de um modelo de acumulação altamente rentável para os segmentos empresariais (sobretudo o setor corporativo) que só foi possível com base na exploração intensiva da força de trabalho, repercutindo numa das estruturas de desigualdade social mais agudas do mundo.

A acumulação industrial no Brasil, desde muito cedo não esteve atrelada aos compromissos fordistas verificados nos países do centro do capitalismo; não foi capaz de produzir uma extensa classe de operários inseridos em relações de trabalho estáveis e com poder de consumo capaz de lhes permitir o acesso aos bens de consumo duráveis que eram introduzidos e produzidos no país, como no caso emblemático do automóvel. Quando David Harvey (1992) descrevia os impactos da transição para a acumulação flexível no mundo do trabalho e nas relações de produção dos países desenvolvidos, experimentamos a sensação de que ele estava destacando algumas das principais características da industrialização brasileira ao longo do século XX. Pudemos constatar através de pesquisadores como Lucio Kowarick, Francisco de Oliveira e Paul Singer, em pesquisas elaboradas já nos anos 60-70 (muito antes de se consolidar nas ciências sociais as questões derivadas da acumulação flexível), que a acumulação industrial brasileira já apresentava características (que Harvey e outros pesquisadores vão descobrir décadas mais tarde para os países desenvolvidos) como o desequilíbrio de forças pendendo desmesuradamente para o capital (frente aos trabalhadores), o

desenvolvimento simultâneo e articulado de relações de produção em unidades produtivas modernas sobrepujando o desenvolvimento de relações tradicionais e arcaicas realizadas em unidades produtivas menores (familiares ou não), o descompromisso do capital e do Estado com a reprodução da força de trabalho e a precarização generalizada das relações de trabalho, promovendo uma verdadeira pauperização da força de trabalho chamada a participar nos processos produtivos da grande indústria e nas demais atividades induzidas pela expansão da urbanização.

Contraditoriamente, as grandes corporações vinculadas com as atividades da indústria pesada que se instalavam no país gozaram de condições espetaculares para a reprodução dos seus capitais. Deparam-se com uma realidade marcada pela presença de uma grande oferta de força de trabalho barata e sempre sobrando, a presença de um mercado consumidor significativo, um Estado pouco preocupado em proteger e amparar a classe dos trabalhadores através da imposição de leis trabalhistas e de políticas sociais compensatórias (como no exemplo da habitação popular), mas que pelo contrário, sempre abafou qualquer tentativa de manifestação popular e procurou oferecer as condições de infra-estruturas e medidas fiscais para o grande capital internacionalizado, sobretudo nos anos da ditadura militar, além da ausência de capitais nacionais capazes de impor qualquer resistência concorrencial efetiva. O faturamento decorrente da acumulação industrial sempre foi muito elevado, mesmo em períodos de crise internacional. Entre os anos de 1950 a 1980 o PIB cresceu a uma taxa de 7,1%; já “o salário mínimo decresceu em termos reais, entre 1959 e 1984, mais de 55%” (KOWARICK & CAMPANÁRIO, 1985, p. 69).

O quadro social e urbano degradado produzido como resultado da industrialização parece contradizer as tendências de crescimento industrial elevado e em condições esplêndidas. As questões derivadas da forte estrutura de exploração do trabalho com elevada concentração de renda, ilustrados pelos vários problemas sociais e péssimas condições de vida da grande parte dos moradores da metrópole de São Paulo parecem camuflar que durante décadas a fio as taxas de crescimento econômico foram elevadas e representaram um verdadeiro paraíso para os capitais internacionais. Também não evitou a emergência de uma representação equivocada e que perdura ainda hoje, fundamentada na presença de um grande saudosismo no

imaginário social que representa a industrialização de São Paulo apenas como indutora de relações sociais promissoras, reforçando uma ideologia muito eficiente que bloqueia o entendimento do processo em sua dimensão complexa e dialética e promove o entendimento dualista da industrialização e urbanização de São Paulo (de um lado as atividades industriais e o progresso e do outro a pobreza relacionada com a falta de competência dos segmentos sociais estigmatizados).

Seja como for, a partir da década de 1970 em diante o comportamento das atividades industriais mudou seu curso com relação a capital paulista. Até então tinha se verificado uma forte tendência de concentração das atividades industriais e dos principais investimentos do setor manufatureiro na capital e nos municípios vizinhos, que formam a região metropolitana. Desse período em diante pela primeira vez outras regiões e estados brasileiros passam a apresentar taxas de crescimento industrial superior àquelas da capital (incluindo os municípios da periferia da metrópole). Nos anos 80 e 90 a tendência se acentua trazendo novos elementos. Na década de 70 São Paulo apresentou crescimento abaixo da média nacional, mas ainda assim apresentou saldo positivo de crescimento das atividades. Já nas décadas seguintes a sua participação na produção industrial decresceu, sinalizando para a ocorrência de um processo de desconcentração das atividades industriais em direção a outras regiões que se apresentavam mais vantajosas. Os dados revelam que a maior parte das indústrias que deixaram a capital paulista migraram para os municípios do próprio estado de São Paulo com localização não muito distante da capital, preferencialmente nas proximidades das principais vias rodoviárias que partem da capital em direção ao interior. No fim das contas a metrópole paulistana reduziu sua participação relativa do total industrial do país e também em quantidade absoluta. Apesar do declínio, atualmente ainda é o mais importante e o maior pólo industrial do Brasil, além de também ter um papel pioneiro na reestruturação econômica como metrópole global. (NEGRI, 1996).

Barelli (2003) salienta que nos últimos 25 anos ocorreram mudanças no emprego e no trabalho que se relacionam com as transformações da metrópole de São Paulo das últimas décadas, sobretudo com o fenômeno da expansão das periferias urbanas, que continuam crescendo a taxas significativamente superiores às da região central, levando-se em conta, evidentemente, alterações qualitativas de

grande importância em relação ao padrão das novas ocupações, cada vez mais heterogêneas. Com a ocorrência da “Terceira Revolução Industrial” aumentou-se a produtividade dos maquinários ao mesmo tempo em que se reduziu o número de postos de trabalho. O padrão taylorista/fordista da produção industrial foi substituído por unidades produtivas pequenas e médias, com emprego concentrado de tecnologia de ponta, exigindo o “trabalhador ambivalente” e numa quantidade menor. A nova lógica de produção e distribuição com o sistema *just in time* racionaliza os tempos e espaços improdutivos. A localização das unidades produtivas na metrópole estaria representando custos adicionais, havendo desde os anos 70 a desconcentração industrial de São Paulo, devido a problemas como a escassez de terrenos livres e bem localizados, da presença de um sistema viário saturado, dos racionamentos eminentes de água e energia, de uma legislação ambiental e trabalhista mais severa que em outras localidades e pela existência de programas de atração de investimentos em outros lugares, dentre outros fatores.

Em relação ao mercado de trabalho Barelli aponta para a sua precarização, evidenciada pelo aumento da informalidade, da diminuição relativa do emprego formal, do crescimento do número de trabalhadores autônomos e das terceirizações, além do aumento do desemprego. A década de 90 seria a “década do desemprego”; em 1990 10% da P.E.A. (População Economicamente Ativa) estava desempregada, passando para 15,2% em 1992 e variando de 17,6% a 19,6% de 1998 a 2002. Já em relação aos empregos gerados pelo setor industrial, em 1985 cerca de 32,1% dos empregos industriais do país estavam localizados em São Paulo; em 2001 a porcentagem caiu para 19,9%. Os serviços vem sendo o principal setor das ocupações na metrópole, realizando um movimento inverso ao do setor industrial. Em 2001 o setor de serviços representava 52,3% do total dos ocupados formalmente. Mais adiante Barelli argumenta que estamos vivendo a “época do crescimento com desemprego”, devido, sobretudo, a introdução da microeletrônica e da informática nos processos produtivos.

Se por um lado Kowarick sinalizou para a lógica de reprodução econômica assentada nos processos da super exploração do trabalhador, aliada à presença de um “exército de reserva de trabalhadores” em abundância e da falta de organização coletiva da classe, Barelli complementa a análise acrescentando que o processo de

precarização das condições de trabalho, e conseqüentemente das condições de vida do trabalhador, também se faz em função das mudanças no processo produtivo, com a “evolução tecnológica” (e conseqüente “revolução” produtiva) que se deu com os avanços da informática e da microeletrônica, aumentando a produtividade e dispensando mão-de-obra.

Concomitantemente ao processo de reestruturação econômica (e mesmo como parte dele) verifica-se um movimento de redefinição da distribuição dos postos de trabalho entre indústria, serviços e comércio, conforme os dados apresentados na tabela 3.1, a seguir. Carlos (2004) comenta o movimento sinalizado na tabela:

O momento atual atesta uma tendência inequívoca à diminuição do número de estabelecimentos industriais na metrópole com o deslocamento de fábricas para o interior (próximo ou distante da capital, localizando-se numa área de 200 km de raio da metrópole) e para outros estados; uma diminuição que é acompanhada pela elevação dos índices do setor de serviços, conforme mostra a tabela 1 (através do nível de emprego) (CARLOS, 2004, p. 54).

Tabela 3.1 – Grande São Paulo: Número de pessoas empregadas (%).

Ano	Indústria	Serviços	Comércio
1985	32,8	40,7	14,1
1995	25	47	16
2000	19,9	53	15,7

Fonte: Seade/Dieese Apud Carlos, 2004, p. 54.

Os impactos da redução de empregos no setor secundário sobre a classe trabalhadora também podem ser sinalizados pelos números de postos de trabalho eliminados na indústria nos últimos anos:

Na Região Metropolitana de São Paulo, entre os anos de 1989 e 1999, a indústria perdeu 13,4 pontos percentuais da sua participação no total das ocupações geradas nesta região, correspondendo à destruição líquida de 720.000 postos de trabalho neste setor produtivo (DIEESE Apud FRANCESCONI, 2004, p.124).

Os termos da redefinição do mundo do trabalho em decorrência direta da modernização dos processos produtivos e da transição do capital industrial ao capital financeiro não se reduzem aos números (cálculos dos totais de empregos eliminados num setor e criados no outro), mas implicam em situações de trabalho

qualitativamente diferentes. Podemos afirmar que inclusive redefinem os conteúdos da urbanização, ao promoverem transformações quantitativas e qualitativas na reprodução da vida dos habitantes da metrópole, inserindo a produção do espaço em áreas específicas como novo nicho de mercado para seus investimentos (que por sua vez sinalizam para o movimento de reprodução descoberto por Henri Lefebvre).

Deve-se frisar que o mercado de trabalho ainda passa por uma redefinição de valores e tendências. A estabilidade e a segurança cedem lugar à instabilidade e a incerteza. Uma estratégia que se torna cada vez mais freqüente entre os empresários é o da rotatividade constante da mão de obra, que se realiza através da demissão dos trabalhadores mais antigos, detentores de maior remuneração, seguido pela contratação de novos trabalhadores com salários menores e geralmente com maior “qualificação” para o trabalho (maior tempo de estudo). Dentre os impactos dessas medidas de “controle de eficiência de gestão e produção” destaca-se a apropriação maior dos lucros pelos capitalistas e a pior distribuição de renda, o que acentua ainda mais a desigualdade social entre os trabalhadores e os segmentos dominantes da sociedade, aprofundando a segregação sócio-espacial.

Outro fator relevante que não pode passar despercebido diz respeito ao atual processo de centralização do capital que ocorre concomitantemente com a dispersão de grande parte das unidades produtivas de São Paulo. Ramos (2001), dentre outros pesquisadores chamam a atenção sobre a confusão conceitual que se estabelece frente às mudanças decorrentes da reestruturação produtiva da metrópole, por exemplo, ao usar de forma inconseqüente conceitos como “desindustrialização”, “desconcentração industrial” e “descentralização industrial”, tomando-os como sinônimos diretos, quando na verdade se referem a processos distintos que se realizam em escalas espaciais diferenciadas, apesar de muitas vezes se realizarem de forma articulada. São freqüentes os equívocos, principalmente como conseqüência do uso abusivo do conceito de desindustrialização para se referir aos processos recentes que se verificam em São Paulo.

A *desindustrialização* é um fenômeno que ocorre pontualmente dentro do espaço da metrópole, restringindo-se a determinados bairros. Ela não se aplica ao conjunto da metrópole como um todo. É um conceito que designa o movimento de redução das atividades industriais, promovendo uma redefinição que geralmente é acompanhada pelo avanço de outras atividades produtivas, ligadas ao setor terciário. É o que ocorre, por exemplo, em antigos núcleos industriais de São Paulo, como as regiões de Santo Amaro, Jaguaré e Água Branca. Ao se referir às transformações que envolvem a metrópole como um todo, é mais correto utilizar o conceito de *desconcentração industrial*, que refere-se a uma redução relativa da importância da produção industrial frente a outras regiões do estado e do país. Deve-se ainda ter em conta que a indústria é uma empresa complexa, com uma composição que agrega setores produtivos e setores relacionados com a gestão e administração dos negócios. Na maior parte dos casos o que se verifica, quando toma-se o caso de São Paulo (tanto o estado como a metrópole), é que existe de fato uma desconcentração das atividades produtivas, mas que não é acompanhada pela descentralização industrial, pois os setores relacionados com a gestão e administração permanecem concentrados em São Paulo. Verifica-se então um processo de desconcentração industrial acompanhado pela centralização do capital. Já o conceito de *descentralização industrial* ocorre quando a empresa como um todo (setores produtivo e de gestão) abandona uma região em benefício de outra. O autor enfatiza que esse não é o caso mais freqüente que se verifica na capital paulista.

Pádua (2006) também se preocupa com a confusão conceitual que pode existir perante a interpretação dos processos recentes da reestruturação econômica de São Paulo:

É preciso deixar claro que em São Paulo não há um processo **generalizado** de desindustrialização, visto que a atividade industrial ainda tem um peso significativo no conjunto de suas atividades econômicas. Evidentemente, há um processo de desconcentração industrial, ao mesmo tempo em que há uma centralização da gestão das empresas em São Paulo. Observa-se que, muitas vezes, a planta industrial se desloca para outra região, mas a gestão da empresa permanece em São Paulo, que passa a concentrar as condições propícias para as atividades de gestão, que demandam serviços de toda ordem. O conceito de desindustrialização está ligado, nesta perspectiva, a determinadas áreas no interior da metrópole onde a indústria era a atividade predominante e perde terreno para outras atividades econômicas ou deixa de existir (PÁDUA, 2006, p. 14).

Evidentemente que o processo de desconcentração industrial implica em transformações que vão além das meramente econômicas, como por exemplo, aquelas relacionadas com os ganhos de produtividade e redução de custos representados pela localização numa metrópole preta de deseconomias de aglomeração. A eliminação de postos de trabalho é um dos resultados mais desagradáveis perante uma realidade urbana caracterizada pela concentração gigantesca de trabalhadores, com taxas de desemprego e subemprego também elevadas. Mas temos de ter em mente que a função social do capital é o lucro, e não a de se preocupar com o pleno emprego e a qualidade da reprodução da força de trabalho. É certo, porém, que o processo de desconcentração das atividades produtivas numa metrópole marcada pela raridade do espaço emerge como uma “roupa sob medida” para as atividades relacionadas com o setor imobiliário e o capital financeiro, ávidos pela especulação com os negócios da terra urbana, que se colocam como uma oportunidade privilegiada para os novos investimentos de capital. **Os processos de acumulação não são interrompidos com a desconcentração industrial, mas são elevados a outros patamares**, envolvendo a aplicação de capitais em outras atividades, como a produção do espaço (uma mercadoria privilegiada no contexto da reprodução das relações sociais) e os próprios negócios do setor terciário moderno, que centralizam em São Paulo as sedes das grandes empresas multinacionais e nacionais e a prestação de serviços especializados.

Grande parte das pesquisas desse fenômeno recente de reestruturação produtiva em São Paulo o tomam pela perspectiva da reprodução do capital, levantando boa parte das questões anunciadas acima. Além dos riscos decorrentes da utilização conceitual inadequada, entendemos que estão em jogo outras questões equivocadas que podem emergir dos fatos, sobretudo quando se tenta analisar o processo pela perspectiva do trabalhador. A eliminação de postos de trabalho relacionados com a atividade industrial pode requestrar uma falsa ideia de que os problemas estariam apenas emergindo em consequência da redução das atividades industriais. Nessa visão a indústria até então foi representada como a grande promotora do crescimento e progresso social, sendo a principal indutora da geração de empregos. A eliminação de postos de trabalho da indústria, conseqüentemente, viria a criar um quadro crítico para os trabalhadores, que a partir

de então estariam submetidos a taxas de desempregos mais elevadas, tendo que se sujeitar a relações de trabalho precárias em outras atividades. Entendemos que se trata de uma visão unilateral e equivocada, pois pudemos constatar que as décadas de crescimento e de concentração das atividades industriais em São Paulo não resolveram os problemas da classe trabalhadora (sequer os relacionados com a sua reprodução como força de trabalho, e menos ainda os relacionados ao acesso a uma vida urbana plena e fundamentada no desenvolvimento social no seu sentido mais amplo), mas, pelo contrário, foram o ponto central a partir de onde se verificou a dilapidação das condições de vida da classe trabalhadora, manifestada no espaço através da implosão-explosão do tecido urbano paulistano em imensas periferias urbanas.

Concordamos com Lúcio Kowarick e Francisco de Oliveira, quando estes defendem que a acumulação capitalista implantada no país permitiu um grande crescimento dos capitais investidos, apoiados na dilapidação da classe trabalhadora. O crescimento econômico não apenas aconteceu, como se realizou apoiado em taxas elevadas. São falsas as representações que induzem a acreditar que a precariedade urbana e social são decorrência da estagnação econômica. Elas são um produto “indesejado” (por quem?) da acumulação capitalista que se realizou com elevadas taxas de crescimento econômico.

A economia industrial brasileira continuou crescendo nas últimas décadas do século XX,

porém sua expansão não se desdobrou numa ampliação equivalente do emprego industrial; tanto que a participação do emprego industrial no conjunto das ocupações brasileiras no final do século XX é muito próxima a dos anos 40 desse mesmo século, quando a indústria era muito pouco expressiva (LENCIONI, 2006, p. 107).

A desconcentração da produção industrial de São Paulo (estado e metrópole) e o crescimento maior das atividades do setor secundário nos demais estados do país permitiram a distribuição da produção industrial, amenizando parcialmente a concentração dessas atividades no estado paulista. Contudo redefiniu-se uma nova divisão do trabalho baseada na concentração das indústrias de uso intensivo de tecnologias em São Paulo e as indústrias com menos exigências de aplicação de

capital fixo (com maior demanda de capital variável) nos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mesmo assim o estado paulista, e dentro dele a Região Metropolitana de São Paulo ainda se destacam como as regiões mais industrializadas do país.

Também é certo que a eliminação de postos de trabalho pela desconcentração da atividade industrial representa uma redução na oferta de postos de trabalho, corroborando para que as condições que já se encontravam em níveis muito precários fossem ainda pioradas⁶⁰. Mas deve-se ter em conta que a perda de hegemonia das atividades industriais em São Paulo é apenas um dos aspectos relacionados com a reestruturação produtiva em curso, que vem acompanhada pela flexibilização das atividades produtivas como um todo nos demais setores da economia (incluindo as relações de trabalho), além da redefinição de paradigmas em outras esferas, como a política, as relações sociais e a reprodução do espaço urbano.

A emergência das atividades relacionadas com o setor terciário e terciário moderno introduz novos dilemas e muitas questões indutoras de novos erros de interpretação⁶¹. Quando se fala que existe a concentração das atividades terciárias modernas mais importantes em São Paulo crescendo em contraposição com a redução da participação industrial, transmite-se juntamente a concepção de que os empregos e os níveis salariais estariam progredindo, resultando, portanto em avanços sociais. Existe uma mística popular muito grande sobre os serviços de escritório (entendido pela maior parte da população como sendo os serviços que não estão diretamente relacionados com a produção direta de bens), segundo a qual, ofereceriam melhores condições de trabalho e também melhor remuneração, promovendo um padrão de vida mais elevado, de classe média⁶². Nessa

⁶⁰ Segundo Lencioni (2006), entre 1980 e 1990 foram eliminados 1,5 milhões de empregos industriais no Brasil; entre 1989 e 2002 foram eliminados mais um milhão de postos de trabalho, totalizando entre 1980 a 2002 cerca de 2,5 milhões de empregos eliminados nas atividades industriais no Brasil.

⁶¹ Para uma apreciação crítica a respeito dos conceitos de terciário e terciário moderno (“terciários novos ou renovados”) consultar o artigo de Milton Santos (1979). Neste pequeno artigo o autor questiona a validade conceitual do termo “setor terciário”, que agruparia uma gama muito heterogênea e divergente de atividades, muitas vezes atuando sob modelos de reprodução distintos, como por exemplo, os serviços de comércio tradicionais e as modernas e complexas atividades de gerenciamento.

⁶² O trabalhador de escritório não deve ser classificado e nem confundido como pertencendo a classe média. Houve uma massificação e diversificação, bem como a proletarização dos serviços de

perspectiva ilusória, esquece-se que a proletarização generalizou-se em todas os setores e esferas de trabalho. Dos postos de trabalho no setor de serviços apenas uma parcela muito reduzida pode ser enquadrada como sendo composta por uma esfera de empregos privilegiados (que pagam salários elevados e realmente exigem conteúdos e habilidades acima da média social). Braverman (1977) desmistificou de forma muito competente as ideologias que se colocam sobre os empregos na indústria moderna e no setor de serviços, revelando a proletarização como característica comum e generalizada em ambos os setores ao longo de todo o século XX:

O problema do chamado funcionário ou trabalhador engravatado que tanto incomodava as primeiras gerações de marxistas, e foi saudado pelos antimarxistas como prova da falsidade da tese da proletarização foi assim inequivocamente esclarecido pela polarização do emprego em escritório e o aumento em um pólo de uma enorme massa de funcionários (...) Em suas condições de emprego, esta população trabalhadora perdeu todas as antigas superioridades sobre os trabalhadores fabris, e em suas escalas de salário desceu quase que ao nível mais baixo (Ibdem, 1977, pp. 299-300).

O grande aumento da prestação de serviços através da ampliação do setor terciário como característica do próprio desenvolvimento das forças produtivas em direção a automação foi visto por alguns economistas apologistas do capitalismo como a atividade econômica característica da fase desenvolvida do modo de produção e sinônimo de progresso. Contudo mesmo essas “novas” atividades são submetidas à lógica do capital e reduzidas a trabalho abstrato, com todas as consequências implicadas nessa transformação qualitativa. A prestação de serviços cresceu em contraposição ao declínio da indústria e promoveu a ocupação de parte da mão de obra liberada pela indústria, porém com níveis salariais mais baixos, sobretudo quando se considera o setor como um todo e não apenas o nicho privilegiado e restrito que compõe o núcleo gestor das grandes corporações. As ocupações predominantes são nas áreas de limpeza e conservação de edifícios, cozinha e alimentação, além da preferência pela mão de obra feminina, que muitas

escritório, sobretudo como resultado do capitalismo monopolista; foi um setor ainda pouco desenvolvido no período de Marx e que se apresentava em princípios como resultando no aumento da classe média. Um trabalhador de escritório hoje não tem as mesmas prerrogativas e nem se iguala em condições de trabalho e de vida com os antigos trabalhadores de escritório do século XIX. Os princípios aplicados nos trabalhos de escritórios são os mesmos adotados na produção da fábrica, envolvendo o assalariamento e controle total das atividades por segmentos da gerência, além de métodos tayloristas de simplificação, padronização e parcelarização extrema das atividades; redução a trabalho abstrato, a movimentos e gasto de energia (BRAVERMAN, 1977).

vezes permite taxas de exploração ainda mais intensas através da remuneração inferior sobre as mesmas atividades praticadas pelo gênero oposto.

As implicações para o mundo do trabalho, apesar da presença de uma forte roupagem ideológica que quer representar as mudanças como positivas e modernizadoras não são alentadoras. Apregoa-se o discurso da necessidade da qualificação constante do trabalhador como garantia da sua inserção nos novos trabalhos da economia globalizada, que, diga-se de passagem, “seria compensador”. Parte-se do pré suposto de que as novas atividades decorrentes do aumento da participação do setor de serviços no total das ocupações seriam capazes de promover uma melhoria financeira e nas condições de trabalho em relação aos empregos da indústria, quando na verdade o aumento da participação do setor de serviços não deve ser considerado como sinônimo direto de melhores oportunidades de trabalho, pelo menos para a maioria da população trabalhadora. Ocorre de fato o aumento dos postos de trabalho no setor de serviços em áreas modernas que pagam bons salários e exigem qualificação (anos de estudo, conhecimento de outras línguas, “padrinhos” para indicação e experiência); trata-se neste caso de uma parcela muito restrita dos empregos gerados. A grande parcela dos postos de trabalho criados pela expansão das atividades do terciário, no entender de Carlos,

em muitos casos referem-se aos serviços doméstico, limpeza, segurança, bem como balconistas, motoboys, atendente de telemarketing. O que significa que acompanhando a modernização de vários setores econômicos, há uma precarização do trabalho, com salários mais baixos e perdas de direitos como o contrato de trabalho e os benefícios sociais, tais como: seguro de saúde, sindicalização, negociação coletiva para aumento de salários, etc. (CARLOS, 2004, p.56)

A ideologia da necessidade de maior qualificação (quando comparada com as ocupações mais antigas) coloca-se mais como nicho de mercado para os cursos profissionalizantes do que como necessidade efetiva para a realização das atividades dos novos postos de trabalho⁶³. A questão central, na verdade, refere-se

⁶³ Existe na verdade uma forte tendência de redução da necessidade de pessoal com alta qualificação para trabalhar nas operações que envolvem controle e decisões, contraposto a massificação do trabalho semi-qualificado na indústria e mesmo no setor de serviços. Decorre da simplificação das tarefas, que reduz ofícios ao dividir suas etapas e também pela automação, que cria a categoria dos operadores de máquinas, cada um realizando uma função simplificada e repetitiva. Os conceitos de qualificação e educação são em si muito ambíguos e vagos. O termo qualificação média esconde um

a existência de um super-excedente de força de trabalho (jamais visto na história do capitalismo) hoje disponível ao mercado, que permite que o setor empresarial venha a estabelecer exigências cada vez mais restritivas, como formação em faculdades, diplomas de pós-graduação (especializações), experiência profissional e a realização de cursos e mais cursos como condição para contratação

Mesmo as atividades industriais que permanecem são atualmente realizadas dentro de uma outra perspectiva bastante condizente com os mecanismos do regime de acumulação flexível avaliados por David Harvey (1992). Apesar da metrópole paulista ainda ser o maior e mais importante pólo industrial do país e de ter apresentado taxas de crescimento da produtividade industrial nas últimas décadas, a produção baseada na acumulação flexível promoveu uma eliminação drástica do número de postos de trabalho, representando uma redução de pessoal ocupado na indústria de transformação de 55,3% entre 1989 e 2002 (reduziu de um total de 1.024.350 postos de trabalho para 458.133) (LENCIONI, 2006). O processo ainda foi acompanhado pela continuidade da depreciação da remuneração dos trabalhadores, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 3.2 – Remuneração do trabalhador na indústria 1996-2002 (%)

Unidades Geográficas	1996		2002	
	Até 3 S.M.	Acima de 3 S.M.	Até 3 S.M.	Acima de 3 S.M.
R.M.S.P.	16,7	83,3	34,5	65,4
Estado de São Paulo	18,4	81,6	38,5	61,5

Fonte:Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS: 1996 e 2002. Adaptado de Lencioni (2006, p. 116).

Entre os anos de 1996 e 2002 aumentou o número de trabalhadores da indústria de transformação com remuneração de até três salários mínimos, ao passo que foi reduzida a proporção de trabalhadores que possuíam remuneração acima de três salários mínimos. Desgraçadamente parece haver uma continuidade dos

abismo que se cria. Com o dismantelamento da profissão, a classe trabalhadora perde em qualificação; com a crescente aplicação da ciência e tecnologia na produção, também, pois distancia-se cada vez mais do controle do processo como um todo. Apenas uma parcela gerencial muito pequena tem condições de dominar o todo. Hoje o tempo de preparo para uma “profissão” é muito menor do que no passado, com os ofícios. O mesmo pode-se dizer da comparação do trabalhador agrícola que domina muitas habilidades e conhecimentos, comparando-o com o trabalhador urbano-industrial, que sabe realizar apenas uma parcela de um ofício do qual sequer tem o domínio como um todo (BRAVERMAN, 1977).

processos de crescimento da atividade industrial apoiada na dilapidação da força de trabalho desde as décadas de 50/60, conforme as indicações averiguadas anteriormente. Mais uma vez reforça-se a tese de que a Grande São Paulo ainda se coloca como um lugar privilegiado para a reprodução do capital industrial, jogando por terra muitas representações que tentam induzir a crença de que existe uma crise da reprodução do capital (no plano do econômico) que se manifesta socialmente. Ao contrário, a crise social parece ser o principal alimento para o crescimento econômico das atividades capitalistas no país.

Existe um conjunto de considerações em comum em relação às implicações negativas das transformações em curso no mercado de trabalho em decorrência da chamada reestruturação produtiva e das relações de trabalho mesmo entre pesquisadores de áreas e linhas de pensamento distintas, como no caso de RAMALHO (1997), que aponta como principais impactos do processo no mundo do trabalho a

grande mobilidade de mão-de-obra, crescimento da participação do trabalho informal, redução dos salários reais na maioria dos setores, aumento do recurso a subcontratação do trabalho, com participação do trabalho em domicílio; e uma maior seletividade das empresas na contratação dos trabalhadores, em função da grande disponibilidade de mão de obra no mercado (RAMALHO, p. 87).

Pode-se considerar que está em processo de consolidação uma série de transformações qualitativas do mundo do trabalho. Não se trata apenas de mudanças quantitativas resumidas pelo número de postos de trabalhos eliminados num setor e abertos em outro, como numa simples relação de troca das ocupações da indústria pelas ocupações do setor de serviços. As “novas⁶⁴” relações de emprego promovem uma verdadeira redefinição das condições de trabalho, comprometendo os antigos paradigmas do mundo do trabalho (como por exemplo, a estabilidade no emprego). Hoje a insegurança e a falta de proteção ao trabalhador são a tônica do processo. Como parte desse movimento de transformação qualitativa do trabalho verifica-se um momento de recuo e de enfraquecimento de

⁶⁴ Na verdade o processo parece fazer retroceder as relações de trabalho a formas anteriores às conquistas trabalhistas do último século no Brasil, como carteira de trabalho assinada, férias e décimo terceiro salário, dentre outros.

poder do movimento sindical⁶⁵ tanto em São Paulo como em outros lugares do mundo. Coloca-se como um grande desafio para a organização sindical a elaboração de novas estratégias capazes de agrupar e representar os novos segmentos de trabalhadores, cada vez mais heterogêneos, diversificados e distantes das relações de trabalho protegidas por lei.

Os indicadores de desemprego das duas últimas décadas foram elevados; localizam-se em patamares acima da média verificada em 1989, como pode ser observado na tabela 3.3.

Tabela 3.3 - Taxa de desemprego total – Região Metropolitana de São Paulo

Desempr	1989	1992	1997	2000	2002	2004	2006	2008
ego Total	8,7	15,2	16,0	17,6	19,0	18,7	15,8	13,4

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Se do ponto de vista de vista da classe patronal as elevadas taxas de desemprego são interessantes, uma vez que existe uma maior disponibilidade de mão de obra disponível no mercado, para os trabalhadores não é nada vantajoso. Existe uma pressão muito forte sobre as vagas de trabalho existentes, concorrendo para o rebaixamento dos salários, para a destruição dos laços de solidariedade e de identidade coletiva entre os trabalhadores (substituída pelo individualismo e pela competitividade cada vez mais agressiva, solapando a consciência de classe) e produzindo um ambiente propício ao aumento da exploração através de relações de trabalho precarizadas. DAMIANI (2006) e seu grupo de estudos realizaram uma pesquisa de caráter científico (que supera a simples descrição e as aparências do processo e busca identificar seus fundamentos) a respeito daquilo aparece como “crise do emprego” proporcionada pelas taxas elevadas de desemprego. Um dos principais apontamentos da pesquisa foi que

o desemprego é real e, ao mesmo tempo, aparência, de um fenômeno ainda mais amplo, a crise do trabalho, de modo geral. Trata-se de uma crise de emprego

⁶⁵ ANTUNES, Ricardo. *Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro*. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). “Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra”. Boitempo; São Paulo; 1997.



reveladora de que o processo do capital inclui, junto com a necessidade do trabalho, a sua destituição, negação (DAMIANI, 2006, p. 03).

Em meio ao processo proliferam relações de trabalho como as terceirizações, trabalho informal, trabalho autônomo (uma forma de subcontratação que libera o empregador de encargos sociais), trabalho em meio período, e contratos temporários, corroborando para a deterioração salarial. O rebaixamento da remuneração dos trabalhadores assalariados verificado nos últimos anos reforça os termos da mudança qualitativa do trabalho, indicando que a tendência que se coloca é a de se preparar mais para o trabalho, submeter-se a relações de exploração mais intensas e desumanas e ainda ter que se contentar em receber salários menores e defasados. Os dados sobre a diminuição do rendimento médio real dos assalariados (tabela 3.4) revelam esse movimento como tendência contínua nos últimos anos, dando continuidade ao movimento verificado nas últimas décadas (conforme apontado anteriormente) de crescimento econômico apoiado na dilapidação da força de trabalho.

Tabela 3.4 - Rendimento médio real dos assalariados – Região Metropolitana de São Paulo (em Reais de janeiro de 2008)

Rendimento	1998	2000	2002	2004	2006	2008
Médio	1.755	1.569	1.347	1.299	1.308	1.291

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

O sentido do movimento do rendimento médio dos trabalhadores assalariados na metrópole paulistana foi decrescente, perfazendo uma direção completamente oposta ao da valorização imobiliária, “sempre” crescente, tanto nas áreas do centro expandido como em boa parte das periferias consolidadas. As implicações desse duplo movimento em direções opostas (de um lado o rebaixamento do rendimento do trabalho e do outro a elevação da valorização imobiliária) são contraditórias e potencializam a produção da segregação sócio-espacial em São Paulo, elevando-a em quantidade e intensidade. Os termos da precarização do trabalho forçam a maior parte da população a buscar seu espaço de habitação em áreas periféricas, distantes dos centros de valorização e compatíveis com o nível de rendimento do trabalho (muitas delas dentro das áreas de mananciais no extremo sul de São Paulo).

É tão evidente que acreditamos ser desnecessário desenvolver detalhadamente as implicações entre o nível de rendimento do trabalhador e o seu lugar de habitação nas diferentes regiões da metrópole. É suficiente afirmar que a divisão social do trabalho e a sua respectiva divisão na participação da apropriação das riquezas produzidas socialmente manifestam-se na urbanização através da divisão espacial dos locais de habitação, produzindo uma metrópole extremamente diferenciada (e fragmentada) em função das diferenças de classe. Ainda deve-se esclarecer que esta divisão espacial dos locais de habitação não deve ser entendida como sinónimo de uma simples questão de localização diferenciada no espaço urbano (mais distante ou mais próxima das áreas de maior centralidade). Implica também em padrões e formas de habitação muito diferenciadas, mesmo em quarteirões ou áreas vizinhas pertencentes ao mesmo bairro, tanto em bairros representados como de alto, médio ou baixo padrão. A extensa região central revela esse tipo de contradição tão bem quanto as áreas mais periféricas.

3.3 – Reprodução do espaço e mobilidade da periferia urbana: o embate com os mananciais.

Muitos bairros e áreas (fragmentos de bairros) próximos da região do centro expandido passam por um verdadeiro processo de redefinição dos seus usos ao serem valorizados e “requisitados” pelas atividades do terciário moderno, ou pela redefinição de usos que se dá através da redefinição dos padrões de habitação, pela realização de operações urbanas, projetos urbanísticos de gentrificação e demais estratégias do setor imobiliário. Mesmo em bairros de periferia consolidada ocorrem processos de valorização do espaço redefinindo os padrões de habitação através de novos lançamentos imobiliários como condomínios fechados, a consolidação de um padrão residencial horizontal e vertical de classe média e alta e o estabelecimento de novas centralidades de prestação de serviços e comércio. Mas existem diferenças nada desprezíveis entre os processos de valorização que ocorrem na região do centro expandido (que querendo ou não concentram ainda a maior parte das riquezas sociais e da produção de infra-estruturas da cidade) e as que se verificam nos bairros de periferia mais distantes. Antigos bairros industriais e residenciais do centro expandido são reestruturados dentro de uma nova divisão territorial do trabalho, que os reconfiguram como vetores de expansão do terciário e terciário moderno ou como novos espaços de habitação para as classes médias, implicando na construção de edifícios modernos (para locação de serviços ou para condomínios de médio e alto padrão) e na redefinição dos eixos viários. Em alguns casos especiais, contudo, pode ocorrer um verdadeiro processo de “precarização” de antigos lugares de vida industrial intensa, como pode ser verificado em alguns pontos específicos de bairros como Belém e Mooca.

A pesquisa de mestrado de Pádua (2008) indicou que os espaços físicos deixados pela indústria são freqüentemente tomados pelas atividades decorrentes da necessidade de expansão do setor de serviços e serviços modernos. Concomitantemente ao processo de desintegração dos antigos espaços abandonados pela indústria, vem ocorrendo a sua reintegração como espaços destinados às novas necessidades do setor terciário em expansão. É importante frisar que tais processos não ocorrem de forma generalizada em todos os antigos

bairros industriais, mas em regiões específicas da metrópole, com localização estratégica para o setor terciário moderno. Esses processos foram verificados com grande ênfase na região industrial do distrito de Santo Amaro. Sua pesquisa indicou que as transformações do espaço urbano local ocorrem como extensão do eixo empresarial sudoeste, que concentra os edifícios e empreendimentos modernos da região da Faria Lima, Berrini e ao longo da Marginal Pinheiros. Os espaços liberados pelas antigas indústrias vem sendo rapidamente ocupados pelos empreendimentos imobiliários residenciais, de serviços e comerciais, que redefinem a paisagem e os usos da região.

A **antiga região da periferia urbana que envolvia o centro** recebeu investimentos em infra-estrutura e concentra atualmente uma boa parcela dos habitantes com poder aquisitivo elevado, distanciando-se sobremaneira da sua situação anterior, como região sem acesso a cobertura de serviços de infra-estruturas básicas e que concentrava predominantemente os segmentos desfavorecidos socialmente. Hoje ela é muito mais heterogênea do ponto de vista sócio-espacial. Contudo ainda se coloca em patamares muito diferentes daqueles que existem nos bairros elitizados próximos ao centro de São Paulo (Higienópolis, Perdizes, Lapa, Pinheiros, Jardins, Brooklin, Moema, Ipiranga, Vila Mariana, etc.).

Diferenciam-se muito das **novas periferias** localizadas em áreas e regiões mais distantes, em que ainda prevalecem padrões de ocupação e uso do solo urbano bastante precários, com um perfil sócio-econômico predominante de renda baixa, como pode ser observado através das paisagens urbanas diferenciadas dos extremos das regiões norte, leste e sul da cidade de São Paulo, ou mesmo nas intersecções conurbadas com os municípios vizinhos que formam a região metropolitana. Os limites que se estabelecem entre os bairros do Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim Ângela na Zona Sul, com os municípios de Taboão da Serra, Embu e Itapeverica da Serra são praticamente imperceptíveis, prevalecendo a continuidade de uma mancha urbana composta por bairros de periferia auto-construídos, favelas e lançamentos imobiliários da COHAB e CDHU articulados por uma circulação rodoviária precária e saturada pelo uso abusivo do automóvel particular.

O antigo bairro de periferia atualmente incorporado aos processos de valorização imobiliária, seja como extensão das atividades do terciário moderno, como ocorre em porções de Santo Amaro, seja como extensão da produção residencial de padrão médio e elevado, associado com a expansão de empreendimentos e infra-estruturas de consumo coletivo, como operações urbanas, shopping-centers, linhas de metrô, grandes avenidas, hiper-mercados, faculdades, concessionárias de veículos, centros comerciais de classe média, equipamentos de consumo cultural, parques urbanos, etc., como tem se verificado em bairros como Santana, Casa Verde, Limão, Ipiranga, Tatuapé, Mooca, Belém, Vila Sônia, Vila Andrade, Campo Belo, Jabaquara, dentre outros, os transformam radicalmente, fazendo com que seja necessário romper com a visão consolidada e herdada das formas de representação da estruturação urbana mais antiga, que os contrapunham ao centro como bairros de periferia. Hoje eles foram incorporados pela cidade⁶⁶.

Esse processo foi iniciado com décadas de antecedência em grande parte dos bairros operários da primeira fase de industrialização de São Paulo, atualmente “incorporados” pela cidade. Podem ser citados os casos da extensa região que acompanha a Marginal Tietê, desde a Vila Leopoldina, Lapa, “Perdizes” e Barra Funda em direção ao Belém e Mooca. Também podem ser citados os casos da extensa região que margeia o Rio Pinheiros, em bairros como Butantã e Pinheiros, ocupados majoritariamente pelos segmentos da classe trabalhadora antes dos processos de retificação e negócios imobiliários iniciados pela Light (para mais detalhes ver o estudo de Seabra, 1987). A representação da região do Butantã e Pinheiros, por exemplo, já há muito tempo foi desvinculada da sua condição como bairro de periferia/subúrbio.

A necessidade de superação da representação antiga e consolidada sobre muitos bairros que compunham a periferia urbana de São Paulo durante o período de grande crescimento industrial até por volta dos anos 70, em certos casos vem

⁶⁶ Em conversas com moradores mais antigos da região da Penha, na zona leste, e de Santo Amaro, na zona sul, percebe-se o uso freqüente da expressão “ir à cidade” para descrever os movimentos que faziam em direção ao centro. A expressão origina-se da contradição centro-periferia, como manifestação de uma estruturação urbana que envolvia esses bairros como lugar de habitação da população trabalhadora. Ainda hoje a expressão permanece com muita força. Alguns moradores mais antigos de Santo Amaro também relatavam a região de Itapeceira, mais ao sul (do lado de lá do Rio Pinheiros, onde hoje se encontram bairros como Campo Limpo e Capão Redondo), como área rural e de olarias, aonde iam aos finais de semana junto da família para fazer passeios e piqueniques.

sendo estabelecida (já foi percebida) como manifestação de uma cultura que emerge como centralidade da periferia mais distante. Um dos grupos de RAP (movimento HIP HOP) de maior visibilidade em meio desse cenário cultural, composto por moradores da região do Capão Redondo, na Zona Sul de São Paulo, possui dentre os seus maiores sucessos a música de título “Da ponte pra cá”, que estabelece o limite da ponte João Dias sobre a Marginal Pinheiros como marco de separação que une a região de Santo Amaro (do lado de lá) com a região do Campo Limpo, Jardim São Luís, Capão Redondo e Jardim Ângela (do lado de cá), como compondo dois mundos separados e diferentes. O refrão da música afirma que:

Não adianta querer, tem que ser tem que ‘pá’
O mundo é diferente da ponte pra cá
Não adianta querer, tem que ter, pra trocar
O mundo é diferente da ponte pra cá⁶⁷

A música contrapõe a realidade de bairros vizinhos e lugares da região do Capão Redondo, como Valo Velho, Jardim Rosana, Vaz de Lima, Vila Fundão, Parque Santo Antônio, Chácara Santana, Vale das Virtudes, Parque Arariba, dentre outros, com a realidade que se coloca qualitativamente diferente do outro lado da ponte João Dias, a partir de Santo Amaro em direção ao centro, passando pela região do Brooklin, Moema, Ibirapuera, Vila Mariana, etc.

Os trabalhadores e novos operários percebem na sua prática cotidiana que a “cidade” avançou e empurrou a periferia para mais distante. Quando uma família de trabalhadores de classe baixa decide escolher um lugar na cidade para morar, percebe muito rapidamente que dificilmente vai encontrar na região das antigas periferias que envolviam o centro expandido um imóvel compatível com o seu poder aquisitivo. Os bairros de periferia mais distantes vão lhes oferecer oportunidades mais compatíveis com sua condição de classe, pois existe uma divisão do espaço de habitação que se manifesta como produto e condição para a divisão social do trabalho.

⁶⁷ Trecho do refrão da música “Da ponte pra cá”, do grupo de Hip Hop da região do bairro Capão Redondo, “Racionais MCs”.



Figuras 6 e 7. A nova periferia consolidada: acesso à energia elétrica, água encanada, coleta de lixo, esgoto e telefone. O acesso às infra-estruturas urbanas básicas elimina as diferenças e contrastes sócio-espaciais? Parque Santo Antônio. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.

Mas se por seu lado a antiga periferia que envolvia o centro durante as décadas iniciais do século XX até um pouco mais de meados do século passado

praticamente não existe mais, já que foram apropriadas pelos processos formais de valorização do espaço, não se deve acreditar que não existe mais a contradição centro-periferia. Ela mudou de lugar e também de conteúdos, empurrando para mais distante ainda o lugar de habitação das classes populares e de segmentos consideráveis das classes médias, cada vez mais submetidas aos processos da proletarização.

A **contradição centro-periferia** ainda está longe de ser superada. Evidentemente que ela se tornou muito mais complexa e sutil. Entendemos que afirmar a consolidação da superação dessa contradição (no sentido da vivência que se realiza em cada um desses lugares e das relações de troca e dominação que se estabelecem entre eles) revela um verdadeiro desconhecimento qualitativo dos processos urbanos. Trata-se de diferenças não apenas visuais, perceptíveis através das paisagens diferenciadas, mas, sobretudo pelos conteúdos da vivência social e mesmo pela divisão do trabalho. Tanto é que a centralização do capital corporativo e a produção de edifícios 5 estrelas para atender essa demanda não se localiza em bairros periféricos como Parelheiros, Capão Redondo, Itaquera ou Brasilândia, mas sabe exatamente onde precisa se localizar, mesmo que tenha de enfrentar com muito mais dificuldade as contradições da raridade do espaço.

Diferenças a parte, a periferia urbana da capital paulista, sobretudo a consolidada (em bairros de ocupação mais antiga, como Santo Amaro, Penha e Santana) hoje é visivelmente diferente daquela que foi nas décadas iniciais da formação da metrópole paulistana, hoje ocupada quase que predominantemente pela classe média. Permite afirmar com segurança que **não são mais bairros populares**, e sim bairros de classe média e alta.

Colocações “parecidas” podem ser afirmadas com relação aos bairros periféricos com processos de ocupação mais recentes (comparativamente com os bairros de periferia consolidados), nas franjas da mancha urbana de São Paulo, como Parelheiros, Grajaú, Guaianases, Jaraguá e Tremembé. Estes bairros também concentram atualmente um padrão bastante diversificado de uso e ocupação do solo urbano, composto por níveis sócio-espaciais bastante heterogêneos, apesar da ocupação pelas classes populares ainda ser predominante. Mesmo a questão da

presença de infra-estruturas urbanas e serviços de uso coletivo básicos não podem ser apresentados como elementos ausentes nesses lugares (apesar de ainda se apresentarem em quantidade e qualidade inferiores do que nos bairros centrais), como foi muito comum na periferia urbana durante a constituição da metrópole paulistana. Hoje serviços como a coleta de lixo, acessos à rede de água, esgoto e energia elétrica estão bastante difundidos pela periferia urbana. Mas não é inconveniente lembrar que são serviços pagos (com exceção, hoje da coleta de lixo apenas) e que o fato de estarem presentes em lugares muito distintos não faz anular as diferenças gritantes entre os bairros de classe média e alta e os bairros populares.

As elucubrações ideológicas baseadas nos discursos sobre a infra-estrutura urbana têm um grande papel em obscurecer a compreensão mais profunda e real das contradições urbanas, que passam a ser reduzidas e confundidas aos problemas de escassez de serviços de consumo coletivo e problemas de infra-estrutura. Esse parece ser o foco preferido dos burocratas e políticos, que têm na ponta da língua todas as soluções para se resolverem os problemas da população e da cidade, vista de forma fragmentada e puramente funcional, nas áreas de transporte, saneamento, saúde e educação, por exemplo, como pode ser observado em qualquer debate político nos períodos de campanha eleitoral. No âmago, reproduzem uma visão que reduz o habitante da cidade a usuário ou consumidor, não o entendendo na *dimensão plena* que envolve o conceito de habitar a cidade, como cidadão usador⁶⁸. Trata-se de uma ideologia que faz tábua rasa dos conteúdos e contradições sociais no/do espaço urbano, entendendo-o na sua acepção reduzida como palco das relações humanas, como espaço físico apenas. Também não é impertinente lembrar que os dados sobre cobertura de serviços de consumo coletivo e infra-estruturas da região central de São Paulo são invejáveis, e mesmo assim a região concentra milhares de habitantes em situação de mendicância, sem acesso garantido a qualquer desses serviços modernos.

⁶⁸ “O que quero dizer aqui com dimensão plena é que ela supera o entendimento do cidadão como usuário ou consumidor, é a passagem necessária para o entendimento do cidadão como usador. Tal perspectiva envolve pensar o sentido da apropriação e do uso dos lugares da metrópole. Envolve pensar o processo que transforma, constantemente, a cidade de valor de uso em valor de troca” (CARLOS, 1999, p. 81).

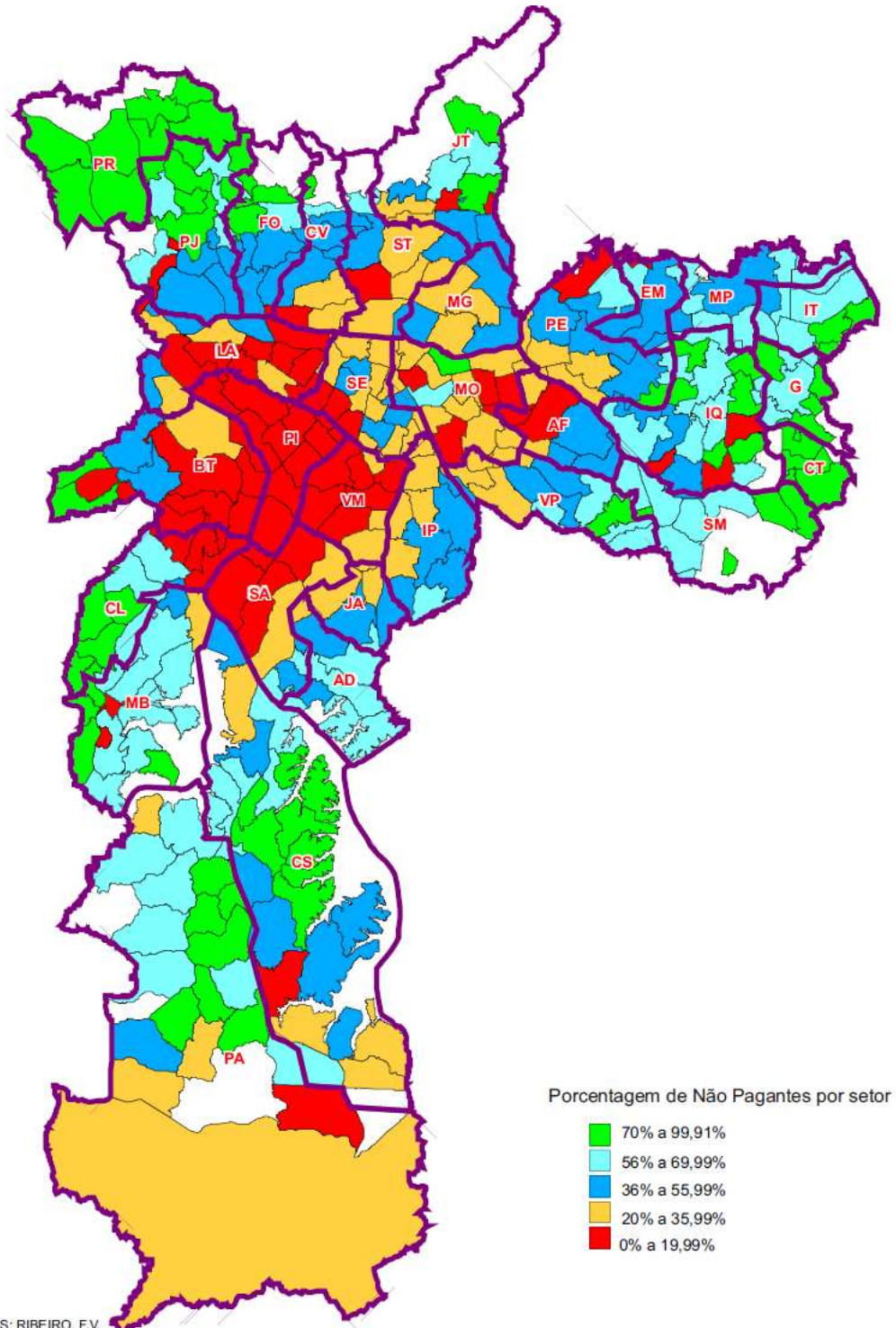
Levando-se em conta a questão da conurbação da mancha urbana, existem hoje diferentes centralidades não apenas nessas “novas” periferias em consolidação, como também nos núcleos de muitos dos municípios vizinhos à capital, que muitas vezes exercem uma influencia tão grande nessas áreas quanto a própria capital. Essas novas centralidades localizadas dispersamente pela extensa região periférica, juntamente aos processos de valorização do espaço que coadunam, corroboram na expansão da mancha urbana sobre as áreas “rurais” do entorno, estendendo a periferia com padrões de ocupação muitas vezes mais degradados, destinados a atender a demanda dos moradores empobrecidos que são afastados pelos processos de valorização do espaço mesmo nas periferias em vias de consolidação. A segregação sócio-espacial assume uma característica bastante dinâmica, colocando-se em diferentes formas ao longo do tempo e do espaço, mas sempre presente como uma das grandes características da urbanização de São Paulo.

Adiante veremos a presença de outros elementos da urbanização que corroboram com a presença ainda marcante (apesar de mais complexa, heterogênea e sutil) da contradição centro-periferia em São Paulo. Alguns mapas e dados quantitativos permitem visualizar espacialmente a concentração de riquezas e padrões de vida qualitativamente melhores na região do centro expandido de São Paulo (que inclui as antigas periferias que foram incorporadas pela cidade). Na medida em que se afasta em direção aos bairros mais periféricos percebe-se nitidamente uma redução dos indicadores de riqueza e de concentração dos piores indicadores sócio-econômicos nesses bairros que hoje são cobertos por uma vasta rede de infra-estruturas e pela presença do Estado (sobretudo como oferta de serviços de energia elétrica, comunicação, transporte, saneamento básico, educação e centros básicos de atendimento a saúde, além da “segurança” pública).

O preço do solo urbano continua a atuar como um dos principais elementos na definição do padrão de uso e ocupação, determinando os segmentos sociais habilitados financeiramente a usufruir do espaço urbano na condição de lugar de moradia e habitação, entre os diferentes bairros e regiões da cidade. Deve-se auferir que os bairros mais valorizados são ocupados pelo segmento social de maior poder aquisitivo, ao passo que os lugares com preço do solo mais acessível fatalmente

serão utilizados para a habitação das classes sociais menos favorecidas. Os dois mapas que são apresentados adiante permitem uma percepção geral sobre os valores do solo urbano e sua distribuição entre os diferentes distritos e regiões da cidade de São Paulo.

Mapa 3.1 – Não Pagantes de IPTU – 2010.



Org. FARIA, C.S; RIBEIRO, F.V.
Fonte: Secretaria de Finanças

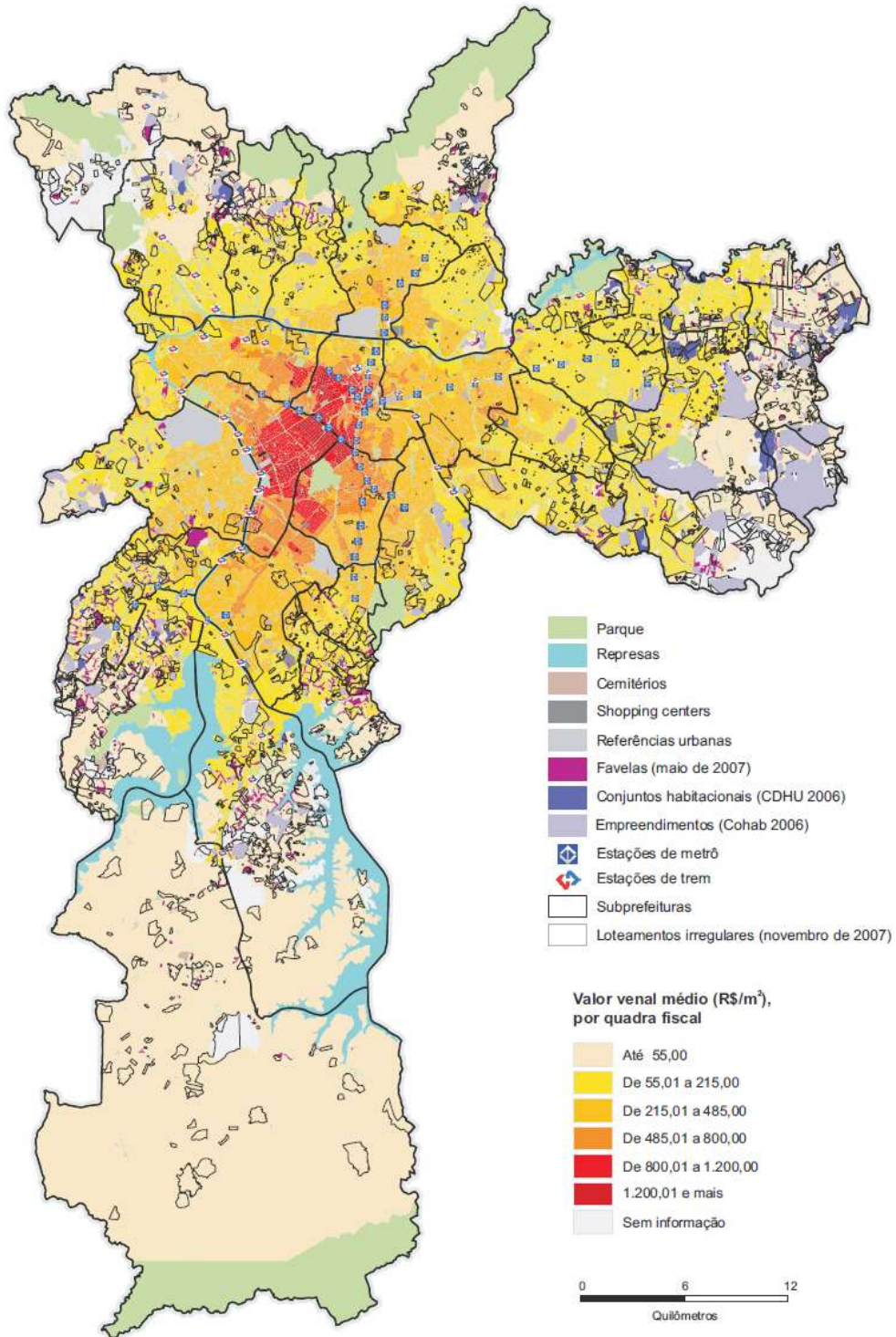
Fonte: Sempla. Extraído de GESP, 2010.

A maior parte dos domicílios pagantes do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, estão concentrados na extensa região do centro expandido. Na medida em que se afasta em direção aos bairros de periferia manifesta-se claramente a redução da porcentagem de domicílios pagantes do IPTU. Esse imposto é cobrado sobre imóveis localizados na área urbana com cobertura de infra-estruturas básicas (os imóveis rurais estão isentos desse imposto). Não são todos os imóveis que estão submetidos a esse tributo, havendo algumas situações que os isentam do pagamento. Uma delas refere-se ao valor venal do imóvel: “Terão isenção todos os imóveis construídos cujo valor venal em 1º de janeiro de 2010, seja igual ou inferior a R\$ 70.000,00” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2010). Apreende-se da análise visual do mapa que uma parte considerável dos imóveis localizados nos extremos periféricos (bem mais da metade) não atingem o valor venal estabelecido como parâmetro mínimo para a cobrança do imposto.

É certo, porém, que os valores venais não correspondem ao preço de mercado praticado nas negociações imobiliárias, mas permitem uma boa percepção sobre o comportamento diferenciado da valorização imobiliária ao longo da cidade de São Paulo. Outra característica relevante é que dentro de um mesmo distrito ou região existe uma diferenciação muito grande de situações. A própria região central do município possui desde áreas distritais em que praticamente todos os imóveis são tributados até áreas em que mais da metade dos imóveis não são, como pode ser observado entre a região da Sé e Mooca. Em contraposição, existem alguns fragmentos de distritos distribuídos pela antiga periferia da cidade que apresentam uma taxa de cobertura parecida com os bairros residenciais elitizados do centro (quase 100% de imóveis tributáveis), como ocorre, por exemplo, no Tatuapé, Vila Formosa, Santana, Santo Amaro e (pasmem!), fragmentos do Jardim São Luís, Jardim Ângela e Grajaú, em plena periferia urbana. Devem-se analisar esses dados (sobretudo as informações sobre os imóveis tributados da periferia atual) com muita atenção. O fato de existirem vários fragmentos distritais com nível de tributação máxima na periferia incorporada pela cidade e pela ‘nova’ periferia urbana (de ocupação mais recente e ainda pouco valorizada quando comparada com outras regiões) não deve induzir a acreditar que os preços imobiliários praticados nesses

lugares se equiparam com os preços praticados nos bairros residenciais elitizados da região central. Os dados apenas revelam que nesses lugares parte dos imóveis tem valor venal acima de R\$ 70.000,00 e dessa forma podem ser tributados pelo IPTU.

Mapa 3.2 – São Paulo: Valor venal do solo urbano – 2005.



Fonte: SEMPLA,

Fonte: Sempla. Extraído de GESP, 2010.

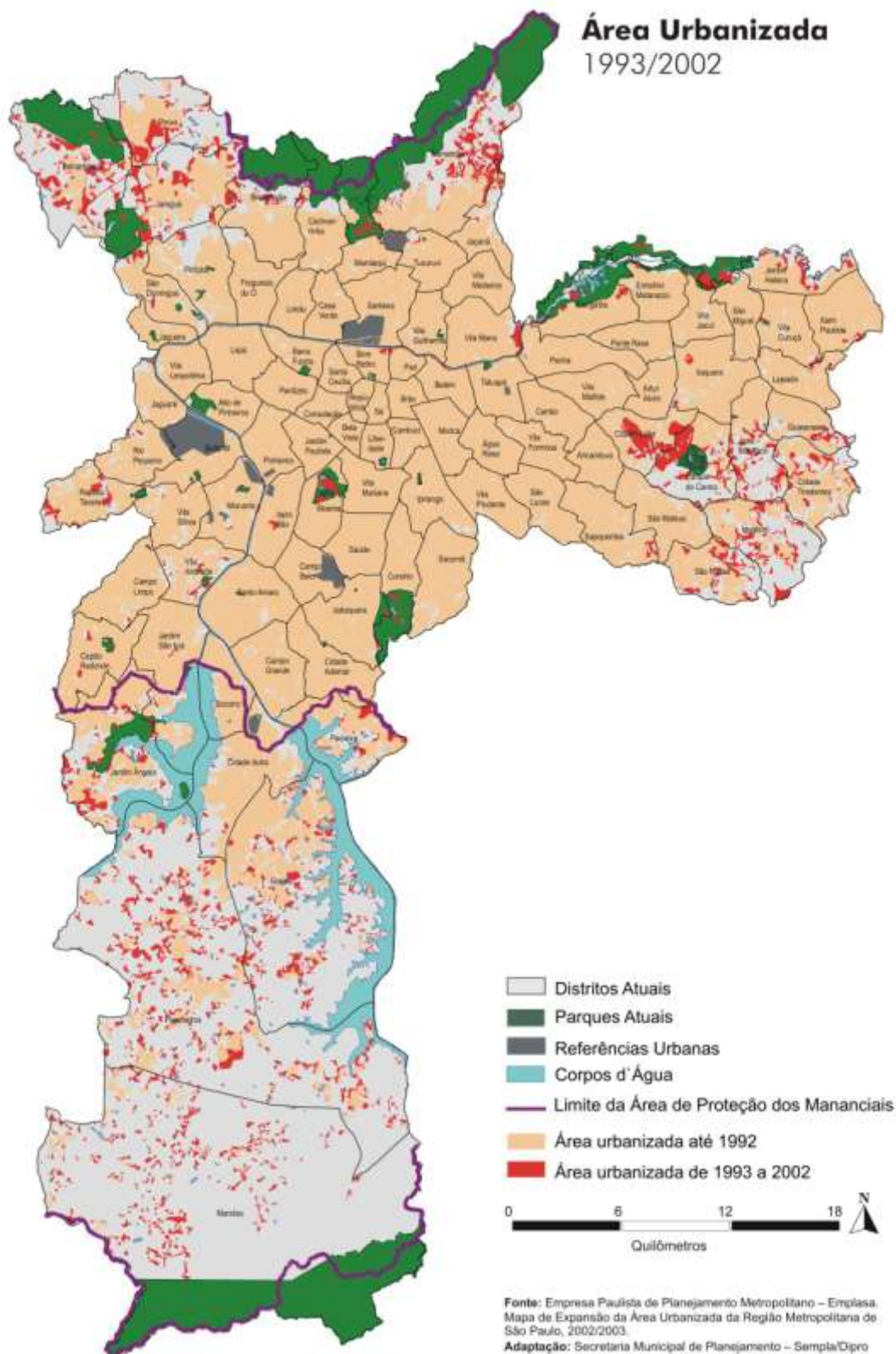
O segundo mapa de certo modo complementa as informações do anterior. Corrobora com a percepção de que existe uma mancha de valorização imobiliária mais elevada na região do centro e que vai diminuindo em direção às periferias. Note-se que a extensa região sul, sobretudo na sua porção localizada dentro da área de proteção aos mananciais das represas Guarapiranga e Billings é a que apresenta as maiores áreas com preço do metro quadrado do solo urbano nos níveis mais baixos (valores de até R\$ 55,00 o metro quadrado). A mesma situação se verifica nos extremos da região norte (também em áreas de proteção dos mananciais) e na região leste.

Se tomarmos como premissa que a divisão social do trabalho se materializa no espaço através da divisão dos lugares de habitação seguindo um padrão de produção do espaço que obedece a estratificação por níveis de renda e levando-se ainda em conta que as últimas décadas em São Paulo foram fortemente caracterizadas pela depreciação das condições de trabalho (implicando inclusive na redução da remuneração do trabalhador assalariado), não restam perspectivas alentadoras em relação a ocupação das áreas de mananciais pela população de baixa renda. Temos verificado que a dinâmica da urbanização, assentada no desenvolvimento de contradições estabelecidas no seio da reprodução da acumulação capitalista, realiza-se cada vez mais pela ampliação das periferias urbanas em todas as direções da metrópole. **Essa dinâmica da urbanização coloca-se como um dos grandes embates para a questão da necessidade de proteção das áreas de mananciais, haja visto que as contradições sociais são elevadas a um outro nível no momento da reprodução da metrópole, manifestando-se como contradições do espaço.** Mais do que nunca, as tendências assumidas pela urbanização revelam a questão dos mananciais como uma problemática de ordem sócio-espacial que não pode ser reduzida a uma questão ecológica.

É o que pode ser verificado através do mapa da expansão recente da área urbanizada de São Paulo que segue adiante, que demonstra que a expansão da área urbana ocorreu nas bordas da franja urbana de periferia nas regiões norte, leste e sul, onde o preço do metro quadrado da terra urbana foi mais baixo e a

disponibilidade de espaço “livre” é maior. Na região sul a expansão ocorreu quase que predominantemente dentro da área de proteção aos mananciais, delimitada pela linha rocha.

Mapa 3.3 – Expansão da mancha urbana do município de São Paulo.

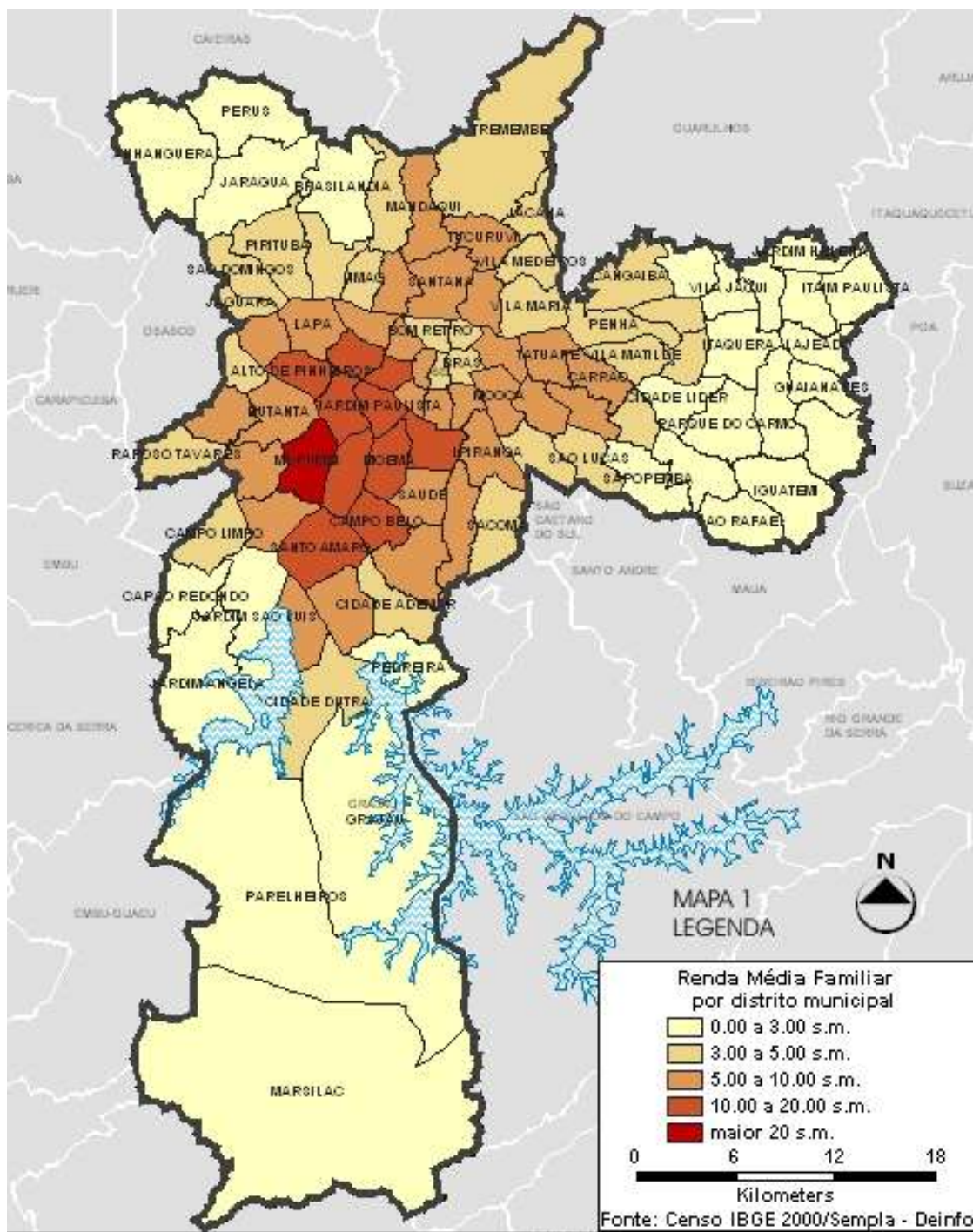


Fonte: SEMPLA.

O mapa da distribuição de renda pelos distritos da cidade de São Paulo enriquece a análise esboçada acima, revelando que existe uma relação direta entre

os níveis de rendimento, a valorização do espaço urbano e a localização das moradias. As classes sociais de renda elevada concentram-se majoritariamente na região do centro expandido, ao passo que as classes sociais de renda inferior vão localizar-se nos bairros periféricos, onde o preço do solo urbano é mais compatível com a sua condição social. O mapa ainda revela que existe uma distribuição gradativa das diferentes faixas de renda (como em círculos ou anéis concêntricos) a partir dos bairros residenciais elitizados do centro da cidade. Os níveis de maiores rendimentos são envolvidos pelos níveis de menores rendimentos gradualmente, sobretudo quando se traça um horizonte que parte da região central em direção às regiões leste ou sul. Corrobora fortemente com a constatação da elevação dos antigos bairros de periferia à condição de espaços de valorização formal e recentemente de habitação das classes médias. A região correspondente ao vetor sudoeste de expansão das atividades do terciário moderno, que envolve bairros como Pinheiros e Jardins em direção a Santo Amaro, é a que possui maior renda média familiar. O distrito do Morumbi, também localizado na região sudoeste de São Paulo, é o que apresenta a maior concentração de famílias com renda acima de 20 salários mínimos.

Mapa 3.4 – Renda média familiar por distrito municipal – 2000.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Os mapas não revelam, contudo, a dinâmica dos processos de valorização do espaço urbano e da distribuição de renda. Eles são uma “fotografia” do espaço num determinado momento. Acreditamos que as análises realizadas anteriormente sobre a reprodução das relações de produção, a reestruturação produtiva e seus impactos no mundo do trabalho e na produção do espaço ajudam a entender (apesar de não esgotarem o assunto) numa perspectiva dinâmica as questões da valorização do espaço urbano e da distribuição de renda.

Pudemos verificar que existe uma tendência consolidada de deterioração salarial da classe trabalhadora ao longo das últimas décadas do século XX e começo do atual. Também apontamos brevemente que a produção do espaço, em meio a uma metrópole marcada pela raridade do espaço, coloca-se como um dos negócios modernos mais vantajosos e lucrativos, atraindo grande parte dos investimentos do capital financeiro, incrementando a valorização não apenas dos locais diretamente afetados, mas de uma vasta região do entorno. A tendência do espaço urbano a médio e longo prazo é de valorização certa, sobretudo na extensa região que faz parte do centro expandido (que inclui os antigos bairros de periferia), que cada vez mais abrigam as classes médias e mesmo grande parte das atividades do setor terciário em expansão. A valorização do espaço também verifica-se nas áreas de periferia de ocupação mais recentes, sobretudo na medida em que elas recebem investimentos em infra-estruturas, incorporam atividades e serviços urbanos (como os pequenos centros comerciais e de serviços locais), redefinindo uma pequena divisão social do espaço mesmo em bairros de periferia distantes.

Percebe-se que a junção contraditória entre a valorização capitalista do espaço, por um lado, e a deterioração das condições da classe trabalhadora, por outro, são talvez alguns dos principais ingredientes que se colocam como fundamentos da segregação sócio-espacial e também da deterioração ambiental das áreas de mananciais. Qualquer forma de representação da questão dos mananciais que não levar em consideração essas questões fundamentais, que estão atualmente na origem dos processos que induzem a ocupação dessas áreas pela população empobrecida, coloca-se como discurso ideológico de validade científica contestável. Mesmo a utilização de uma grande quantidade de mapeamentos da situação de precariedade sócio-espacial e de dados estatísticos sobre o perfil social predominante nessas áreas, não deve fazer confundir esses estudos como sendo uma abordagem crítica. A grande parte dos relatórios técnicos e institucionais sobre a problemática diz ter uma preocupação ampla e estar considerando todas as dimensões envolvidas no processo (carência de habitações, problemas de saneamento básico, “exclusão social”, especulação imobiliária, falta de atuação fiscalizadora efetiva por parte do poder público, etc.). Mas isso não as isenta de realizar uma representação dualista (de um lado os impactos ecológicos e

do outro a crise social que não é entendida como produto da acumulação) e não desvendar as contradições que se colocam na base de todo o processo. Colocam-se muito mais como aperfeiçoamento da ideologia da burocracia estatal e pela manutenção das relações de produção.

Ainda iremos desenvolver uma outra frente de análise que corrobora com as tendências de continuidade da ocupação das regiões de periferia como tendência de reprodução do espaço urbano da metrópole, induzida pelas contradições da raridade do espaço, da valorização e especulação imobiliária e pela precarização das relações de trabalho. De certo modo também enriquece a hipótese de que os antigos bairros operários de periferia do século passado foram “incorporados” pela cidade, manifestando os processos que ocorrem na região do centro.

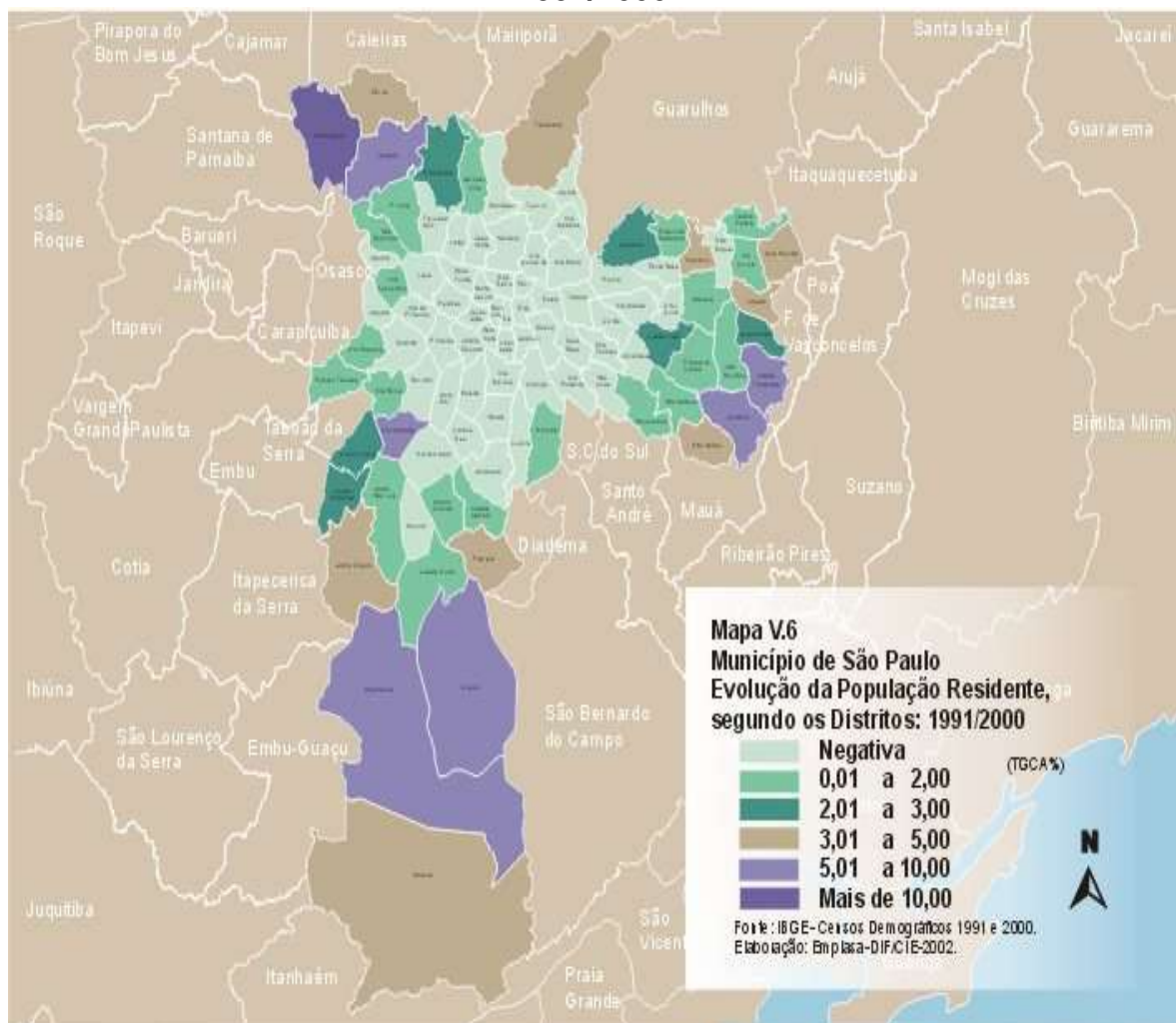
Coloca-se como característica da urbanização de São Paulo, já de forma consolidada, um movimento de esvaziamento demográfico da região do centro expandido e de alguns bairros vizinhos que perfaziam a antiga periferia (do período de industrialização leve e pesada), já completamente tomados pelos processos de valorização imobiliária. Em contraposição, os bairros de periferia mais distantes e mesmo os municípios vizinhos crescem a taxas elevadas.

A ampla região antigamente caracterizada pela “cidade de bairros” (SEABRA, 2004), localizada, sobretudo na região entre os rios Tietê, Pinheiros e um pouco além do rio Tamandateí, além de seus entornos mais imediatos, vem apresentando taxas negativas de crescimento demográfico já desde os anos 80, enquanto nas periferias mais distantes e municípios vizinhos verifica-se processo inverso. Trata-se de um esvaziamento generalizado entre as diferentes classes sociais, realizado tanto pelas classes média e alta em direção aos “novos subúrbios” de condomínios fechados, com localização distante ao centro expandido - motivados pelo marketing da qualidade de vida financiado pelas corretoras e construtoras imobiliárias, quanto pela população mais pobre, que não pode manter-se nas áreas centrais devido aos custos elevados promovidos pela especulação imobiliária e pelos impostos.

O mapa 3.5 adiante apresenta alguns dados que quantificam e espacializam o processo de esvaziamento da região central da cidade de São Paulo e o maior

crescimento dos distritos periféricos. Praticamente toda a região entre os rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, além do seu entorno mais imediato, apresentaram taxas negativas de crescimento demográfico ao longo da última década. Distritos como os de Pinheiros, Sé, República, Liberdade, Vila Mariana, Moema, Perdizes, Barra Funda, Morumbi, Bom Retiro, Brás, dentre outros, apresentaram decréscimo populacional na última década, ao passo que nos distritos periféricos, como nos casos de Parelheiros, Grajaú e Cidade Tiradentes, o crescimento populacional esteve entre 5,01 e 10 % ao ano.

Mapa 3.5 – Crescimento demográfico de São Paulo segundo os distritos: 1991/2000.



Fonte: Disponível em <www.prefeitura.sp.gov.br> Consulta realizada em agosto de 2007.

Outro aspecto que chama atenção no mapa é que os antigos distritos de periferia do período da industrialização, hoje como bairros de classe média consolidados, como nos casos da Vila Prudente, Vila Maria, Vila Guilherme, Vila

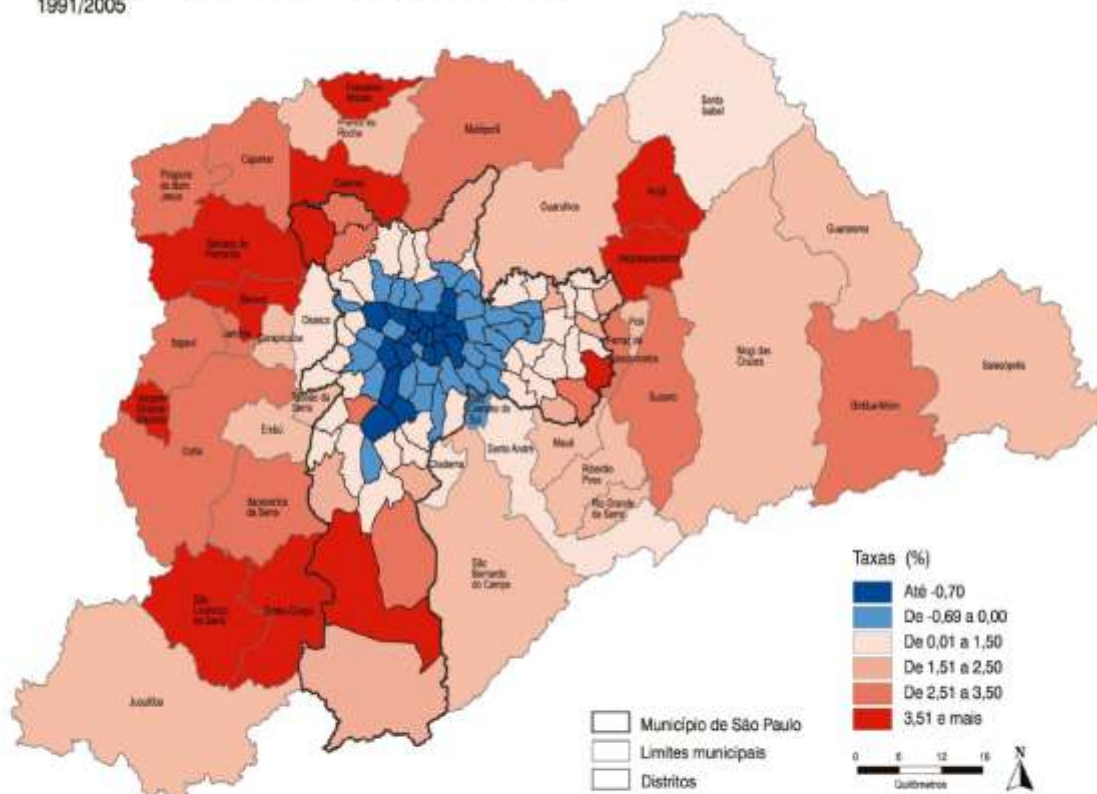
Matilde, Vila Formosa, Carrão, Penha, Jaçanã, Santana, Mooca, Belém, Tatuapé, Ipiranga e Santo Amaro, dentre outros, também apresentaram taxas de crescimento populacional negativas ao longo da década passada.

O caráter contraditório desse processo é que, enquanto a extensa região entre os rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, além do seu entorno mais imediato, são as que apresentam a maior concentração de infra-estruturas de uso coletivo instaladas, bem como de edifícios (que passam por um processo de substituição dos antigos usos residenciais pelos usos comerciais e de serviços), perdem população, nas periferias urbanas distantes, onde verifica-se um adensamento crescente de população, existe um déficit de infra-estruturas e de serviços de uso coletivo muito grandes, sobrecarregando ainda mais esses serviços públicos já escassos em bairros distantes e menos valorizados.

É importante frisar que o fenômeno por hora em avaliação envolve toda a Região Metropolitana de São Paulo. Os municípios vizinhos da capital também crescem de população a taxas superiores ao município de São Paulo, sobretudo aqueles que são cortados pelas grandes vias de circulação rodoviária que partem da capital em direção ao interior, nas regiões leste, noroeste e sudoeste da metrópole.

**Mapa 3.6 - Crescimento demográfico da Região Metropolitana de São Paulo:
1991/2005.**

Taxas de crescimento anual da população
Região Metropolitana e Distritos do Município de São Paulo
 1991/2005



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000; Sempla/Dipro. Estimativa populacional para 2005.

Fonte: Sempla.

Os dados demográficos só fazem sentido quando acompanhados da análise dos processos que os tornam dinâmicos. Como pudemos verificar, a ampla região do centro expandido e dos antigos bairros de periferia incorporados pela cidade como lugares de expansão das atividades do terciário e das classes média e alta são os mais valorizados pela especulação imobiliária. Esse fenômeno diretamente ligado a questão da raridade do espaço urbano e em associação com as tendências de precarização do mundo do trabalho permitem embasar melhor o movimento de expansão demográfica e urbana nas áreas mais periféricas.

Além da contradição que anunciamos a respeito da maior pressão que se exerce sobre as infra-estruturas das regiões periféricas (que pode ser apreendida, por exemplo, através dos congestionamentos cada vez mais intensos nas vias que

ligam a periferia ao centro de São Paulo ou nos transportes públicos), constata-se uma outra relacionada com a questão das áreas de mananciais, que por estarem localizados nas bordas periféricas da metrópole nos vetores norte e sul, estão sendo intensamente ocupados (nas últimas décadas), malgrado a presença da legislação proibitiva e da necessidade real que se coloca frente a questão da raridade da água. Todos os municípios e distritos com localização dentro das áreas de mananciais da região sul (com exceção apenas para o distrito da Capela de Socorro) apresentaram taxas de crescimento demográfico positivos, variando de crescimentos baixos a intensos, como pode ser observado pela comparação entre os mapas de crescimento demográfico e o da localização da bacias da Billings e Guarapiranga, apresentado adiante.

Mapa 3.7 – Localização das Bacias Guarapiranga e Billings na Região Metropolitana de São Paulo.



Fonte: ISA, 2006.

Apesar da ocupação urbana da área da bacia ser realizada predominantemente pela população de baixa renda, através de formas de produção do espaço que envolvem a autoconstrução das moradias, comércio imobiliário através de loteamentos irregulares e clandestinos, ocupação de áreas de risco e

favelas, etc., ela também envolve a presença de segmentos das classes sociais mais abastadas. Existe um processo muito nítido de valorização do espaço da bacia da Guarapiranga para as finalidades de uso residencial de padrão médio e elevado e para as atividades de lazer. Mais ao sul da represa, nos distritos de Parelheiros e Marsilac e nos municípios de Embu-Guaçu e Itapeceira da Serra também se verifica uma grande utilização do espaço por atividades agrícolas do setor hortifrutigranjeiro. A maior parte da área de mananciais ainda é composta por matas e áreas agrícolas.





Figuras 8 e 9. Uso misto da área de mananciais da Guarapiranga: na primeira foto o clube de golfe alerta que os não pagantes não são bem-vindos na propriedade particular (de interesse social). Na segunda fotografia cultivo de hortaliças, nas margens da Estrada do Jaceguava, no Parelheiros. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.





Figuras 10, 11 e 12. Imagens do Parque da Várzea do Embu-Guaçu, criado na década de 90 como parte do Programa Guarapiranga, financiado pelo Banco Mundial. O rio Embu-Guaçu (fotografia do meio), é um dos principais afluentes da represa. Município de Embu Guaçu. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.

Existem fragmentos da bacia que são completamente ocupados por condomínios residências de alto padrão, muitos deles bloqueando o acesso às

águas da represa e fazendo das margens a sua “prainha” particular, localizados principalmente na margem esquerda, no bairro Riviera Paulista e seu entorno. O acesso a esses espaços é reservado apenas aos moradores dos condomínios fechados, ou aos que disponibilizam de lanchas e outras embarcações leves de lazer e podem cruzar as águas da represa de um lado ao outro. Na margem direita, a avenida Robert Kenedy coloca-se como uma das principais vias de circulação local da região. Ela segue beirando boa parte da represa (no distrito da Capela do Socorro) e concentra uma grande variedade de restaurantes, clubes náuticos, casas noturnas e serviços de lazer aquático, como passeios de escuna e locação de equipamentos como jet-skis. Esse lado da represa, em perímetro urbano consolidado, ainda conta com a presença de um parque linear público e com a “Praia do Sol”, que é um balneário popular freqüentado por moradores de classe baixa. O balneário é bastante utilizado por famílias da região. Em dias de forte calor chega a ser difícil achar um espaço em meio de tanta gente que disputa o frescor da água.





Figuras 13 e 14. Domingo de sol na praia do Guarujapiranga, localizada nas margens da Avenida Robert Kennedy no bairro Capela do Socorro. Nesse trecho da represa existem estabelecimentos comerciais (bares e restaurantes) que exploram comercialmente as margens da Guarapiranga. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.





Figuras 15 e 16. Vista geral das residências localizadas no “lado restrito” da represa, na Riviera Paulista. O padrão de uso do solo envolve lotes grandes, arborizados e com residências com um padrão construtivo elevado. Fonte: Sampa Online, 2004.

No mês de janeiro de 2009 a Revista Veja imprimiu uma edição com uma matéria de capa destacando algumas potencialidades e práticas realizadas na represa, como nos casos das diferentes modalidades de lazer e esportes aquáticos possíveis de ser praticados e também sobre a qualidade de vida invejável de quem vive na parte isolada da represa:

O bairro da Riviera Paulista é um dos exemplos de **ocupações que convivem bem com o meio ambiente**. Em suas ruas e ladeiras de terra e pedregulho, cercadas por árvores que ultrapassam os 20 metros de altura, é possível ouvir o canto de pássaros ou trotar de cavalos. Não há prédios, e as residências mais se parecem com sítios e casas de veraneio. Na garagem de muitas delas, é comum barcos ou jet-skis dividirem espaço com automóveis. “Há imóveis de até nove dormitórios à venda por 1,7 milhão de reais”, diz o corretor João Fernandes Colliers Filho. “Uma construção nesse padrão vale três vezes mais em bairros como o Morumbi”. O preço médio do metro quadrado ali é de 200 reais, que varia conforme a distância em relação à represa e a topografia do terreno.

Com o formato de uma península, a Riviera é um oásis ao qual se chega depois de percorrida toda a Avenida Guarapiranga, que atravessa os distritos de Jardim Ângela e Jardim São Luís. **Tem apenas uma via de acesso, vigiada por uma guarita. Seguranças particulares, bancados pela associação de moradores, fazem ronda dia e noite e garantem atualmente o sossego.** “Há dez anos, minha casa foi assaltada quatro vezes”, conta o publicitário Carlos Alexandre Sampaio, morador do bairro desde 1981. **“Mas em que outro local eu poderia pilotar meu jet-ski ou**

praticar wakeboard antes de sair para o trabalho?” (VEJA, 2009, pp. 27-28, grifos nossos).



Figura 17. Capa da edição especial da Revista Veja, que destaca o consumo do espaço da Guarapiranga. No primeiro plano, praticantes de windsurf, um esporte nada acessível; no segundo plano, visão geral do bairro Capela do Socorro, com padrão residencial de rendas média e alta. Fonte: Veja, 2009.

A matéria da revista explora a questão da raridade dos espaços naturais em São Paulo e a sua mercantilização com muita perspicácia, demonstrando através de imagens atraentes o potencial da represa como local para a prática de esportes aquáticos e o lazer para famílias de classes média e alta. A raridade da natureza ainda permite a presença de um nicho de mercado imobiliário voltado para um público de poder aquisitivo elevado, que se enquadram como consumidores dos novos lançamentos imobiliários apoiados no paradigma da busca pela conciliação entre a habitação e contato com a natureza, com a comodidade da proximidade da cidade. A região fica a poucos quilômetros/minutos do CENESP - Centro Empresarial de São Paulo, bem como da Marginal Pinheiros, que coloca-se como uma das principais vias de acesso para a região do eixo empresarial-comercial que envolve a extensa região que parte da Avenida Faria Lima em direção a Berrini e Santo Amaro.



Figura 18. Foto do prefeito Gilberto Kassab pilotando um jet-ski na represa Guarapiranga durante a virada esportiva, em 2008. O prefeito é um dos grandes defensores da valorização da represa como lugar para a prática de atividades de lazer e esportes aquáticos. Fonte: Globo.com., 2008.

A população pobre que disputa o espaço com os condomínios e projetos de valorização imobiliária e que habitam em bairros vizinhos é representada como um

forte empecilho ao exercício da qualidade de vida dos moradores da Riviera Paulista e dos freqüentadores que usam a represa para praticar esportes aquáticos, como pode ser percebido pelo teor da reportagem e o depoimento do morador destacado na citação acima, que argumenta que apesar de sua residência ter sido assaltada algumas vezes, vale a pena correr o risco pelas possibilidades únicas que o local oferece aos seus moradores (poder pilotar um jet-ski e praticar wakeboard antes de ir para o trabalho) no contexto da cidade de São Paulo. A matéria é pontual ao destacar que o padrão construtivo das residências de alto padrão “convivem bem com o meio ambiente”, referindo-se indiretamente a questão da contaminação das águas pela expansão da mancha urbana sobre os mananciais. Trata-se de um discurso que separa aqueles que são autorizados a habitar as margens da represa, porque “sabem usufruir” as suas qualidades naturais sem prejudicá-la, daqueles que não são autorizados a morar na região, pois representam ao mesmo tempo um risco ambiental e social (representam a contaminação das águas e a violência urbana que atormenta os possuidores de bens).



Figuras 19 e 20. “Milhares de casas amontoadas”. Paisagem do Jardim Ângela, nas áreas de mananciais da Guarapiranga. Na segunda fotografia Crianças jogam bola em campo de terra improvisado. Mais ao fundo franco processo de verticalização residencial, nas margens da avenida M,Boi Mirim. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.

Ao longo das margens da represa, principalmente pela avenida Robert Kenedy, existe uma concentração significativa de clubes náuticos (com “estacionamentos” para lanchas e pequenas embarcações particulares). Também são oferecidos vários serviços relacionados com as atividades recreativas, como passeios de barco, lancha e chalana, além de aulas de windsurf e vela. As atividades de lazer são encabeçadas pelo setor privado, que atua mais diretamente com os negócios imobiliários, clubes náuticos, produtos e cursos aquáticos (locação de jet-skis, cursos de vela, passeios ecológicos, etc.) e outras atividades de apoio, como restaurantes e pousadas, bem como pelo setor público, que entende que essas atividades são compatíveis com a preservação da qualidade da água e investe em projetos de infra-estruturas e embelezamento paisagístico, como a substituição do muro que cerca a represa ao longo da Avenida Robert Kenedy por grades verdes e “transparentes”, a implantação de canteiros centrais, o embelezamento da avenida e a criação de um parque linear para caminhadas ao redor de um dos trechos da represa.



Figuras 21 e 22. Na primeira fotografia trecho valorizado nas margens da represa no bairro Capela do Socorro, com ruas largas, arborizadas e residências horizontais de grande porte. Na segunda fotografia imagem da Avenida Robert Kennedy, uma das principais vias locais na margem direita da represa. A avenida e suas margens vem passando por um processo de embelezamento através de um programa municipal. Reparar nos canteiros centrais arborizados (bem cuidados), na ciclovia beirando a calçada e nas grades verdes, que permitem visualizar a represa. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.



Figuras 23 e 24. Praia do Sol (espaço público), também localizada na Avenida Robert Kennedy. Na primeira fotografia crianças brincam no parquinho construído a pouco tempo numa área particular desapropriada. Na segunda fotografia os usuários da represa disputam um lugar na água com as “algas verdes”, que dominam quase toda a margem da praia. Ao fundo, longe das algas, barquinhos de velejamento. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.



Figura 25. Dia típico de final de semana na “Praia do Sol”. A reportagem de onde retirei a foto, a utilizou como imagem de uma matéria intitulada “Lazer é sinônimo de perigo na Guarapiranga” referindo-se aos riscos de afogamentos. Fonte: Globo.com, 2008. É no mínimo curiosa a forma distinta como são retratados os lazeres da classe média e alta e o das classes populares na represa pelos meios de comunicação hegemônicos. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.

Um pouco mais distante da mancha urbana consolidada, mais ao sul da represa, no distrito de Parelheiros, existem outros equipamentos destinados ao consumo elitizado do lugar, como o Guarapiranga Golf & Country Club, onde o consumidor pode praticar golfe e ao mesmo tempo desfrutar de toda a tranquilidade, beleza, infra-estrutura e segurança do lugar. As taxas para os não associados em finais de semana e feriados variam de R\$ 360,00 (parte da tarde) à R\$ 480,00⁶⁹ (parte da manhã). Apenas a título de comparação, lembramos que o valor atual do salário mínimo é de R\$ 510,00.

⁶⁹ Informações coletadas no sítio eletrônico do clube (www.guarapirangagolf.com.br) no dia 16 de agosto de 2010.



Figuras 26 e 27. Na primeira foto uma vista panorâmica do campo de golf, com um trecho do corpo da represa ao fundo. Na segunda foto o jogador se concentra para a sua tacada, sob os olhares do seu companheiro de partida e do “caddie” (carregador de tacos e acessórios). Fonte: Guarapiranga Golf e Country Club, 2010.

O Cube de Campo São Paulo, “com uma área de 110 hectares e 200 mil metros quadrados de mata atlântica”, também localizado no Parelheiros, oferece além de campo do golfe uma variedade enorme de opções de lazer como esportes náuticos, hipismo, tênis, etc., além de “5 opções de restaurante do mais alto padrão”.

O clube ainda oferece apartamentos e chalés, com toda uma infra-estrutura de requinte, envolvendo desde serviços de recreação infantil a massagens. A associação ao clube é bastante restritiva (necessidade de conhecimento de pelo menos 6 sócios, sendo 2 deles sócios a mais de dois anos) e com preços nada populares: “taxa de transferência”: R\$ 80.000,00 (à vista); mais “título”: R\$ 2.000,00; mais “contribuição social”: R\$ 1.054,00⁷⁰ para o casal. Total de R\$ 83.054,00 para ser sócio, além de ter que possuir um “bom” círculo social de amizades.

Em outros trechos de ocupação mais rarefeita da extensa área de mananciais, distantes da mancha urbana consolidada, em meio a matas e áreas agrícolas, como nas estradas do Jaceguai e do Jaceguava (que chega até o município de Embu Guaçu) existe uma grande quantidade de chácaras de veraneio e de condomínios fechados, voltados para o público de classe média. Já as áreas ocupadas pela população de baixa renda localizam-se dentro da mancha urbana ou nas suas imediações, nas proximidades das principais vias de circulação. O padrão predominante das habitações populares caracteriza-se pela autoconstrução de moradias fortemente adensadas, promovendo o aproveitamento máximo dos espaços, com a presença secundária de edifícios populares e favelas distribuídas pelas áreas de risco (enconstas, montanhas com declividade elevada e margem de córregos).

Apesar da forte distribuição das infra-estruturas de serviços urbanos estarem hoje consolidados por praticamente todas as regiões e periferias de São Paulo, os distritos localizados nas áreas de mananciais são os que contraditoriamente apresentam as piores taxas de cobertura pelos serviços de saneamento básico. Os índices são ainda piores nas áreas dos demais municípios localizados na área de mananciais. A carência dessas infra-estruturas se deve em partes pelo rápido crescimento urbano verificado nas últimas décadas, mas, sobretudo pelas barreiras burocráticas impostas pela primeira lei de proteção dos mananciais criada na década de 70 e que vigorou até poucos anos atrás, que entendia que a oferta dessas infra-estruturas (como serviços de coleta de esgoto e rede de água) poderia atuar como indutores da ocupação urbana. Com base na legislação ambiental, o

⁷⁰ Informações retiradas do sítio eletrônico do clube (www.ccsp.org.br) em 16 de agosto de 2010.

poder público deixou de expandir as infra-estruturas de coleta de esgoto e distribuição de água nas áreas de mananciais da região sul. Dessa forma, por uma questão muito óbvia (por não existir sistema coletor de esgotos) grande parte das residências simplesmente descartam seus esgotos e lixos em vias e córregos que vão alimentar as águas da represa.

Tabela 3.5 – Indicadores de Saneamento Básico – São Paulo, 2000.

Distritos	Percentual de domicílios com rede de água	Percentual de domicílios com rede de esgoto
Município de São Paulo	98,62	87,23
Parelheiros (inclui o distrito de Marsilac)	54,88	17,25
M´Boi Mirim (Jd. São Luís e Jd. Ângela)	97,29	75,46
Capela do Socorro	96,46	60,78
Santo Amaro	99,76	95,46
Pinheiros	99,88	98,92

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: Sumário de dados de São Paulo, 2004. Os distritos destacados com negrito têm seus territórios dentro da área de mananciais.

Boa parte da infra-estrutura de saneamento básico que existe foi implantada na década de 90 em consequência dos investimentos realizados através do Programa Guarapiranga, que contou com recursos financiados pelo Banco Mundial da ordem de mais de US\$ 300 milhões, voltados principalmente para a urbanização de favelas e infra-estruturas de rede de esgotos. Mesmo após a realização das obras os resultados não foram satisfatórios, pois as avaliações da CETESB mostraram que a qualidade da água continuou piorando. Isso deveu-se em boa parte pelo fato de que o **esgoto coletado continuou sendo depositado nos cursos de água que alimentam a represa, uma vez que não existe um sistema de transposição dos esgotos coletados para fora da bacia, onde estão localizadas as estações de tratamento**. Apenas 54% das residências da bacia contam com sistema de coleta de esgoto e do total coletado um pouco mais de 80% tem como destino os próprios córregos e rios que alimentam a represa Guarapiranga (ISA, 2006).

A expansão da periferia urbana através da concentração da população de baixa renda é apontada como a principal ameaça às águas da represa. São acusados de promover impactos ambientais como a destruição da mata nativa, a

geração de um volume maior de esgotos, a acentuação de processos erosivos e da poluição difusa, além de não se adequarem às normas e regras do planejamento urbano e urbanístico compatível com o uso e ocupação do solo apropriado para a região (lotes grandes e mesclados por áreas verdes⁷¹). São apontados como os principais produtores de esgotos e lixos que vão parar nas águas da represa. Muitas vezes esse tipo de **representação que criminaliza o morador de periferia em áreas de mananciais** faz com que ele apareça perante a sociedade como o grande causador da crise de abastecimento hídrico, sendo seriamente estigmatizado como irresponsável social e ecológico, pois estaria colocando em risco uma grande parte da população da metrópole (indiretamente toda a metrópole), hoje afetada pela raridade da água mais do que nunca.

⁷¹ A nova lei de proteção dos mananciais específica da Guarapiranga (SÃO PAULO, 2006), regulamenta os diferentes usos de solo permitidos dentro da bacia, subdividindo-a em 3 áreas: I – Áreas de restrição a ocupação; II – Áreas de ocupação dirigida; III – Áreas de recuperação ambiental. Nos limites da seção II (áreas de ocupação dirigida) são permitidos usos em lotes que variam de 250 m² (subárea de urbanização consolidada) a 5.000 m² (subárea de baixa densidade).



Figuras 28 e 29. Área de várzea do rio Embu-Mirim dentro da mancha urbana consolidada do Jardim Ângela. Trata-se do principal afluente da margem direita da Represa. Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.

Por outro lado a ocupação residencial de alto padrão e pelas atividades de lazer e recreação para as classes de renda elevada são representadas como política e ecologicamente corretas, pois são “capazes” de promover uma ocupação do solo

“ambientalmente correta”. Dessa forma colocam-se como verdadeiros guardiões da represa, pois ao ocuparem seus espaços estariam eliminando a possibilidade do surgimento de loteamentos clandestinos e irregulares da população de periferia. Caberia ao poder público (através de leis e incentivos) e a iniciativa privada (através do seu empreendedorismo) a missão de ampliar esse “tipo correto” de ocupação, combatendo o mal, representado pela figura do morador pobre, por exemplo, através da valorização imobiliária da região (que atuaria como uma espécie de “barreira natural” para a presença dos pobres). Outro fator que corrobora no fortalecimento dessa representação ocorre em função da participação dos clubes e associação dos moradores dos “bairros” elitizados da Guarapiranga em campanhas e programas ecológicos de “defesa” da represa.

Em última instância, reproduz-se através dos discursos sobre a degradação dos mananciais pela periferia urbana uma gama considerável de elementos presentes em diferentes ideologias e representações do espaço, que entendemos como representativos de uma ordem fundada na contradição de classes, que tenta impor a produção do espaço e do cotidiano como meio de controle da sociedade, como parte do movimento da reprodução das relações de produção. Do ponto de vista do Estado e do setor imobiliário (formal) colocam-se questões como a falta de planejamento e ordenamento do espaço. Nessa perspectiva o pobre é visto como o sujeito desordenado, incapaz de ocupar o espaço de forma racional, havendo com isso a necessidade de intervenção do Estado (com o seu poder de polícia), expulsando-o para outros lugares em que a sua presença é permitida (longe na natureza e das classes de poder aquisitivo elevado). No caso específico dos mananciais, são agregados como características perniciosas das aglomerações de pobreza urbana ainda outros “fardos pesados”. Além dos estigmas já consagrados como antros de violência, marginalidade e promiscuidade, que colocam em risco a ordem social estabelecida (sobretudo para os possuidores de propriedades), consolida-se um novo e poderoso estigma sobre os aglomerados urbanos de baixo padrão como “destruidores do meio ambiente”. Nessa linha de pensamento, do ponto de vista da crise de abastecimento hídrico, **são representados como os grandes causadores da raridade de água em São Paulo**. A crise de abastecimento, que a nosso ver está associada a uma série muito ampla de fatores que envolvem desde a produção do espaço e a gestão da água ao consumo

desigual entre os diferentes bairros e classes sociais da metrópole, é reduzida a uma versão simplificada e empobrecida, que conta com a presença de um tradicional “bode expiatório” como o grande culpado pela crise eminente de água: o morador de periferia que habita dentro das áreas de mananciais.

Nossa pesquisa até o presente momento se esforçou em demonstrar os elementos e processos sociais e urbanos presentes na produção da crise dos mananciais, que se coloca como uma nova raridade derivada dos processos da urbanização da metrópole. A questão dos mananciais não pode ser entendida de forma alguma como uma totalidade fechada, pois coloca-se como um produto “indesejado” da urbanização. A chave para a compreensão dos processos que envolvem a degradação desse importante recurso natural encontram-se nos processos relacionados com a urbanização e a produção do espaço. Envolve pensar para além de um recorte espacial fragmentado e funcionalizado, protegido por uma legislação específica.

Ressaltamos novamente a presença de uma questão derivada da luta de classes que envolve toda a problemática dos mananciais e do abastecimento hídrico, que colocam-se como problemas derivados dos processos da urbanização de São Paulo. Pensar a urbanização implica necessariamente em considerar as relações sociais envolvidas na produção da cidade, que se manifesta como uma forma sócio-espacial contraditória, pois resulta de relações sociais contraditórias. Partimos do suposto de que a luta de classes⁷² hoje, extrapola os limites estreitos das relações produtivas restritas aos espaços onde se realizam os processos de trabalho e produção de mercadorias. Ela se tornou muito mais complexa e fluida, sendo cada vez mais difícil de apreendê-la, frente a uma sociedade fortemente diferenciada e heterogênea, que de modo algum reflete uma dualidade bipolar entre burgueses de um lado e operários do outro. Isso não significa, contudo, que as contradições estabelecidas como bases da reprodução do modo de produção

⁷² Martins (1999) argumenta que o conceito de “luta de classes” caiu em desuso, em parte pela defasagem que se verificou em relação à necessidade da sua atualização frente a uma sociedade dinâmica e diferente daquela do século XIX. O conceito precisa ser resgatado e atualizado, pois se coloca na base de muitas contradições ativas na sociedade contemporânea. Evidentemente que a sociedade mudou e hoje é muito mais complexa e diversificada, trazendo a impressão da existência de uma pluralidade de classes sociais que se relacionam pacificamente. É preciso se desfazer das aparências muitas vezes enganosas e procurar explorar a lógica homogeneizante que se coloca por detrás de aparências dissonantes.

capitalista (que envolvem a presença de classes sociais distintas baseadas na exploração) tenham sido superadas, como nos casos da contradição entre capital e trabalho, que envolve, por exemplo, a concentração dos meios de produção nas mãos de determinadas classes sociais, a proletarização generalizada da maior parte da sociedade e a produção social das riquezas com a apropriação privada.

Como pudemos verificar anteriormente, essas contradições não apenas permanecem como vêm sendo aprofundadas. A percepção do processo é que se tornou muito mais complexa devido em grande parte pela difusão do consumo de massas para grande parte da sociedade. O barateamento de muitos equipamentos elétrico-eletrônicos e a ampliação dos sistemas de crédito gera uma sensação enganosa de que quase todos fazem parte da classe média. A pluralidade de novas bandeiras e identidades culturais também auxilia na consolidação dessa visão, que entende a luta de classes como uma contradição superada pelo capitalismo ao longo do século XX, como uma coisa estanque (sem dinamismo) e homogênea (que se manifestaria apenas pela oposição consciente entre burgueses e operários).

A luta de classes assume dimensões que se manifestam, por exemplo, na questão do controle dos aparelhos do Estado, mas também em outras esferas, como os meios de comunicação, o sistema de valores e da ética capitalista, as formas de representação dos processos sociais (que elimina as contradições dos planos da percepção) e também como manifestação das contradições do espaço. Através desses diferentes “instrumentos”, podemos afirmar que a contradição de classes extrapola as questões relacionadas com o mundo restrito da produção, apesar de apoiar-se nelas.

Entendemos que **a contradição de classes coloca-se em relação aos mananciais da Guarapiranga por diferentes meios**, como a própria produção do espaço assentada numa sociedade desigual, que empurra seus trabalhadores para as periferias distantes (esta seria uma condição inicial que coloca em cheque a qualidade das águas da represa, mas não esgota o problema). A representação do processo de degradação das águas e da crise de abastecimento também manifesta uma estrutura de poder que envolve interesses distintos, distorcendo a percepção das contradições que se colocam por detrás das aparências. A história da

apropriação dos recursos hídricos em São Paulo envolveu a presença de sujeitos (grandes instituições) com interesses conflitantes e poderes muito distintos, que viriam a lançar as bases da atual situação de escassez hídrica para o abastecimento. Desde muito cedo, durante a modernização induzida pela indústria, favoreceu-se a produção de energia hidro-energética em detrimento do aproveitamento das águas para o abastecimento. Essa “escolha” trouxe danos severos, que afligem a metrópole ainda hoje, como veremos mais adiante. Também iremos abordar a questão da gestão das águas no período atual. A empresa responsável pela captação, tratamento e comercialização da água e pela coleta e tratamento do esgoto atua de forma muito questionável, operando, por exemplo, com taxas de perdas de água muito elevadas, que contribuem sobremaneira com a crise. Uma terceira abordagem que iremos realizar refere-se ao consumo da água entre os bairros habitados por classes sócio-econômicas distintas. Iremos abordar questões relativas a produção e ao consumo da água com a preocupação em desvendar a participação dos diferentes sujeitos envolvidos na trama. Estamos tomando como hipótese que a presença de diferentes sujeitos na produção da crise da água, que pode iluminar na perspectiva da luta de classes como contradição presente na questão dos mananciais, tanto nos momentos da produção e consumo das águas, como na representação da crise (três elementos distintos e articulados contraditoriamente – produção, consumo e representação do processo).

Entendemos que a atuação contraditória nos processos de produção e consumo da água, que envolve a articulação de interesses e estratégias representados pelas figuras setor energético (capital internacional), da gestão das águas (Estado/mercado) e consumo (classes dominantes), juntamente com os processos da urbanização esboçados anteriormente permitem enriquecer o entendimento da situação atual de crise do abastecimento hídrico, relativizando a responsabilidade excessiva que se atribui aos moradores pobres das áreas de mananciais ao desvendar a presença de outros elementos preponderantes da crise. Acreditamos que a própria ausência ou falta de visibilidade do papel desses “outros” sujeitos da produção da crise de água já é um indicativo que ilumina na direção da presença da luta de classes, que se manifesta através das formas de representação da crise. Entendemos que a atribuição das responsabilidades perante a crise de água obedece uma proporcionalidade baseada na concentração de poderes

desiguais entre os diferentes sujeitos envolvidos na contenda. O lado mais frágil (representado pelos moradores de periferia nos mananciais) da disputa acabaria sendo responsabilizado com maior severidade que os demais (Estado, capital e classes dominantes).

4 - Desvendando a representação da crise da água: os mananciais, seus moradores pobres e os “outros sujeitos” do embate.

4.1 – Uma nova mercadoria a serviço da distinção social.

O consumo de mercadorias e a conseqüente geração de resíduos são diferenciados em função da renda, portanto diferenciados segundo os diferentes segmentos de classes sociais. Um padrão de consumo elevado implica numa utilização maior de recursos naturais, além de uma produção mais elevada de resíduos com potencial de contaminação da natureza. Desse modo, por outro lado, as classes detentoras de renda menor irão necessariamente consumir menos em função da sua capacidade de compra ser reduzida, implicando também no consumo de quantidades menores de recursos naturais e na geração de quantidades menores de resíduos. Classes sociais com diferentes poderes de renda contribuem de forma diferenciada na produção da degradação da natureza.

Nesta parte da pesquisa abordaremos a reprodução desta lógica em relação ao consumo da água. Iremos desenvolver a constatação de que existe uma situação de consumo de água muito diferente entre os bairros de São Paulo, com níveis de consumo por habitante consideravelmente maior nas regiões mais valorizadas (que como verificamos anteriormente, envolvem uma extensa região que extrapola o centro da cidade) e menores nos bairros de periferia urbana. Isso ocorre, sobretudo em função da existência de um padrão de vida diferenciado entre as classes sociais, que habitam em lugares distintos e de formas distintas, configurando uma verdadeira divisão espacial das habitações em função da divisão social do trabalho.

A água é um recurso necessário igualmente para todos, mas o seu consumo é muito diferenciado em função da existência de estilos de vida distintos. Todas as pessoas possuem necessidades de quantidades semelhantes de água para o

consumo e higiene⁷³, contudo não dispõem de quantidades e nem de qualidades de água parecidos.

A desigualdade no acesso à água muitas vezes é relacionada com a distribuição natural desigual dos recursos hídricos, induzindo a pensar que a natureza é a produtora da escassez de água para porções consideráveis da população. Evidentemente que não se trata de uma verdade absoluta, mas que é aceita com grande facilidade, pois tem sua força de persuasão na sua simplicidade e aparência de obviedade (é óbvio, afinal de contas, que nas regiões com menor disponibilidade de água sofre-se muito mais com a sua escassez!). Apesar da distribuição natural da água ser desigual entre países, estados e municípios, favorecendo mais algumas regiões do que outras, o acesso a esse recurso é mediado por relações sócio-econômicas (mercantilização da água), relações políticas (criação de fronteiras políticas artificiais entre Estados) e relações técnicas (necessidade de construção de infra-estruturas de tratamento e distribuição).

Em áreas ou regiões com as mesmas condições de disponibilidades de recursos hídricos, sejam eles abundantes ou escassos, pode-se constatar que o acesso é muito diferenciado. Países com inserção diferenciada na divisão internacional do trabalho lidam de forma distintas com a questão da escassez dos recursos hídricos em regiões dotadas com as mesmas características naturais, como pode ser observado nos exemplos de Israel e os demais países da região do Oriente Médio. Os países mais ricos e poderosos conseguem amenizar consideravelmente os impactos da escassez hídrica através da utilização de recursos tecnológicos e de estratégias de dominação do espaço. Situação parecida também ocorre em regiões em que apesar da presença abundante de água (índices pluviométricos considerados satisfatórios, presença de águas subterrâneas e de uma rede hidrográfica complexa e formada por rios perenes), existe uma situação de escassez hídrica para o consumo humano em função da inexistência ou insuficiência de infra-estruturas de captação, tratamento e distribuição da água, como ocorre em extensas regiões e municípios do Norte do Brasil, em que se verificam taxas elevadas de mortalidade relacionada com a falta de acesso a água tratada.

⁷³ A ONU indica o valor de 40 litros como quantidade mínima de água necessária por pessoa, para realizar as necessidades básicas de preparo de alimentos, higiene pessoal e ingestão.

Seja qual for a situação (de escassez ou de abundância de recursos hídricos), coloca-se como central a questão da **produção social da água**, que se coloca como uma das manifestações da **produção da natureza** pela sociedade⁷⁴. A oferta da água para o consumo humano depende da sua produção em massa, reproduzindo elementos da produção industrial (envolve processos como a divisão do trabalho, sua valorização como recurso natural e a sua produção como mercadoria). É o que apreende-se, por exemplo, através da emblemática relação da cidade de São Paulo com a água para o abastecimento humano. A escassez de água já se colocava como problema público mesmo durante o século XIX (ou antes), quando São Paulo ainda era uma pequena vila provinciana com poucos habitantes. Apesar de algumas representações de época atribuírem a escassez a problemas de estiagem longa (problemas derivados da natureza), é evidente que se tratava de um problema de escassez de produção social da água para o consumo humano⁷⁵. Trata-se de uma produção que envolve a realização de investimentos vultosos na produção de infra-estruturas de coleta, armazenamento, tratamento e distribuição. São investimentos que envolvem a própria produção do espaço. A escassez de água em São Paulo foi sendo suprimida ao longo das décadas na medida em que os novos investimentos para a produção da água foram realizados, como contrapartida das demandas do acentuado crescimento urbano que ocorreu durante todo o século XX. Evidentemente que a situação atual é qualitativamente diferente daquela do passado, pois a relação entre disponibilidade hídrica e o montante de investimentos realizados inverteu-se.

A produção no capitalismo se realiza através do consumo. A valorização do capital é concretizada através do consumo, que finaliza um ciclo e recoloca as condições para a reprodução. É certo, contudo, que a mercadoria água (sobretudo para o consumo no saneamento básico) possui especificidades que a diferenciam da produção de uma outra mercadoria qualquer. Podem ser apontados vários fatores

⁷⁴ A produção da natureza demonstra mais do que nunca a indisociabilidade entre sociedade e natureza, envolvidas numa unidade contraditória. Ao mesmo tempo em que os avanços da ciência e das técnicas permitem certa autonomia frente aos processos naturais, relativizando a dependência direta da sociedade frente à natureza, mostra-se como esta relação coloca-se de forma cada vez mais implicada e complexa. A produção da natureza, ao mesmo tempo em que indica para o controle social dos processos e dinâmicas naturais, revela a dependência e a implicação da sociedade com a natureza. Uma apreciação mais aprofundada pode ser encontrada em Smith (1988).

⁷⁵ Ver por exemplo o estudo de Victorino (2002) ou Custódio (1994).

que corroboram esta afirmação, como por exemplo a de se tratar de um bem de importância vital. Mas entendemos que a necessidade da realização de investimentos vultosos na produção de infra-estruturas, com retorno que deve ser entendido para além da esfera econômica (deve-se pensar principalmente na função social da água a ser oferecida ao público) e que exigem a intervenção do Estado, coloca-se como principal elemento diferenciador da sua produção. O seu consumo, contudo, se aproxima sobremaneira das condições de mercado, manifestando muitos dos aspectos da reprodução contraditória da sociedade, como por exemplo, no caso do consumo desigual. A água é uma mercadoria que como as outras, possui um valor monetário que expressa o seu valor de uso, encerrando em sua forma social contraditória a “semente” para o desenvolvimento de outras contradições.

A lógica da reprodução do capital baseia-se em premissas como a propriedade privada, a reprodução ampliada, e a aceleração dos tempos de reprodução. **Todas essas premissas entram em choque com as condições e dinâmica dos processos naturais.** Entendemos que a questão das águas da metrópole paulistana reproduz e materializa de forma cabal essas contradições, sobretudo a que decorre da necessidade de reprodução ampliada do capital (baseada numa lógica de ampliar-se infinitamente em busca de lucros crescentes), que se esbarra com os estoques restritos e limitados dos recursos naturais. A capacidade de produção de água na bacia da Guarapiranga, por exemplo, é limitada a 9 mil litros de água por segundo; contudo o sistema participa com 14 mil litros por segundo, uma vez que foram realizadas a transposição de água de outras bacias (cerca de mil litros por segundo do rio Capivari e 4 mil litros por segundo do Braço Taquacetuba da represa Billings, através do rio Parelheiros). Ainda estuda-se a possibilidade futura de reversão das águas de outras bacias para a represa (vertentes oceânicas, bacia do Cotia e ampliação do uso das águas da Billings)⁷⁶.

⁷⁶ Ver DAE – SABESP (1992, p. 13), onde encontramos a seguinte referência para o Sistema Guarapiranga: “projeto de reversão, para ampliação do Sistema Produtor Metropolitano, de vazões da vertente marítima, podendo aumentar, até o ano 2010, sua participação relativa no abastecimento da RMSB, dos atuais 20 por cento para cerca de 37 por cento da oferta total, fornecendo 34,2 m³/s, pouco mais que a capacidade máxima do Sistema Cantareira (33 m³/s)”. A pesquisa de Martins (1999), parece ter se baseado nessa mesma referência ao também afirmar a existência de projetos para ampliação da capacidade do sistema através da reversão das águas de outras bacias que permitiriam uma produção de 34 m³/s em 2010.

Apreende-se que a produção da natureza coloca-se como uma necessidade imposta pela contradição entre a necessidade de reprodução ampliada e os estoques limitados da água⁷⁷.

Os negócios da água são apontados como grandes mercados do futuro, quando a situação de escassez hídrica deve ampliar-se para uma quantidade maior de países e regiões do mundo, atingindo inclusive os países do centro do sistema capitalista. Mesmo hoje tais negócios se colocam como grande fonte de rendimentos e já estão amplamente desenvolvidos. Desde o final do século XX que se consolidou um lucrativo comércio internacional de água doce, definindo a água cada vez mais como um “bem econômico” (uma nova *commodity* internacional) e objeto de tensões e disputas pelo mercado e poder político, que contou com o apoio de grandes instituições internacionais como a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, desencadeando numa onda de privatizações dos serviços de saneamento pelo mundo⁷⁸. Os negócios internacionais da água são dominados por um grupo restrito de corporações internacionais como a Nestlé, Danone, a Pepsi Cola e a Coca-Cola (RIBEIRO, 2008). A comercialização de água mineral⁷⁹ e de outros produtos similares e acessórios (bebidas e recipientes para engarrafamento) foi um dos nichos de mercado que mais cresceu nas últimas décadas e são cotados entre os grandes negócios do futuro.

A água engarrafada se tornou tão cara que atualmente supera o petróleo, com relação ao preço, em uma proporção de três para um: nos EUA, a água custa cerca de US\$ 4,00 o galão, enquanto o galão de gasolina custa US\$ 1,50, a água filtrada US\$ 0,18, e a água corrente US\$ 0,003. Com estes preços a água engarrafada custa 13.200 vezes mais do que a água de torneira, o que constitui uma margem de lucros sem precedentes na história. As companhias só necessitam comprar ou alugar a terra onde está situada a fonte e pagar um direito nominal para obter um acesso ilimitado aos mananciais públicos subterrâneos de água doce (SOMMER, 2004, Appud RIBEIRO, 2008).

⁷⁷ Esse não parece ser o ponto de vista de Ribeiro: “Ao contrário do que se afirma com frequência, água não se produz. Essa substância ocorre na natureza em uma quantidade fixa e conhecida da humanidade há muito tempo” (RIBEIRO, p. 175, 2004). Além da separação entre sociedade e natureza veladamente manifestada resta resolver outro imbróglio conceitual: se a água não é produzida, como o autor explica a consolidação e ampliação dos negócios da água estudados por ele numa obra posterior (RIBEIRO, 2008)?

⁷⁸ Ver por exemplo, Ribeiro (2008) e Waldman (2005).

⁷⁹ “Os principais recursos minerais explorados na Bacia da Guarapiranga são **Água Mineral**, Caulim, Argila, Areia e Granito” (ISA, p. 21, 2006, grifos nossos).

O consumo de mercadorias é fartamente explorado como elemento da diferenciação social. Desde há tempos que é mais relevante “ter” a “ser”, possuir uma grande quantidade de mercadorias para ostentação e luxúria a empenhar-se como uma pessoa de caráter e honestidade. A mercadoria água é utilizada como um desses elementos que promovem a diferenciação e ostentação social através do consumo, principalmente num momento em que ela coloca-se cada vez mais como **nova raridade**. Ela está relacionada com um conjunto de atividades e práticas que compõem um estilo de vida altamente privilegiado. A forma como o sujeito se relaciona com a água, ou, colocando em outros termos, como esse recurso natural faz parte do seu cotidiano, vincula-se com a sua condição social, com a posição que ocupa dentro da divisão social do trabalho⁸⁰.

É de conhecimento e aceitação generalizados (mesmo que seja uma aceitação ao mesmo tempo velada e que também se coloca como objeto de cobiça) que o estilo de vida (o habitat) dos segmentos das classes dominantes envolve uma relação com a água que extrapola de longe os limites estreitos da necessidade (de água para o consumo e higiene pessoal), abarcando-a como um recurso utilizado na realização de atividades recreativas e de lazer, ou mesmo na realização das atividades de higiene e consumo, só que de uma forma mais “sofisticada”. Essa relação diferenciada com a água em função do pertencimento a classes sociais distintas pode ser percebida, por exemplo, através de alguns elementos dos espaços de habitação existentes em maior ou menor proporção nos bairros valorizados e na periferia.

Existe uma série de mercadorias e práticas que diferenciam a relação com a água entre os diferentes segmentos de classes sociais. Essas formas diferenciadas de utilização da água vão implicar, ao mesmo tempo, em quantidades consumidas também muito distintas. A presença de equipamentos como piscinas, saunas particulares e clubes recreativos, ou mesmo alguns elementos do espaço interno da

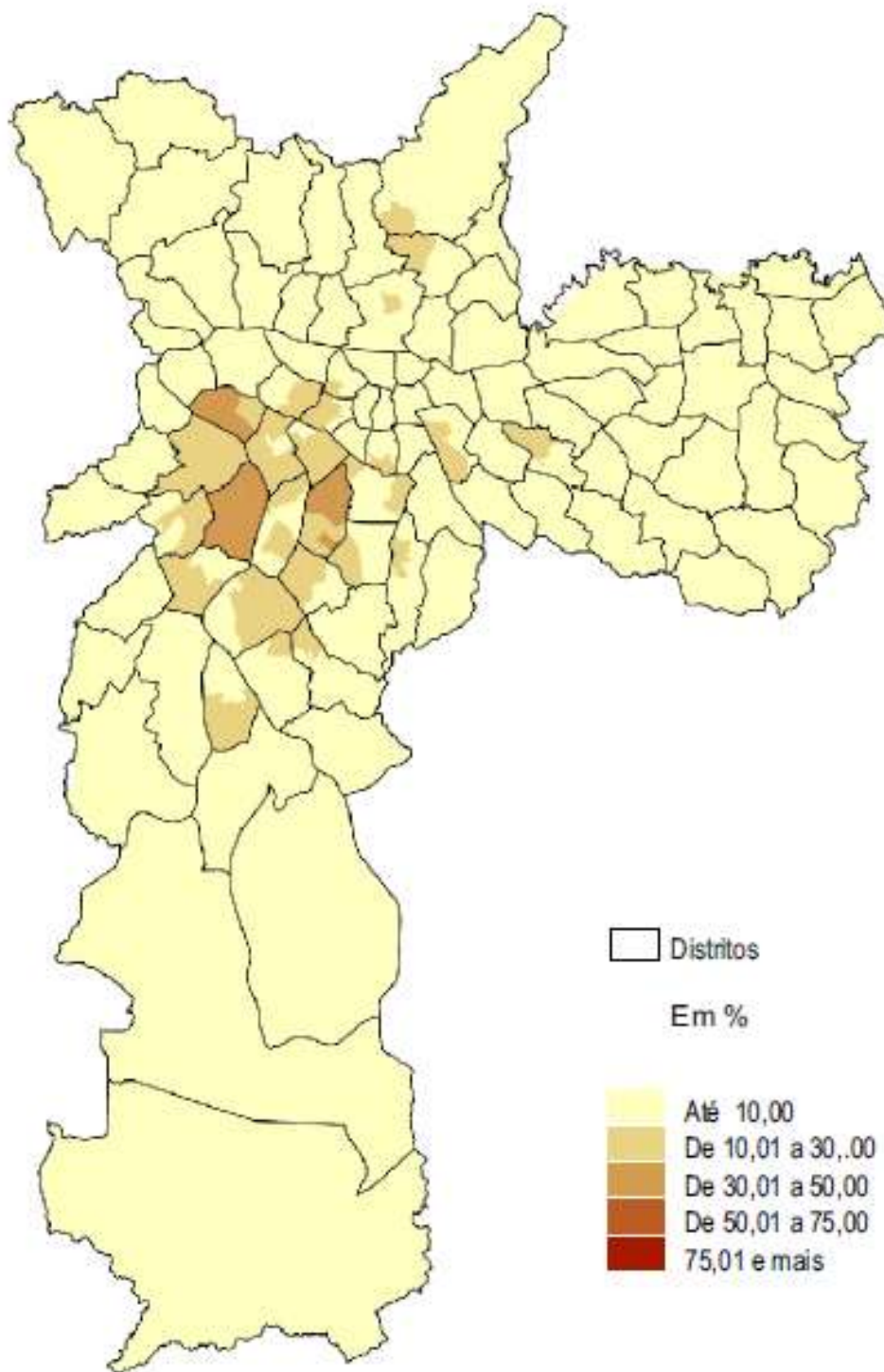
⁸⁰ Vale a pena destacar que algumas páginas atrás comentamos a respeito da utilização diferenciada entre classes sociais das águas da Guarapiranga para as atividades de lazer e recreação. Constatamos um tratamento distinto pelos meios de comunicação em relação à presença dos segmentos sociais de classes antagônicas nas águas da represa. Enquanto as práticas esportivas e de lazer elitizados são enaltecidos (passeios de jet-ski, práticas de wind-surf, etc.) e devem ser incentivados, pois embelezam, valorizam e protegem a represa, a presença popular é representada como sinônimo de poluição (a “farofa”) e de riscos de afogamentos, devendo ser controlada ou mesmo evitada.

casa, como a quantidade de banheiros e dentro destes, os acessórios utilizados na realização das atividades higiênicas, como banheiras e bidês, podem ser indicados como práticas características dos bairros valorizados e das habitações de alto padrão, que implicam numa relação cotidiana qualitativamente distinta com a água e em consumos mais elevados.

Alguns estudos sobre o desperdício e a necessidade de racionalização do uso da água indicam que o banheiro é o lugar da casa em que mais se consome água⁸¹. Os mapas adiante quantificam e espacializam a distribuição dos domicílios segundo a quantidade de banheiros existentes. Nos extremos das regiões periféricas da cidade predominam os domicílios com um banheiro apenas. Não nos causa surpresa verificar que os domicílios com dois e mais banheiros estão concentrados majoritariamente na região do centro expandido, com um grande destaque para a região sudoeste de São Paulo, que é a que concentra o maior número de habitações com quatro ou mais banheiros. A espacialização da quantidade de banheiros segue o mesmo padrão verificado em relação à concentração de renda domiciliar e a valorização do espaço urbano. Se dispuséssemos de dados referentes à distribuição de outros bens, como a quantidade de piscinas, saunas, carros ou das residências com acesso a internet banda larga, por exemplo, fatalmente a distribuição espacial seria a mesma que a distribuição de renda e a valorização do espaço.

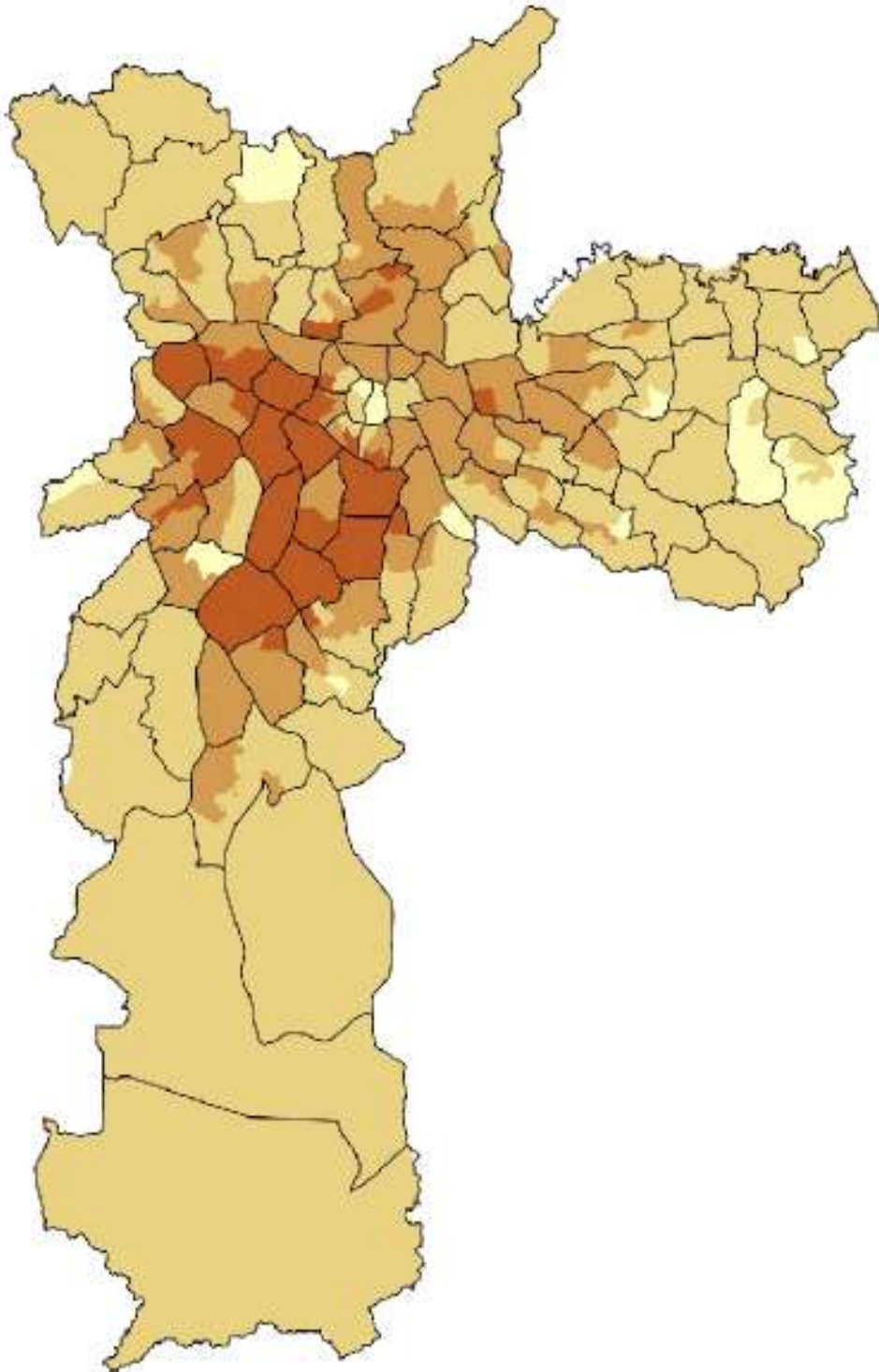
⁸¹ “Quase 80% da água consumida em uma residência é gasta no banheiro, em especial pelo uso da água limpa para transportar esgoto” (RIBEIRO, 2008, p. 49).

Figura 4.1 A - Domicílios com quatro ou mais banheiros.



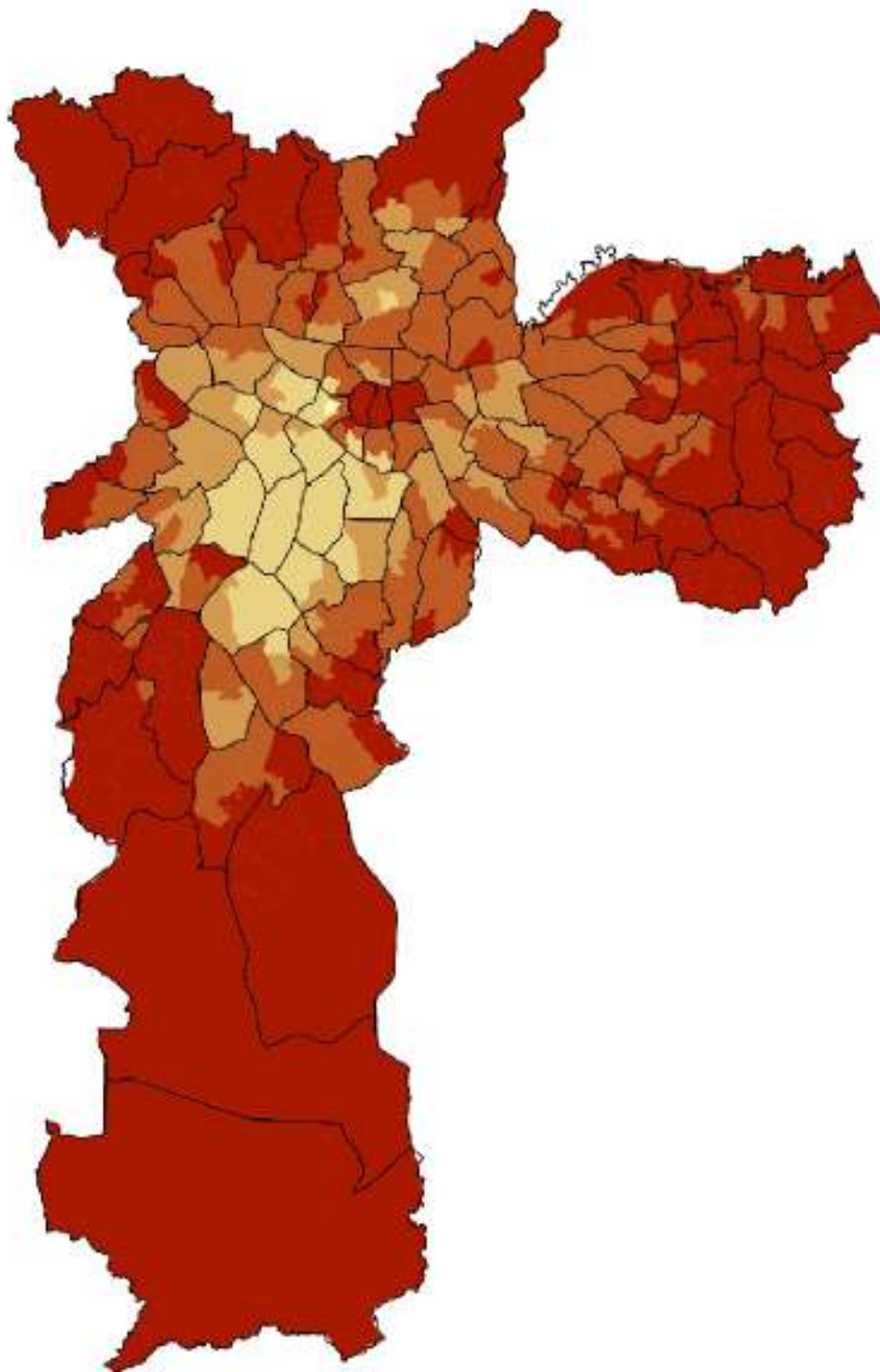
Fonte: SEMPLA.

Figura 4.1 B - Domicílios com dois ou três banheiros.



Fonte: SEMPLA.

Figura 4.1 C - Domicílios com um banheiro.



Fonte: SEMPLA.

Os dados apresentados nos mapas auxiliam no entendimento do consumo de água muito maior apresentado pelos bairros e regiões valorizadas de São Paulo. Muitos condomínios e residências localizados em bairros como Perdizes, Higienópolis, Jardins e Morumbi apresentam uma média de consumo de 500 litros de água por habitante por dia, enquanto o consumo médio na periferia gira entorno de 100 litros e a média da cidade de São Paulo coloca-se em 221 litros por pessoa⁸² (ISA, 2007). Evidentemente que todo esse excedente de água consumido acima da média da periferia (consumo cinco vezes maior por habitantes em muitos casos) e da cidade de São Paulo não é resultado apenas da quantidade maior do número de banheiros nas residências das classes média e alta, mas resulta, como apontamos anteriormente, de um estilo de vida predominante baseado no consumo irrestrito, como símbolo de ostentação e diferenciação social dos habitantes dos bairros elitizados. A relação que estabelecem com a água extrapola de longe os limites da simples utilização para o consumo e higiene básica, envolvendo o seu uso como elemento de distinção social, seja através de acessórios residenciais como banheiras com hidromassagem, seja como recurso para o lazer e o entretenimento.

Se o consumo exagerado pode ser indicado por si mesmo como uma característica perniciosa, que se tenta impor através de um cotidiano planejado e coordenado pelo mercado e o Estado, o consumo excessivo da água acrescenta ainda o agravante da sua escassez. Certamente que esse fator tem um peso considerável no quadro geral da crise de água para o abastecimento da metrópole de São Paulo.

⁸² A ONU estabelece a quantidade de 110 litros como ideal para suprir as necessidades humanas (ISA, 2007).

4.2 – Saneamento básico: o desperdício da água que vai pelos canos e que é tomada pelo esgoto.

Estamos desenvolvendo a hipótese de que a crise de abastecimento hídrico que existe na metrópole de São Paulo é muitas vezes representada como uma crise gerada pela população periférica que habita nas áreas de mananciais protegidas por lei na região sul de São Paulo. Tentamos contrapor esta visão que fragmenta a problemática e os sujeitos envolvidos acrescentando ao debate a questão dos interesses do setor energético na Bacia do Alto Tietê (próximo capítulo) e do consumo diferenciado e extremamente desigual entre os bairros valorizados e os bairros de periferia. Agora iremos abordar um outro fator que corrobora sobremaneira com a situação de escassez de água para o abastecimento público. Da mesma forma que nos demais casos vincula-se mais especificamente com os setores das classes sociais dominantes e também não aparece com tanta frequência nos estudos sobre o agravamento da crise de abastecimento hídrico gerado pela expansão da periferia urbana nas áreas de mananciais.

Com estas colocações gostaríamos de reforçar a hipótese de que existe uma **manifestação da luta de classes na representação da crise de abastecimento de água na metrópole paulistana**. A crise é muitas vezes representada como decorrente da ocupação das áreas de mananciais pela população de baixa renda, restando combatê-la, de forma semelhante ao aniquilamento de uma praga, como única alternativa para garantir água “às gerações futuras”. Essa representação da crise reforça a responsabilidade sobre a população pobre e omite a participação dos setores dominantes da sociedade, distorcendo completamente o entendimento global da situação; desse modo corrobora com a fragmentação da realidade ao promover uma linha de pensamento unilateral, que fecha os olhos para as demais questões envolvidas na produção da crise da água em São Paulo e esconde as contradições sociais de classe que se colocam por detrás da problemática dos recursos hídricos na metrópole.

Nesta parte do trabalho iremos abordar as perdas de água que existem nos sistemas de produção e distribuição e a coleta e tratamento dos esgotos de São

Paulo, operados pela Sabesp. Diga-se de passagem, que as perdas de água tratada nos sistemas de distribuição não são pequenas a ponto de poderem passar despercebidas quando o assunto abordado relaciona-se com a questão da escassez de água para o abastecimento público. O mesmo se verifica em relação à coleta e tratamento de esgotos, que por serem realizados de uma forma insuficiente e mesmo precária, contaminam grande parte das águas que são utilizadas no abastecimento público e/ou condenam boa parte dos recursos disponíveis na bacia do Alto Tietê que poderiam ser utilizadas para o consumo humano, não estivessem completamente degradadas em consequência dos serviços de saneamento prestados a sociedade.

Grande parte da linha de raciocínio a respeito do abastecimento hídrico em São Paulo entende que a solução para os problemas derivados da raridade da água só pode ser superado pela captação de volumes cada vez maiores de água, mesmo que para tanto tenha que se recorrer a importação das águas de outras bacias hidrográficas - envolvendo a aplicação de investimentos vultosos na construção de infra-estruturas. Alguns pesquisadores, no entanto⁸³, entendem a escassez de água na metrópole de São Paulo de um modo diferente. A questão central não seria a de captar volumes cada vez maiores para contornar a crise, sustentando formas de gestão e uso questionáveis e equivocados. Uma das questões mais prementes refere-se a necessidade de promover um uso mais racional da água disponível.

Nossa demanda de água cresce constantemente. À medida que cresce a população, as fábricas e irrigações consomem sempre mais. Assim, uma coisa é certa: precisa-se de quantidades cada vez maiores de água e a única fórmula que se conhece, até agora, para se conseguir um equilíbrio entre oferta e demanda na área considerada **é transformar a idéia tradicional de que a solução é aumentar sua oferta e passar a dar-lhe um uso cada vez mais eficiente** (REBOUÇAS, 2004, p. 41, grifos nossos).

O uso mais eficiente da água implica numa série diversificada de medidas e alternativas que envolvem praticamente todos os sujeitos da sociedade, mas principalmente o poder público e as instituições (públicas e privadas) que trabalham diretamente com a água. São indicadas práticas como a utilização cada vez maior

⁸³ Ver por exemplo Rebouças (2004) e Rocha (2003).

das águas de reuso⁸⁴, aperfeiçoamento e ampliação dos sistemas coletores e de tratamento de esgoto, utilização de novas engenharias de construção civil e de tecnologias que desperdicem menos (promovendo a utilização da água da chuva e/ou o reuso da água utilizada no banho para o uso nas descargas dos vasos sanitários), mudanças de hábitos que promovam o desperdício e principalmente a realização de uma gestão e administração mais eficiente da água pelas empresas de saneamento básico.

Rebouças (2004) defende que essas medidas poderiam amenizar a situação de escassez da água em São Paulo sem a necessidade de ampliar a captação de águas de outras bacias hidrográficas, uma vez que já existe uma oferta atual capaz de atender as necessidades da metrópole, fossem as águas administradas e utilizadas de forma mais eficiente, reduzindo os desperdícios. Caso não houvesse desperdícios nas redes de distribuição operadas pela SABESP, a atual capacidade do sistema de produção de água (67 m³/s) permitiria uma taxa de consumo de 320 litros por habitante por dia. Verificamos ainda a pouco que a média de consumo da cidade de São Paulo é de 210 litros por habitante por dia. Significa que **para cada habitante a ser servido pelas águas, existe uma perda líquida média de 110 litros de água por dia**⁸⁵.

A quantidade de água tratada e injetada na rede de distribuição na RMSP seria mais do que suficiente para atender as demandas, caso o fornecimento fosse mais eficiente e menores fossem os desperdícios de água. Contudo, verifica-se que o **índice de perda total de água captada, tratada e injetada na rede de distribuição varia entre 30 e 40%** (vazamento físico + perdas financeiras decorrentes das ligações clandestinas, roubos de água e tráfico de influência). Levando em conta que esses valores variam entre 5 – 15% em países desenvolvidos, considera-se que estas perdas na RMSP ainda são muito altas (REBOUÇAS, 2004, p. 70, grifos nossos).

As colocações de Rebouças certamente são alarmantes ao afirmar que as taxas de perdas de águas tratadas pela SABESP variam entre 30% a 40%. É muita

⁸⁴ São as águas resultantes dos processos de tratamento do esgoto e das águas pluviais. São impróprias para o consumo humano, mas podem ser utilizadas numa grande variedade de atividades que não necessitam, necessariamente, de níveis elevados de pureza, como a limpeza de vias públicas, muitos processos industriais, descarga dos vasos sanitários, sistemas de incêndio, na irrigação (jardins, áreas verdes, etc), dentre outras finalidades. Além de promoverem uma redução na demanda das águas com qualidade para o consumo humano, possuem um preço final mais barato.

⁸⁵ Chegamos a esse valor através da diminuição do total de água por habitante produzido pelo sistema de abastecimento num dia (320 litros) (REBOUÇAS, 2004) pela média de consumo por habitante por dia (210 litros) (ISA, 2006).

água que literalmente “sai pelos canos”. Chega mesmo a aparecer um dado mentiroso, uma vez que um absurdo desse tamanho foge completamente do foco de muitas pesquisas e representações quando se fala em crise de água para o consumo humano em São Paulo, sobretudo os trabalhos sobre a ocupação dos mananciais e seus impactos na água que o paulistano consome⁸⁶. Ao tomarmos ciência desses fatos passa a fazer pleno sentido a afirmação de que a oferta atual de água seria capaz de atender as necessidades da metrópole, caso não houvesse perdas tão elevadas. Os dados fornecidos pela SABESP são um pouco mais modestos que os de Rebouças e indicam uma taxa de perda de 31%. Por seu lado, não deixam de ser um valor muito alto, sobretudo quando comparados com as perdas “consideradas normais”, que variam entre 5 a 15% nos países desenvolvidos. Rebouças não é o único a questionar a ineficiência da SABESP e a defender a tese de que a quantidade de água existente no sistema produtor é suficiente para as demandas atuais da metrópole, caso sejam modificados a forma de administração e utilização dos recursos hídricos:

Há duas coisas que agravam o abastecimento de água em São Paulo. Por um lado, a perda de água no sistema e, por outro lado, a falta de racionalização de seu uso. A questão da perda está relacionada à falta de investimento na manutenção da estrutura de distribuição. **Às vezes confunde-se a perda de água com a sua falta na bacia.**

Há mais de 5 anos ocorreram problemas sérios de rodízio de água na região metropolitana, a ponto de as pessoas terem água potável em casa apenas duas vezes por semana. Isso atingia sempre a periferia, cerca de 3 milhões de pessoas, por volta de 1994 e 1995.

Esse problema era associado à falta d'água nos reservatórios, até que técnicos concluíram que o essencial era os problemas de redes que não chegavam a lugares elevados, e, quando chegavam, não tinham pressão suficiente. Ou seja, faltavam reservatórios pequenos de meia encosta. Em suma, a questão estava ligada mais a manutenção do sistema. A partir daí começaram a investir em manutenção. Hoje, a Sabesp fala que acabou com os rodízios. Talvez não tenha acabado, mas diminuiu bastante.

Há, além disso, muita perda de água. Há cerca de dez anos uma empresa francesa fez um levantamento e constatou que no sistema de abastecimento metropolitano, havia uma perda total de 44%, dividida em 2 categorias: 22% de perda física (vazamentos na rede, nas conexões prediais etc.) e 22% eram perdas de

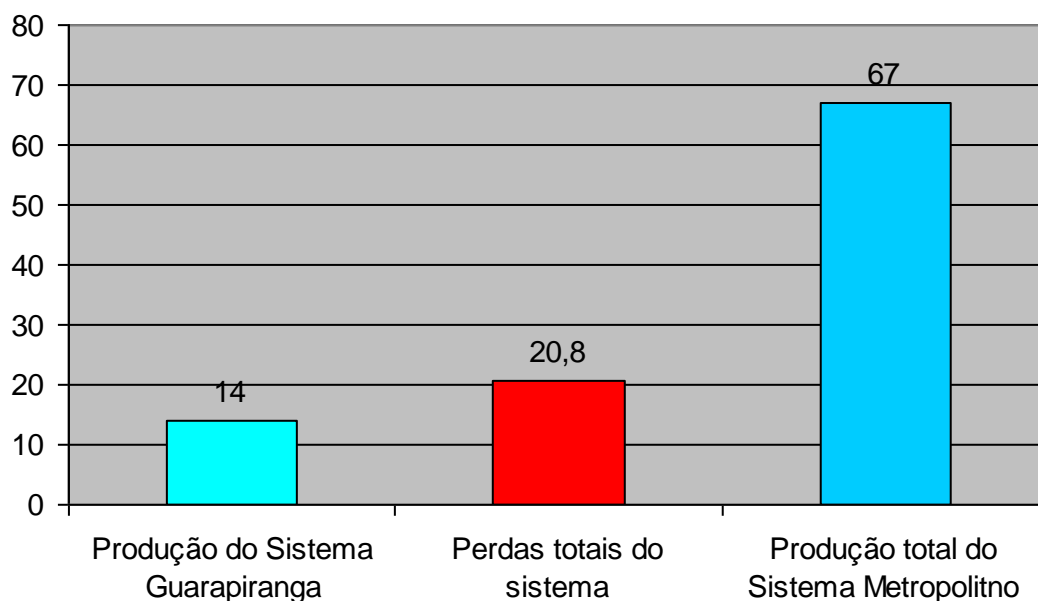
⁸⁶ Ver por exemplo a matéria “A vida na vila onde tudo é ilegal”, publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 25 de março de 2007 (disponível nos documentos anexados ao final da dissertação). Ver também o documento “Seminário Guarapiranga 2006: Proposição de Ações Prioritárias Para garantir Água de boa Qualidade Para Abastecimento Público”, de autoria do Instituto Sócio Ambiental (ISA, 2006).

faturamento da empresa (ligações clandestinas). Hoje eles dizem que houve uma redução de 18% dessa perda física. (ROCHA, 2003, p. 155, grifos nossos).

Rocha também é claro ao afirmar que muitas vezes confunde-se a perda de água nos sistemas de distribuição com a sua falta na bacia. Entendemos ser de suma importância o questionamento que o autor faz a respeito das falhas técnicas de operação das águas pela SABESP. O mundo globalizado é representado como sendo subsidiado por uma base técnica e tecnológica infalível, capaz de atingir níveis de eficiência operacional perfeitos. A realidade dos sistemas de distribuição das águas parece representar o oposto desse discurso (que mais se coloca como mais um dos mitos da globalização). Num momento em que a ciência e a tecnologia permitem, por exemplo, a comunicação em tempo real entre todas as regiões do mundo ou mesmo a criação da vida em laboratório, soa muito destoante saber que em meio a uma crise de abastecimento de água em pleno século XXI, existem perdas tão grandes relacionadas com problemas de ordem técnica (mas sobretudo política).

Para ter-se uma percepção maior da dimensão do absurdo que envolve a questão dos desperdícios de água nos sistemas operados pela SABESP, iremos contrapor-los com os dados de produção da represa Guarapiranga. Conforme foi anunciado parcialmente em momentos anteriores, o Sistema Guarapiranga tem capacidade de produção de 14 mil litros de água por segundo (cerca de 22% do total das águas produzidas para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo, de 67 mil litros por segundo), que atende a uma população aproximada de 3,7 milhões (20% da metrópole), distribuídos pelos bairros da região sul e sudoeste de São Paulo e o município de Taboão da Serra. Se utilizarmos como referência os dados mais modestos fornecidos pela própria Sabesp (de 31% de perdas) percebe-se que a quantidade de águas tratadas que a empresa “deixa vazar pelos canos” (19,5 mil litros por segundo) são superiores ao que todo o Sistema Guarapiranga produz, conforme pode ser visualizado no gráfico adiante.

Gráfico 4.1 – Produção e perdas de água em m³/s na Região Metropolitana de São Paulo.



Fonte: SABESP, 2006. Gráfico produzido pelo autor a partir de dados secundários.

Parece-nos ser algo inaceitável o fato de o total de perdas no sistema de distribuição de água ser equivalente a produção do segundo maior sistema produtor de águas da metrópole. Acrescente-se que a quantidade de água fornecida pelo Guarapiranga atende a quase 4 milhões de consumidores na região metropolitana. **Certamente que essa grande falha de operação causa um impacto para o abastecimento público talvez muito maior do que aquele verificado pela população carente que habita nas áreas de mananciais da represa Guarapiranga.** A falta da presença deste questionamento em grande parte das representações da crise de água em São Paulo permite-nos apreender ao menos dois processos distintos e articulados: 1 – a visibilidade (o impacto visual) da ocupação dos mananciais pela periferia urbana é muito maior do que as perdas de água, que em sua maior parte ocorrem debaixo da superfície (longe do alcance imediato dos olhos) e passa despercebido mais facilmente; 2 – a hierarquia de poderes (políticos, econômicos e sociais) distribuída desigualmente entre sujeitos e instituições é determinante em relação à forma como a problemática vai ser

abordada pelos diferentes meios de representação (alivia-se o fardo do lado mais forte e sobrecarrega-se de responsabilidades o lado mais fraco)⁸⁷.

Além de operar os sistemas de captação, tratamento e comercialização de água, a SABESP também é a empresa responsável pela coleta e disposição final (tratamento?) dos esgotos da maior parte da metrópole. O seu desempenho nesse setor também não é alentador. Qualquer pessoa que observe os rios e córregos de São Paulo percebe facilmente que os corpos d'água foram completamente tomados pelo esgoto. Um dos argumentos de defesa da empresa é o de que existem muitas ligações clandestinas nas redes de águas pluviais (que deveriam receber apenas as águas das chuvas e as que correm pelas vias), depositando esgoto dentro delas de forma indevida, e que também existem ocupações urbanas irregulares, como as favelas, que depositam seus esgotos diretamente nos corpos d'água. Dessa forma ela “tira o seu corpo de fora” e mais uma vez transfere os problemas de saneamento para a sociedade.

Mas engana-se quem pensa que o esgoto coletado pela empresa é integralmente tratado, uma vez que além de deficiências técnicas nos sistemas de coleta e circulação do esgoto (falta de rede coletora e coletores tronco, de sistemas elevatórios para vencer desníveis de altitude e de ligações que permitam a integração de todo o sistema de coleta) **as estações de tratamento de esgoto não possuem capacidade para tratar todo o esgoto coletado** (menos ainda o total produzido na metrópole). O resultado é que grande parte do esgoto coletado pela SABESP é depositado nos próprios córregos e rios da metrópole. **O absurdo chega a ser tão grande que esse mesmo cenário se repete em plena área de mananciais da Guarapiranga, que como vimos, ainda possui o agravante de não contar com uma rede de esgoto com capacidade para atender toda a área e população da bacia.**

⁸⁷ É no mínimo curiosa a forma como alguns sujeitos e instituições sociais conseguem representar uma situação crítica de forma a amenizar sua responsabilidade na ação e ainda por cima tirar proveito da situação. Encontramos várias referências e elogios ao PURA – Programa de Uso Racional da Água, desenvolvido pela Sabesp com o objetivo de reduzir as perdas. A empresa que promove uma gestão questionável do saneamento na metrópole ainda sai na história com a imagem de empresa com “responsabilidade ambiental e social”. Afinal de contas ela destina uma parte considerável do orçamento em marketing e propaganda!.



Figuras 30 e 31. Na primeira fotografia, ponte da Estrada do M'Boi Mirim sobre o rio Embu-Mirim. Na segunda, placas a 50 metros do local, indicando que todas as esferas do poder público estão atuando na recuperação dos mananciais da Guarapiranga. "A propaganda é a arma do negócio!". Fotos realizadas em agosto de 2010 por Frederico Bertolotti.

A metrópole conta com uma taxa de cobertura pela rede de esgoto de 82% das residências, sendo que, desse total coletado (que deixa de atender 18% de uma população de quase 20 milhões de habitantes) apenas 59% é devidamente processado nas estações de tratamento de esgoto. O restante do esgoto coletado é depositado pela própria empresa⁸⁸ em vários pontos diferentes da bacia do Alto Tietê, incluindo córregos e rios que alimentam a represa da Guarapiranga. Os dados sobre o município de São Paulo São sensivelmente melhores (96% dos domicílios atendidos; desse total 66% é tratado), mais não devem de modo algum transmitir a sensação de alívio, uma vez que se referem a um montante populacional de quase 11 milhões de habitantes. Apesar de em termos percentuais a capital posicionar-se entre os melhores índices de coleta e tratamento de esgoto da metrópole, em números absolutos o esgoto que não é tratado equivale “a uma vez e meia o total gerado por todo o ABC paulista ou algo como três cidades e meia do porte de Guarulhos ou Campinas” (WALDMAN, 2005, p. 431). Enquanto o sistema metropolitano produz cerca de 67 mil litros de água por segundo, que indiretamente vai alimentar os sistemas coletores de esgoto após ser utilizadas de diferentes maneiras, a capacidade de tratamento de esgoto é de apenas 18.000 litros por segundo (SABESP, 2006).

Mas nos causa espanto averiguar a forma como a empresa representa a sua atuação em relação ao tratamento de esgotos:

A Sabesp opera em 14 Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) na Região Metropolitana de São Paulo, sendo que cinco fazem parte do Projeto Tietê. Com a construção das ETEs Parque Novo Mundo, São Miguel e ABC, mais a ampliação da ETE Barueri, através do Projeto Tietê, aumentou-se a capacidade de tratamento de 20%, em 1992, para 60%, em 1998 (SABESP, 2006).

São vários os pontos polêmicos que podem ser comentados da citação acima. Primeiramente destacamos que a capacidade de tratamento atual ainda é a mesma que existia no ano de 1998, demonstrando que pouco foi feito em nada menos que 12 anos de crise aguda. A segunda questão refere-se a estratégica capacidade de manipulação enganosa dos dados estatísticos, que transmitem a ideia falsa de que

⁸⁸ Ver matéria anexada ao final da dissertação intitulada “Esgoto coletado pela Sabesp é despejado diretamente nos rios da Metrópole”. No caso específico da área de mananciais da Guarapiranga, consultar ISA (2006).

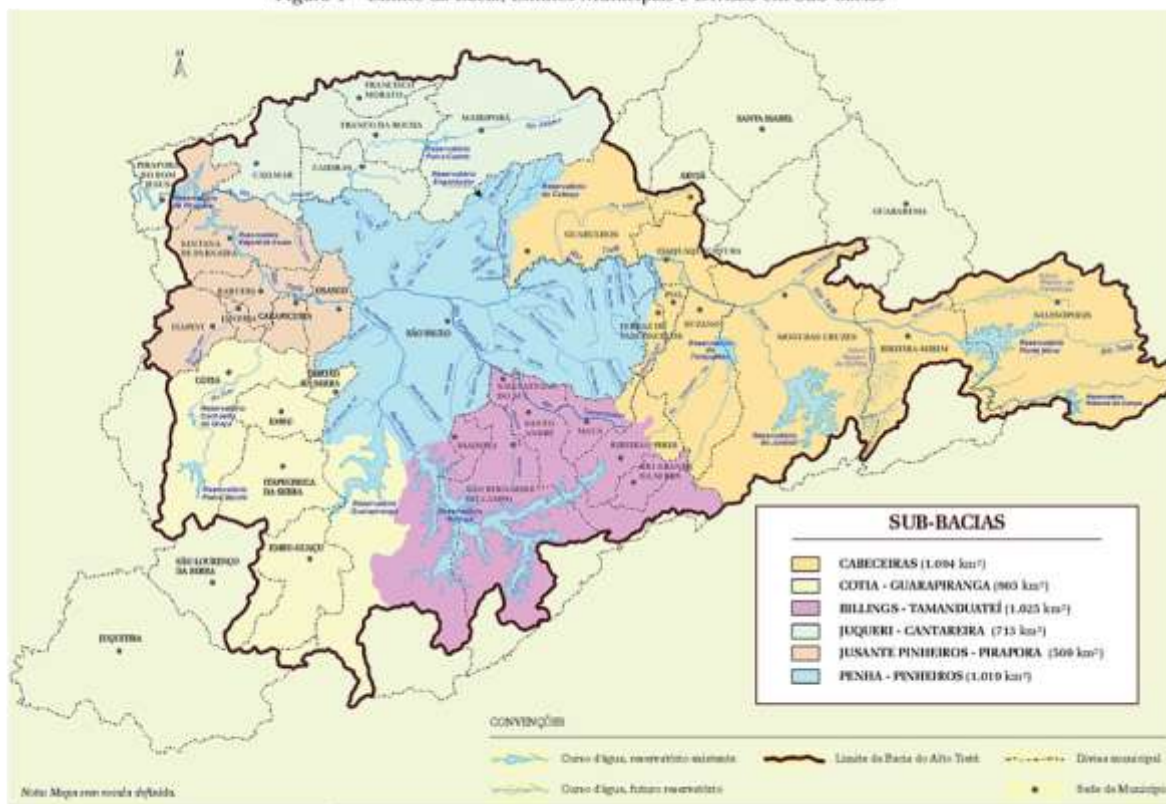
60% do esgoto é tratado na Metrópole; como averiguamos (com dados da própria empresa), são coletados esgotos de 82% das residências da metrópole, e desse montante apenas 59%   devidamente processado nas estações de tratamento de esgoto. Por fim destacamos a presença de uma falsa ideologia da eficiência e progresso por detrs desse cenário verdadeiramente caótico. Apesar da atuação catastrófica da empresa, a sua auto-imagem transmitida   a de que promoveu um grande avanço na problemática. Não existe nenhuma referência crítica sobre o seu desempenho, inclusive no restante do documento que utilizamos para citação.

4.3 - As estratégias do setor energético na bacia do Alto Tietê: gerar energia ou beber água?

É praticamente impossível discutir a problemática atual dos recursos hídricos da metrópole sem referir-se às estratégias do setor energético na bacia do Alto Tietê. Todas as grandes obras de engenharia hidráulica que foram realizadas no âmbito territorial dessa bacia hidrográfica (que engloba toda a bacia da represa Guarapiranga) ao longo do século XX foram delineadas num **contexto marcado pelo embate de poderes entre os interesses do setor energético e os demais interessados no uso das águas da bacia, como no caso do setor de abastecimento humano**. Em praticamente todos os embates o setor energético conseguiu impor seus objetivos, prejudicando as demais possibilidades de uso das águas da bacia hidrográfica. As grandes obras de engenharia hidráulica, como as obras de retificação e alteração das calhas dos rios Tietê e Pinheiros e a construção das represas Guarapiranga e Billings, reconfiguraram a extensa rede hidrográfica que cobre a Região Metropolitana de São Paulo, adequando-a para o seu integral aproveitamento na geração de energia elétrica. Ainda hoje os efeitos dessas estratégias adotadas no passado influenciam sobremaneira o uso (e o não uso) das águas da metrópole, como veremos adiante.

Figura 4.2 - Bacia do Alto Tietê, sub-bacias e Região Metropolitana de São Paulo.

Figura 1 – Limite da Bacia, Limites Municipais e Divisão em Sub-bacias



Fonte: Plano da Bacia do Alto Tietê, 2002.

Fonte: Plano da Bacia do Alto Tietê, 2002.

Conforme verificamos anteriormente, o surto de crescimento industrial e urbano engendrou uma série de novas demandas pela modernização, dentre elas a necessidade de energia elétrica para alimentar as atividades que se instalavam em São Paulo. Victorino (2002) demonstra que a necessidade de águas para abastecimento público, que envolveu a criação de infra-estruturas e serviços de saneamento básico também emergiu como grande demanda do rápido processo de urbanização de São Paulo. Desde o final do século XIX até os anos da década de 1950 a cidade foi freqüentemente assolada por crises agudas de abastecimento hídrico para o consumo humano relacionadas com a falta de infra-estruturas para a captação, tratamento e distribuição das águas⁸⁹. Já naquele período a escassez era

⁸⁹ O processo de urbanização de São Paulo demonstra claramente a necessidade de produção da água. Ribeiro (2004) argumenta que os estoques desse líquido precioso são restritos e existem na mesma quantidade desde a milhares de anos (ciclo da água), fazendo entender que a crise de água para o abastecimento de São Paulo resulta da escassez da oferta natural do recurso na bacia do Alto Tietê. Para o autor não existe produção da água, pois ela seria uma dádiva da natureza. Mas então como entender a crise de abastecimento já no começo do século passado, quando a população de

muitas vezes atribuída aos problemas naturais, como a ocorrência de períodos de estiagem (problemas climáticos) e a escassez de recursos hídricos na bacia (distribuição natural da água), desviando o foco dos problemas reais para uma espécie de determinismo geográfico da natureza sobre a cidade (fadada desde muito cedo a conviver com a escassez de água). A nosso ver foi uma estratégia muito bem elaborada que permitiu que praticamente todos os recursos hídricos fossem apropriados (por debaixo dos olhos dos paulistanos) como insumos da geração de energia elétrica⁹⁰ pela empresa Canadense-Inglesa Light & Power e deixassem de ser aproveitadas no abastecimento público, que já se colocava como problema.

A Light & Power veio para o país em 1899, inicialmente com a concessão para atuar no transporte público de bondes elétricos. Em pouco tempo não apenas conseguiu ampliar seus negócios e atuar na produção de energia elétrica para os diferentes usos urbanos (residências, iluminação, indústrias, etc.) como praticamente conquistou o monopólio da produção de energia na capital do estado. Desde a sua instalação em São Paulo a companhia adotou a estratégia de se associar em relações íntimas com políticos e representantes da elite local⁹¹ como meio de se estabelecer e conseguir facilidades nos processos de concessões e de desapropriação de terras para implantação das suas atividades. Outro fator que beneficiou sobremaneira a atuação da empresa representante do capital monopolista internacional no país foi a quase inexistência de regulamentação das atividades hidrelétricas até a década de 1930. Os grandes triunfos da companhia na bacia do Alto Tietê foram conquistados apressadamente, antes da consolidação da regulamentação do setor pelo Código das Águas de 1934, que estabeleceria a prioridade do uso das águas para o consumo humano (Ibdem, 2002).

São Paulo não atingia sequer a décima parte da atual, senão como problemática derivada da produção da água?

⁹⁰ Inicialmente nas usinas de Santana de Parnaíba (1901) e de Pirapora do Bom Jesus (Rasgão e Edgar de Souza, em 1924), e posteriormente na usina Henry Borden (1926) em Cubatão, além de em uma grande variedade de outras hidrelétricas de menor porte distribuídas por toda a bacia do Alto Tietê e adjacências.

⁹¹ No período em que se instalava em São Paulo a empresa contratou como consultores figuras ilustres da oligarquia local, como “Alfredo Maia (ex-ministro de estradas de ferro e obras públicas) e Carlos de Campos (ex-secretário de justiça)” Ela também “mantinha vínculos bastante estreitos com o Partido Republicano Paulista (PRP)” (Ibdem, 2002, p. 86).

Desse modo, gradativamente a empresa conseguiu uma série de concessões sobre praticamente todas as águas circundantes a São Paulo num raio de centenas de quilômetros, utilizando-as com a finalidade única da geração de energia elétrica. O Projeto Serra, elaborado pelo engenheiro Billings e aprovado pelos poderes públicos (instância Federal e Estadual) foi certamente a grande cartada que consolidou esse monopólio das águas e selou definitivamente o futuro da emblemática relação que São Paulo viria a estabelecer com a escassez de recursos hídricos para o abastecimento humano, tendo a partir de então de recorrer a importação de águas de outras bacias hidrográficas localizadas a dezenas de quilômetros da capital⁹².

O **Projeto Serra** possibilitou a reversão das águas de toda a bacia do Alto Tietê para a geração de energia elétrica em Cubatão, na Baixada Santista. A concessão do projeto inicial ocorreu em 1925 e previa a construção de um complexo conjunto de obras de engenharia hidráulica, composto por 14 reservatórios espalhados pela metrópole e articulados por 12 túneis e 2 canais, encaminhando as águas para o reservatório do Rio Grande, a ser construído (atual Billings), de onde seriam convertidas para o reservatório do Rio das Pedras (a ser construído, já na vertente marítima) e desceriam por tubulações até Cubatão aproveitando um desnível excepcional de mais de 700 metros. Até mesmo as águas da Represa Guarapiranga (inaugurada em 1909 para regularizar a vazão do Tietê no período de estiagem para a geração de energia em Santana de Parnaíba) seriam revertidas para a Billings para movimentar as turbinas da Henry Borden. Mas note-se que no projeto inicial **não constava ainda a reversão do Rio Pinheiros**.

Em 12 de outubro de 1926, apenas 15 meses após o início da construção do Projeto Serra, a primeira turbina começou a funcionar, com a capacidade instalada de 28 MW. O Projeto Serra foi um imenso sucesso; a questão que se debatia na diretoria da empresa no período era como vender a abundante energia a ser produzida: **“eu acredito que nossas estimativas presentes de energia disponível são seguras e que pela manipulação cuidadosa dos problemas administrativos envolvidos nós podemos aumentar a energia disponível. No meu caso, nosso problema por muitos anos será o de vender o grande suprimento disponível”** (Ibdem, 2002, p. 105, grifos nossos) (O trecho em negrito é parte de uma correspondência de

⁹² O principal sistema produtor de água da metrópole (Sistema Cantareira) é composto por uma extensa rede de represas e tubulações que contam com as águas dos rios Jaguari e Camanducaia, que nascem no sul de Minas Gerais na região do município de Camanducaia, a cerca de 140 quilômetros da capital paulista.

A. W. K. Billings a R. C. Brown em 30 de março de 1926, anterior a inauguração da obra).

O projeto inicial foi modificado pela diretoria da empresa em 1927, no ano seguinte a sua inauguração, com vistas a aperfeiçoá-lo, ampliando sua capacidade e conduzindo as águas do Tietê até o Reservatório Billings por outros meios e caminhos, através da utilização do canal do Rio Pinheiros. Para tanto teria de recorrer-se a reversão do seu curso, que envolveria a alteração da sua calha original com obras de retificação e a construção de duas usinas elevatórias (Pedreira e Traição) . Dentre os argumentos utilizados para pressionar o poder público e a população a aceitarem o novo projeto (que incluía a reversão do Rio Pinheiros) a Light destacou exaustivamente a questão do combate às enchentes, a possibilidade de navegação sobre o rio Pinheiros e a solução definitiva para o problema do colapso de energia que poderia assolar São Paulo⁹³ (Ibdem, 2002, p. 106). Como ficou demonstrado pela história da urbanização de São Paulo, a questão do controle das enchentes e da navegação sobre seus rios principais jamais saiu do papel, mas serviram – e ainda servem, como grande fonte de discursos e promessas políticas utilizadas na persuasão da opinião pública, principalmente em períodos eleitorais.

Estas modificações desfiguraram completamente o projeto original, e o complexo de represas que seria construído no Alto Tietê não mais seria necessário. Isto quer dizer que o projeto original de construir várias represas no Alto Tietê e ligá-las por túneis e canais, para jogar as águas na vertente oceânica, durou somente de março de 1925 até dezembro de 1927. A aprovação da segunda concessão (Lei Estadual 2.249/1927) significou, na verdade, que o reservatório do rio Grande seria ampliado e o rio Pinheiros teria seu curso invertido mediante a construção das elevatórias de Traição e Pedreira. Esta concepção seria realizada gradativamente nas décadas de 1930 e 1940. O Pinheiros invertido traria as águas do Tietê, já saturadas por esgotos, para serem armazenadas em grandes reservatórios (Rio Grande, 130 km², e rio das Pedras, 7,6 km²), para depois atravessarem as escarpas da Serra do Mar, em uma queda de 715 metros. **Enfim, não era um projeto hidrelétrico convencional, mas um projeto que viria a afetar a totalidade dos recursos hídricos da Região Metropolitana de São Paulo** (Ibdem, 2002, p. 108, grifos nossos).

⁹³ Note-se a mudança radical no discurso da direção da empresa. Ainda no ano anterior, conforme registro da correspondência do engenheiro Billings (citação), falava-se em excedente de produção energética ocasionando o problema de não ter a quem vender a energia. Com a mudança da concepção do projeto inicial, incluindo a reversão do Rio Pinheiros no ano seguinte, passou-se a defender a tese do colapso de energia elétrica eminente. Como veremos adiante, essa ideologia presente ainda hoje, justificou (e ainda justifica) a manutenção do monopólio das águas para a geração de energia elétrica durante todo o século passado.

A Light conseguiu o monopólio das águas do Alto Tietê mesmo sem haver a necessidade imediata (e mesmo por décadas) de tanta produção energética, consolidando uma verdadeira estratégia de garantia do seu espaço de manobra para as décadas seguintes e eliminando a possibilidade de outros usos da água (já estavam comprometidas com a energia elétrica!). Contudo a representação dominante de todo o processo de assenhoreamento das águas pela Light emplacou a versão de que o aumento da capacidade produtiva foi uma demanda induzida pelo crescimento do setor industrial localizado em São Paulo. Por essa ótica, a companhia teria desempenhado um papel crucial para o desenvolvimento da sociedade paulistana, não importando a que custos.

A monopolização das águas da metrópole pelo capital internacional não realizou-se sem embates e disputas políticas (todos vencidos pelo grande poder econômico da companhia estrangeira), uma vez que coexistiram outros projetos submetidos a avaliação do poder público, que almejavam o uso múltiplo das águas da bacia (abastecimento, navegação e energia elétrica) e já alertavam sobre os riscos de escassez de água para o consumo humano no futuro, caso elas fossem comprometidas com a geração de energia elétrica.

O período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século passado foi marcado por embates técnicos e políticos a respeito dos usos das águas de São Paulo para o abastecimento humano - concomitantemente ao açambarcamento total promovido pela Light. Havia duas linhas principais e distintas referentes ao uso das águas para o abastecimento humano. Uma delas entendia que se deveria recorrer ao uso das “águas altas”, com localização distante da cidade, como as que se encontravam na Serra da Cantareira ou na região das nascentes do rio Tietê. Apoiavam-se no argumento da pureza das “águas altas”, distantes dos núcleos urbanos e na inviabilidade técnica para o tratamento das “águas baixas” (apoiando-se na desconfiança quanto a capacidade de purificação através das técnicas de tratamento da época); para viabilizar suas propostas teria-se de recorrer a grandes obras de engenharia hidráulica (sistemas de adução extensos) para captação da água em lugares distantes.

A segunda linha defendia o uso das “águas baixas” dos Rios Tietê e Pinheiros, que seriam captadas a montante dos núcleos urbanos consolidados de São Miguel, no caso do Tietê, e de Santo Amaro, no caso do Pinheiros⁹⁴, onde atualmente se localiza a represa Billings. Dentre os defensores da segunda linha encontravam-se sanitaristas proeminentes da época, como Theodoro Sampaio e Saturnino de Brito. O principal argumento de defesa do uso das “águas baixas” era o da sua maior disponibilidade, os custos mais reduzidos para a produção da água (por não haver a necessidade de grandes obras de adução) e a existência de técnicas modernas capazes de promover o tratamento das águas com eficiência, como já vinha ocorrendo em outros países. Defendia-se que poderiam ser criadas áreas de proteção ambiental nas regiões de captação do Tietê e Pinheiros - que naquele momento ainda possuíam uma ocupação urbana bastante rarefeita. Questionavam a proposta do uso exclusivo das “águas altas” pois estas existiam em quantidade reduzida e envolviam grandes gastos econômicos (Victorino, 2002).

A opção pelo uso das “águas altas” e distantes foi a grande vencedora do embate. Coincidentemente era a opção mais compatível com os interesses da Light em São Paulo⁹⁵. Nesse contexto foram aprovados os projetos do Sistema Cotia, que entrou em operação em 1917 com uma produção média de mil litros por segundo, e o polêmico Sistema Rio Claro⁹⁶, aprovado em 1925 e que só entrou em operação em 1932 (com uma capacidade muito aquém da projeção). Ao longo das décadas sempre verificou-se a opção por medidas oportunistas e temporárias, que nunca tiveram por objetivo solucionar a questão pensando num período de longo prazo. Vivenciava-se um momento de forte crescimento urbano, havendo inclusive estudos que indicavam a formação eminente da metrópole.

⁹⁴ Um dos projetos defendido pelo sanitarista Theodoro Sampaio almejava o uso do rio Grande como fonte de abastecimento humano. Momentos mais tarde esse rio (principal afluente do rio Pinheiros) seria apropriado pela Light através da construção da Represa Billings.

⁹⁵ Waldman (2005) identificou a presença velada de uma aliança entre os interesses do setor hidroelétrico, as grandes empreiteiras e o setor imobiliário. Todas se beneficiavam com a opção pela realização de grandes obras de captação de água em lugares cada vez mais distantes.

⁹⁶ Dentre as polêmicas que envolveram esse projeto que visava buscar água a cerca de 70 quilômetros de distância, destaca-se a ocorrência comprovada de superfaturamentos e gastos excessivos, a sua inviabilidade técnica decorrente da falta de estudos prévios (visava captar 6 mil litros por segundo mas na prática operaria apenas com 3,8 mil litros por segundo) e o prolongamento excessivo do tempo para entrar em operação; a obra foi aprovada em caráter emergencial, pois São Paulo passava por uma das suas maiores crises de água, associadas a estiagem dos anos de 1924 e 1925 (Victorino, 2002).

O comprometimento das águas com o primado do setor energético trouxe conseqüências graves para o futuro do abastecimento hídrico em São Paulo. Uma vez que as águas não seriam utilizadas para o consumo humano não foi prioridade a preocupação em proteger suas qualidades de limpeza através da produção de sistemas de esgotamento sanitário⁹⁷. Ao contrário, parece que a prática da contaminação das águas pelo esgoto e demais resíduos urbanos foi uma estratégia velada e eficiente que permitiu a continuidade do monopólio do setor energético sobre as águas, (que a partir de um dado momento estariam definitivamente inviabilizadas para o consumo humano devido ao seu completo comprometimento pelos esgotos). Mesmo porque os afluxos de esgoto aumentavam o volume das águas a movimentar as turbinas da Henry Borden, permitindo que a companhia aumentasse a sua produtividade⁹⁸.

A Light-Eletropaulo tornaram-se parceiras de uma política de geração de esgotos. Quanto mais esgotos fossem encaminhados para o sistema, tanto melhor, pois desta forma a Light poderia gerar mais energia sem arcar com qualquer custo adicional. Tal proposição está subjacente nas soluções pensadas para o sistema Billings desde pelo menos os anos 50 (projetos Greeley-Hansen, Hazen-Sawyer e Hibrace), nas quais os interesses da empresa para direcionar os esgotos visando a geração de energia são manifestos. Estes projetos contrastavam com a Solução Integrada, idealizada no bojo do PMDI, datado do início dos anos 70 e que preservava os mananciais da Billings para prover o abastecimento de água da RMSP (WALDMAN, 2005, p. 512).

Além de movimentar as turbinas da Light, as águas completamente tomadas pelo esgoto justificavam a opção pela realização de caríssimos projetos de abastecimento que captavam águas em lugares cada vez mais distantes, como o Sistema Cantareira (inaugurado em 1975), que por seu lado, alimentava um filão de contratos milionários com empreiteiras e agências de financiamento externo (Ibdem, 2005). As estratégias econômicas da companhia estrangeira comprometeram a captação da maior parte da água disponível na bacia hidrográfica do Alto Tietê para o abastecimento humano, como no exemplo emblemático da Represa Billings, que recebeu durante décadas o esgoto de toda a cidade de São Paulo, dos municípios da região leste da metrópole, via rios Tietê e Pinheiros e dos municípios da região do ABCD paulista, inviabilizando o consumo da maior parte das águas da

⁹⁷ As grandes obras de saneamento básico vieram a ser iniciadas apenas nos anos 70, durante a Ditadura Militar.

⁹⁸ A defesa dessa tese que revela a polêmica estratégia do uso político do esgoto pode ser encontrada em Martins (1999), Victorino (2002), Rocha (2003) e Dowbor (2005), dentre outros.

represa. O ápice da contaminação da Billings ocorreu ao longo dos anos 70 e 80, quando se verificaram vários episódios de alta mortalidade de peixes, proliferação de algas e o mal cheiro associado com a poluição das águas. Os impactos ecológicos juntamente com a manifestação de moradores e associações locais atraíram a atenção da imprensa e da opinião pública, que passaram a pressionar o poder público, resultando na restrição do bombeamento das águas do Tietê via rio Pinheiros para a Represa Billings em 1992. Até outubro daquele ano eram vertidas para a represa cerca de 50 mil litros por segundo de água contaminada, via canal do rio Pinheiros.

Ainda hoje prevalece o primado energético como norteador da gestão da Billings, mesmo após a restrição do bombeamento das águas do Tietê pelo canal do Pinheiros. O governo do estado de São Paulo ainda se vê frequentemente pressionado por grupos econômicos atrelados ao setor energético com o objetivo de reativar a hidrelétrica, cuja produção foi reduzida em 75% com o fim do bombeamento das águas do Tietê. Foram apresentados projetos para contornar a proibição de bombeamento, por exemplo, através da recuperação da qualidade das águas do rio Pinheiros pelo intermédio de processos de flotação das águas, implantados na gestão do governador Geraldo Alckmin (2001-2006) (Ibdem, 2005). Ainda assim a Billings atende atualmente cerca de 1,6 milhões de pessoas através da utilização de parte das águas dos braços da represa com localização mais distantes do seu corpo central. Caso a hidrelétrica volte a atuar com toda a sua capacidade instalada, através do reativamento da reversão das águas do Tietê, sua produção representaria apenas cerca de 5% da energia consumida na metrópole (ROCHA, 2003).

5 - Apontamentos finais.

Realizamos um longo percurso na tentativa de demonstrar a validade da hipótese de que a crise de abastecimento hídrico e a ocupação dos mananciais da represa Guarapiranga se colocam como contradição sócio-espacial decorrente do desenvolvimento do capitalismo e da urbanização em São Paulo. Nesse sentido, invertemos o foco de análise e tentamos entender a problemática pela ótica da reprodução do espaço urbano, dedicando muito mais tempo e páginas com as questões relacionadas com o processo de urbanização, para localizar a problemática dos mananciais e do abastecimento hídrico no processo de produção do urbano. Entendemos que esse foi um caminho necessário para que fossem restituídas as bases de um fenômeno que muitas vezes é representado de forma fragmentada, como uma “crise ecológica”, permitindo compreendê-lo como parte da crise social que se coloca de forma cada vez mais consistente no momento atual, de reprodução das relações de produção.

O processo de urbanização de São Paulo ao longo do século XX ocorreu como produto e em meio da consolidação da industrialização e das relações sociais capitalistas. A produção do espaço urbano ocorreu de forma muito rápida e intensa, reproduzindo e ampliando as contradições derivadas dos processos da acumulação capitalista que se introduziam no país, sob o rótulo de modernidade. A urbanização paulistana, caracterizada desde os primórdios da industrialização pela valorização e segregação sócio-espacial, não apenas colocou-se como um dos principais elementos apropriados pelos processos de acumulação, auxiliando na valorização do capital através da produção do espaço, como intensificou e mesmo incorporou novas contradições ao processo de reprodução da sociedade, promovendo um movimento que sinaliza para a transição das contradições **no** espaço para as contradições **do** espaço. Procuramos demonstrar ao longo do trabalho o processo de ocupação dos mananciais pela expansão da periferia urbana, produzida através de relações sociais contraditórias, num movimento que sinaliza para a consolidação de uma nova contradição do espaço em São Paulo.

A periferia urbana cresceu de forma intensa ao longo de todo o processo de industrialização, mantendo o mesmo movimento expansivo durante as últimas décadas, em que o capital financeiro juntamente das demais atividades do setor terciário e terciário moderno assumem cada vez mais a dianteira dos processos hegemônicos de acumulação, que na maior parte do século XX foram capitaneados pela indústria. A partir de um determinado momento essa expansão urbana precária defronta-se com as áreas de mananciais, protegidas por legislação específica e utilizadas como uma das principais fontes de abastecimento hídrico da metrópole, no extremo sul de São Paulo. A problemática que se formou, representada como problemática dos mananciais de São Paulo, decorreu, portanto, dos processos de expansão da periferia urbana da metrópole mais rica do país. Desse modo entendemos que foi primordial entender os processos sociais envolvidos na produção e reprodução da periferia urbana.

Ao mesmo tempo e contraditoriamente, parte expressiva da região dos mananciais passa por um processo de valorização do espaço, que decorre da condição excepcional da região como “área natural”, em meio de uma metrópole marcada cada vez mais pela raridade da natureza. A expansão da periferia urbana nas áreas de mananciais coloca-se como uma barreira aos processos de valorização e apropriação das “áreas naturais” pelo mercado imobiliário voltado para as classes de renda elevada. Em meio desse embate pela apropriação do espaço, o discurso ecológico coloca-se como um dos principais embasamentos que justifica a “eliminação” da presença dos habitantes pobres da região. Na condição de moradores irregulares das áreas de mananciais, os habitantes da periferia no extremo sul de São Paulo são fortemente estigmatizados por uma representação que os identifica como principais causadores da crise de abastecimento hídrico que envolve a metrópole, como responsáveis individuais pela contaminação das águas da represa.

Ao longo do trabalho procuramos desmistificar essa representação ideológica que responsabiliza os moradores da periferia urbana nos mananciais da Guarapiranga pela crise de abastecimento hídrico. Trata-se de uma representação que sob o rótulo da bandeira ecológica, ao mesmo tempo em que obscurece a disputa pela apropriação do espaço, que sinaliza para o embate entre as diferentes

classes sociais, faz tabula rasa de todo o processo histórico de urbanização e das contradições sociais que caracterizam a reprodução do espaço urbano em São Paulo. Ao mesmo tempo joga uma “cortina de fumaça” sobre o entendimento da crise de abastecimento hídrico na metrópole, que resulta de uma série ampla de conflitos e embates entorno de diferentes questões, como os interesses do setor energético na bacia do Alto Tietê, a gestão dos serviços de saneamento básico, que são realizados de forma muito precária e ineficiente e a transformação da água em mercadoria, utilizada como mais um dos símbolos da diferenciação social através do consumo.

Nesse sentido, os resultados obtidos em nossa pesquisa corroboram com os apontamentos realizados por Rodrigues (2006), de que a

Crise ecológica, do meio ambiente são manifestações do sucesso do modo de produção de mercadorias que provoca a destruição de riquezas naturais, **empobrece cada vez mais a classe trabalhadora**. Mas as contradições e conflitos de classe estão ocultas pela ideia do meio ambiente como bem comum e da necessidade de pensar nas gerações futuras. **A crise do meio ambiente é a alavanca para o capital esmaecer, ocultar as classes sociais, as diferentes formas de apropriação, propriedade, uso das riquezas naturais, do ambiente, deslocando o conflito entre classes, entre países, para o conflito entre gerações** (RODRIGUES, op. cit., p. 112, grifos nossos).

* * *

Enfim, concluímos esta pesquisa sem encerrar o assunto, uma vez que muitas questões ficaram em aberto ou mesmo não foram plenamente esgotadas ou abordadas. Em momento algum tivemos a pretensão ingênua de fazer um trabalho com o objetivo de colocar um ponto final na questão dos mananciais de São Paulo. Temos consciência de que somos pesquisadores limitados, submetidos aos processos de proletarização e da divisão social do trabalho, bem como da complexidade dos fenômenos e processos que envolvem a urbanização de São Paulo. Nossa pesquisa enveredou-se por uma Geografia cujo objetivo foi o de revelar processos e contradições fundamentais para a reprodução da sociedade e do espaço, obscurecidos pelas formas hegemônicas de representação dos fenômenos sociais - muitas vezes falsamente reduzidos a problemas naturais. Trata-

se de um trabalho que caminha na contramão das tendências aceitas e induzidas pelo mercado e pelo Estado sobre o tema.

Nesse sentido acreditamos ter lançado um pequeno raio de luz, que juntamente com outros, buscam iluminar o entendimento e compreensão da problemática urbana decorrente da reprodução do capitalismo em São Paulo.

6 – Anexos

6.1 – Artigos em jornal impresso

Anexo A

4A JTCIDADE | JORNAL DA TARDE | SEXTA-FEIRA, 9/12/07

GESTÃO AMBIENTAL

>Municípios que não se adequarem ao pacote de medidas terão suas verbas estaduais congeladas

Vamos fazer as coisas acontecerem de verdade. Desde o primeiro dia eu disse que a tolerância seria zero

FRANCISCO GRACIANO
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

Ações mais importantes

>As cidades terão de extinguir lixões, controlar a poluição do ar e dos rios e barrar o desmatamento

21
medidas

Integram pacote de gestão ambiental da Secretaria do Meio Ambiente

Tolerância zero no Estado

SECRETÁRIO AMBIVOLTA
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

Tolerância zero no gestão ambiental do Estado de São Paulo. Os municípios que não atingirem os limites, controlando a emissão de lixo, a poluição dos rios, o controle de desmatamento e a poluição do ar terão suas verbas estaduais congeladas. Essa é a mensagem do pacote de 21 medidas que serão instituídas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

“Quer ainda não tenham a quem se achem, eu vou deixar a zona de um estado como o Estado do Paraná (governador Antonio Carlos Praxedes) e o Estado do Mato Grosso do Sul (governador Roberto Rodrigues). Vamos desempenhar um papel fundamental na atual administração”, disse o secretário do Meio Ambiente Francisco Graciano Neto. O congelamento de verbas durante todo o ano de 2008 será aplicado em municípios que não atingirem as metas estabelecidas. Segundo Graciano, essa ação só será possível porque a ideia conta com o apoio imediato do governador José Serra. Ainda de acordo com o secretário, as propostas previstas não são medidas radicais. “Alguns projetos são considerados ambientais demais”, afirmou.

Projetos ambiciosos

Aparentemente, nenhuma medida jamais foi proposta em qualquer município em um governo recém-eleito, mas em alguns estados agora se tem “gestão de crise radicalizada”, afirmou. Alguns projetos são considerados ambientais demais.

E o caso, por exemplo, do Lixo Zero. Francisco Graciano é contrário ao sistema que quer evitar que desapareça o mapa de São Paulo. A proposta é incentivar a criação de aterros sanitários em municípios de-

la costeira, cobras asfálticas e outras ações.

O problema inicial para implementação desse projeto deve ser o de que bases tecnológicas e econômicas tenham sido desenvolvidas. Essas dependem das condições por empresas, que empregam pessoas, que movimentam maquinário, etc.

Medidas ‘barres’

Além disso, o pacote ambiental traz outras “barres”. Destacando o nome Ponto Zero. O primeiro do respeito à preservação ambiental dos áreas verdes e zonas do Estado. Já em relação à fauna, a intenção é criar uma legislação específica. Atualmente, o controle da fauna ocorre de forma visual. “Tudo a fiscalização é realizada com o auxílio de papel. A Cetesb é responsável por isso. Os inspetores públicos também esta-

vilhões de reais de aplicação”, afirmou Graciano.

São Paulo Anigo de Antares é um dos projetos que deve gerar mudanças que transportem mudam oriunda da Amazônia para proibidos de entrar no Estado. “O do São Paulo depende da floresta. Precisamos caracterizar esse potencial da conservação a nível global, mas também em nível”, disse o secretário. A Agência de Regulação de Recursos Ambientais (ARCA) também será criada para monitorar o cumprimento das metas estabelecidas nos municípios. “Nosso trabalho é garantir que as metas sejam cumpridas em nível, a implementação de um, no mesmo e todos de seguir. Para atingir esse objetivo, Graciano promete estabelecer um plano de trabalho específico. “Nosso trabalho é garantir que as metas sejam cumpridas em nível, a implementação de um, no mesmo e todos de seguir. Para atingir esse objetivo, Graciano promete estabelecer um plano de trabalho específico. “Nosso trabalho é garantir que as metas sejam cumpridas em nível, a implementação de um, no mesmo e todos de seguir. Para atingir esse objetivo, Graciano promete estabelecer um plano de trabalho específico.”

PRINCIPAIS MEDIDAS DO PACOTE

<p>1. Desmatamento Zero</p> <p>Proibição de fiscalização total das áreas de preservação ambiental. Na área gerida, somente locais de mata nativa deverão ser desmatados.</p>	<p>4. Fumaça Preta Zero</p> <p>Novas tecnologias para evitar a fumaça de queimadas. Atualmente, essa fiscalização é feita de forma visual.</p>
<p>2. São Paulo Anigo de Antares</p> <p>Proibição de entrada de espécies vivas de Antares. Os cidadãos que transportarem para dentro do Estado deverão ser multados.</p>	<p>5. Guarapiranga</p> <p>O objetivo é limpar o rio e controlar a poluição. A intenção é que o rio seja utilizado para recreação e lazer.</p>
<p>3. Lixo Zero</p> <p>Grupos deverão atuar no mapa de Cetesb. A Secretaria irá apoiar aterros sanitários em áreas.</p>	<p>6. Recuperação de rios</p> <p>Trata-se de um conjunto de projetos de recuperação e de tratamento de rios.</p>



Atenção especial à Represa Guarapiranga

O pacote ambiental da Secretaria do Meio Ambiente inclui como ação de alta prioridade a recuperação da bacia hidrográfica do Guarapiranga. A intenção é limitar o crescimento populacional e a construção de novas casas nas áreas de mananciais. Ação fundamental estratégica para o governo. É da bacia de Guarapiranga que são extraídos 1 bilhão de litros por dia de água para abastecer cerca de 17 milhões de pessoas no Estado de São Paulo. A bacia é considerada uma das mais importantes do Brasil.

“É um problema muito sério. Vamos atuar na solução desse problema. Quer saber quem construiu aquelas casas e investigar as fontes de material de construção que eventualmente foram usadas para construir essas casas”, disse o secretário estadual do Meio Ambiente, Francisco Graciano Neto.

Antes de retirar a população que já está instalada irregularmente no local, Graciano pretende caracterizar essas famílias. “Eu quero que eles digam em sua família que morar em áreas como essa não é bom, é perigar a vida”. Para a remoção das famílias, o secretário estadual irá agir em parceria com a Prefeitura.

No Capitão, a secretaria também irá apoiar outras ações de medidas ambientais e o Projeto Ponto Zero, iniciado no município de São João do Rio Preto, no Estado de São Paulo. “Queremos promover a conscientização. O cidadão tem uma participação importante na preservação do meio ambiente”, afirmou Graciano. Propostas que incluem a criação de uma comissão de preservação da Serra do Mar e do Cascalho Negro.

246 Frederico Bertolotti

METRÓPOLE

INCLUI CLASSIFICADOS



Urbanismo
Demolição do S. Vito e Mercúrio já pode começar
p. 14



Tragédia no Rio
Enterrado corpo de menina que caiu do 5.º andar
p. 13



História
Aprovada instalação de museu na Casa das Retortas
p. 12

AMBIENTE

Prefeitura asfalta área de manancial

Enquanto subprefeitura tenta tirar famílias de áreas invadidas, secretaria urbaniza, às margens da Guarapiranga

Eduardo Reis

A Prefeitura de São Paulo está asfaltando e criando ruas, até com galerias de águas pluviais, em áreas de proteção permanente na beira da Represa de Guarapiranga, na zona sul da capital. As obras fazem parte do Programa de Recuperação dos Mananciais, que prevê investimentos de R\$ 1,2 bilhão. Ao mesmo tempo que a Secretaria de Habitação faz urbanização no Jardim Vera Cruz, a Secretaria do Meio Ambiente, a Subprefeitura do MBO Mirim e a Guarda Ambiental tentam retirar famílias que ocupam áreas irregulares. No bairro vizinho, no Jardim São Luís, a obra de canalização de esgoto foi abandonada depois da derrubada de várias casas, no Parque Japão. A paralisação da obra trouxe de volta várias moradores, que reergueram as tendões em meio aos escombros da demolição e ao esgoto ao ar livre.

No Vera Cruz, a Secretaria de Habitação está abrindo algumas ruas e asfaltando outras, mesmo com a necessidade de remoção de famílias que ocupam áreas de proteção. Na Rua Benjamin Constant, trançado dos bônus recebeu notificação da Guarda Ambiental para deixar o local no dia 19 de junho. Tinha pouco de 15 dias para deixar a casa, que seria demolida. Condi-



FOTO: ALÉSSIO COSTA/REUTERS

No Parque Japão, remoção de casas e canalização ficam pela metade

Ele conta que outro morador, cinco meses depois da sua, recebeu um lote do outro lado da via para deixar a área que ocupava. "É complicado. Muro aqui há cinco anos. Tenho cartão de lojas que compravam o tempo que eu não, não tenho onde ir. Mas ao mesmo tempo eles tiram uma família vizinha de lá e cobrem do outro lado da rua. Não consigo entender", afirma Santos, que tem dois filhos e uma mulher está grávida no sétimo mês.

A favela do Vera Cruz é um dos núcleos habitacionais que se adensaram em locais penhidos ao lado da Guarapiranga. A vegetação nativa foi retirada para dar lugar às casas. O esgoto é despejado diretamente nos córregos que deságuam no manancial. Não há água encanada nem energia elétrica regularizada. "É todo 'gato' mesmo. Mas queremos regularizar essa situação, pagar impostos, colaborar de melhor maneira possível", diz Leticiana Arif da Costa, um dos líderes comunitários do local.



DUAS PRONTAS - Vegetação nativa foi retirada para dar lugar às casas e o esgoto é despejado diretamente no manancial; moradores reclamam que remoções só atingem um lado



CONSTRUÇÃO DE GALERIA PLUVIAL - Urbânização de rede de esgoto público

Ele conta que quatro famílias já receberam R\$ 5 mil da Prefeitura para deixar o local, mas que essas pessoas apenas se mudaram de rua. Foram arrendar outra área bem próxima, por causa da urbanização que está sendo feita pela própria administração municipal.

ADENSAMENTO
Somente na região do M'Boi Mirim, nos Jardins São Luís e Angélica, uma nova casa é construída ou ampliada a cada 24 horas. As ações de encruzilhadas de vários organismos da Prefeitura emperram o desenvolvimento

do Programa de Recuperação dos Mananciais. O fat é o despejo de moradias, além de obras de urbanização em áreas invadidas e de proteção, estão ajudando a adensar ainda mais a área. Isso mantém o despejo do esgoto na natureza nos córregos que deságuam na represa, além de expor milhares de pessoas a sujeira e doenças.

É assim no Parque Japão, por exemplo, na favela entre as ruas Herculano e Pilbarra. Em 2004, ainda na gestão do prefeito Marta Suplicy (PT), foi iniciada a demolição de várias casas - para que fosse feita a canaliza-

Plano beneficia 44 mil famílias

O Programa de Recuperação dos Mananciais prevê investimentos de R\$ 1,22 bilhão em obras de urbanização e infraestrutura nas regiões das bacias da Guarapiranga, do Billings, do Alto Tietê-Caponeiras, da Costeira e de Cotia. A meta é concluir as obras até 2011 em 45 favelas, beneficiando 44.490 famílias no entorno da Guarapiranga e do Billings. Essa etapa teve início em julho

de 2008. Estão previstos 42 quilômetros de drenagem e canalização, 112 quilômetros de rede de água e 186 quilômetros de redes de esgoto. As verbas para as obras vêm dos governos de São Paulo e da União (pelo Plano de Aceleração do Crescimento), das prefeituras de São Paulo, São Bernardo do Campo e Guarulhos e do financiamento do Banco Mundial e da Sabesp. ■ e.a.

ONDE FICA



MANANCIAIS

ção de esgoto. Mais de cem imóveis foram derrubados, mas a obra parou em seguida. Nem sentido financeiro, mas logo as áreas começaram a ser ocupadas novamente. Portas viraram pontes improvisadas sobre o esgoto e o entulho se transformou em habitat de ratos e baratas. Crianças brincam em meio à sujeira que ocorre diretamente para a Guarapiranga.

"Tiram as famílias das casas, prometendo um novo lugar para morar. As máquinas entraram aqui, quebraram tudo depois foram embora. Agora virou uma sujeira só. Os mo-

radores são obrigados a passar ao meio do esgoto. Dizem que vão voltar a tirar as pessoas daqui, mas não dão informações certas. Se chegarem de surpresa para remover as pessoas, vamos resistir. Não podem tratar a gente dessa jeito", reclama Helton do Nascimento, morador há 25 anos no Parque Japão.

Sua vizinha Valdirene Lessa reclama que os ratos invadem as casas durante a noite e pode maior agilidade na urbanização. "Aqui tem ratoeira e dois gatos, mas não adianta. Já roeram o cabo do celular, da televi-

ção e da geladeira. Quando chove, a água misturada com esgoto bate na minha parede. Não tem por onde passar. A suja é pior em cima."

"Fizeram o serviço pela metade. Não queriam continuar jogando esgoto na represa. Tem vereador que vem aqui, promete ajudar, leva mesmo todo, mas nada acontece. Para onde está todo o dinheiro do programa de recuperação dos mananciais? Aqui é que não está", diz Manoel Ramos Curvalho, presidente da Associação Amigos do Jardim São Francisco, onde fica o Parque Japão. ■

Pavimento será removido, diz administração

"Famílias notificadas devem sair, porque ocupam irregularmente a área", diz nota

A Prefeitura informou que as áreas que estão sendo pavimentadas no Jardim Vera Cruz serão removidas mais adiante, sem precisar a data, pois fazem parte de áreas de circulação necessárias para obras no local. A administração esclarece que no Jardim Vera Cruz, "as obras são feitas em comum acordo com as diretrizes da Secretaria

do Meio Ambiente". "As famílias notificadas para deixar a região devem sair porque ocupam irregularmente a área e lá se instalaram há poucos meses". No local, onde também existe um córrego e uma nascente, será implantado um pequeno parque com destinação para proteção à nascente, segundo a Associação de In-

formação da Prefeitura. "A pavimentação prevista no projeto no lote do córrego não foi implantada. Algumas áreas pavimentadas serão removidas, porque servem apenas para a circulação necessária para obras", explica a nota. A Secretaria de Habitação responde pelas ações do Programa Mananciais. São recursos

da ordem de R\$ 1 bilhão, para atender 80 nichos precários, com o objetivo central de retirar os esgotos que vão para a represa, eliminar situações de risco e dotar essas áreas de características comuns aos bairros formais da cidade, afirma. Quanto à Operação Defesa das Águas, continua o texto, é responsabilidade da Secretaria

de Segurança Urbana. "As ações visam a combater ocupações irregulares nos mananciais. Por isso, a operação garante o cumprimento das áreas, impedindo que novas construções sejam erguidas e possibilitando que a Sabesp, com a urbanização, limpe, por exemplo, que o esgoto dessas áreas invadidas caia diretamente nos córregos, já que eles desembocam na represa e poluem a água". A Subprefeitura, pela Operação Defesa das Águas, finalizou construções novas, antes que se transformassem em casas, ou seja, antes que sejam habitadas. ■

A Subprefeitura de M'Boi Mirim já realizou 405 demolicões (derrubadas de casas construídas ilegalmente), após 22 milhas e fez 2 apreensões de caminhões que transportavam entulho de forma irregular. Conta com um efetivo de mais de 300 guardas civis municipais ambientais, que fazem rondas diárias na região e dois subterfúos por mês. Sobre a obra iniciada no Parque Japão, a Prefeitura informou que não consta nos arquivos a obra de canalização de esgoto no local, que pode ser de responsabilidade da Sabesp. ■ e.a.

RETRATOS DA CIDADE

A vida na vila onde tudo é ilegal

Bem à beira da represa, moradores chegam a se divertir por estragarem a água que o 'pessoal do Morumbi' bebe



ÁREA DE PRESERVAÇÃO - Na Guarapiranga, periferia da zona sul da capital, a ocupação desse rio é regular em nas sinuosas e de terra. O solo frágil das margens faz qualquer chuva provocar erosões imensas

Sérgio Duran

Da a terra da Vila Mariana que a Sabesp está pirando na floresta Guarapiranga para que os investidores das margens morrem à míngua, sem poder pagar. A Favela de Jardim Aracati, região da Subprefeitura



Planos para a área mostram conflitos políticos

reservatório, numa parte que um dia foi alagada, mas agora virando pântano com a seca.

Todos ali sabem que não ligam e chegam a se divertir com o fato de estarem "estragando" a água que "o pessoal do Maricã" bebe. Mas afirmam não emergir outra opção de moradia. "Ah, pode ser o que for, mas eu estou no céu", conta o estudante de Ilsepeza Roseli Benedito dos Santos, de 34 anos, que trouxe Osaeco pela Maricóca. "Muito do que pagar alagad."

Como Roseli, o jardineiro desempregado Ronaldo Alexandre, de 36, comprou de terceiros o terreno na favela, onde ergueu um sobrado sem reboco. Alexandre vive numa invasão de terreno público no Jardim Angélica. "Foi a mulher coisa que eu fiz", conta Alexandre. Apesar de ser uma ocupação de cinco anos, pessoas da Maricóca são os moradores originais.

Diedreio Joaquim Justo da Silva, de 64, está entre os pioneiros do lugar. Ele conta que o proprietário do terreno, uma área de 35 mil m², deixou que eles invadissem, e, depois, o próprio manitou a associação e conseguiu a colar prestações das invasões pelo terreno. "Eram umas com famílias pagando R\$ 60 por mês. Ele chegou a levar R\$ 30 mil pelo mesmo, sempre ameaçando ir na Justiça contra o agente. Hoje, está tudo parado", diz Silva.

Elvaucha Injuno que, hoje, a maioria dos moradores da Maricóca vendida aos barracos por até R\$ 8 mil sem nunca ter pagado à associação. "Quem pagou, ainda está aqui, lutando pela casa própria." Porém, como ele, rejeitam a ideia de morar em um apartamento da Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (CDHU). "Tem uma que vem para cá atrás disso", considera.

A vida na favela não é fácil. De Avenida Embu-Guaçu, a ocupação desce como âncora em ruas sinuosas e de terra. O solo frágil dos mananciais faz qualquer chuva provocar erosões imensas. A água e a energia elétrica são pagadas irregularmente. Para os Correios, não



CONFÉVIO - Alexandre (carreira estrada) com os vizinhos Silva e Santos



LAR - Roseli e os filhos. "Ah, pode ser o que for, mas eu estou no céu"



PROTEÇÃO - No Maricóca, o campo de futebol não é invadido



VIOLÊNCIA - Jenias tirando fotos da casa de Queres, tem marcas de tiro

Custo para limpar a água aumenta junto com ocupação da área

... Na década de 80, a Sabesp usava 25 kg de produtos químicos para cada 1.000 m³ de água da Guarapiranga. Nos anos 90, essa preparação subia para 60 kg de substâncias como sulfato de alumínio ou cloreto férrico. Hoje, são necessários 80 kg.

Não à toa, a população que habita a base da Guarapiranga - em São Paulo e nas vizinhas Itapevica de Serra, Embu-Guaçu e Embu - subiu de 548 mil pes-

soas, em 1991, para 750 mil, em 2000. A expectativa da Sabesp é que esteja hoje em 900 mil.

Segundo documento produzido pelo Instituto Socioambiental (ISA), no seminário Guarapiranga 2006, o reservatório tem 37% do seu território afetado por atividades humanas. Mais de 80% do esgoto produzido é despejado sem qualquer tratamento na represa e 37,6% das áreas de preservação foram alteradas.

"Quando a gente fala de políticas públicas, falamos do que foi feito e do que deixou de ser feito. A política dos mananciais foi a de inércia", considera Marussia Whalley, do ISA. "A situação da água está em um nível de gravidade tamanho que a gente tem de bater palmo para qualquer coisa que o poder público faça, quando não passa do básico."

O coordenador do Programa Mananciais, da Sabesp, Ricardo

Araújo, discorda de Marussia. "Já enfrentamos momentos muito piores. A situação exige atenção, mas está sob controle", afirma Araújo.

Segundo ele, hoje, o lançamento de esgoto na represa é um quesito de educação ambiental, porque a região é cercada pela rede coletora da Sabesp. "Mas infelizmente pessoas ligam o seu esgoto à rede", explica. ■ s.a.

existe a Maricóca, e são os primeiros 702 da "Avenida do Céu", que roba em média 1.500 currespondências por mês.

Luriano José dos Santos, de 36 anos, é quem distribui as cartas aos moradores. É ele também que confirma o endereço de todos os moradores da favela que abrem crédito nas Casas Bahia, por exemplo. "Ligam para o meu telefone e eu digo quem, que ele mora aqui", explica Santos. Também na Associação dos Moradores do Jardim Arcati e Chácara Bandeirante, uma das várias que ocupam a região da Maricóca.

Agora, elas fazem a conta po-

ra pagar TV a cabo para a favela, que, localizada em uma parte baixa, não tem bom sinal. "A gente sabe que se dez assinarem, eles passam o cabo na Embu-Guaçu, aí...", explica Santos.

Não fosse o pátrio, a favela estaria isolada no reservatório. Quando poucas áreas não invadidas da Maricóca é o campo de futebol. "Disseram para deixar porque o campo ninguém invade", diz o diretor da associação. Do chão do campo, porém, mana água. "E assim em todo lugar. Cava, sai água."

A favela da favela é do território do PCC. Os moradores desconfiam quando a associa-

ção é fechada. "Bem não. Só posso dizer que aqui é calma", diz a auxiliar da limpeza Roseli. "Tem sempre uns moleques que gostam de correr da polícia", afirma Santos, que, no entanto, traz estampados os dizeres "Ticão criminosa", segredos do desenho de um panfletos e uma bomba mencionada.

O subprefeito de M. Bel. Mirim, Lezir Balduino, ainda não sabe dizer quanto da Maricóca tem de ser removida, após o conclusão do mapeamento da Prefeitura. Semana passada, o prefeito Gilberto Kassab anunciou medidas de combate à ilegalidade nos mananciais.

O anúncio de dois planos ditados para recuperar os mananciais - um do prefeito Gilberto Kassab (PFL) e o outro do secretário de Estado de Meio Ambiente, Francisco Galvão - demarcou as condições políticas que a região desperta. De um lado, o Estado mandou a desapropriação de 80 mil famílias no município de Guarapiranga. Desses, Kassab falado em 5 mil na área dos dois reservatórios.

O maracá não é apenas área de proteção ambiental, mas também território político. Não há associação na Vila Glória, cujo muro não esteja pintado com o nome de algum vereador, em especial do PMDB, que predomina na zona sul de São Paulo. Desapropriar em massa significa brigar com a Câmara.

Na estratégia de lançamento da operação Defesa das Águas, da Prefeitura, sexta-feira, os líderes foram demitidos. No lugar, foi oferecido um novo mapeamento, porém a administração municipal interessava a desapropriação mínima de moradores. Segundo Gerson Ortega, criador da operação, a remoção será usada em último caso. "A urbanização é a opção preferencial."

No lançamento da sua proposta, o secretário Graziano chegou a acusar vereadores - sem citar nomes - de incentivar a ocupação dos mananciais, com a distribuição de "kit barracos", espécie de caixa básica de materiais de construção.

A operação Defesa das Águas, porém, vai em outra direção. Propõe a demolição apenas das construções recentes, a implantação do sistema de limpeza da orla da Guarapiranga e dos córregos, além da criação de um projeto de desenvolvimento sustentável para a população da região.

Com a operação, Kassab regulamentou a nova legislação do reservatório, aprovada no passado, que transfere ao Município a missão de fiscalizar a região, antes reterida à Defesa Ambiental da Polícia Militar.

Cerca de 200 hectares ocupados na Grande CSM Metropolitana estarão na área das três subprefeituras que abrangem a Guarapiranga, orientando a população a não mais invadir áreas protegidas e finalizando a margem. ■ s.a.





Diário Oficial

CIDADE DE SÃO PAULO

Prefeito: GILBERTO KASSAB

Ano 53

São Paulo, sexta-feira, 28 de março de 2008

Número 58

Prefeitura lança parque com praia urbana na represa Guarapiranga

Texto: Valéria Cintra
vcintra@prefeitura.sp.gov.br

Um novo cenário se desenha ao longo da orla da represa Guarapiranga, na Zona Sul. Marcado no passado por construções irregulares, o local será transformado em uma grande área de lazer para a população. Neste sentido, o prefeito de São Paulo assinou ontem dois decretos que dão início às mudanças na região. O primeiro declara de utilidade pública, para desapropriação, 48 imóveis construídos à margem da represa na avenida Robert Kennedy, totalizando 107 mil m². O segundo cria um parque de 168 mil m² que será implantado no local e se chamará "Praia de São Paulo".

Dando início às mudanças, operando uma máquina retro-escavadeira, o prefeito deu início à demolição de 2.600 metros lineares de muros que serão substituídos por gradis para permitir a visualização da represa por todos que passarem pela avenida. O novo parque deverá ser concluído em oito meses, mas parte dos equipamentos será disponibilizada para a população antes disso.

As medidas anunciadas fazem parte da Operação Defesa das Águas, que está completando um ano de implantação este mês. O programa é uma parceria

entre a Prefeitura e o Governo do Estado e contempla 21 ações de várias secretarias e órgãos para proteger os mananciais de água que abastecem a Cidade.

A represa Guarapiranga se transformará em uma verdadeira praia para os paulistanos. Terá equipamentos esportivos e de entretenimento. A Prefeitura fará a licitação para exploração comercial de quiosques e instalará sanitários e vestiários para os banhistas. A base do Corpo de Bombeiros na avenida Robert Kennedy será ampliada para aumentar a segurança dos frequentadores.

O prefeito disse que as medidas anunciadas vão possibilitar melhor qualidade de vida à população, levando-se em conta, em primeiro lugar, a preservação do meio ambiente. O novo parque com a praia urbana será mais um ponto de lazer para os moradores da Cidade, principalmente para os habitantes daquela região, que somam cerca de 1 milhão de pessoas, e vai fomentar também o comércio legalmente instalado às margens da represa e em seu entorno.

"Este é um dia histórico. Um momento muito feliz de nossa gestão. Começamos a mostrar à Zona Sul e à Cidade que vamos recuperar a represa Guarapiranga, preservando o meio ambiente, dando exemplo como a demolição destes muros permitirá que as pessoas que passam pela avenida possam vê-la", disse o prefeito.



Construções irregulares em área de proteção são demolidas

"Estamos dando mais um passo na conscientização na Cidade de São Paulo. É uma violência o que foi feito com esta represa ao longo dos anos, o que acabou afastando a população", observou o prefeito de São Paulo.

Ele destacou ainda outras ações da Prefeitura na área do meio ambiente. Citou o plantio de 400 mil árvores desde 2005 e a instalação de oito parques, além de 20 em fase de obras e outros 40 em estudo, criando condições para que, no médio prazo, a Cidade triplique seu

número de parques públicos.

O coordenador-executivo da Operação Defesa das Águas disse que ainda neste semestre a população perceberá as mudanças na represa. "Com estas medidas saem ganhando a população e o meio ambiente", afirmou. Ele lembrou que a Operação, iniciada na Zona Sul e estendida às Zonas Norte e Leste, tem atuação decisiva na proteção dos mananciais, agindo com rigor para evitar o avanço de construções ilegais, conscientizando a população e contribuindo para a despoluição de mananciais.

O secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente frisou que as represas Billings e Guarapiranga e o sistema Cantareira são responsáveis pelo abastecimento de água da Cidade. É ressaltou a importância de cuidar e preservar da água, um dos bens naturais mais preciosos da humanidade. Citou a criação do programa Córrego Limpo, uma parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado, que está saneando 42 córregos, dos quais sete instalados na região do Guarapiranga. "A limpeza vai permitir tirar 70% dos esgotos despejados na represa", acentuou.

O programa Operação Defesa das Águas prevê a criação de mais parques na região da Zona Sul, como o Shangrilá, Castelo, Nove de Julho, Guaimbu, além dos parques lineares São José, Cocaia e Caul, entre outros.



Agentes da Guarda Ambiental monitoram as áreas de mananciais da Cidade

Dica! Energia elétrica
Se todos os leitores do Metro usassem água fria em vez de aquecida para lavar a louça do almoço, detariam de emitir 230 quilos de CO2 na atmosfera todos os anos.

SP perde 31% da água tratada

Vazamento e fraude causam desperdício de 425 piscinas olímpicas por dia

O SISTEMA de abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo perde diariamente 1 bilhão de litros de água por dia, 30,8% do volume produzido. As perdas são provocadas tanto por vazamentos na rede da Sabesp quanto por fraudes feitas nas medidoras. "Cerca de 65% são perdas físicas, problemas nos ramais, o resto é fruto de submedição nos hidrômetros", diz Nilton Seuaciuc, assis-

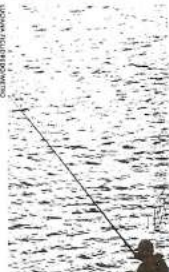
tente-executivo da Diretoria Metropolitana da Sabesp. Os números foram tabulados pelo ISA (Instituto Socioambiental), com base nos dados da Sabesp. O índice está abaixo da média de perdas no Brasil, que é de 45%. Mas é bem maior que o de outras metrópoles. Tóquio, no Japão, registra escapes no sistema de apenas 4%. A água perdida iguala

todo o volume retirado da Guarapiranga. Seria suficiente para abastecer diariamente 4 milhões de pessoas e daria para encher por dia 425 piscinas olímpicas. O sistema de abastecimento produz 3,4 bilhões de litros de água por dia para abastecer os 10,8 milhões de habitantes que moram na capital paulista. Para a ONG, o combate às perdas passa necessariamente

pele participação da população. "A Sabesp não teria condições de monitorar a cidade inteira 24 horas por dia. A população precisa denunciar rapidamente qualquer tipo de vazamento, inclusive na rua, e cobrar rapidez no atendimento", defende a coordenadora da campanha "De Olho nos Mananciais", Marussia Whately, do ISA. Para ela, a redução no

desperdício de água depende principalmente de modificações no comportamento individual, mais até que de ações do poder público. "Pequenas mudanças de hábito podem gerar grande impacto na vida de uma comunidade", afirma a coordenadora da campanha "De Olho nos Mananciais".

Cantareira



Pescador em represa do sistema Cantareira, que tem nível de água preocupante.

Bairros ricos desperdiçam volume maior

OS MAIORES VÍDEOS do consumo de água são os condomínios, especialmente os mais antigos, localizados nos bairros de Higienópolis, Perdizes e Jardins. "Alguns prédios nestes bairros, além de casas no Morumbi, gastam até 500 litros per capita por dia", diz Nilton Seuaciuc, executivo da Sabesp. Em bairros da periferia, o consumo gira em torno dos 100 litros. A média paulista é de 221 litros.

Segundo a Sabesp e o Instituto Socioambiental, os pobres economizam mais água para se manter nos limites da "tarifa social", mais barata. Além disso, muitos moradores da periferia moram em conjuntos habitacionais onde a conta de água é individualizada.

Para combater o problema, o ISA lança uma campanha para ensinar moradores de condomínios a reduzirem o consumo, começando por Higienópolis. A Sabesp oferece serviço parecido no fone 0800-7712482.

Medidas simples, como a cobertura de piscinas e a coleta da água da chuva para uso em lavagens, podem ter grande impacto na redução do consumo.

De onde vem a sua água



'Gato' feito em áreas carentes consome 14%

CERCA DE 10% da população da cidade de São Paulo usa ligações clandestinas, os chamados "gatos", para ter acesso à água que consome. Segundo Nilton Seuaciuc, assistente-executivo da Diretoria Metropolitana da Sabesp, ligações clandestinas consomem 14% da água da capital. O índice é de 8% na região metropolitana.

São 386 mil famílias utilizando "gatos" - cerca de 1 milhão de pessoas. Essas conexões são precárias, sem proteção. O risco de contaminação é grande. O esgoto sem canalização pode facilmente se misturar com a água nos canos das ligações clandestinas.

"A maior parte das conexões irregulares fica em área de manancial invadida", diz Marussia Whately, do ISA. "Como eles não têm conta, o consumo é alto. São 30 m³ por mês nesses locais, com pico de 49. A cidade tem média de 18 m³", diz Seuaciuc, da Sabesp.

Algumas das doenças mais frequentes em bairros carentes decorrem da água contaminada, como a diarreia, considerada uma das principais causas da mortalidade infantil.

Válvula 'sensível' é o trunfo da Sabesp

VÁLVULAS inteligentes fazem parte das ações da Sabesp, empresa do governo estadual, para minimizar o desperdício, diz Nilton Seuaciuc, assistente-executivo da Diretoria Metropolitana da Sabesp.

O equipamento reduz a pressão à noite, quando a demanda é menor. Com isso, menos água passa pelas tubulações furadas. "Fazemos a troca de ramais antigos. Se apresenta problema duas vezes, substituímos." Há partes da rede com mais de 50 anos. "Buscamos manter os hidrômetros com até sete anos. A partir disso, há uma perda na medição de 14%."

Veja a situação



Desligue o micro antes de almoçar

Se cada leitor do Metro desligasse seu computador pessoal antes de sair para um almoço rápido de meia hora, ele deixaria de emitir com apenas esse gesto cerca de 13,6 quilos de CO2 anualmente. Isso pouparia a atmosfera de 272 milhões de quilos do gás poluente todos os anos.

HARVARD GREEN CAMPUS INITIATIVE/METRO CRÓICA

Poupe energia

1 Nunca deixe seus aparelhos elétricos ligados no stand by. Se 20 milhões de domicílios tirassem seus aparelhos da tomada economizariam a emissão de 2,5 bilhões de CO2 em um ano. Isso equivale a acender todas as luzes de Paris por seis semanas e meia. INSTITUTO MILIEU CENTRAL/METRO HOLANDA

2 Entregue os seus aparelhos eletrônicos para a reciclagem em vez de jogá-los fora. Se todos os leitores do Metro trocassem seus eletroeletrônicos para a reciclagem em vez de jogar no lixo, haveria 150 toneladas de lixo a menos todos os anos para poluir o meio ambiente. GREENSPACE/METRO HONG KONG

3 Troque pelo menos uma lâmpada comum por modelo fluorescente. Se todas as pessoas que lêem o Metro trocassem pelo menos uma lâmpada comum de suas casas por uma fluorescente, deixariam de emitir 260 milhões de quilos de CO2 na atmosfera do planeta. METRO PORTUGAL

4 Seque a roupa naturalmente em vez de usar a secadora de roupas. Se 20 milhões de pessoas deixassem a secadora desligada, elas deixariam de emitir 35 milhões de quilos de CO2 no ar. Isso é o equivalente a 13,6 mil voos ida-e-volta entre as cidades de Amsterdã e Nova York. METRO HOLANDA

Deixe a geladeira desligada nas férias

Sempre que for viajar, lembre-se de tirar os alimentos do refrigerador e mantenha o aparelho desligado para não gastar energia à toa. Se os 20 milhões de leitores do Metro adotassem essa prática apenas três semanas a cada ano, mais de 83 milhões de quilos de CO2 deixariam de chegar à atmosfera. INSTITUTO MILIEU CENTRAL. METRO HOLANDA

Os conteúdos sociais da crise ecológica: a reprodução do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga

Operação Defesa das Águas completa um ano e investe na revitalização



Medidas, que incluem a criação da Guarda Ambiental, foram adotadas inicialmente na região da Guarapiranga e da Billings

Acaba de completar um ano a Operação Defesa das Águas, um conjunto de medidas tomadas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado para impedir novas invasões e depredações dos mananciais que abastecem a população e as matas da Cidade e recuperar as áreas anteriormente ocupadas de forma irregular.

Iniciada na Zona Sul, onde atacou primeiramente o problema nas regiões das represas Guarapiranga e Billings, a Operação Defesa das Águas se estendeu depois para a Zona Norte, visando à proteção dos mananciais da Serra da Cantareira, e chegou à Zona Leste, para enfrentar a degradação da várzea do rio Tietê.

O resultado já é visível. O número de ocupações irregulares às margens da represa Guarapiranga foi congelado, novas construções foram demolidas e a população se conscientiza aos poucos do problema e denuncia os vendedores de lotes ilegais.

Nestes 12 meses, a Prefeitura realizou 1.517 desfazimentos de construções irregulares, a maioria recente, em áreas cuja proteção ambiental permanente é garantida por lei. Mais de 25 mil blocos de cimento que seriam usados em construções irregulares foram apreendidos e fechadas 12 fábricas de blocos e depósitos de materiais, instalados irregularmente nas áreas protegidas.

Tudo isso graças à ação da fiscalização integrada dos órgãos da Prefeitura e do Governo do Estado. A Guarda Ambiental, criada em março do ano passado para o combate específico aos crimes ambientais, já conta com efetivo de 260 homens. Ela faz rondas diárias nas regiões onde é proibido construir, com o uso de viaturas, motos, barcos e helicóptero, junto com fiscais da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Essa atuação levou a várias notificações, intimações, demolições, multas de mais de R\$ 10 milhões e prisões em flagrante contra autores de crimes ambientais, grileiros e loteadores clandestinos.

Vigilância por satélite

O trabalho de fiscalização integrada ganhará brevemente o reforço de imagens de satélite de alta definição, cuja licitação já foi aberta pela Prefeitura. Com precisão de até 1 m², essas imagens possibilitarão

identificar pontos de desmatamento, movimentações de terra, despejos de entulho, aterramentos, construções irregulares e outras ações humanas que contribuem para a degradação ambiental.

Um amplo trabalho vem sendo desenvolvido desde o início para esclarecer e orientar a população sobre a abrangência da Operação Defesa das Águas. Dezenas de reuniões foram - e continuam sendo - realizadas com as comunidades envolvidas nas Zonas Norte, Sul e Leste. As áreas onde é proibido construir foram demarcadas com mais de 200 placas de advertência, com indicação de disque-denúncia. Boletins, cartilhas e panfletos distribuídos regularmente alertam a população para que consulte a Subprefeitura da região antes de comprar terreno, construir ou ampliar imóvel.

Além de atuar para impedir o aumento da degradação em áreas de mananciais, a Operação age em sua recuperação. Em um ano, mais de 250 toneladas de lixo já foram retiradas da represa Guarapiranga, num trabalho permanente executado pela Sabesp, Limpeurb e Subprefeituras. Este trabalho começará a ser feito também na represa Billings. A Prefeitura e a Sabesp iniciaram as obras de despoluição de sete

rios e córregos da região que abastecem a Guarapiranga e retiram 1.600 litros de esgoto por segundo, diminuindo, já nos próximos meses, pelo menos 80% dos lançamentos remanescentes.

A Prefeitura investe na regularização dos loteamentos habitacionais passíveis de regularização e na transferência das famílias de locais impróprios para moradia. Trabalha ainda para oferecer novas opções de esporte e lazer, com o desenvolvimento sustentável das regiões ocupadas por construções irregulares. Mais de 80 projetos estão em licitação e em obras, um investimento de mais de R\$ 960 milhões com recursos da Prefeitura, do Estado e da União, que beneficiarão mais de 60 mil famílias. Um exemplo é o loteamento Cantinho do Céu, nas proximidades da represa Billings, com população superior a 65 mil pessoas, que receberá investimentos de R\$ 170 milhões em obras de urbanização e construções habitacionais para remoção de áreas de risco e impróprias.

Parques

Mais investimentos foram iniciados na região da represa Guarapiranga, com a criação de vários parques e áreas de lazer com recuperação ambiental. Em abril serão

entregues as obras do Parque Linear do Córrego São José, na Capela do Socorro. São 24 mil metros com árvores, pista de cooper, playground e quadras de esporte. No dia 27 de março, o prefeito assinou decreto para a desapropriação de 48 imóveis localizados na avenida Robert Kennedy, às margens da represa Guarapiranga, num investimento de R\$ 50 milhões, feito em conjunto com o Governo do Estado. Outro decreto cria, no espaço dos imóveis desapropriados e outros do poder público, o Parque "Praia de São Paulo", um local de 170 mil m² com equipamentos de lazer, playgrounds, quadras de esporte, ciclovias, quiosques, praias seguras, sanitários e vestiários. A implantação será feita em etapas, o que possibilitará que já nos próximos meses a população desfrute do lazer com qualidade e segurança. O parque deverá estar totalmente concluído em oito meses.

Além desses já foram autorizados recursos para a construção de outros quatro parques na Zona Sul. Para esse fim, estão sendo desapropriadas dezenas de outros imóveis que darão lugar aos seguintes parques lineares: do Castelo, da Várzea do Ribeirão Caulim e Nove de Julho. Juntos, eles somarão 3,5 milhões de metros quadrados, que correspondem a mais que o dobro da área do Parque Ibirapuera.

Quase R\$ 94 milhões estão sendo aplicados na região da Guarapiranga como parte do plano da Operação Defesa das Águas.

Na Zona Norte, nos bairros próximos da Serra da Cantareira, diversos investimentos também sendo feitos pela Prefeitura e pelo Governo do Estado, com saneamento de córregos, implantação de parques lineares, urbanização e remoção de favelas, instalação de novas praças e áreas de lazer e esportes.

Nessa região, estão bastante avançados os estudos para a instalação do Parque da Várzea do Tietê, que possibilitará a proteção definitiva do local, importante para evitar inundações na Marginal Tietê e em outros bairros da Cidade. A Prefeitura instalou ali uma base da Guarda Ambiental, que, juntamente com as ações da Secretaria do Verde, Polícias Militar e Civil, da Subprefeitura e da comunidade, fez interromper as invasões que anteriormente ocorriam na região.

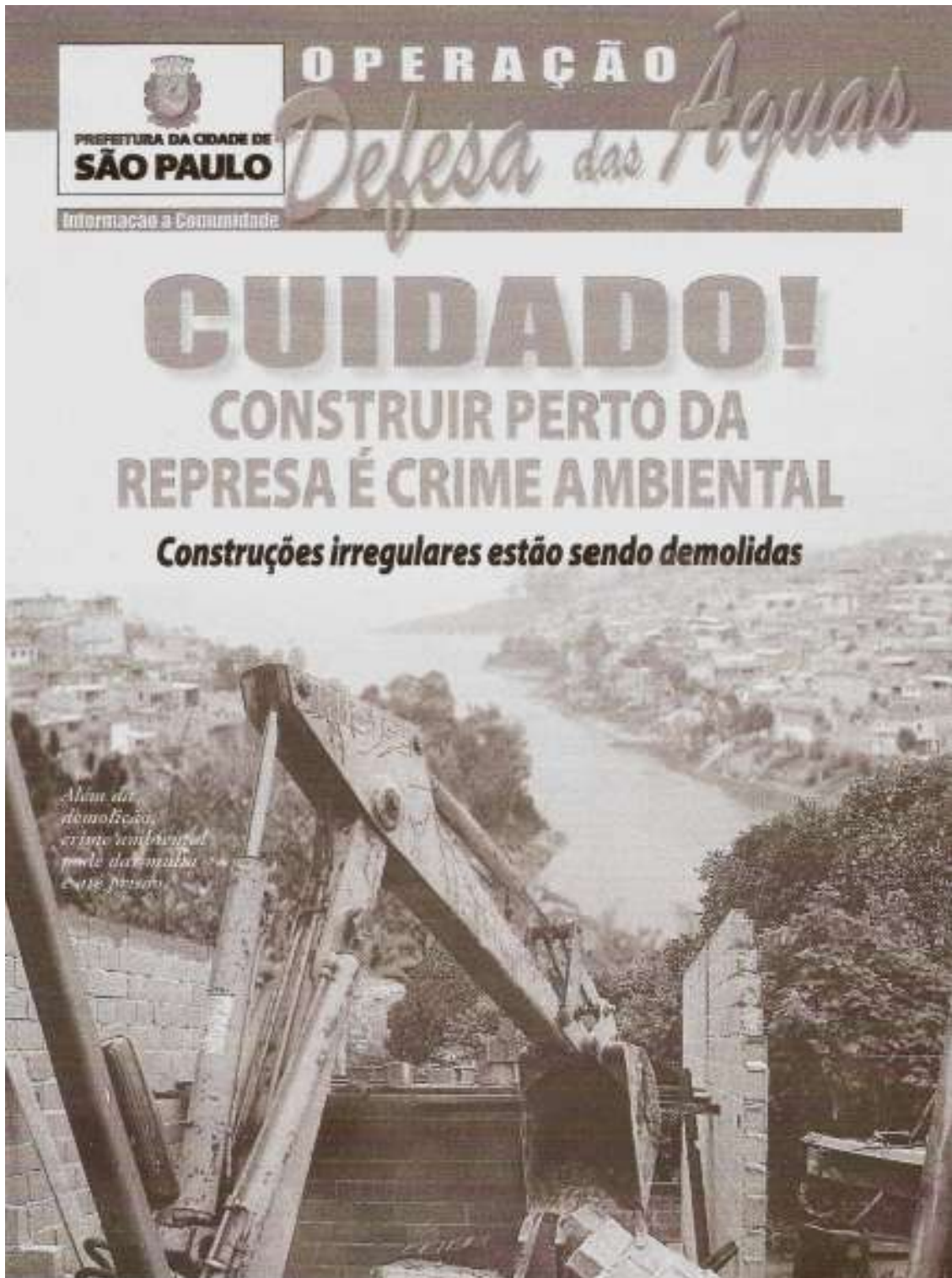


Demolição de casas irregulares, orientação à população e criação de áreas de lazer: investimentos na recuperação ambiental

Foto: Anderson dos Santos/Gov. SP

Foto: Luiz Guadagnoli/Secom

Divulgação



6.2 – Artigos em jornal digital

Anexo I

Esgoto coletado pela Sabesp é despejado diretamente nos rios da Metrópole

A lógica da constru o das redes de esgoto na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) faz com que parte considerável do esgoto produzido caia diretamente nos corpos d' gua. A falta de coletores e de interceptores, que são os canos que correm paralelamente aos rios e córregos, faz com que as redes de esgoto instaladas tenham como destino final um rio e não uma Esta o de Tratamento de Esgoto (ETE).

H  6.670 pontos de despejo "oficiais" de esgoto, que juntos contabilizam 1,27 bilhões de litro/dia. Estes pontos são provisórios segundo a Sabesp e apenas em 2018 estarão 100% conectados às ETEs.

O quadro de degrada o dos rios metropolitanos ainda é agravado pelos municípios de Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Guarulhos e Mogi das Cruzes que apresentam tratamento insignificante de seus esgoto, lançando mais 394 milhões de litros/dia nos corpos d' gua. Além disto há ainda cerca de 100 mil liga es clandestinas de esgoto apenas na Capital.

As bacias dos rios Tietê, Pinheiros e Tamandateí recebem cerca de 26,8% de todo o esgoto produzido na região.

Há ainda a questão do lixo nas ruas. Todo o resíduo que é jogado nas ruas acaba sendo levado para os rios. Associado a isto, 15% da popula o não conta nem com sistema de coleta de resíduos, portanto as chances dos rios e córregos receberem este material também   grande.

Na Metrópole são produzidos algo como 50 mil litros de esgoto por segundo. Deste volume imenso apenas são tratados 13,5 mil litros por segundo em cinco ETEs (Barueri, ABC, Parque Novo Mundo, São Miguel e Suzano).

"  uma vergonha a sede da maior empresa de saneamento da América Latina estar numa cidade que fede esgoto", o resultado do descaso com o saneamento básico há décadas é resumido na frase de Gesner de Oliveira, presidente da Sabesp.

A aposta da Sabesp para reverter estes cenários é o Projeto Tietê, que pretende estender as redes de coleta de esgoto e conectá-las aos interceptores e coletores, levando assim o esgoto coletado para ser tratado.

Enquanto a despolui o dos córregos e dos mananciais acontece a passos lentos, os cidadãos perdem em saúde. Cerca de 80% das doenças, segundo a Organiza o Mundial de Saúde (OMS), estão ligadas à  gua. Um estudo do Centro de Políticas Sociais da Funda o Getúlio Vargas aponta que para cada R\$1,00 investido em saneamento representa uma economia de R\$ 4,00 em despesas com saúde. A preven o sempre foi mais barata que a cura!

Fonte: <http://www.mananciais.org.br/blog/?p=151>.

Bairros nobres são os campeões do desperdício de água em SP

Publicado por [Thiago Silvestre](#)

Os bairros nobres da capital são os campeões de desperdício de água, de acordo com a pesquisa do Instituto Sócio-ambiental de São Paulo. No topo da lista, estão Morumbi, Jardins, Higienópolis, Pacaembu e Perdizes.

Nesses bairros, o consumo médio por dia é de 500 litros. O desperdício é maior nos condomínios mais antigos. Só para ter uma idéia, nos bairros de classe média da capital, o consumo é de 220 litros e na periferia, 100 litros.

Por causa do mau uso, todos os dias a região metropolitana de São Paulo perde uma quantidade de água equivalente a represa de Guarapiranga, que poderia abastecer quatro milhões de pessoas.

“O mais importante, seja nos imóveis de classe alta ou de baixa renda, é que haja um esforço coletivo para o uso racional”, diz o presidente da Sabesp, Gesner Oliveira.

Esforço que é mais difícil de se perceber nos bairros nobres. Em uma casa flagrada pela reportagem em Perdizes, Zona Oeste, o jato d'água é usado para limpar a garagem e até a calça do jardineiro.

“Eu penso que um dia pode faltar água. Eu moro perto da represa, e vejo o tanto que a represa já baixou”, diz o jardineiro Tarcísio Alves.

As dicas para não desperdiçar água são simples. Por exemplo: não lave o carro com a mangueira aberta. Diminua o tempo dos banhos. Evite usar mais de uma vez por dia a máquina de lavar roupas. E prefira sempre varrer as calçadas ou garagens, ao invés de lavar.

Fonte: Informações do SPTV em 22/11/2007.

<http://www.revistameioambiente.com.br/2007/11/22/bairros-nobres-sao-os-campeoes-do-desperdicio-de-agua-em-sp/> em 25-05-2009.

Desperdício ameaça abastecimento de água

A fachada comum de um edifício esconde uma rede de tubulações inteligente. A água do chuveiro que escoar pelo ralo é tratada em um reservatório e usada na descarga dos apartamentos. A água da chuva, acumulada, serve para regar o jardim. Assim, um condomínio em São Paulo economiza até 14 mil litros de água por dia e enxuga os gastos. “É uma economia em torno de 20% no valor total para o morador”, afirma o engenheiro Marcos Vernalha, responsável pelo projeto.

O prédio é uma exceção em um país rico em recursos hídricos e carente de consciência ambiental. Há o desperdício visível e o invisível: em média, no Brasil, 40% da água se perdem nos vazamentos das redes de distribuição.

Na Região Metropolitana de São Paulo, onde todas as fontes de água já são exploradas, 47% do que os moradores consomem vêm de fora. A água percorre até 90 quilômetros para chegar a uma estação de tratamento na capital. Os técnicos alertam: se o consumo continuar crescendo, será preciso buscar água cada vez mais longe. “Vai precisar de mais equipamentos, de mais energia e de mais gente. Então, o custo passa a ser maior também”, explica o superintendente de Produção de Água da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Hélio Luiz Castro.

Hoje, o sistema já é complexo: a água captada em Minas Gerais atravessa cinco represas e sete túneis para ser distribuída na maior cidade do Brasil. Nos últimos dez anos, o consumo passou de 59 mil para 67 mil litros por segundo, e está bem perto do limite, que é de 70 mil litros por segundo.

Para ampliar a oferta de água nas grandes cidades, uma alternativa é aumentar o índice de tratamento de esgoto, que hoje é de 32% no Brasil. “Desta forma, você poluiria menos os rios e os mananciais. Então, teria mais água disponível, de qualidade, para poder ser distribuída para a população”, ressalta o professor de engenharia José Carlos Mierzwa, da Universidade de São Paulo (USP).

Mas nada é tão eficiente para afastar o racionamento quanto multiplicar consumidores como Mário e Bruna, que aprenderam o valor de fechar a torneira. “A minha parte pode ser pouca, mas eu estou fazendo. Durmo à noite com a consciência mais tranqüila”, dá o exemplo

Bruna.

(Fonte: *Jornal Nacional / Rede Globo*)

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=39266> em 25-05-2009.

Anexo L



Redução da perda de água

Em 2007 a Sabesp conseguiu reduzir a produção de água em 500 litros por segundo, apesar de ter feito 100 mil novas ligações na região metropolitana de São Paulo - e não faltou água para ninguém. Tradicionalmente, o volume de água produzida tem aumentado entre 1.000 e 1.500 litros por segundo, anualmente, para atender os 300 mil novos habitantes que chegam por ano à Grande São Paulo. A redução da produção, em 2007, foi resultado de um programa de combate às perdas que a empresa passou a desenvolver depois de universalizado o abastecimento de água na cidade.

Desde 2005, a Sabesp tem substituído 250 mil hidrômetros em média, anualmente, para evitar falhas de leitura e fraudes. Além disso, controla a pressão em quase metade da rede de distribuição, usando válvulas redutoras de pressão. Como São Paulo é uma cidade de topografia acidentada, a pressão na rede de abastecimento varia muito, causando vazamentos nas velhas tubulações e aumentando as perdas pelas fissuras existentes nos ramais.

Em conjunto com a Prefeitura de São Paulo, a Sabesp também participa do programa de urbanização de favelas. Uma vez regularizada a posse dos favelados, a estatal fornece os serviços de saneamento. Somente na Favela de Paraisópolis, no Morumbi, a Sabesp investirá R\$ 35 milhões neste ano em obras de saneamento que beneficiarão 80 mil pessoas. Na segunda etapa do projeto de urbanização da favela, a Prefeitura e governo federal destinarão mais R\$ 160 milhões para obras viárias, habitacionais e para os serviços de educação e saúde pública.

A Sabesp também tem investido na capacitação de recursos humanos e exige das empresas terceirizadas, responsáveis pela manutenção da rede, a contratação de profissionais com formação adequada para a função. Mantém com a Japan International Cooperation Agency intercâmbio de experiências e tecnologias entre os peritos japoneses e seu corpo técnico para atingir metas de redução de perdas fixadas para os próximos anos. A qualificação da mão-de-obra dos fornecedores já produz resultados. Atualmente, são reparados mais de 36 mil vazamentos a cada mês na região metropolitana de São Paulo, e o tempo médio de reparo caiu de 72 horas (em 1995) para 16 horas.

Desde 2000, normas internacionais para avaliação de desempenho de sistemas de abastecimento estabeleceram limites de tolerância para os desperdícios de água. Na região metropolitana de São Paulo, somadas as perdas reais (vazamentos da rede) e as chamadas perdas aparentes (fraudes e subleituras de hidrômetros), perdiam-se 531 litros por ligação por dia, em 2007. Em março passado, esse volume caiu para 487 litros por ligação por dia, uma redução que, se mantida, permitirá que a Sabesp atinja a meta de 170 litros por ligação por dia, em 2015. Hoje, perdem-se no Município de São Paulo aproximadamente 30% do volume de água produzido. É um índice alto, principalmente quando comparado ao de cidades como Tóquio, no Japão, onde a perda é de apenas 4,7%.

Ocorre que parte dos 53 mil quilômetros da rede de distribuição de São Paulo é quase centenária. A maior parte da rede foi instalada entre as décadas de 60 e 80, quando a taxa de crescimento populacional da Grande São Paulo atingiu índices entre 7% e 8% (hoje é de 1,4%). Para atender ao rápido incremento da demanda, a qualidade e a eficiência das instalações acabaram prejudicadas, e os resultados se manifestam nos freqüentes rompimentos da rede, nos vazamentos e nas falhas na distribuição.

Ainda é preciso considerar que o consumo na região metropolitana sempre foi

excessivo e durante muito tempo as autoridades não se preocuparam com a poluição de rios e córregos, numa área de disponibilidade hídrica exígua.

Só agora a Sabesp desenvolve um programa consistente de redução dos desperdícios de água - e os resultados são bons. A par da manutenção da rede, agora é preciso incentivar a população a fazer uso racional da água.

Fonte: <http://www.estado.com.br/editorias/2008/05/11/edi-1.93.5.20080511.2.1.xml>, extraído em 22-04-2009.

7 – Bibliografia.

[s.a.] Para salvar o manancial. **Revista DAE-SABESP**, n. 164, vol. 52, mar./abr. 1992, p.8-35. São Paulo, 1992.

AGÊNCIA BRASIL. **Em 15 capitais, desperdício de água supera a metade do total captado nos mananciais**. Disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/21/materia.2007-11-21.6788528281/view>. Acesso em 25 de maio de 2009.

ARANTES, Otília B. F. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gerações urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BARELLI, W. És o avesso do avesso. **Estudos Avançados**, vol. 17, nº 47, 2003. Instituto de Estudos Avançados, USP, São Paulo, 2003.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERTOLOTTI, F. **A reprodução da periferia urbana de São Paulo nos mananciais da represa Guarapiranga**. Trabalho de Graduação Individual - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

BENÍCIO, T.D. **A Água em São Paulo. Políticas Públicas. Dinâmica Urbana (Um Estudo da Bacia do Guarapiranga)**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

BENSAID, D. **Cambiar el Mundo**. Madrid: Catarata, 2004.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ - CBHAT. **Plano da Bacia do Alto Tietê. Relatório Final**. São Paulo: Fundação Universidade de São Paulo, 2002.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. Repensando a Geografia Urbana. **Revista do Departamento de Geografia**, nº 6, 1992. São Paulo, 1992.

_____. **A (Re)Produção do Espaço Urbano: O Caso de Cotia**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

_____. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. “Novas contradições do espaço”. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Orgs.). **“O Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade”**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. São Paulo: A “Anti-Cidade”? In: SOUZA, M.A.A.; LINS, S.C.; SANTOS, M.P.C.; SANTOS, M.C. (Orgs.). **Metrópole e Globalização. Conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999.

_____. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **O Espaço Urbano. Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. O Direito à Cidade e a Construção da Metageografia. **Cidades**, vol. 2, nº 4, 2005. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2005.

_____. A Segregação Como Fundamento da Crise Urbana. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.

CUSTÓDIO, V. **Apropriação dos recursos hídricos e o abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

DAMIANI, A. L. Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da Metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: A metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. As Contradições do Espaço: da Lógica (formal) à (dialética), a Propósito do Espaço. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Orgs.). **O Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. A Crise da Cidade: os Termos da Urbanização. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Orgs.). **O Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. (Coord.). **O Futuro do Trabalho: Elementos Para Discussão Das Taxas de Mais-Valia e de Lucro**. São Paulo: AGB/SP, LABUR/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1ª Edição, 2006.

DOWBOR, Ladislau. "Economia da Água". In: DOWBOR, L. & TAGNIN, R. A.. **Administrando a Água como se Fosse Importante. Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo, Senac, 2005.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE SÃO PAULO – GESP. Caderno de Mapas: Subsídios para a análise de São Paulo. In: **São Paulo: A reprodução do espaço urbano como condição contraditória da reprodução do capital**. São Paulo: 2010. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/>.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GONÇALVES, Carlos.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL - ISA. **Legislação na Bacia Hidrográfica da Guarapiranga**. São Paulo, 2006. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso em 10 de abril de 2007.

_____. **Guarapiranga 2005: Como e por que São Paulo está perdendo este manancial. Resultados do Diagnóstico Socioambiental Participativo da Bacia Hidrográfica da Guarapiranga**. São Paulo, 2006. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso em 10 de abril de 2007.

_____. **População e Saneamento Básico na Bacia Hidrográfica da Guarapiranga em 2000**. São Paulo, 2006. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso em 10 de abril de 2007.

_____. **Consumo e perda de água na cidade de São Paulo**. Campanha De Olho nos Mananciais. Pela preservação das fontes de água de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível no sítio eletrônico www.mananciais.org.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: Redes urbanas regionais: Sudeste**. Brasília: IPEA, 2001.

KOWARICK, L. & CAMPANÁRIO, M. São Paulo: Metrópole do Subdesenvolvimento Industrializado. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, nº 13, out., 1985. São Paulo, 1985.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Edição, 1993.

LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **A revolução urbana**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **O Fim da História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

_____. **Lógica formal/Lógica dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **A Re-Produção das Relações de Produção**. Lisboa: Anthropos, 1978.

_____. **A Produção do Espaço**. Mimeo (s/d).

LENCIONI, Sandra. *Regiões metropolitanas do Brasil*. Radiografia da dinâmica do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. In: **América Latina; cidade campo e turismo**. Buenos Aires: CLASCO, 2006.

LOWY, M. De Marx ao ecossocialismo. In: LOWY, M.; Bensaid, D. (orgs.). **Marxismo, Modernidade, Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e Natureza: Proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, S. M. M.. **Nos confins da metrópole: o urbano às margens da represa Guarapiranga, em São Paulo**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

MARTINS, J.S. Para Compreender e Temer a Exclusão Social. **Vida Pastoral**, ano XLV, nº 239, nov-dez, 2004. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 2ª Edição, 1979.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, Volume I, Livro Primeiro, 1988.

MATOS, M. I. S. de. A cidade que mais cresce no mundo: cotidiano, trabalho e tensões. In: Camargo, A. M. A.: **São Paulo uma longa história**. São Paulo: CIEE, 2004.

MOROZ, I.C.; CANIL, K.; ROSS, J.L.S. Problemas Ambientais nas Áreas de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia** nº 7, 1992. São Paulo, 1992.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1890)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NETO, B. R. de Moraes. Marx, **Taylor, Ford: As forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. São Paulo: Cebrap, 1972.

PADUA, R. F. **Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RAMOS, A. W. Desindustrialização na metrópole paulistana – O caso da água Branca. **Revista GEOUSP**, nº 10. São Paulo: Editora Humanitas, 2001.

REVISTA VEJA. **Verão na Guarapiranga**. São Paulo, Editora Abril, ano 42, nº 2, 2009.

REBOUÇAS, A. **Uso inteligente da água**. São Paulo: Escrituras, 2004.

REZENDE, T. C. Água: Controle de perdas. **Revista DAE – SABESP**. Número 168, vol. 52, nov/dez. 1992. São Paulo, 1992.

RIBEIRO, W. C. Gestão das Águas Metropolitanas. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U.de. (Orgs). **Geografias de São Paulo: A Metrópole do Século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008.

ROCHA, G. A. A Disputa pela Água em São Paulo. **Estudos Avançados** vol. 17, nº 47, 2003. Instituto de Estudos Avançados, USP, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, A. M. **Moradias nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Desenvolvimento Sustentável: Dos Conflitos de Classes para os Conflitos de Gerações. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. **Book Informações Sabesp**. São Paulo: Sabesp, 2006.

SACHS, C. **São Paulo: Políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SALES, T. & BAENINGER, R. Migrações internas e internacionais no Brasil: Panorama deste século. **Revista Travessia**, nº 36, janeiro – abril, 2000. São Paulo, 2000.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. *Terciarização, urbanização, planificação: notas de metodologia*. In: SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTANA, P. V. de. A Mercadoria Verde: A Natureza. In: CARLOS, A.F.A.; DAMIANI, A.L.; SEABRA, O.C.L. (Orgs). **O Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Ecoturismo: Indústria sem chaminé?**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

SÃO PAULO (prefeitura). Informações retiradas do sítio eletrônico www.prefeitura.sp.gov.br entre os anos de 2009 e 2010.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Estadual nº 12.233/06** – Lei Específica da APRM Guarapiranga. São Paulo: 2006.

SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento. **Município em mapas: cultura e território: uma análise da economia e dos espaços culturais na cidade**. São Paulo: SEMPLA, 2007.

_____. **Olhar São Paulo – Contrastes Urbanos**. São Paulo: SEMPLA, 2007.

SEABRA, O.C.L.; SPÖRL, A. A Lei de Proteção aos Mananciais Versus a Prática Social da Ocupação na Bacia do Guarapiranga. **Revista do Departamento de Geografia**, nº 11, 1997. São Paulo, 1997.

_____. **Os meandros dos rios nos meandros do poder: Os processos de valorização dos rios e das várzeas do Tietê e do Pinheiros na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987.

_____. São Paulo: A Cidade, os Bairros e a Periferia. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U.de. (Orgs). **Geografias de São Paulo: Representação e Crise da Metrôpole**. São Paulo: Contexto, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO – SEMPLA. **Município em Mapas 2006**. São Paulo, 2007. Disponível no sítio eletrônico: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/planejamento/>.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional, 2ª edição, 1977.

_____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIQUEIRA, José Eduardo de Campos. “Ideologia da Água e Privatização dos Serviços de Saneamento”. In: DOWBOR, L. & TAGNIN, R. A.. **Administrando a Água como se Fosse Importante**. São Paulo, Senac, 2005.

Smith, Neil. **Desenvolvimento desigual: Natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPÓSITO, M.E.B. O Embate Entre as Questões Ambientais e Sociais no Urbano. In: CARLOS, A.F.A.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas Urbanos: Novas abordagens Sobre a Cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso**. São Paulo: SIBI-USP, 2004.

VESENTINI, J.W. **Geografia, Natureza e Sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

VICTORINO, V. I. P. **Luz e poder na dramática conquista do meio natural. A privatização dos rios paulistanos e a reflexividade sócio-ambiental**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

WALDMAN, M.. **Água e metrópole: Limites e expectativas do tempo**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.